



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO/PE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Recife (PE), março de 2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO/PE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa n.º 63/2010, da Decisão Normativa n.º 146/2015 e da Portaria n.º 321/2015, todas do Tribunal de Contas da União.

Recife, março de 2016

LISTA DE DIRIGENTES DO TRT6
(Biênio 2015-2017)

PRESIDENTE

GISANE BARBOSA DE ARAÚJO

VICE-PRESIDENTE

VIRGÍNIA MALTA CANAVARRO

CORREGEDOR

IVAN DE SOUZA VALENÇA ALVES

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

Eneida Melo Correia de Araújo
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Virgínia Malta Canavarro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Dione Nunes Furtado da Silva
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino
Nise Pedroso Lins de Sousa
Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura
Maria do Socorro Silva Emerenciano
Sérgio Torres Teixeira
Fábio André de Farias
Paulo Dias de Alcântara
Cargo vago
Cargo vago
Cargo vago

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AATP – Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGU – Advocacia-Geral da União
AH – Análise Horizontal
ANAJUSTRA – Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho
art. – artigo
A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública
AV – Análise Vertical
BF – Balanço Financeiro
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
BSC – Balanced Scorecard
CAIXA – Caixa Econômica Federal
CAP – Coordenadoria de Administração de Pessoal do TRT6
CC – Coordenadoria de Contabilidade do TRT6
CEMA – Coordenadoria de Engenharia de Manutenção do TRT6
CF – Constituição Federal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CFIN – Coordenadoria de Orçamento e Finanças do CSJT
CGE – Coordenadoria de Gestão Estratégica do TRT6
CGRPJe – Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico
CGSI – Comitê Gestor de Segurança da Informação do TRT6
CGTI – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do TRT6
CGTIC-JT – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho
CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
CLE – Cadastro de Liquidação e Execução
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba
CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito
CP – Cessão de Pessoal
CPAC – Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, Funções e Aposentadorias
CPC – Código de Processo Civil
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPLAN – Coordenadoria de Planejamento Físico do TRT6
CPP – Coordenadoria de Pagamento de Pessoal do TRT6
CPR – Contas a Pagar e a Receber
CPS – Comissão Permanente de Sindicância
CPSI – Comissão Permanente de Sistematização
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CRT – Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho
DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

DE – Determinação
DETRAN-PE – Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DJU – Diário de Justiça da União
DM – Diabetes Melitus
DN – Decisão Normativa
DORT – Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
DOU – Diário Oficial da União
DSTT – Divisão de Segurança, Transporte e Telefonia do TRT6
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
EaD – Educação a Distância
EAP – Estrutura Analítica de Projeto
e-Gestão – Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho
EJ – Escola Judicial
EPP – Empresa de Pequeno Porte
EPS – Exame Periódico de Saúde
ETP – Estudo Técnico Preliminar
FAJBA – Fórum Advogado José Barbosa de Araújo
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FUNPRESP-JUD – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário
GERAP – Gerência de Administração de Aposentados e Pensionistas de Órgãos Extintos
GETRIN6 – Grupo de Trabalho Interinstitucional de Prevenção de Acidentes do Trabalho da Sexta Região
GND – Grupo de Natureza de Despesa
GP – Gabinete da Presidência
GRU – Guia de Recolhimento da União
GT Custos – Grupo de Trabalho de Custos
h – hora
HAS – Hipertensão Sistêmica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IE – Índice de Execução
IN – Instrução Normativa
INFOJUD – Informações ao Judiciário
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IOB – Informações Objetivas, Publicações Jurídicas Ltda.
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPJ – Índice de Processos Julgados
JT – Justiça do Trabalho
JUCEPE – Junta Comercial de Pernambuco
LER – Lesões por Esforços Repetitivos
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ME – Microempresa
min – minuto
MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade no Sistema PJe-JT
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPT – Ministério Público do Trabalho
NA – Não se aplica
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade

NBR – Norma Brasileira (aprovada pela ABNT)
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OCI – Órgão de Controle Interno
OD – Ordenadoria da Despesa do TRT6
OI – Orçamento de Investimento
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAA – Plano Anual de Auditoria
PAB – Posto de Atendimento Bancário
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAJT – Posto Avançado da Justiça do Trabalho
PALP – Plano de Auditoria de Longo Prazo
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional
PDFS – Programa de Desenvolvimento e Formação de Servidores do 1º grau
PDG – Programa de Desenvolvimento Gerencial
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PE – Pernambuco
PEAP – Programa de Excelência no Atendimento ao Público
PEI – Planejamento Estratégico Institucional
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PG – Programa de Governança
PJe-JT – Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho
PL – Patrimônio Líquido
PL – Projeto de Lei
PLS – Plano de Logística Sustentável
PNRSJT – Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho
PO – Plano Orçamentário
PPA – Plano Plurianual
PROAD – Processo Administrativo Eletrônico
PROGECOM – Programa de Gestão por Competências
RA – Resolução Administrativa
RAE – Reunião de Avaliação Estratégica
RAP – Restos a Pagar
RE – Recomendação
RG – Relatório de Gestão
RH – Recursos Humanos
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RMR – Região Metropolitana do Recife
RPNP – Restos a Pagar Não Processados
RPV – Requisição de Pequeno Valor
SA – Secretaria Administrativa do TRT6
S/A – Sociedade Anônima
SACI – Secretaria de Auditoria e Controle Interno do TRT6
SCDP – Seção de Controle de Despesa com Pessoal do TRT6
SCLC – Seção de Controle de Licitações e Contratos do TRT6
Secex – Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SGCN – Sistema de Gestão da Continuidade do Negócio
SGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas do TRT6
SGFM – Sistema de Gestão Funcional de Magistrados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAJ – Sistema de Automação Judiciária de 1º Grau

SIAJ2 – Sistema de Automação Judiciária de 2º Grau
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC – Sistema de Informação de Custos do Governo Federal
SIC-JT – Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho
SICOND – Sistema de Consulta de Dados Operacionais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIGEO – Sistema de Gestão Orçamentária
SIGEP – Sistema Integrado de Gestão de Pessoas
SIGEST – Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do MPOG
SISAC – Sistema de Registro e Avaliação de Atos de Admissão e Concessão
SISCLE – Sistema de Apoio ao Cadastro de Processos Legados no PJe
SISJURIS – Sistema de Controle de Processo para Uniformização de Jurisprudência
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças do TRT6
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Superintendência do Patrimônio da União
SRTE/PE – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Pernambuco
STF – Supremo Tribunal Federal
STI – Secretaria de Tecnologia da Informação do TRT6
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TC – Tomada de Contas
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TCU – Tribunal de Contas da União
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
TRT6 – Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UG – Unidade Gestora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas
URV – Unidade Real de Valor
VPA – Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD – Variações Patrimoniais Diminutivas
VT – Vara do Trabalho

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

1	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	19
2	Correlação entre os macrodesafios e os seus objetivos.....	24
3	Dotação orçamentária inicial para 2015.....	29
4	Ações orçamentárias descentralizadas (Provisões).....	30
5	Descentralizações recebidas para cumprimento de sentenças judiciais.....	30
6	Discriminação do total geral das dotações em 2015.....	30
7	Execução orçamentária por ação.....	31
8	Ações/Subtítulos – OFSS (Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis).....	33
9	Ações/Subtítulos – OFSS (Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais).....	34
10	Ações/Subtítulos – OFSS (Pagamento de Pessoal Ativo da União).....	35
11	Ações/Subtítulos – OFSS (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes).....	37
12	Ações/Subtítulos – OFSS (Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares).....	39
13	Ações/Subtítulos – OFSS (Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares).....	41
14	Ações/Subtítulos – OFSS (Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares).....	42
15	Ações/Subtítulos – OFSS (Comunicação e Divulgação Institucional).....	44
16	Ações/Subtítulos – OFSS (Assistência Jurídica a Pessoas Carentes).....	45
17	Ações/Subtítulos – OFSS (Apreciação de Causa na Justiça do Trabalho).....	46
18	Planos Orçamentários.....	47
19	Alteração orçamentária (Ato CSJT n.º 244/2015).....	48
20	Ações/Subtítulos – OFSS (Construção do Edifício-Sede do TRT6 em Recife).....	52
21	Ações/Subtítulos – OFSS (Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade)...	53
22	Ações não Previstas na LOA 2015 – Restos a Pagar não Processados – OFSS (Pagamento de Aposentadorias e Pensões).....	54
23	Ações não Previstas na LOA 2015 – Restos a Pagar não Processados – OFSS (Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Olinda – PE).....	54
24	Ações não Previstas na LOA 2015 – Restos a Pagar não Processados – OFSS (Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Paulista – PE).....	55
25	Ações não Previstas na LOA 2015 – Restos a Pagar não Processados – OFSS (Reforma e Ampliação de Imóvel para Abrigar o Centro de Informática do TRT6).....	56
26	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	57
27	Detalhamento da conta contábil Obrigações Trabalhistas a Pagar.....	60
28	Passivos com pessoal.....	61
29	Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.....	61
30	Restos a pagar processados.....	62
31	Programação de despesas.....	63
32	Dotações orçamentárias.....	64
33	Autorizações para despesas com pessoal e encargos sociais – 2015.....	65
34	Alterações Orçamentárias – 2015 – Créditos Suplementares (GND-3).....	66
35	Alterações Orçamentárias – 2015 – Dotações Canceladas/Remanejadas – (GND-3).....	67
36	Alterações Orçamentárias – 2015 – Dotações Canceladas/Remanejadas – (GND-4).....	67
37	Alterações Orçamentárias – 2015 – Crédito Extraordinário.....	67
38	Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	68
39	Ações Orçamentárias – Descentralizadas (Provisões).....	69
40	Provisões Recebidas na Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação.....	71

41 Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	72
42 Descentralizações Externas de Crédito Recebidas para Cumprimento de Sentenças Judiciais	73
43 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	74
44 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total	75
45 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	76
46 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	77
47 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários e de Movimentação – Despesas por Modalidade de Contratação	78
48 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários e de Movimentação – Despesas Correntes	79
49 Concessão de suprimento de fundos	82
50 Utilização de suprimento de fundos	83
51 Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de 2015	83
52 Índice de Processos Julgados - IPJ	84
53 Índice de Processos Julgados – IPJ no 2º Grau	85
54 Índice de Execução – IE	86
55 Canais de acesso à Ouvidoria	100
56 Tipos de manifestações recebidas pela Ouvidoria	100
57 Comparativo de dados registrados em exercícios anteriores	101
58 Contas contábeis	106
59 Ativo Circulante – Detalhamento por conta contábil do Caixa e Equivalentes de Caixa	112
60 Ativo Circulante – Detalhamento por conta contábil dos Estoques em 31/12/2015	113
61 Ativo Não Circulante – Comparativo do Imobilizado	114
62 Ativo Não Circulante – Saldo dos Bens Móveis em 31/12/2015 por Conta Contábil	115
63 Ativo Não Circulante – Saldo da Depreciação Acumulada em 31/12/2015 por Conta Contábil	116
64 Ativo Não Circulante – Saldo da Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado em 31/12/2015 por Conta Contábil	117
65 Ativo Não Circulante – Comparativo dos Bens Imóveis	118
66 Ativo Não Circulante – Saldo da Depreciação Acumulada em 31/12/2015 por Conta Contábil	118
67 Passivo Circulante – Saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar em 31/12/2015	119
68 Passivo Circulante – Demais Obrigações a Curto Prazo – Saldo das Demais Obrigações em 31/12/2015	120
69 Patrimônio Líquido – Comparativo da Composição do Patrimônio Líquido em 31/12/2014 e 31/12/2015	121
70 Força de trabalho	129
71 Distribuição da lotação efetiva	129
72 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	129
73 Quantidade de servidores do TRT6 por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2015	132
74 Quantitativo de capacitações por área	134
75 Percentual de capacitações por área	134
76 Quantitativo de servidores capacitados por área (sem repetição)	135
77 Percentual de servidores capacitados por área	135
78 Informações gerais	135
79 Distribuição por área (Diversos)	135
80 Distribuição por área (Tecnologia da Informação)	136
81 Distribuição por área (Gestão de Pessoas)	136
82 Distribuição por área (Gestão Estratégica)	136
83 Distribuição por área (Segurança)	136
84 Distribuição por área (Saúde)	136
85 Distribuição por área (Licitações)	137
86 Distribuição por área (Área Judiciária)	137
87 Distribuição por área (Legislação de Pessoal)	137

88 Distribuição por área (Auditoria Interna).....	137
89 Indicador IGovPessoas	138
90 Relação de processos autuados por servidor em cada Vara do Trabalho (fase de conhecimento)	142
91 Número de processos, na fase de execução, em estoque nas Varas do Trabalho, por servidor ativo lotado nas correspondentes unidades judiciárias.....	145
92 Quantidade de cargos em comissão e funções comissionadas ocupados por servidores integrantes das carreiras judiciárias da União.....	147
93 Despesas com pessoal nos exercícios de 2014 e 2015.....	148
94 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do TRT6.....	152
95 Composição do quadro de estagiários	153
96 Quantidade de veículos próprios	155
97 Média anual de quilometragem dos veículos próprios.....	155
98 Idade média da frota de veículos próprios	155
99 Cenário 1: Aquisição de veículos.....	156
100 Cenário 2: Locação de veículos	157
101 Aquisição versus Locação	157
102 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União	160
103 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	162
104 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	163
105 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	164
106 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	165
107 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	166
108 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	167
109 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	168
110 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	169
111 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	170
112 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	171
113 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	172
114 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	173
115 Despesas com a locação de imóveis no ano de 2015	173
116 Processo Judicial Eletrônico.....	174
117 Sistema de Automação Judiciária de 1º Grau – SIAJ	175
118 Sistema de Automação Judiciária de 2º Grau – SIAJ2	175
119 PETI 2015-2020 – Perspectiva Resultado, Objetivos e Indicadores de Desempenho	177
120 PETI 2015-2020 – Perspectiva Processos Internos, Objetivos e Indicadores de Desempenho	178
121 PETI 2015-2020 – Perspectiva Recursos, Objetivos e Indicadores de Desempenho	179
122 PDTI 2015-2016 – Perspectiva Resultado, Objetivos e Iniciativas	180
123 PDTI 2015-2016 – Perspectiva Processos Internos, Objetivos e Iniciativas	181
124 PDTI 2015-2016 – Perspectiva Recursos, Objetivos e Iniciativas.....	182
125 Resumo das capacitações em TI.....	184
126 Execução do Plano de Capacitação 2014-2015.....	184
127 Treinamentos realizados em 2015.....	185
128 Projeto: Implantar novo portal para a intranet	187
129 Projeto: Sistema de Apoio ao Cadastro de Processos Legados no PJe – SISCLE.....	187
130 Projeto: Sistema Quer Conciliar.....	187
131 Projeto: Sistema de Controle de Processo para Uniformização de Jurisprudência – SISJURIS	187
132 Projeto: Consulta Integrada de Acórdãos com o PJe	187
133 Projeto: Sistema de Gestão Funcional de Magistrados – SGFM	188
134 Projeto: Sistema de Compartilhamento de Cursos entre Escolas Judiciais.....	188
135 Projeto: Atualização do <i>software</i> de gerenciamento de riscos.....	188
136 Projeto: Aquisição de microcomputadores	188

137 Projeto: Aquisições de serviços de suporte e subscrições para os <i>softwares</i> que compõem a infraestrutura do PJe.....	189
138 Projeto: Contratação e implantação de solução de monitoramento do PJe-JT	189
139 Projeto: Implantar a Central de Serviços de TI	189
140 Projeto: Adquirir licenciamento de <i>softwares</i> aplicativos utilizados pelas diversas áreas de apoio ou de negócio	190
141 Deliberação do TCU que permanece pendente de cumprimento	193
142 Medidas administrativas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário	195
143 Requisições e precatórios – Administração Direta	197
144 Requisições e precatórios – Administração Indireta	197
145 Despesas com publicidade	199

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Organograma do TRT6	200
Anexo II - Mapa Estratégico do TRT6 2015-2020	201
Anexo III - Índices de adesão ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho	202
Anexo IV - Metas de acessibilidade atingidas pelo TRT6.....	203
Anexo V – Demonstrativos Contábeis	206
Anexo VI – Mapa Estratégico de Tecnologia da Informação do TRT6 2015-2020.....	221
Anexo VII – Alinhamento do PETI aos Objetivos Estratégicos do TRT6	222
Anexo VIII – Alinhamento do PETI aos Objetivos Estratégicos de TI da Justiça do Trabalho.....	223

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
CAPÍTULO I.....	18
VISÃO GERAL DO TRT6	18
1 Finalidade e competência institucionais.....	18
1.1 Finalidade institucional	18
1.2 Competência institucional	18
2 Organograma.....	18
3 Macroprocesso finalístico	20
CAPÍTULO II	22
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	22
1 Planejamento organizacional.....	22
1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	23
1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	25
1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	26
2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	27
3 Desempenho orçamentário	27
3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade do TRT6 e resultados alcançados.....	27
3.2 Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade do TRT6	32
3.2.1 Ações do OFSS	33
3.2.2 Ações/Subtítulos – OFSS	33
3.2.2 Ações não Previstas na LOA 2015 – Restos a Pagar não Processados – OFSS	54
3.2.3 Ações – Orçamento de Investimento – OI	57
3.2.4 Análise situacional	57
3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	57
3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	57
3.4.1 Análise crítica da gestão do reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	60
3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	61
3.5.1 Análise crítica sobre a gestão dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	61
3.6 Informações sobre a execução das despesas	62
3.6.1 Programação das despesas	62
3.6.1.1 Análise crítica da programação das despesas.....	63
3.6.2 Movimentação de créditos interna e externa.....	68
3.6.3 Realização da despesa	74
3.6.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários – Total.....	74
3.6.3.2 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários – Valores executados diretamente pela UPC.....	74
3.6.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários – Total	75
3.6.3.4 Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários – Valores executados diretamente pela UPC.....	76
3.6.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de movimentação	76
3.6.3.6 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação	76
3.6.3.7 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários e de Movimentação – Despesas por Modalidade de Contratação.....	78
3.6.3.8 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários e de Movimentação – Despesas Correntes.....	79
3.6.3.9 Análise crítica da realização da despesa	81

3.7 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	82
3.7.1 Concessão de suprimento de fundos	82
3.7.2 Utilização de suprimento de fundos	83
3.7.3 Classificação dos gastos com suprimento de fundos	83
3.7.4 Análise crítica sobre a gestão dos recursos	83
4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	83
CAPÍTULO III	87
GOVERNANÇA	87
1 Descrição das estruturas de governança	87
1.1 Unidade de auditoria interna ou de controle interno	87
1.2 Comitês de apoio à governança (gestão de tecnologia da informação)	88
1.2.1 Base normativa, atribuições e forma de atuação dos comitês relacionados às atividades de governança de TI no TRT6	88
1.3 Comitês de apoio à governança (gestão política e orçamentária)	91
1.4 Sistema de correição	92
1.5 Comissão Permanente de Sindicância	93
2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	93
2.1 Atividades de correição executadas no âmbito do TRT6	93
2.2 Principais eventos apurados pela Corregedoria Regional	94
2.3 Providências adotadas pela Corregedoria Regional	95
2.4 Disseminação de boas práticas pela Corregedoria Regional	95
2.5 Sistemática de apuração de ilícitos administrativos e providências adotadas pela CPS	96
3 Gestão de riscos e controles internos	97
CAPÍTULO IV	99
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	99
1 Canais de acesso do cidadão	99
2 Carta de Serviços ao Cidadão	101
3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	101
4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação do TRT6	102
5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	102
CAPÍTULO V	104
DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	104
1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	104
1.1 Disponibilidades	104
1.2 Créditos e dívidas	104
1.3 Estoques	104
1.4 Imobilizado	105
1.5 Intangível	107
1.6 Ajustes de exercícios anteriores	107
2 Sistemática de apuração de custos no âmbito do TRT6	107
3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei n.º 4.320/1964 e notas explicativas	110
3.1 Composição dos principais itens das demonstrações	110
3.1.1 Balanço Financeiro	110
3.1.2 Balanço Patrimonial	112
3.1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais	121
3.1.4 Balanço Orçamentário	123
3.1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	126
CAPÍTULO VI	128
ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	128
1 Gestão de pessoas	128

1.1 Estrutura de pessoal do TRT6	128
1.1.1 Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição do TRT6.....	128
1.1.2 Relação entre servidores efetivos e temporários	130
1.1.3 Análise crítica sobre a situação da força de trabalho do TRT6.....	130
1.1.4 Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim	131
1.1.5 Qualificação da força de trabalho do TRT6 por nível de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria e idade	132
1.1.6 Política de capacitação e treinamento de pessoal.....	132
1.1.7 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas	137
1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	148
1.2.1 Análise crítica sobre as despesas com pessoal	149
1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	149
1.3.1 Ações adotadas para identificar eventuais irregularidades na acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e na terceirização de cargos	149
1.3.2 Medidas adotadas para tratar as irregularidades identificadas	149
1.3.3 Riscos identificados na gestão de pessoas e as providências adotadas para mitigá-los.....	150
1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	151
1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular).....	151
1.4.2 Contratação de estagiários.....	153
2 Gestão do patrimônio e infraestrutura	153
2.1 Gestão da frota de veículos	153
2.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.....	153
2.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades do TRT6.....	154
2.1.3 Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade do TRT6, discriminados por grupos, segundo a sua classificação, e a totalização por grupo e geral.....	154
2.1.4 Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a sua classificação.....	155
2.1.5 Idade média da frota, por grupo de veículos	155
2.1.6 Despesas associadas à manutenção da frota de veículos próprios	155
2.1.7 Plano de substituição da frota de veículos próprios	155
2.1.8 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação	156
2.1.9 Estrutura de controles de que o TRT6 dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.....	157
2.1.9.1 Sistema de abastecimento.....	157
2.1.9.2 Sistema de manutenção	158
2.1.9.3 Relatórios inteligentes	158
2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	159
2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	159
2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	161
2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	172
3. Gestão da tecnologia da informação	174
3.1 Principais sistemas de informações.....	174
3.1.1 Avaliação de riscos relacionados à continuidade e à disponibilidade dos principais sistemas de informações e as medidas adotadas para mitigar eventuais riscos.....	175
3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação.....	176
3.2.1 Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação	176
3.2.2 Plano Diretor de Tecnologia da Informação	179
3.3 Processo Judicial Eletrônico (PJe)	183
3.3.1 Atualizações no sistema PJe.....	184

3.4 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação	184
3.5 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI	184
3.6 Descrição do quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI.....	186
3.7 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI.....	186
3.8 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no exercício de 2015.....	186
3.9 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para o TRT6	190
4. Gestão ambiental e sustentabilidade	190
4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	191
CAPÍTULO VII.....	193
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	193
1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	193
2. Tratamento de recomendações do OCI	194
2.1 Auditoria de avaliação da política de capacitação continuada baseada em competências.....	194
2.2 Auditoria referente às concessões e às utilizações de suprimento de fundos.....	194
2.3 Auditoria relativa às concessões e aos pagamentos de diárias.....	194
2.4 Auditoria de conformidade nos procedimentos licitatórios referentes ao Sistema de Registro de Preços	194
2.5 Auditoria de avaliação de controles internos no processo de cadastramento dos inativos e pensionistas	195
2.6 Auditoria referente aos bens móveis	195
3 Medidas administrativas adotadas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	195
4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no artigo 5º da Lei 8.666/1993	195
5 Gestão de precatórios	196
5.1 Requisições e precatórios da Administração Direta e Indireta	196
5.2 Análise crítica sobre a gestão de precatórios sob responsabilidade do TRT6	198
6 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	198
7 Informações sobre ações de publicidade e propaganda	199

APRESENTAÇÃO

Em consonância com as prescrições insertas na IN TCU n.º 63, de 1º de setembro de 2010 – que estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da Administração Pública Federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do artigo 7º da Lei n.º 8.443/1992 –, na DN TCU n.º 146, de 30 de setembro de 2015 – que dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2015, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do artigo 3º da IN n.º 63/2010 –, o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO apresenta o RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, na forma individual.

O RG 2015 contempla os conteúdos estabelecidos no Anexo II da DN n.º 146/2015, observando, ainda, a estrutura e os requisitos previstos no sistema e-Contas e na Portaria TCU n.º 321, de 30 de novembro de 2015.

Além das informações de cunho obrigatório, oportuno citar as principais realizações da gestão no exercício de 2015: **i)** intensificação das ações do Programa Trabalho Seguro, visando ampliar a cultura de prevenção de acidentes no ambiente laboral; **ii)** continuidade das ações de capacitação de magistrados e servidores, que totalizaram 14 mil hora/aula, cabendo destaque para o Itinerário Formativo sobre o novo Código de Processo Civil e as suas implicações na Justiça do Trabalho e no Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias; **iii)** desenvolvimento do Programa de Gestão por Competências, que será adotado nacionalmente na Justiça do Trabalho em 2016; **iv)** promoção de mutirões com o propósito de solucionar os conflitos trabalhistas com rapidez e justiça, apurando o montante de aproximadamente R\$ 26 milhões, com encerramento de 2.754 ações e atendimento de 13.100 pessoas; **v)** ampliação do quadro de pessoal do TRT6, que passou a contar com mais 10 juízes do trabalho substitutos e 126 servidores, objetivando dar celeridade e aprimorar a prestação jurisdicional; **vi)** recebimento do Selo Diamante, a mais alta condecoração do Conselho Nacional de Justiça para destacar as instituições com o melhor desempenho na administração de dados estatísticos; **vii)** desenvolvimento de estudo sobre acessibilidade e condições de trabalho de magistrados e servidores com mobilidade reduzida ou outro tipo de deficiência, com vistas a oferecer cada vez mais qualidade de vida funcional e um ambiente receptivo para os públicos interno e externo; **viii)** celebração de novo convênio com instituição sem fins lucrativos responsável pela inclusão de deficientes auditivos no mercado de trabalho, visando à ampliação da quantidade de contratados, de 20 para 30, atuando na digitalização de processos.

Entre as principais dificuldades encontradas pelo TRT6 para realização dos objetivos institucionais no ano de 2015, certamente a que causou maior impacto foi a interdição do Edifício Sudene, local em que funcionavam as 23 Varas do Trabalho do Recife e os setores de apoio (Fórum Advogado José Barbosa de Araújo).

Com vistas a minimizar o impacto dessa interdição aos mais de 3 mil jurisdicionados que eram atendidos diariamente no Fórum Advogado José Barbosa de Araújo, este Tribunal adotou algumas medidas, a exemplo da transferência das unidades judiciárias de primeira instância da capital para o Fórum Trabalhista de Jaboatão dos Guararapes, bem como da instituição das Centrais de Execução e Audiências.

Finalmente, cumpre destacar que o RG foi elaborado de modo a possibilitar a visão sistêmica da conformidade e do desempenho da gestão do TRT6 no exercício de 2015, na medida em que, além de ser um instrumento para os órgãos de controle e de autorreflexão sobre a gestão, trata-se de uma forma de prestar contas à sociedade.

CAPÍTULO I

VISÃO GERAL DO TRT6

1 Finalidade e competência institucionais

1.1 Finalidade institucional

A finalidade institucional do TRT6 consiste em atender a sociedade no âmbito do Estado de Pernambuco, solucionando, de forma rápida e eficaz, os conflitos decorrentes das relações de trabalho.

1.2 Competência institucional

A competência institucional corresponde às atribuições da UJ, definidas em lei, estatuto ou regimento, a serem executadas por intermédio de políticas públicas para atender às necessidades dos seus beneficiários diretos e indiretos.

A competência da Justiça do Trabalho é atribuída pelo artigo 114 da Constituição Federal e pela legislação ordinária que disciplina a formação e o funcionamento de seus órgãos e serviços.

Dessa forma, compete ao TRT6 processar e julgar, no âmbito do Estado de Pernambuco:

- as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- as ações que envolvam exercício do direito de greve;
- as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;
- os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
- os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no artigo 102, inciso I, alínea 'o';
- as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;
- as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
- a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, 'a', e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; e
- outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

2 Organograma

A estrutura organizacional da segunda instância do TRT6 conta com os gabinetes da Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria Regional, 19 (dezenove) Gabinetes de Desembargadores Federais do Trabalho, 04 (quatro) Turmas e o Tribunal Pleno, ao passo que, na primeira instância, este

Órgão possui um total de 70 (setenta) Varas do Trabalho e 02 (dois) Postos Avançados da Justiça do Trabalho.

A seguir, consta quadro relativo às informações sobre as áreas ou subunidades mais estratégicas da gestão deste órgão, detalhando as principais competências, os titulares responsáveis com os respectivos períodos de atuação.

1 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Dirigir o serviço judiciário e administrativo do Tribunal, executando as suas decisões e as proferidas pelo Tribunal Pleno.	Ivanildo da Cunha Andrade	Desembargador do Trabalho	01/01/2015 a 04/02/2015
		Gisane Barbosa de Araújo	Desembargadora do Trabalho	05/02/2015 a 31/12/2015
Vice-Presidência	Substituir o Presidente nos afastamentos e praticar os atos, como também exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente (No período: recursos de competência hierarquicamente superior, precatórios e requisições de pequeno valor da União).	Pedro Paulo Pereira Nóbrega	Desembargador do Trabalho	01/01/2015 a 04/02/2015
		Virgínia Malta Canavarro	Desembargadora do Trabalho	05/02/2015 a 31/12/2015
Corregedoria Regional	Realizar correição nas Varas do Trabalho em Pernambuco, como também deliberar quanto às designações dos juízes do trabalho substitutos para funcionar nas diversas Varas, observando o zoneamento fixado pelo TRT6 e as normas que presidem a movimentação dos magistrados.	Virgínia Malta Canavarro	Desembargadora do Trabalho	01/01/2015 a 04/02/2015
		Ivan de Souza Valença Alves	Desembargador do Trabalho	05/02/2015 a 31/12/2015
Tribunal Pleno	Julgar as ações originárias.	19 Desembargadores	Desembargadores do Trabalho	01/01/2015 a 31/12/2015
Turmas	Julgar as ações em grau de recurso e as ações originárias.	4 Turmas de 4 Desembargadores	Desembargadores do Trabalho	01/01/2015 a 31/12/2015
Gabinetes dos Desembargadores	Julgar as ações em grau de recurso e as ações originárias.	19 Desembargadores	Desembargador do Trabalho	01/01/2015 a 31/12/2015
Varas do Trabalho	Julgar as ações trabalhistas no primeiro grau.	70 Juízes do Trabalho	Juiz do Trabalho	01/01/2015 a 31/12/2015

Fonte: CGE

Cumpra esclarecer que o organograma funcional do TRT6, alterado em 2015, consta do Anexo I deste relatório de gestão.

3 Macroprocesso finalístico

O macroprocesso finalístico do TRT6, qual seja o processo de reclamação trabalhista, engloba um conjunto de atividades que possibilita a esta UPC a geração de valor à sociedade ao realizar a missão institucional, que é a sua razão de ser.

Em geral, ele tem início com o ajuizamento da ação trabalhista e, após a prática dos atos próprios da fase de conhecimento, tem-se a prolação da sentença. Em seguida, dá-se início à fase de execução do julgado. A tramitação do macroprocesso envolve unidades de primeiro grau (Varas Trabalhistas) e segundo grau (Gabinetes de Desembargadores e Tribunal Pleno).

Por meio da Resolução Administrativa TRT n.º 20/2010, este tribunal implementou o Manual de Rotinas e Procedimentos para a fase cognitiva, nas reclamações trabalhistas, contendo os fluxos dos principais conjuntos de atividades e descrição dos respectivos procedimentos.

Em 2014, este Regional totalizou a instalação do Processo Judicial Eletrônico – PJe nos primeiro e segundo graus de jurisdição.

A implantação do PJe no TRT6 foi alvo de ações de treinamento e divulgação de informações, a fim de proporcionar ao público interno e externo condições de utilizar essa moderna plataforma de acesso à Justiça.

Encontra-se disponibilizado no portal do TRT6 (<http://www.trt6.jus.br/portal/pje>) informações sobre o Processo Judicial Eletrônico de 1º e 2º graus, atos, fluxos, vídeos demonstrativos, bem como todos os manuais de utilização às diferentes categorias de usuários do sistema. Tal material, desenvolvido pela Escola Judicial deste Tribunal e pela Secretaria de Tecnologia da Informação tem sido constantemente atualizado e aprimorado.

O principal produto gerado pelo macroprocesso finalístico do TRT6 é a prestação jurisdicional, buscando solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho no Estado de Pernambuco, de forma efetiva, ética e transparente, promovendo ações que visem ao fortalecimento da cidadania e da paz social. Destacam-se como principais clientes: empregado, empregador, Ministério Público do Trabalho, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sindicatos e associações.

Com a finalidade precípua de atender ao jurisdicionado frente às demandas das relações de trabalho, esta Especializada vem utilizando sistemas e/ou bancos de dados de alguns parceiros externos, órgãos/autarquias, a fim de obter informações ou meios que auxiliem a efetividade da prestação jurisdicional.

Para tanto, o TRT6 mantém Termos de Cooperação Técnica com o Departamento de Trânsito de Pernambuco – DETRAN/PE e com a Junta Comercial de Pernambuco – JUCEPE. Além desses convênios, tem renovado o contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, cujo sistema permite acesso a alguns dados da Receita Federal por meio de consulta ao CPF e/ou CNPJ das partes.

O TRT6 também tem mantido a adesão aos convênios firmados pelo TST com o Banco Central (Sistema BACENJUD) e ao celebrado com a Secretaria da Receita Federal (Sistema INFOJUD); bem como ao convênio firmado entre o TRT6 e a IOB – Informações Objetivas, Publicações Jurídicas Ltda.

Além dos órgãos elencados como parceiros, peritos, bancos (dados do FGTS, folhas de pagamento) e o INSS também atuam como fornecedores de informações e dados para execução dos processos.

O TRT6 conta, ainda, com parceria com instituições bancárias oficiais para depósito de alvarás e precatórios.

O macroprocesso finalístico do TRT6 recebe o apoio de outros macroprocessos, os quais têm como objetivo oferecer as condições para realização efetiva do conjunto de ações mais importantes da organização. Daí serem denominados macroprocessos de suporte ou apoio, podendo ser elencados a gestão de pessoas, a gestão de logística e infraestrutura, a gestão orçamentária e financeira, a gestão de TI, a gestão estratégica, a auditoria e o controle interno, bem como a gestão de comunicação.

Desses macroprocessos, destacam-se algumas entregas importantes para a realização da atividade-fim: os equipamentos de informática, os sistemas de TI, as máquinas e os equipamentos, os serviços e sistemas de acesso à rede mundial de computadores e da rede corporativa, as atividades de treinamento e capacitação, as instalações e o quadro de pessoal.

O Tribunal tem dado continuidade ao trabalho de mapeamento dos processos de apoio, iniciado em 2012, cujos fluxos encontram-se disponibilizados em seu portal (internet e intranet), nos seguintes endereços: <http://www.trt6.jus.br/portal/planejamento-estrategico> e <http://novaintranet.trt6.jus.br/sti/processosdeti>, <http://novaintranet.trt6.jus.br/institucional/diarias-e-passagens>. Ressalte-se que consta no planejamento estratégico em vigência o projeto estratégico intitulado Programa de Otimização de Processos Críticos.

CAPÍTULO II

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

1 Planejamento organizacional

Em 2015, o TRT6 iniciou a execução de seu plano estratégico com abrangência de seis anos (período de 2015 a 2020), instituído na Resolução Administrativa n.º 25/2014, de 16 de dezembro de 2014. O referido plano foi elaborado, no decorrer do ano de 2014, em um processo participativo envolvendo representantes de todas as unidades judiciais e administrativas do Tribunal, buscando o alinhamento com as diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Considerando a necessidade de revisar o plano estratégico estabelecido pela Resolução n.º 70/2009, o CNJ, por meio da Resolução n.º 198, de 1º de julho de 2014, definiu o desdobramento da estratégia do Poder Judiciário por segmento de justiça e a obrigatoriedade dos tribunais regionais alinharem seus respectivos planos estratégicos à Estratégia Nacional, com a possibilidade de revisões periódicas. Desse modo, foi antecipada a elaboração do novo Planejamento Estratégico do TRT6 com abrangência de seis anos (2015-2020).

O Planejamento Estratégico no âmbito da Justiça do Trabalho foi coordenado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e com a participação de todos os regionais trabalhistas. O Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho teve como objetivo a implementação de ações estratégicas que nortearão o Judiciário trabalhista pelo período de 2015 a 2020.

A vinculação entre o Planejamento Estratégico do TRT6 e a sua finalidade institucional é demonstrada na metodologia de gestão *Balanced Scorecard* – BSC adotada e adequada pelo TRT6. A estratégia do TRT6 é composta pelas perspectivas sociedade, processos internos e recursos, com temas e objetivos que visam à busca pela excelência nos resultados oferecidos à sociedade, estando em total consonância com a missão do TRT6 – “*Solucionar os conflitos decorrentes das relações de trabalho, de forma efetiva, ética e transparente, promovendo ações que visem ao fortalecimento da cidadania e da paz social*” –, bem como com a visão e os valores institucionais.

Em termos constitucionais, destaca-se o objetivo “*Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho*”. Todavia, todos os objetivos estratégicos do TRT6 visam à busca pela excelência nos resultados oferecidos à sociedade, fortalecendo os processos de governança, estabelecendo políticas de gestão de pessoas, aprimorando a infraestrutura que facilitem o acesso à Justiça do Trabalho.

A estratégia do TRT6 foi definida e descrita visualmente por meio do Mapa Estratégico do TRT6 (Anexo II), sintetizando a estratégia adotada e expressando os objetivos estratégicos nas perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Recursos, com a finalidade de cumprir a missão e alcançar a visão institucional.

No Planejamento Estratégico do TRT6 para o período de 2015-2020, foram definidos 12 indicadores e metas e 17 projetos estratégicos. Alinhado com o Plano Estratégico da Justiça do

Trabalho, o Planejamento Estratégico deste Tribunal adotou 10 dos indicadores nacionais e incluiu outros dois indicadores considerados importantes para a sua estratégia.

Em decorrência da proximidade do final da vigência do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI 2013-2015 e da necessidade de alinhamento com as diretrizes do Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020, foi elaborado o novo PETI, cuja vigência corresponde ao período de 2015 até 2020.

O PETI 2015-2020 encontra-se alinhado ao Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, conforme estabelecido na Resolução CSJT n.º 145, de 28 de novembro de 2014, como também, ao Plano Estratégico do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conforme estabelecido na Resolução CSJT n.º 146/2014, de 28 de novembro de 2014.

1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Planejamento Estratégico do TRT6 para o período de 2015-2020 foi aprovado pelo Tribunal Pleno em 16 de dezembro de 2014, contendo todos os objetivos e projetos estratégicos a serem desenvolvidos pela instituição nos próximos exercícios, estando disponibilizado na internet e na intranet.

O Plano Estratégico do TRT6 descreve a sua estratégia a partir da visão da organização, alinhando objetivos, indicadores e metas, de forma que as unidades organizacionais planejem as iniciativas de maneira coordenada.

Para o TRT6 foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

- Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho;
- Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na governança institucional;
- Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária;
- Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo;
- Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo;
- Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional;
- Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida;
- Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial;
- Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação; e
- Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à Estratégia.

O referido plano estratégico do TRT6 2015-2020 possui 12 (doze) indicadores e 17 (dezessete) projetos estratégicos. Destaca-se que a diretriz atual dá ênfase para resultados e efetividade. E, para a busca do alcance desses objetivos, foram definidos os seguintes projetos estratégicos:

- Programa de excelência das atividades;
- Promover a governança colaborativa;
- Programa de otimização do processo de execução;
- Programa de produtividade inovadora;
- Programa de fomento à conciliação;
- Implantar política de comunicação;

- Implantar gestão sustentável;
- Estabelecer parcerias visando prevenir a ocorrência das demandas repetitivas dos litigantes contumazes;
- Promover política de qualidade de vida;
- Programa de otimização de processos críticos;
- Programa de consolidação da cultura organizacional em segurança da informação;
- Implantar gestão de riscos;
- Promover política de gestão de pessoas;
- Programa de adequação e manutenção da infraestrutura de TI;
- Implantar governança de TI de forma sistemática;
- Programa de melhorias de infraestrutura; e
- Programa de gestão documental e memória.

O processo de planejamento do TRT6 teve como ponto de partida a elaboração do Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário Nacional 2015-2020 pelo CNJ, onde o glossário expressa as diretrizes e os macrodesafios (objetivos) a serem alcançados pelos segmentos de justiça.

O alinhamento ocorreu em três níveis: o plano nacional, o plano da Justiça do Trabalho e o plano do TRT6. No quadro a seguir, apresenta-se a correlação entre os macrodesafios e os seus objetivos:

2 Correlação entre os macrodesafios e os seus objetivos

	Nacional	Justiça do Trabalho	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
Macrodesafios/Objetivos	Efetividade na prestação jurisdicional	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos de cidadania	Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho
	Garantia dos direitos de cidadania	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos de cidadania	Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na governança institucional
	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional
	Adoção de soluções alternativas de conflito	Estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito	Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo
	Melhoria da gestão de pessoas	Promover a melhoria de gestão de pessoas e da qualidade de vida	Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida
	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Aperfeiçoar a gestão de custos	Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à Estratégia
	Instituição da governança judiciária	Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção	Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária
	Melhoria da infraestrutura e governança de TIC	Aprimorar a infraestrutura e a governança de TI	Aprimorar a governança de TIC

Fonte: CGE

O alinhamento também ocorre, em um caso mais específico, entre o Programa de Excelência das Atividades, dividido em dois projetos: Implantar Padrão de Excelência nas Atividades Fins e Implantar Padrão de Excelência nas Atividades de Apoio, vinculados a uma atividade permanente do PPA.

1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

No decorrer de 2015, o TRT6 desenvolveu ações vinculadas a sua Estratégia, referente ao período 2015-2020, com o intuito de alcançar a sua visão de futuro: *“Ser um tribunal de referência na qualidade, agilidade, efetividade na prestação dos serviços e valorizado pelo seu quadro funcional”*.

Importa destacar que o Planejamento Estratégico do TRT6 referente ao período 2015-2020 encontra-se na fase inicial de implementação dos projetos estratégicos.

Em uma análise comparativa do plano estratégico anterior com o atual, observa-se que se o foco anterior foi profissionalização, capacitação e reestruturação, a diretriz atual evoluiu para resultados e efetividade. Para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para 2015-2020, foram elaboradas algumas iniciativas, projetos estratégicos, direta e indiretamente impactantes nesses objetivos.

A gestão de projetos tem algumas peculiaridades nos processos atinentes ao seu desenvolvimento. Didaticamente, esses processos são divididos em cinco grupos: iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle, e encerramento. Não são procedimentos lineares, razão por que, muitas vezes, sobrepõem-se. Por exemplo, um processo de gestão em iniciação sendo executado pode ter algum processo de planejamento sendo realizado concomitantemente.

Embora o portfólio estratégico esteja em fase inicial e de planejamento, em sua grande maioria, há alguns resultados a destacar.

O Programa de Excelência das Atividades é constituído dos projetos estratégicos: Implantar Padrão de Excelência nas Atividades Fins e Implantar Padrão de Excelência nas Atividades de Apoio. O escopo deste programa tem grande impacto nos objetivos estratégicos, em razão de os resultados esperados terem influência em grande parte dos objetivos estratégicos. O projeto com escopo nas atividades fins realizou cursos para 211 turmas, entre magistrados e servidores, ao passo que o projeto com escopo nas atividades meio foi constituído de três subprojetos: Programa de Governança – PG, Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG e Programa de Excelência no Atendimento ao Público – PEAP.

O PDG tem correlação direta com a gestão de competências institucional e visa reduzir a lacuna (*gap*) de competências essenciais. O PG tem uma interação significativa com outros projetos estratégicos: Promover a Governança Colaborativa e Implantar a Gestão de Riscos, porquanto inclui capacitação dos servidores nesse tema, relativamente novo no âmbito do Poder Judiciário. Em 2015, foi realizada capacitação com gestores do TRT6 sobre o tema Governança no Setor Público e para 2106, encontra-se planejada a realização de capacitação para implantação da gestão de riscos.

Para o alcance do objetivo estratégico *“Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária”*, foram iniciados os projetos Promover a Governança Colaborativa e Implantar Gestão de Riscos, complementares entre si, por ser a gestão de riscos um componente do

mecanismo de controle da governança. Tais projetos estão em estágio inicial, na etapa de planejamento.

O Programa de Otimização de Processos Críticos impacta nos objetivos *“Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária”* e *“Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional”*. Os resultados dessa iniciativa auxiliam diretamente na inserção da governança e da gestão de riscos, como também do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico a ser implantado no TRT6. Em 2015, o TRT6 deu continuidade à racionalização dos seus processos de trabalho, com o mapeamento de 11 processos do macroprocesso de gestão de pessoas.

O projeto estratégico Implantar Gestão Sustentável é uma iniciativa que visa atingir o objetivo *“Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na governança institucional”* e atender ao disposto na Resolução CNJ n.º 201/2015. Nesse quadro, foi elaborado o Plano de Logística Sustentável – PLS, o qual foi aprovado pelo Ato TRT-GP n.º 50/2016, de 18 de fevereiro de 2016. O PLS do TRT6 encontra-se disponibilizado no sítio do TRT6 na intranet e na internet.

Os projetos estratégicos Programa de Produtividade Inovadora, Promover Política de Qualidade de Vida e Promover Política de Gestão de Pessoas têm forte impacto nos objetivos: *“Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho”*; *“Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional”*; *“Fortalecer os processos de governança administrativa e judiciária”*; *“Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo”*; e *“Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento de competências e na qualidade de vida”*. Para vislumbrar o alcance dos efeitos desses projetos, torna-se importante ressaltar os seus objetivos específicos: inovação e meritocracia, clima organizacional e motivação, transparência e governança institucional, respectivamente.

Quanto aos projetos Programa de Otimização do Processo de Execução e Programa de Fomento à Conciliação, eles têm o escopo direcionado à área-fim, com forte impacto nos objetivos estratégicos: *“Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho”*; *“Fomentar a conciliação e a duração razoável do processo”* e *“Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional”*, visando obter maior celeridade e efetividade na resolução de causas trabalhistas.

Observou-se que a quantidade de solução de conflitos por conciliação tem apresentado um declínio entre os tribunais de médio porte da Justiça do Trabalho. O projeto, por sua vez, colhe resultados significativos que minimizam os efeitos dessa tendência: em 2015, foram celebrados 925 acordos, resultando no pagamento de R\$ 28.974.937,16 em favor de credores trabalhistas.

1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A vinculação entre o Planejamento Estratégico do TRT6 e a sua finalidade institucional é demonstrada na metodologia de gestão *Balanced Scorecard* – BSC adotada e adequada pelo TRT6. A estratégia do TRT6 é composta pelas perspectivas sociedade, processos internos e recursos, com temas e objetivos que visam à busca pela excelência nos resultados oferecidos à sociedade, estando em total consonância com a missão do TRT6 – *“Solucionar os conflitos decorrentes das relações de trabalho no âmbito de Estado de Pernambuco, de forma rápida e eficaz, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e da paz social”* –, bem como com a visão e os valores institucionais.

Em termos constitucionais, importa destacar o objetivo *“Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do*

Trabalho”. Entretanto, todos os objetivos estratégicos do TRT6 visam à busca pela excelência nos resultados oferecidos à sociedade, otimizando os processos de trabalho, capacitando os servidores, disponibilizando recursos e novas idéias que facilitem o acesso à Justiça do Trabalho.

Algumas ações estratégicas, em especial a do projeto estratégico Programa de Excelência das Atividades, estão vinculadas ao plano orçamentário de Capacitação de Recursos Humanos constante no PPA.

O projeto estratégico Implantar Política de Comunicação está vinculado à ação orçamentária de Comunicação e Divulgação Institucional.

No tocante às melhorias das instalações físicas, o TRT6 teve, em 2015, a inicialização do projeto estratégico Programa de Melhorias de Infraestrutura, que está vinculado à ação orçamentária de Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho.

Para o alcance dos seus objetivos estratégicos, o TRT6 deu continuidade, no exercício em referência, às ações desenvolvidas em 2014, como o Movimento de Conciliação, de modo a solucionar os conflitos trabalhistas com rapidez e justiça; a semana da execução, contribuindo para o objetivo estratégico de fomentar a conciliação e a duração razoável do processo; e os investimentos e avanços na área de tecnologia da informação.

2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O Plano Estratégico do TRT6 2015-2020, alinhado ao Plano Nacional do Poder Judiciário e ao Plano da Justiça do Trabalho, traz indicadores nacionais para fins de monitoramento e controle da execução da estratégia, os quais são diretamente relacionados às metas nacionais e específicas da Justiça do Trabalho e aos objetivos estratégicos constantes no Plano deste Tribunal.

O acompanhamento e a comunicação dos resultados do desenvolvimento dos projetos estratégicos, dos indicadores e das metas são realizados através de relatórios de análise crítica, metodologia de gestão de projetos e pelo Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho – SIGEST, onde se verifica a evolução das iniciativas na Estrutura Analítica de Projeto – EAP e o alcance institucional nos objetivos e nas metas.

A análise e a comunicação do desempenho institucional referente ao alcance das metas, acompanhamento de indicadores e desenvolvimento de projetos e iniciativas são realizadas na Reunião de Avaliação Estratégica – RAE, evento de periodicidade quadrimestral.

Os dados e as informações referentes ao desenvolvimento operacional são obtidos a partir do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão, ferramenta que tem como objetivo fornecer à Justiça do Trabalho informações atualizadas sobre a estrutura administrativa e à atividade judicante de primeiro e segundo graus.

3 Desempenho orçamentário

3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade do TRT6 e resultados alcançados

O Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 (PPA 2012-2015), instituído pela Lei n.º 12.593, de 18 de janeiro de 2012, trata-se de instrumento de planejamento governamental, previsto no art. 165 da CF, destinado a refletir as políticas públicas e a organizar a

atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, assim definidos:

- Programa Temático: expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e
- Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

De acordo com o Anexo II da lei que instituiu o PPA 2012-2015, os programas 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista e 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, executados pela Justiça do Trabalho, inserem-se no tipo de Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, estando expressos na lei orçamentária anual e nas leis de crédito adicional.

De caráter finalístico, o Programa Prestação Jurisdicional Trabalhista aglutina ações que concorrem diretamente para a garantia plena do direito à Justiça, representada pela missão de conciliar e julgar os dissídios trabalhistas.

O Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União, por sua vez, objetiva atender ao pagamento de aposentadorias e pensões.

Esses programas estão segregados em ações, que, neste Tribunal, foram compostas, em 2015, por Atividades, Projetos e Operações Especiais.

O orçamento do TRT6 para o exercício de 2015, aprovado mediante a publicação da Lei n.º 13.115, de 20 de abril de 2015, apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 628.383.937,00, distribuída por Ações da seguinte forma:

3 Dotação orçamentária inicial para 2015

PROGRAMA PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	133.101.483,00
Operações Especiais	133.101.483,00
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	133.101.483,00
PROGRAMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	495.282.454,00
Atividades	430.245.027,00
Pagamento de Pessoal Ativo da União	340.496.070,00
Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes	15.438.720,00
Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos servidores e empregados	2.658.744,00
Auxílio-Transporte aos servidores e empregados	300.000,00
Auxílio-Alimentação aos servidores e empregados	19.200.000,00
Comunicação e Divulgação Institucional	1.600.000,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	2.000.000,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	48.551.493,00
Operações Especiais	63.919.156,00
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	219.156,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	63.700.000,00
Projetos	1.118.271,00
Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região em Recife (PE)	1.118.271,00
TOTAL DO ORÇAMENTO INICIAL PARA 2014	628.383.937,00

Fonte: LOA n.º 13.115 de 20/04/2015

No decorrer do exercício de 2015, este Tribunal obteve aporte orçamentário oriundo de créditos suplementares, no montante de R\$ 84.128.738,00 e de créditos extraordinários no total de R\$ 1.454.456,00. Houve cancelamento de dotações na ordem de R\$ 5.053.360,00.

O TRT6 também obteve acréscimos originados de provisões recebidas do TST e do CSJT, totalizadas em R\$5.007.320,67, para execução das Ações Orçamentárias de *Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho, Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico, Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação e Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados*, conforme detalhamento a seguir:

4 Ações orçamentárias descentralizadas (Provisões)

Ações Orçamentárias Descentralizadas (Provisões)	Descentralização Recebida (R\$)
Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	660.864,49
Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico	211.052,00
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	3.971.081,34
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	164.322,84
TOTAL	5.007.320,67

Fonte: SIAFI 2015

As descentralizações recebidas dos órgãos da Administração Direta e Indireta destinadas ao atendimento das sentenças judiciais transitadas em julgado (Pecatórios e Requisições de Pequeno Valor) totalizaram o montante de R\$ 3.769.288,25, distribuídas da seguinte forma:

5 Descentralizações recebidas para cumprimento de sentenças judiciais

Cumprimento de Sentenças Judiciais	Descentralização Recebida (R\$)
Pecatórios (Destaques)	2.602.397,00
Requisição de Pequeno Valor – RPV (Provisões)	1.166.891,25
TOTAL	3.769.288,25

Fonte: SIAFI 2015

Assim, o orçamento total disponibilizado à Sexta Região, no exercício de 2015, importou em R\$ 717.703.748,92, considerados os créditos iniciais consignados na Lei Orçamentária Anual, os créditos adicionais e as descentralizações recebidas (provisões e destaques), bem como o cancelamento de dotações, não incluso, no crédito utilizado empenhado da Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, o montante de R\$ 2.527.155,12, descentralizado à Sudene, visando ao pagamento do ressarcimento das despesas orçamentárias comuns (água, energia elétrica, manutenção, limpeza e outras), conforme discriminado a seguir:

6 Discriminação do total geral das dotações em 2015

Discriminação do Total Geral das Dotações em 2015	
Orçamento Inicial Aprovado – 13.115 de 20/04/2015 (LOA/2015) (A)	628.383.937,00
Créditos Suplementares (B)	84.128.738,00
Créditos Extraordinários (Abertos e Reabertos) (C)	1.454.456,00
Cancelamento de Dotações (D)	-5.053.360,00
Provisões Recebidas, inclusive RPV (E)	6.174.211,92
Destaques Recebidos para Pecatórios (F)	2.615.766,00
TOTAL GERAL DISPONIBILIZADO (H) = (A) + (B) + (C) + (D) + (E) + (F) + (G)	717.703.748,92

Fontes: Lei Orçamentária Anual n.º 13.115 de 20/04/2015 e SIAFI 2015

A execução das ações destinadas a este Tribunal está disposta, de forma sintética, no quadro a seguir, refletindo uma utilização de 99,12% do total disponibilizado:

7 Execução orçamentária por ação

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
Ações Orçamentárias e Planos Orçamentários	(A)	(B)	(C) = (A) – (B)	(D) = (B/A)*100
	Orçamento Autorizado (créditos iniciais (+) créditos adicionais (-) cancelamentos)	Orçamento Utilizado (Despesa empenhada)	Orçamento Não Utilizado	% Execução Orçamento
Pagamento de Pessoal Ativo da União	382.074.858,00	382.074.858,00	0,00	100,00
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	155.514.120,00	155.514.120,00	0,00	100,00
Contribuição da União Custeio do Regime de Previdência	69.771.007,00	69.771.007,00	0,00	100,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho ¹	56.865.382,00	50.617.002,67	6.248.379,33	89,01
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	2.600.000,00	2.600.000,00	0,00	100,00
Comunicação e Divulgação Institucional	1.465.000,00	1.423.036,84	41.963,16	97,14
Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	660.864,49	660.864,49	0,00	100,00
Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico	211.052,00	211.052,00	0,00	100,00
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	3.971.081,34	3.971.081,34	0,00	100,00
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	164.322,84	164.322,84	0,00	100,00
Benefícios Assistenciais decorrentes de Auxílio Funeral e Natalidade	219.156,00	219.156,00	0,00	100,00
Assistência Médica e Odontológica	15.438.720,00	15.438.720,00	0,00	100,00
Assistência Pré-Escolar	2.700.381,00	2.700.381,00	0,00	100,00
Auxílio-Transporte	300.000,00	300.000,00	0,00	100,00
Auxílio-Alimentação	21.965.147,00	21.965.147,00	0,00	100,00
Cumprimento de Sentença Judicial (Precatórios) ²	2.615.766,00	2.566.879,98	35.517,02	98,64
Cumprimento de Sentença Judicial (RPV)	1.166.891,25	1.166.891,25	0,00	100,00
Construção do Edifício-Sede do TRT da 6ª Região	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	717.703.748,92	711.364.520,41	6.325.859,51	99,12

Fonte: SIAFI 2015

Nota 1: Incluso, no crédito utilizado empenhado da Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, o montante de R\$ 2.527.155,12, descentralizado à Sudene, visando ao pagamento do ressarcimento das despesas orçamentárias comuns (água, energia elétrica,

manutenção, limpeza e outras), decorrentes do rateio da despesa proporcional à área ocupada por este Tribunal no Edifício Sudene, onde funcionaram as Varas da capital (FAJBA);

Nota 2: Incluso o total de R\$ 13.369,00 referente às UOs 113802 (R\$ 5.739,00) e 193034 (R\$ 7.630,00).

Outrossim, cumpre repisar que o TRT6 não possui programas temáticos, mas apenas encontra-se inserido no Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Considerando que o Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado não está associado, na lei do PPA, a indicadores, objetivos e metas, não precisa ser destacado no RG, conforme disposto nas orientações do TCU inseridas no sistema e-Contas sobre o tema.

Pelas mesmas razões, esta UPC deixa de apresentar uma visão gerencial de como foi a execução dos programas temáticos e dos objetivos do PPA 2012-2015, exigência contida no e-Contas (item 3 das orientações para elaboração do conteúdo do tópico “*Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados*”).

3.2 Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade do TRT6

As ações consignadas na LOA 2015, incluídas as oriundas de créditos adicionais, no âmbito das esferas fiscal e da seguridade social (OFSS), autorizadas para serem executadas por este Tribunal são as seguintes:

Atividades

- Pagamento de Pessoal Ativo da União;
- Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.
- Assistência Médica e Odontológica dos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes;
- Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Cíveis, Empregados e Militares;
- Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares;
- Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares;
- Comunicação e Divulgação Institucional;
- Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.

Projetos

- Construção de Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região em Recife (PE);

Operações Especiais

- Pagamento de Aposentadorias e Pensões;
- Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade;
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

3.2.1 Ações do OFSS

As informações sobre as ações orçamentárias sob a responsabilidade do TRT6 são apresentadas nos subitens 3.2.2 (Ações/Subtítulos – OFSS) e 3.2.3 (Ações não Previstas na LOA 2015 – Restos a Pagar não Processados – OFSS) deste Capítulo II.

3.2.2 Ações/Subtítulos – OFSS

8 Ações/Subtítulos – OFSS (Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis)

Identificação da Ação							
Código	0181				Tipo:	Operações Especiais	
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		Código	0089		Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026 Pernambuco	133.101.483,00	155.514.120,00	155.514.120,00	155.151.329,14	155.151.329,14		362.790,86
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026 Pernambuco	2.124.676.18	448.472.77	1.636.502.56				

Fonte: SIAFI

A ação orçamentária Pagamento de Aposentadorias e Pensões tem a finalidade de garantir remuneração aos servidores civis inativos e pensionistas deste Tribunal, conforme as regras do regime previdenciário próprio. Inclui o pagamento de aposentadorias, incluindo aposentadoria ou pensão mensal, gratificação natalina, licença-prêmio, adicional por tempo de serviço e outros.

A Lei n.º 13.115, de 20 de abril de 2015 (LOA 2015), não prevê meta física para a Ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões. Essa ação foi contemplada com crédito inicial na LOA no valor de R\$ 133.101.483,00 e aporte orçamentário, por intermédio de créditos suplementares, no montante de R\$ 22.412.637,00, representando acréscimo de 16,84% em relação à dotação orçamentária inicial, sendo distribuídos no decurso do exercício, conforme abaixo:

- R\$ 8.522.263,00: aprovados mediante o Ato CSJT n.º 156, de 29/06/2015;
- R\$ 7.244.838,00: oriundos do Ato CSJT.GP.SG n.º 378, de 26/11/2015;
- R\$ 5.732.447,00: aprovados pelo Ato CSJT n.º 386, de 14/12/2015;
- R\$ 806.945,00: aprovados por intermédio do Ato CSJT n.º 361, de 18/12/2015;
- R\$ 106.144,00: aprovados por intermédio do Ato CSJT n.º 357, de 29/12/2015,

perfazendo o montante autorizado para a ação de R\$ 22.412.637,00.

A inscrição de Restos a Pagar do exercício de 2015, no montante de R\$ 362.790,86, teve impacto pouco significativo na execução desta ação, com percentual de 0,23% em relação ao total da despesa empenhada. Todo o montante inscrito em restos a pagar não processados, na ordem de R\$ 362.790,86, destina-se ao pagamento das despesas com aposentadorias e pensões.

Com relação aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, foram cancelados 77,02% do valor existente em 1º/01/2015, sendo executados 21,10%, no montante de R\$ 448.472,77, proporcionando o pagamento das despesas de diversos protocolos deferidos administrativamente. As demais despesas reinscritas e não pagas correspondem a 1,87% (R\$ 39.700,85).

9 Ações/Subtítulos – OFSS (Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais)

Identificação da Ação							
Código	09HB				Tipo:	Operações Especiais	
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código	0571	Tipo:	Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	63.700.000,00	69.771.007,00	69.771.007,00	69.454.779,07	69.454.779,07		316.227,93
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	926.295,75	20.887,20	272.248,90				

Fonte: SIAFI

A ação orçamentária Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais visa assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do art. 8º da Lei n.º 10.887, de 18 de junho de 2004.

A Lei n.º 13.115, de 20 de abril de 2015 (LOA 2015), não prevê meta física para essa ação. O valor consignado, bem como seus acréscimos, guarda direta correlação com o montante aplicado no pagamento das despesas com o grupo de despesa Pessoal e Encargos Sociais.

Do montante inicial consignado na LOA para essa ação (R\$ 63.700.000,00), houve aporte orçamentário, por intermédio de créditos suplementares, no total de R\$ 6.071.007,00, sendo:

- R\$4.683.011,00: aprovados mediante o Ato CSJT n.º 156, de 29/06/2015;
- R\$ 1.387.996,00: oriundos do Ato CSJT n.º 349, de 14/12/2015, perfazendo o montante autorizado para a ação de R\$ 69.771.007,00, com a execução alcançando o total de 99,55% dos créditos disponibilizados.

A inscrição de Restos a Pagar do exercício de 2015, no montante de R\$ 316.227,93, teve impacto pouco significativo na execução da ação, com percentual de 0,45% em relação ao total da despesa empenhada. Todo o montante inscrito em restos a pagar não processados, na ordem de R\$ 316.227,93, destina-se ao pagamento de obrigação patronal – PSSS.

Com relação aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, foram cancelados 29,39% do valor existente em 1º/01/2015, sendo executados 2,25%, no montante de R\$ 20.887,20, proporcionando o pagamento das despesas de diversos protocolos deferidos administrativamente. As demais despesas reinscritas e não pagas correspondem a 68,35% (R\$ 633.159,65).

10 Ações/Subtítulos – OFSS (Pagamento de Pessoal Ativo da União)

Identificação da Ação							
Código	20TP				Tipo:	Atividade	
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código	0571	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	340.496.070,00	382.074.858,00	382.074.858,00	381.856.333,50	381.856.333,50		218.524,50
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	1.667.967,30	321.758,77	1.287.011,05				

Fonte: SIAFI

A ação orçamentária Pagamento de Pessoal Ativo da União tem a finalidade de garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.

A metodologia utilizada para fixação da despesa na LOA 2015 para Pagamento de Pessoal Ativo foi realizada mediante a aplicação do art. 88 da Lei n.º 13.080, de 2 de janeiro de 2015, estabelecendo que o Poder Judiciário terá como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2015, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em março de 2014, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive o disposto nos arts. 93, 95 e 96, ou outro limite que vier a ser estabelecido por lei superveniente.

A Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (LOA 2015), não prevê meta física para a ação Pagamento de Pessoal Ativo da União.

Do montante inicial consignado na LOA para a Ação (340.496.070,00), houve aporte orçamentário, por intermédio de créditos suplementares, no total de R\$ 41.578.788,00, sendo:

- R\$ 18.263.305,00: aprovados mediante o Ato CSJT n.º 156, de 29/06/2015;
- R\$ 10.099.789,00: oriundos do Ato CSJT.GP.SG n.º 318, de 26/11/2015;
- R\$13.099.602,00: aprovados pelo Ato CSJT n.º 349, de 14/12/2015;
- R\$ 116.092,00: autorizados mediante o Ato CSJT n.º 357, de 29/12/2014, perfazendo o montante autorizado para a ação de R\$ 382.074.858,00.

O orçamento disponibilizado para ta ação (R\$ 382.074.858,00) foi utilizado para o pagamento das despesas de pessoal com a folha normal (R\$380.313.202,54), bem como para o pagamento de passivos administrativos (R\$1.761.655,46).

A execução alcançou a totalidade de 100% dos recursos disponibilizados, incluso o percentual de 0,06% referente à inscrição de Restos a Pagar no exercício.

A inscrição de restos a pagar do exercício de 2015, no montante de R\$218.524,50, teve impacto pouco significativo na execução da ação, com percentual de 0,06% em relação ao total da despesa empenhada. Todo o montante inscrito em restos a pagar não processados.

Com relação aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, foram cancelados 77,16% do valor existente em 1º/01/2015, sendo executados 19,29%, no montante de R\$ 321.758,77, proporcionando o pagamento das despesas de diversos protocolos deferidos administrativamente.

As demais despesas remanescentes do valor registrado em 1º de janeiro de 2015 correspondem a 3,55% (R\$ 59.197,48).

11 Ações/Subtítulos – OFSS (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes)

Identificação da Ação							
Código	2004				Tipo:	Atividade	
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código	0571	Tipo:	Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	15.438.720,00	15.438.720,00	15.438.720,00	13.425.293,19	13.425.293,19		2.013.426,81
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0026	Pessoa Beneficiada		unidade	6.365		6.207	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	927.873,69	849.012,82	11.835,74				

Fonte: SIAFI

A ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, em caráter suplementar, condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993).

Reveste-se de concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 09 de dezembro de 1993).

A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos, hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio ou serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, auxílio-saúde, por meio de ressarcimento.

A metodologia utilizada para fixação da despesa com assistência médica e odontológica no TRT6 foi realizada mediante a aplicação do art. 102 da Lei n.º 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que estabelece que o limite relativo à proposta orçamentária de 2015, concernente à assistência médica e odontológica, corresponderá à projeção anual, calculada a partir da despesa vigente em março de 2014, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos, na forma da lei.

A meta física prevista na LOA para a ação foi de 6.365 pessoas beneficiadas, obtendo-se, ao final do exercício, 6.207 beneficiários, entre titulares e dependentes. O êxito originou-se dos atendimentos e procedimentos efetuados no Núcleo de Saúde nas áreas de medicina, odontologia, fisioterapia, psicologia, enfermagem, e serviço social, além dos servidores beneficiados com o plano de saúde e auxílio-saúde. Acrescente-se que o alinhamento das ações de assistência médica e odontológica ao Planejamento Estratégico do TRT6 para o sexênio 2009-2015, que estabeleceu ações sob a responsabilidade do Núcleo de Saúde, a exemplo do PCMSO, Programa de Saúde Mental, Semana da Saúde, buscando a melhoria da saúde dos magistrados, servidores e seus dependentes. Com a atuação das ações pelo Núcleo de Saúde, houve o desenvolvimento e a manutenção das competências necessárias para a promoção de ações que visam à melhoria da qualidade de vida dos servidores, magistrados e seus dependentes. Meta cumprida em razão da melhoria na saúde dos servidores com repercussão nas atividades prestadas nas diversas unidades do Tribunal.

No âmbito do TRT6, a concessão do benefício de assistência a saúde é regulamentada pelo Ato TRT-GP n.º 317/2007.

No exercício de 2015, o valor mensal do benefício Assistência Médica e Odontológica ficou estabelecido por faixa etária, conforme Anexo do Ato TRT-GP n.º 481/2015, variando entre R\$ 102,00 e R\$ 600,00, esta última faixa para beneficiários acima de 59 anos.

O montante inicial consignado para a ação foi de R\$15.438.720,00, sendo utilizados 100% dos recursos totais disponibilizados, inclusos os valores inscritos em restos a pagar.

A meta inicial para a ação foi de 6.365 beneficiários. Houve inscrição em RAP no exercício em referência, no montante de R\$ 2.013.426,81, correspondendo a 13,04% do valor total empenhado, para pagamento das despesas com o plano de saúde dos magistrados e servidores com competência nos meses de novembro e dezembro do ano de 2015.

Com relação aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, foram cancelados 1,27% do valor existente em 1º/01/2015, sendo executados 91,50%, no montante de R\$ 849.012,82, proporcionando o pagamento das despesas com o plano de saúde dos magistrados e servidores com competência no mês de dezembro de 2014 e pago em janeiro de 2015. As demais despesas remanescentes do valor registrado em 1º de janeiro de 2015 correspondem a 7,22% (R\$ 67.025,13).

12 Ações/Subtítulos – OFSS (Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares)

Identificação da Ação							
Código	2010				Tipo:	Atividade	
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código	0571	Tipo:	Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	2.658.744,00	2.700.381,00	2.700.381,00	2.687.178,32	2.687.178,32		13.202,68
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0026	Pessoa Beneficiada		unidade	408		361	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	48.548,21	-	25.182,68				

Fonte: SIAFI

A ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares visa oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar. A concessão do benefício de assistência pré-escolar, pago diretamente no contracheque, ocorre a partir de requerimento efetivado pelos servidores e magistrados que tenham filhos em idade pré-escolar.

A metodologia utilizada para fixação da despesa de assistência pré-escolar neste Tribunal foi realizada mediante a aplicação do art. 102 da Lei n.º 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que estabelece que o limite relativo à proposta orçamentária de 2015, concernente à assistência pré-escolar, corresponderá à projeção anual, calculada a partir da despesa vigente em março de 2014, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos, na forma da lei.

A Portaria Conjunta n.º 1, de 18 de março de 2015, reajustou o valor mensal do benefício assistência pré-escolar para R\$ 632,00, com efeito financeiro a partir de 1º de janeiro de 2015.

Foi apresentado o pedido de suplementação orçamentária, no primeiro período de solicitação de créditos adicionais, no valor de R\$ 61.432,00 para a ação, conforme Ofício TRT-GP n.º 229/2015, de 7 de maio de 2015. Houve suplementação orçamentária no valor de R\$ 6.772,00 para este Regional, conforme Decreto do Poder Executivo de 21 de outubro de 2015. A presente ação recebeu ainda suplementação orçamentária no montante de R\$ 34.865,00, por meio do Ato CSJT.GP.SG n.º 335, de 3 de dezembro de 2015, para cumprimento das despesas ordinárias relacionadas ao pagamento da folha de pessoal do mês de dezembro.

O montante inicial consignado para a ação foi de R\$ 2.658.744,00,00, havendo suplementação no decorrer do exercício, no valor de R\$ 34.865,00 mediante Ato CSJT n.º 335, de 03/12/2015, e o valor de R\$ 6.772,00, mediante o decreto de 21/10/2015, mencionado acima, perfazendo um montante autorizado de R\$ 2.700.381,00. A meta física programada corresponde a quantidade estimada de crianças com idade de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, filhos de servidores e magistrados deste órgão.

A meta inicial foi de 408 crianças, obtendo, ao final do exercício, 361 crianças atendidas. Para o alcance dessa meta, houve a utilização do montante de R\$2.700.381,00, obtendo-se um percentual de 100% de utilização dos recursos disponibilizados, computados os restos a pagar não processados inscritos no exercício, no valor de R\$ 13.202,68, correspondentes a 0,49% do montante empenhado.

Com relação aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, foram cancelados 51,87% do valor existente em 1º/01/2015, no montante de R\$ 25.182,68.

13 Ações/Subtítulos – OFSS (Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares)

Identificação da Ação							
Código	2011				Tipo:	Atividade	
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista	Código	0571	Tipo:	Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	300.000,00	300.000,00	300.000,00	284.640,66	284.640,66		15.359,34
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0026	Pessoa Beneficiada		unidade	113		70	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	146.159,09	-	139.756,32				

Fonte: SIAFI

A ação Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares tem a finalidade de atender ao pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

A concessão do benefício por intermédio dessa ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio. O benefício de Auxílio-Transporte é regulamentado, no âmbito desta Corte, pelo Ato TRT-GP n.º 437/2013, sendo pago o valor médio mensal do benefício de R\$ 221,23. A meta física para a ação corresponde à quantidade estimada de servidores favorecidos, nos termos de lei específica, por esse benefício em pecúnia.

A metodologia utilizada para fixação da despesa de auxílio-transporte neste Tribunal foi realizada mediante a aplicação do art. 102 da Lei n.º 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que estabelece que o limite relativo à proposta orçamentária de 2015, concernente ao auxílio-transporte, corresponderá à projeção anual, calculada a partir da despesa vigente em março de 2014, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos, na forma da lei.

Dessa forma, a ação buscou contemplar 113 servidores, obtendo-se, ao final do período, 70 servidores beneficiados. Para o alcance dessa meta, foi consignado para a ação o montante de R\$ 300.000,00, com utilização de R\$ 284.640,66. Houve inscrição em RAP, no exercício em referência, no montante de R\$ 15.359,34, correspondendo a 5,12% do valor total empenhado.

Com relação aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, foram cancelados 95,61% do valor existente em 1º/01/2015, no montante de R\$ 139.756,32.

14 Ações/Subtítulos – OFSS (Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares)

14 Ações/Subtítulos – GPSS (Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares)							
Identificação da Ação							
Código			2012			Tipo:	Atividade
Descrição		Auxílio-Alimentação e aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa		Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código	0571	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região					
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	19.200.000,00	21.965.147,00	21.965.147,00	21.845.495,89	21.845.495,89		119.651,11
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0026	Pessoa Beneficiada		unidade	2.057		2.041	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	51.251,57	1.904,39	4.708,56				

Fonte: SIAFI

A ação Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares visa proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.

A metodologia utilizada para fixação da despesa de auxílio-alimentação neste Tribunal foi realizada mediante a aplicação do art. 102 da Lei n.º 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que estabelece que o limite relativo à proposta orçamentária de 2015, concernente ao auxílio-alimentação, corresponderá à projeção anual, calculada a partir da despesa vigente em março de 2014, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos, na forma da lei.

A Portaria Conjunta n.º 1, de 18 de março de 2015, reajustou o valor mensal do benefício Auxílio-Alimentação para R\$ 799,00, com efeito financeiro a partir de 1º de janeiro de 2015. De acordo com o Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN n.º 6/2015, de 23 de março de 2015, houve a autorização para quitação do saldo remanescente do passivo devido aos magistrados a título de auxílio-alimentação, no valor de R\$ 2.551.365,00.

Houve suplementação orçamentária na ação de auxílio-alimentação, no valor de R\$ 2.422.740,00, decorrente do Ato n.º 123/2015 do CSJT, de 27 de maio de 2015, visando a suprir, parcialmente, os valores utilizados do orçamento para pagamento do passivo com auxílio-alimentação aos magistrados.

Decreto do Poder Executivo, de 21 de outubro de 2015, mencionado em linhas transatas, autorizou a suplementação orçamentária no valor de R\$ 187.848,00 para este Regional. A ação recebeu, ainda, suplementação orçamentária no montante de R\$ 154.559,00, por meio do Ato CSJT.GP.SG n.º 335, de 3 de dezembro de 2015, para cumprimento das despesas ordinárias relacionadas ao pagamento do referido benefício na folha de pessoal do mês de dezembro.

A meta física para a ação corresponde à quantidade de magistrados e servidores favorecidos com a concessão em pecúnia do benefício buscou contemplar inicialmente 2.057 pessoas beneficiadas, encerrando o exercício com 2.041 beneficiários. Para o alcance da meta, houve a utilização do montante de R\$ 19.200.000,00, não inclusa a suplementação de R\$ 2.422.740,00, (Ato CSJT n.º 123, de 27/05/2015), R\$ 187.848,00 (Decreto de 21/10/2015) e R\$ 154.559,00 (Ato CSJT n.º 335, de 03/12/2015), obtendo-se um percentual de 100% de uso dos recursos disponibilizados, computados a inscrição de restos a pagar não processados no valor de R\$ 32.549,17, correspondendo a 0,54% do crédito autorizado.

Foram executados 3,71% dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, no montante de R\$ 51.251,57, e cancelados 9,18% do valor existente em 1º/01/2015, proporcionando o pagamento de protocolos deferidos administrativamente.

15 Ações/Subtítulos – OFSS (Comunicação e Divulgação Institucional)

Identificação da Ação							
Código	2549				Tipo:	Atividade	
Descrição	Comunicação e Divulgação Institucional						
Objetivo			Código				
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código	0571	Tipo:	Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	1.600.000,00	1.465.000,00	1.423.036,84	1.243.002,39	1.243.002,39		180.034,45
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0026	Matéria Veiculada		Unidade	190		168	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	315.310.91	266.400.97	7.074.48	Matéria Veiculada		Unidade	36

Fonte: SIAFI

A ação orçamentária Comunicação e Divulgação Institucional tem a finalidade de informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão mediante a realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral.

Considerando a readequação das ações realizadas pelo Núcleo de Comunicação Social deste Regional, no 4º Período de Solicitações de Alterações Orçamentárias, foi oferecido dessa ação o valor de R\$ 135.000,00 como fonte para abertura de crédito adicional para viabilizar outras demandas deste Regional na Ação de Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

A meta para a ação corresponde à quantidade estimada de matérias veiculadas, no que se refere à divulgação das atividades institucionais desempenhadas por este Regional. A meta física prevista na LOA, de 190 matérias veiculadas, foi reprogramada no decorrer do exercício, obtendo-se ao final do ano, a meta realizada de 168 matérias veiculadas.

Para o alcance da meta definida para a ação foi consignado, na LOA para 2015, o importe de R\$ 1.600.000,00, havendo cancelamento no valor de R\$ 135.000,00, perfazendo o montante disponibilizado de R\$ 1.465.000,00. Foram empenhados 97,13% da dotação autorizada, havendo a inscrição de restos a pagar não processados no valor de R\$180.034,45, representando 12,65% da dotação empenhada.

Foram executados 84,48% dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e cancelados 2,24% do valor existente em 1º/01/2015, propiciando a veiculação de 36 matérias na mídia.

16 Ações/Subtítulos – OFSS (Assistência Jurídica a Pessoas Carentes)

Identificação da Ação							
Código	4224				Tipo:	Atividade	
Descrição	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código	0571	Tipo:	Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	2.000.000,00	2.600.000,00	2.600.000,00	2.594.504,19	2.594.504,19		5.495,81
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0026	Pessoa Assistida		unidade	1.666			4.430
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	201.906,54	200.203,62	-	Pessoa Assistida		unidade	318

Fonte: SIAFI

A ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes visa assegurar o direito constitucional da assistência integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos, mediante o pagamento de honorários periciais para os casos de sucumbência das partes beneficiárias da justiça gratuita, proporcionando o pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente.

A meta para essa ação corresponde à quantidade estimada de pessoas assistidas pela justiça gratuita, no que se refere aos pagamentos, pela União, de peritos indicados em ações trabalhistas, de acordo com a legislação vigente.

A dotação orçamentária autorizada foi utilizada para o atendimento de 4.430 pessoas assistidas pela justiça gratuita, representando um acréscimo de 265,90% em relação à meta prevista de 1.666 beneficiários.

Por oportuno, vale ressaltar que cabe ao juiz arbitrar o montante a ser pago por perícia, em face da complexidade da perícia a ser executada, podendo fixar valor inferior ao limite de R\$

1.000,00, caso em que haverá atendimento de maior número de beneficiários, com a manutenção da dotação existente.

Para o alcance da meta definida para a ação, foi consignado inicialmente o montante de R\$ 2.000.000,00. Porém, a grande realização de perícias para auxiliar na busca pela verdade processual ocasionou o aumento da despesa, repercutindo na necessidade de mais recursos para atender a crescente demanda para pagamento de honorários periciais. Assim, houve suplementação de crédito, no valor de R\$ 600.000,00, consoante Ato CSJT n.º 338, de 3/12/2015.

Da correspondência entre a execução da meta física e financeira realizada, verifica-se a utilização integral da dotação orçamentária disponibilizada, bem como o atendimento das necessidades sociais existentes. Houve inscrição em restos a pagar não processados no exercício de 2015, no montante de R\$ 5.495,81, correspondente a 0,21%.

Foram executados 99,15% dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores do valor existente em 1º/01/2015, obtendo-se a realização de 318 pessoas assistidas.

17 Ações/Subtítulos – OFSS (Apreciação de Causa na Justiça do Trabalho)

Identificação da Ação							
Código		4256				Tipo:	Atividade
Descrição		Apreciação de Causa na Justiça do Trabalho					
Programa		Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código	0571	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região					
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	48.551.493,00	56.865.382,00	50.617.002,67	43.756.187,86	43.755.395,94	791,92	6.860.814,81
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
0026	Processo Julgado		unidade	135.000		123.871	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0026	9.632.430,00	8.007.188,04	485.447,72				
0001	31.387,35	-	31.387,35				

Fonte: SIAFI

A ação orçamentária Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho objetiva solucionar e julgar dissídios individuais e coletivos, entre trabalhadores e empregadores, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

No exercício de 2015, a ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (4256) contemplou os planos orçamentários, conforme quadro a seguir.

18 Planos Orçamentários			
Plano Orçamentário	Dotação Inicial	Alterações Orçamentárias	Dotação Final
(a) o Plano Orçamentário 0001 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	46.661.138,00	8.233.889,00	54.895.027,00
(b) Plano Orçamentário 0002 – Capacitação de Recursos Humanos	1.565.355,00	(190.500,00)	1.374.855,00
(c) Plano Orçamentário 0005 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	325.000,00	90.500,00	415.500,00
(d) Plano Orçamentário 0006 – Trabalho Seguro	0,00	180.000,00	180.000,00
Total da ação orçamentária (4256)	48.551.493,00	8.313.889,00	56.865.382,00

Fonte: SIAFI

A dotação inicial para a ação fixada na LOA, no valor de R\$ 48.551.493,00, foi distribuída no quadro de detalhamento da despesa com R\$ 45.306.397,00 destinadas a despesas de custeio (GND-3) e R\$ 3.245.096,00 para as despesas de investimentos (GND-4), visando ao alcance da meta prevista de 135.000 processos julgados.

Do montante consignado inicialmente (R\$ 48.551.493,00), R\$ 40.257.202,00 foram originários da fonte tesouro e R\$ 8.294.291,00 de outras fontes (códigos 150 e 181).

Os comentários analíticos a seguir serão abordados por plano orçamentário.

A ação foi contemplada com o montante de R\$ 1.081.699,00, por meio de crédito extraordinário, autorizado pela Medida Provisória n.º 667, de 2 de janeiro de 2015, que teve seu prazo de vigência encerrado em 1º de junho de 2015, de acordo com Ato Declaratório da Mesa do Congresso Nacional n.º 22/2015.

Plano Orçamentário 0001 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

O valor da dotação orçamentária inicial foi de R\$ 46.661.138,00, sendo destinado para as atividades que visam à solução de controvérsias trabalhistas, mediante a atuação de magistrados e servidores, por meio da execução de despesas com: diárias, viagens e locomoção para o interior do estado para prestação jurisdicional trabalhista; indenizações e restituições; ajuda de custo; serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção dos serviços de telecomunicações; aquisição e guarda de material de consumo, expediente e material permanente; comunicações administrativas; assinatura de jornais, periódicos e afins; outras despesas administrativas; veículos (aquisição, licenciamento, peças, aluguéis, manutenção, revisão, reparo, combustível); manutenção e conservação de imóveis, próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos tribunais trabalhistas, compreendendo: aluguéis,

despesas de condomínio e seguros; impostos e taxas; serviços de vigilância; serviços de limpeza; locação de mão-de-obra para vigilância e limpeza; conservação, estagiários, aquisições, construções e reformas prediais de pequeno vulto e que não ultrapassem o exercício financeiro; serviços de utilidade pública (água e esgoto, energia elétrica e afins); aquisição e manutenção de equipamentos de ar condicionado, de prevenção de incêndio, de elevadores; aquisição, locação, manutenção e suprimento de equipamentos, *softwares* e material de consumo de informática; serviços de consultoria na área de informática; entre outros.

Foram autorizadas alterações orçamentárias na dotação inicial totalizando R\$ 8.233.889,00, detalhadas na forma a seguir.

Alteração orçamentária efetuada pelo Ato CSJT n.º 120, de 27/05/2015, no montante de R\$ 2.236.466,00, tendo como fonte o cancelamento parcial da dotação do Projeto de Construção do Edifício Sede do TRT 6ª Região, no valor de R\$ 335.481,00, e o cancelamento de ações próprias do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no valor de R\$ 1.900.985,00. O valor da suplementação foi alocado para suprir parte da insuficiência orçamentária com a despesa com Auxílio Moradia e o restante para suprir a necessidade de créditos de despesas contratadas por esta Justiça Trabalhista.

Houve, ainda, alteração orçamentária por meio do Ato CSJT n.º 244, de 18/09/2015, no montante de R\$ 457.000,00, conforme demonstrado a seguir.

19 Alteração orçamentária (Ato CSJT n.º 244/2015)

Divisão de Segurança, Transporte e Telefonia		
Tipo de Pedido/Fonte	Finalidade	GND 3 (R\$)
Sem Oferecimento de Recursos	Fornecimento de Combustíveis	28.000,00
	Pecas Manutenção de Veículos	42.000,00
	Serviço de Manutenção de Veículos	47.000,00
	Serviços Postais	340.000,00

Fonte: SIOP

O PO 0001 recebeu suplementação orçamentária no valor de R\$ 1.345.633,00 por meio do Ato CSJT.GP.SG n.º 336, de 3 de dezembro de 2015. O referido aporte orçamentário, destinado à aquisição de mobiliário a ser instalado no prédio onde foi instalado o Fórum Trabalhista da capital, teve como fonte a anulação de dotação do CSJT.

O referido PO recebeu remanejamento orçamentário no valor de R\$ 135.000,00, por meio do Ato n.º 338, de 3 de dezembro de 2015, decorrente de cancelamento da ação Comunicação e Divulgação Institucional.

Também recebeu aporte orçamentário no valor de R\$ 978.000,00, por meio do Ato n.º 337, de 3 de dezembro de 2015. O crédito teve como fonte a reestimativa de arrecadação de recursos decorrente da remuneração dos depósitos judiciais.

Por meio do Decreto do Poder Executivo de 20 de agosto de 2015, mencionado alhures, houve acréscimo orçamentário no valor de R\$ 849.000,00, tendo como fonte de recursos o superávit financeiro apurado na Fonte 0181 – Receitas de Convênios.

O plano orçamentário em referência ainda recebeu crédito adicional no valor de R\$ 2.132.790,00 por meio do Lei n.º 13.208, de 22 de dezembro de 2015, tendo como fonte o

cancelamento parcial da dotação do Projeto de Construção do Edifício Sede do TRT 6ª Região, no valor de R\$ 782.790,00, e o cancelamento de ações próprias do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no valor de R\$ 1.350.000,00.

Foi empenhado o montante de R\$ 48.717.664,46 e inscrito em restos a pagar no exercício, o valor de R\$ 6.738.825,77, visando ao pagamento das despesas contratuais de 2015. Destacam-se as maiores despesas empenhadas no exercício de 2015: vigilância, manutenção predial, limpeza, indenização de transporte aos oficiais de justiça, manutenção de ar-condicionado, serviços postais, energia elétrica, ressarcimento de despesas comuns (água, energia elétrica, manutenção e outras), auxílio-moradia e estagiários.

Plano Orçamentário 0002 – Capacitação de Recursos Humanos

O valor inicialmente orçado totalizou R\$ 1.565.355,00, com a finalidade de proporcionar aos servidores integrantes do órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando, assim, pela transparência e objetividade das informações prestadas aos cidadãos, além do oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao órgão, curso de pós-graduação, cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas à melhoria do desempenho das atividades com maior eficácia.

Houve redução orçamentária para este PO no valor de R\$ 190.500,00, sendo remanejado para o PO 0001 o valor de R\$ 100.000,00, para realização de despesas com *coffee break* nos processos de treinamentos realizados pelo Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal, além de reforçar a dotação do PO 0005 (Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados) visando à realização de treinamento para os magistrados, especialmente o Módulo Concentrado de Aperfeiçoamento, realizado pela Escola Judicial deste Regional.

O PO 0002 estimou capacitar 1.350 servidores, obtendo-se, ao final do exercício, um atendimento de 1.356 servidores capacitados. Foram utilizados 96% do orçamento disponibilizado no montante de R\$1.317.699,84, inclusive os valores inscritos em restos a pagar na importância de R\$ 66.581,92, ou seja, 5% da despesa empenhada.

O êxito alcançado deveu-se ao alinhamento das ações de capacitação ao Planejamento Estratégico do TRT6 para o sexênio 2009-2015, que possibilitou a qualificação e o aperfeiçoamento das competências necessárias ao cumprimento das funções institucionais.

Destaca-se o atendimento para capacitação das áreas de tecnologia da informação (plano de desenvolvimento de tecnologia da informação), área de auditoria interna (plano de desenvolvimento de auditoria interna), área de orçamento e finanças (implantação da nova contabilidade), além da área de gestão de pessoas (estabelecimento de indicadores e métricas voltadas ao projeto de gestão por competências).

Plano Orçamentário 0005 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

A administração deste plano orçamentário ficou a cargo da Escola Judicial deste Tribunal (UGR 080036), sendo consignada dotação inicial de R\$ 325.000,00, visando à capacitação de 143 magistrados, conforme Ofício EJ-TRT6 n.º 71/2014. Durante o exercício de 2015, houve necessidade de alteração orçamentária ao valor consignado inicialmente, ocorrendo disponibilização para o referido plano orçamentário no valor de R\$ 90.500,00, perfazendo o total de R\$ 415.500,00,

sendo integralmente utilizada, inclusos R\$4 7.737,12 inscritos em restos a pagar, correspondendo a 11,48%.

A implementação do PO 0005, bem como o sucesso do atendimento das metas propostas, ocorreu por meio da realização de despesas com: 13º e 14º Módulos Concentrados de Aperfeiçoamento de Magistrados; palestra do juiz Agenor Martins abordando fundamentação da sentença sob a ótica do novo CPC; curso sobre os sistemas PJe-JT e e-Gestão; participação de magistrados do TRT6 em conferência internacional; instrutoria interna e externa para aperfeiçoamento de magistrados; programa de formação de instrutores e gestão de EAD; assinatura de revista em e-book; passagens e diárias para alunos-magistrados que participaram ou ministraram dos cursos de formação, bem como para colaboradores eventuais.

A meta física realizada alcançou 131 magistrados capacitados, correspondendo a uma execução de 91,60% da meta programada (143 magistrados), revelando o alcance do objetivo proposto, qual seja a capacitação de magistrados.

Foi utilizado integralmente o orçamento disponibilizado no montante de R\$ 415.500,00, inclusos R\$ 47.737,12, referentes à inscrição em restos a pagar, correspondendo a 11,49%.

Plano Orçamentário 0006 – Trabalho Seguro

Inicialmente cumpre traçar breve histórico desta ação de sucesso: O Programa Trabalho Seguro – Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

Trata-se de uma iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando à formulação e à execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da política nacional de segurança e saúde no trabalho, contribuindo para diminuição do número de acidentes de trabalho registrados no Brasil.

O TST e o CSJT disponibilizaram recursos que têm por objetivo viabilizar o desenvolvimento, em caráter permanente, mediante a aplicação na contratação de bens e serviços, de ações e projetos direcionados ao: i) público externo, objetivando a promoção da saúde do trabalhador, a prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da política nacional de segurança e saúde no trabalho; ii) público interno, visando à promoção da saúde ocupacional e de prevenção de riscos e doenças relacionadas ao labor, de magistrados e servidores desta Justiça Especializada, assim como relacionadas à ocorrência de acidentes de trabalho. Os TRTs poderão aplicar os recursos disponibilizados no programa Trabalho Seguro em ações e projetos para alcance dos resultados esperados nas seguintes linhas de atuação voltadas ao público externo, executando as políticas públicas: colaborar na implementação de metodologias de defesa do meio ambiente, da segurança e da saúde no trabalho e de assistência social às vítimas de acidentes de trabalho; o diálogo social e institucional: mediante o fomento da troca de informações com a sociedade e com instituições públicas e privadas, notadamente por meio de parcerias direcionadas ao cumprimento dos objetivos do programa; a educação para a prevenção: ações educativas, pedagógicas e de capacitação profissional em todos os níveis de ensino, diretamente a estudantes, trabalhadores e empresários, voltadas para a criação de uma cultura pró-prevenção; o compartilhamento de dados e informações: incentivar a difusão do conhecimento sobre saúde e segurança no trabalho entre as instituições parceiras, prioritariamente por meio eletrônico; os estudos e pesquisas: para identificar causas e consequências dos acidentes de trabalho no Brasil, e temas conexos, a fim de auxiliar no diagnóstico e no desenvolvimento de ações de prevenção e de redução dos custos sociais, previdenciários, trabalhistas e econômicos decorrentes; a efetividade normativa: por meio de ações necessárias ao cumprimento das

normas internas e internacionais ratificadas pelo Brasil sobre saúde, segurança e meio ambiente de trabalho, assim como ao aperfeiçoamento da legislação vigente; a eficiência jurisdicional: mediante adoção de medidas efetivas de incentivo à tramitação prioritária dos processos relativos a acidentes de trabalho e ao ajuizamento de ações regressivas nas hipóteses de culpa ou dolo do empregador.

O Tribunal Superior do Trabalho estima que, aproximadamente, 20% dos processos julgados anualmente tratam de pedidos de indenização resultantes de doenças ou acidentes de trabalho. Esse índice foi um dos motivos para o TST, em conjunto com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, criar, em 2012, o Programa Nacional do Trabalho Seguro, que, em Pernambuco, é gerido pelo GETRIN6 – Grupo de Trabalho Interinstitucional da Sexta Região.

O GETRIN6 foi criado em julho de 2012 através da assinatura do protocolo de cooperação técnica entre o TRT-PE, o MPT-PE, a SRTE/PE, a AGU e o INSS. Posteriormente, também assinaram o convênio a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, a Fundação Oswaldo Cruz e a Prefeitura Municipal de Olinda. O grupo desenvolve em Pernambuco as ações do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, criado em 2011 pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

No exercício financeiro de 2015, o TRT6 recebeu R\$ 180.000,00 para desenvolver as atividades do programa Trabalho Seguro, colaborando na redução das estatísticas inerentes aos quantitativos de acidentes no trabalho. Desse montante, 92% (R\$ 166.138,37) foram aplicados nos eventos relacionados a seguir, inclusos R\$ 7.670,00 (0,05%), inscritos em restos a pagar.

Os eventos promovidos pelo GETRIN6 contemplaram o Simpósio sobre Terceirização: adoecimento e morte do trabalhador, realizado no mês de abril, em Recife (PE); o Seminário Trabalho Seguro e Saudável no Polo Gesseiro do Araripe, em junho, na cidade de Araripina (PE); o Seminário Trabalho Seguro e Saudável no Polo Têxtil do Agreste, em agosto, no município de Caruaru (PE); e o II Congresso Pernambucano do Trabalho Seguro, no mês de novembro, na capital do estado.

Também merece destaque a participação dos gestores regionais em eventos pelo país pertinentes ao tema saúde e segurança do trabalhador, como no Seminário Trabalho Seguro (Brasília), no I Encontro Sul-Brasileiro do Programa Trabalho Seguro (Florianópolis), no Seminário Nordeste de Segurança do Trabalho (Fortaleza) e no Seminário Internacional do Trabalho Seguro (Brasília). Em Pernambuco, os gestores regionais participaram da 12ª Conferência Municipal de Saúde de Olinda e da III Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador de Jaboatão dos Guararapes.

20 Ações/Subtítulos – OFSS (Construção do Edifício-Sede do TRT6 em Recife)

Identificação da Ação							
Código		11A7			Tipo:	Projeto	
Descrição		Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região em Recife - PE					
Programa		Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código	0571	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região					
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1695	1.118.271,00	-	-	-	-		-
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
1695	Edifício Construído		% de execução física	4	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI

O projeto de Construção do Edifício Sede do TRT6 recebeu dotação orçamentária de R\$ 1.118.271,00.

Sucedu que, em decorrência de avaliação do projeto apresentado por esta UPC junto ao IPHAN, a execução do projeto restou impossibilitada. Assim, o valor integral da dotação consignada no projeto de construção na LOA foi oferecido como fonte de abertura de crédito adicional para viabilizar a realização de outras demandas deste Regional.

O referido remanejamento orçamentário foi processado por meio do Ato n.º 120, de 27 de maio de 2015, no valor de R\$ 335.481,00, bem como da Lei n.º 13.208, de 22 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 782.790,00.

A ação foi contemplada com o montante de R\$ 372.757,00, por meio de crédito extraordinário, autorizado pela Medida Provisória n.º 667, de 2 de janeiro de 2015 que teve seu prazo de vigência encerrado em 1º de junho de 2015, de acordo com Ato Declaratório da Mesa do Congresso Nacional n.º 22/2015.

21 Ações/Subtítulos – OFSS (Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade)

Identificação da Ação							
Código		00M1				Tipo:	Atividade
Descrição		Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					
Programa		Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código	571	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária		Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região					
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0026	219.156,00	219.156,00	219.156,00	198.722,81	198.722,81		20.433,19
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado			Unidade de medida	Realizada
				Descrição da Meta			
0026	42.740,18	3.258,00	-				

Fonte: SIAFI

O montante consignado na ação Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade foi definido pela execução histórica da despesa. A execução orçamentária foi integral, sendo inscrito em restos a pagar não processados de 9,32%, equivalente a R\$ 20.433,19.

Com relação aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, foram executados 7,62% do valor existente em 1º/01/2015, correspondendo ao valor de R\$ 3.258,00, circunstância que proporcionou o pagamento das despesas decorrentes de auxílio-natalidade.

3.2.2 Ações não Previstas na LOA 2015 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

22 Ações não Previstas na LOA 2015 – Restos a Pagar não Processados – OFSS (Pagamento de Aposentadorias e Pensões)

Identificação da Ação					
Código	0396			Tipo:	Operações Especiais
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões				
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Código	0089	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
176.981,63	-	-			

Fonte: SIAFI

A ação orçamentária Pagamento de Aposentadorias e Pensões tem a finalidade de garantir remuneração aos servidores civis inativos e pensionistas deste Tribunal, conforme as regras do regime previdenciário próprio. Inclui o pagamento de aposentadorias (aposentadoria ou pensão mensal), gratificação natalina, licença-prêmio, adicional por tempo de serviço e outros.

Essa ação recebeu a solicitação para registro de despesa de pessoal no exercício de 2011, mediante o Ofício TRT-SPP n.º 593/2011, oriundo da unidade de pagamento de pessoal, no valor de R\$176.981,63. O registro da despesa faz referência ao pagamento de pensão inerente à Parcela Adicional de Equivalência.

23 Ações não Previstas na LOA 2015 – Restos a Pagar não Processados – OFSS (Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Olinda – PE)

Identificação da Ação					
Código	13I1			Tipo:	Projeto
Título	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Olinda - PE				
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista	Código	0571	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
31.578,43	27.191,91	4.386,52	Edifício Construído	% de execução física	-

Fonte: SIAFI

Durante o exercício de 2014, foi consignada dotação para o projeto de Construção do

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL – EXERCÍCIO DE 2015

Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Olinda-PE no montante de R\$ 27.192,00, sendo R\$ 13.823,00 oriundos de crédito especial aberto, aprovado mediante Lei n.º 13.075, de 30 de dezembro de 2014, e R\$ 13.369,00 originários de crédito especial reaberto mediante o Ato CSJT n.º 40/2014, visando à conclusão do remanescente da obra de construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Olinda-PE.

Houve inscrição de restos a pagar não processados no exercício de 2014 no montante de R\$ 27.191,91, correspondendo a 100% da dotação empenhada, considerando que a lei de abertura do crédito especial foi publicada em 31/12/2014, e ainda, registre-se o cancelamento de R\$ 4.386,52, com a conclusão dos serviços na referida Vara do Trabalho de Olinda.

24 Ações não Previstas na LOA 2015 – Restos a Pagar não Processados – OFSS (Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Paulista – PE)

Identificação da Ação					
Código	1318			Tipo:	Projeto
Título	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Paulista - PE				
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista	Código	0571	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
306.634,29	306.634,29	-	Edifício Construído	% de execução física	6,26%

Fonte: SIAFI

Durante o exercício de 2014, foi consignada dotação para o projeto de Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Paulista-PE no montante de R\$ 181.622,00, sendo R\$ 181.500,00 oriundos de crédito especial aberto, aprovado mediante Lei n.º 13.075, de 30 de dezembro de 2014, e R\$ 122,00 originários de crédito especial reaberto mediante Ato CSJT n.º 40/2014, visando à conclusão do remanescente da obra de construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Paulista-PE.

Houve inscrição de restos a pagar no exercício de 2014, no montante de R\$ 181.500,00, correspondendo a 100% da dotação empenhada, considerando que a lei de abertura do crédito especial foi publicada em 31/12/2014.

Durante o exercício de 2014, foi liquidado o valor de R\$ 1.874.744,20 do RAP inscrito em 2013, correspondendo à execução de 93,74% de restos a pagar de exercícios anteriores e reinscrito para o exercício 2015 o valor de R\$ 125.134,29, resultando no montante de R\$ 306.634,29, apurado em 1º/01/2015.

No decurso do exercício de 2015, foi verificado o pagamento do valor integral registrado em 1º/01/2015, com o recebimento definitivo das obras inerentes ao Fórum Trabalhista de Paulista.

25 Ações não Previstas na LOA 2015 – Restos a Pagar não Processados – OFSS (Reforma e Ampliação de Imóvel para Abrigar o Centro de Informática do TRT6)

Identificação da Ação					
Código	152R			Tipo:	Projeto
Título	Reforma e Ampliação de Imóvel para Abrigar o Centro de Informática do TRT da 6ª Região				
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista	Código	0571	Tipo:	Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
339.939,80	331.675,32	-	Edifício Construído	% de execução física	34,76%

Fonte: SIAFI

A obra decorre de necessidade apontada no planejamento estratégico, visando à adequação e à melhoria das condições de trabalho da unidade de tecnologia da informação, com diagnóstico para ampliação da área ocupada em metros quadrados, com reflexos na prestação dos serviços jurisdicionais, inclusive a implantação e a manutenção da fábrica de *softwares* deste Regional.

Durante o exercício de 2014, foi consignada dotação para o projeto de Reforma e Ampliação de Imóvel para abrigar o Centro de Informática do TRT6, no montante de R\$ 1.103.978,00, sendo R\$ 977.850,00 originários de crédito especial reaberto mediante o Ato CSJT n.º 40, de 31/01/2014, e R\$ 126.128,00 oriundos de crédito especial aberto, aprovado mediante a Lei n.º 13.075, de 30 de dezembro de 2014, e visando à execução de 100% do Projeto de Reforma e Ampliação de Imóvel para Abrigar o Centro de Informática do TRT da 6ª Região.

No primeiro período para solicitação de crédito adicional do exercício de 2014, foi solicitada alteração do projeto inicial pela unidade técnica responsável deste Tribunal, ocasionando a necessidade de remanejamento entre os GNDs 3 e 4 da referida ação, no montante de R\$ 240.469,00, autorizado mediante a publicação da Lei n.º 13.071, de 30 de dezembro de 2014.

No segundo período para realização de alteração orçamentária, foi solicitada a suplementação do montante do crédito reaberto, no valor de R\$ 126.128,00, com vistas ao ajuste final do projeto em comento, totalizando um crédito disponibilizado de R\$ 1.103.978,00.

Houve inscrição de restos a pagar no exercício de 2014, no montante de R\$339.939,80, correspondendo a 34,76% da dotação empenhada, considerando que a lei de abertura do crédito especial foi publicada em 31/12/2014.

No decurso do exercício de 2015, foram pagos R\$ 331.675,32 para a conclusão da obra, possibilitando o recebimento e a inauguração do Centro de Informática deste órgão.

3.2.3 Ações – Orçamento de Investimento – OI

O TRT6 não possui orçamento de investimento, motivo pelo qual deixa de prestar as informações relativas ao tema.

3.2.4 Análise situacional

As análises situacionais da execução das ações orçamentárias foram realizadas nos subitens 3.2.2 e 3.2.3 deste Capítulo II, de forma individualizada, conforme facultado pelo TCU nas orientações sobre o assunto no sistema e-Contas.

3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O tópico foi tratado em conjunto com as análises do desempenho orçamentário feitas nos subitens 3.2.2 e 3.2.3 deste Capítulo II, consoante facultado pelo TCU nas orientações contidas no sistema e-Contas.

3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Os valores correspondentes ao passivo de pessoal foram informados pela área de pagamento de pessoal do TRT6, possibilitando os registros contábeis na conta 21.111.04.00 – Obrigações Trabalhistas a Pagar, conforme demonstrado no quadro a seguir.

26 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21.111.04.00		Obrigações Trabalhistas a Pagar			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
80006	000.673.264-04	3.018,05	(3.018,05)	-	-
80006	009.431.044-08	-	-	8.289,69	8.289,69
80006	009.837.394-39	-	-	3.026,63	3.026,63
80006	018.707.934-04	-	-	885.478,48	885.478,48
80006	027.253.254-12	-	-	3.914,93	3.914,93
80006	029.821.464-44	-	-	7.794,67	7.794,67
80006	033.344.114-19	3.622,98	-	50.988,58	54.611,56
80006	033.360.054-18	-	-	3.914,93	3.914,93
80006	035.451.334-60	18.952,26	-	3.591,33	22.543,59
80006	038.686.484-53	22.252,89	-	4.259,15	26.512,04
80006	039.393.704-60	-	-	7.794,67	7.794,67
80006	039.632.104-60	-	-	4.226,26	4.226,26

80006	039.785.024-70	14.587,99	-	2.828,91	17.416,90
80006	041.762.905-28	813,00	(813,00)	-	-
80006	045.179.586-55	9.948,34	-	1.906,13	11.854,47
80006	048.983.104-43	3.009,32	(3.009,32)	-	-
80006	051.322.024-03	76,40	(76,40)	-	-
80006	054.818.714-24	-	-	178,96	178,96
80006	064.153.694-15	82.233,80	-	16.211,10	98.444,90
80006	073.715.004-15	32.190,18	-	4.295,00	36.485,18
80006	074.710.334-87	33.610,43	-	12.762,12	46.372,55
80006	082.807.784-38	15.140,14	-	19.252,60	34.392,74
80006	082.807.794-00	15.140,14	-	19.252,61	34.392,75
80006	082.807.804-16	26.589,54	-	20.045,70	46.635,24
80006	084.295.704-97	135.628,45	-	25.766,20	161.394,65
80006	113.196.234-68	1.968,82	(10,00)	-	1.958,82
80006	114.527.304-15	-	-	35.499,81	35.499,81
80006	116.895.953-53	4.842,81	(4.842,81)	-	-
80006	129.106.784-15	43.427,99	(43.427,99)	-	-
80006	137.910.364-91	46.109,94	(46.109,94)	-	-
80006	152.492.631-00	-	-	8.691,32	8.691,32
80006	172.972.904-59	-	-	16.587,45	16.587,45
80006	183.801.314-87	8.344,69	(8.344,69)	-	-
80006	189.203.064-00	-	-	17.583,61	17.583,61
80006	192.235.523-20	-	-	31.220,20	31.220,20
80006	192.521.024-34	10.632,25	-	9.090,47	19.722,72
80006	193.706.794-72	7.340,17	(7.340,17)	-	-
80006	198.213.524-72	13.743,48	(13.743,48)	-	-
80006	201.229.001-97	-	-	87.017,79	87.017,79
80006	223.795.174-87	6.271,45	(6.271,45)	-	-
80006	233.944.124-20	98.646,75	-	17.509,97	116.156,72
80006	235.552.544-72				11.730,88

		-	-	11.730,88	
80006	249.773.814-91	-	-	221.596,09	221.596,09
80006	278.563.134-04	20.242,74	(20.242,74)	-	-
80006	289.697.314-15	24.418,19	-	4.652,39	29.070,58
80006	306.843.074-72	667.260,99	-	118.122,62	785.383,61
80006	319.502.724-00	6.726,70	(6.726,70)	-	-
80006	321.838.874-00	-	-	17.583,61	17.583,61
80006	342.265.675-87	22.974,20	(22.974,20)	-	-
80006	355.416.014-87	6.914,70	(6.914,70)	-	-
80006	356.522.094-53	-	-	13.146,71	13.146,71
80006	365.069.074-87	44.864,40	(44.864,40)	-	-
80006	381.994.594-68	8.987,21	-	1.054,98	10.042,19
80006	387.932.534-00	-	-	85.887,16	85.887,16
80006	405.393.344-72	-	-	12.842,92	12.842,92
80006	435.978.664-68	3.751,69	(3.751,69)	-	-
80006	475.976.154-34	4.812,71	(4.812,71)	-	-
80006	491.685.684-87	102.147,41	-	-	102.147,41
80006	492.063.113-87	41.291,57	-	4.847,07	46.138,64
80006	529.816.494-34	3.234,94	(3.234,94)	-	-
80006	572.129.347-87	-	-	9.648,67	9.648,67
80006	606.279.211-91	15.047,83	-	5.998,90	21.046,73
80006	611.229.474-53	745,41	(745,41)	-	-
80006	612.455.184-53	158.619,31	-	29.310,80	187.930,11
80006	645.851.314-34	6.531,38	(6.531,38)	-	-
80006	692.068.994-49	-	-	9.668,97	9.668,97
80006	709.319.924-00	-	-	500,84	500,84
80006	710.660.394-53	-	-	1.931,93	1.931,93
80006	772.093.464-49	-	-	2.720,94	2.720,94
80006	817.013.654-72	-	-	260.783,02	260.783,02
80006	832.299.904-63	-	-	6.957,41	6.957,41

80006	835.777.344-34	-	-	14.908,42	14.908,42
80006	844.872.244-20	-	-	1.878,84	1.878,84
80006	859.262.214-04	-	-	7.794,67	7.794,67
80006	935.953.108-10	-	-	10.848,45	10.848,45
		2.118.362,72	(579.455,29)	2.183.395,56	3.722.302,99

Fonte: SIAFI

Nota 1: Não houve inclusão dos valores referentes às obrigações patronais.;

Nota 2: Arredondamento de R\$ 0,04 no montante de R\$ 3.722.302,99 por uso de planilhas eletrônicas para acompanhamento dos passivos.

3.4.1 Análise crítica da gestão do reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Os valores correspondentes ao passivo de pessoal foram informados pela área responsável pela elaboração de folha de pagamento de pessoal deste órgão, possibilitando os registros contábeis na conta 21.111.04.00 – Obrigações Trabalhistas a Pagar, conforme demonstrado no quadro a seguir.

27 Detalhamento da conta contábil Obrigações Trabalhistas a Pagar

Detalhamento da conta contábil 21.111.04.00 – Obrigações Trabalhistas a Pagar				
Conta contábil	Saldo final em 31/12/2014	Movimento devedor	Movimento credor	Saldo final em 31/12/2015
31.90.92.01- Aposentadorias Reserva Remunerada e Reforma	651.372,36	59.642,23	248.673,70	959.688,29
31.90.92.03- Pensões do RPPS	725.582,44	-	1.466.386,75	2.191.969,19
91.90.92.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	419.758,84	198.163,98	459.643,79	1.077.566,61
31.90.92.16 - Outras despesas variáveis	-	-	8.691,32	8.691,32
31.91.92.13 - Obrigações Patronais	321.649,08	321.649,08	-	-
TOTAL	2.118.362,72	579.455,29	2.183.395,56	3.722.302,99

Fonte: SIAFI 2015

Os passivos de pessoal registrados correspondem às despesas detalhadas relacionadas no quadro a seguir.

28 Passivos com pessoal

Passivos com Pessoal	Montante (R\$)
Abono de Permanência,	43.717,88
Adicional Por Tempo de Serviço	37.458,63
Diferença Adicional de férias	184.427,72
Diferença de gratificação	447.769,66
Diferença de proventos e pensões	1.438.551,01
Diferença de subsídio	995.854,01
Diferença de substituição	2.379,68
Incorporação de quintos	544.342,86
Outras despesas	9.068,30
URV	18.733,28
TOTAL	3.722.302,99

Fonte: CPP

3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

29 Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	17.202.957,07	13.847.544,54	27.556,13	3.327.856,40
2013	5.083.534,45	1.232.331,12	3.851.203,33	0,00
2012	30.947,16	0,00	30.947,16	0,00
2011	176.981,63	0,00	0,00	176.981,63
2010	440,19	0,00	440,19	0,00

Fonte: SIAFI e Demonstrativo de Acompanhamento de Restos a Pagar

Nota 1: Os montantes dispostos nas colunas correspondentes ao “montante 01/01/2015”, “Pagamento”, “Cancelamento” e ao “Saldo a pagar em 31/12/2015” correspondem à execução de RAP não processados dispostos por ano da inscrição dos respectivos empenhos;

Nota 2: O total do saldo a pagar em 31/12/2014, de R\$ 3.504.838,03, corresponde ao valor constante na conta contábil no SIAFI 63.110.00.00 – RP Não Processados a Liquidar.

3.5.1 Análise crítica sobre a gestão dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Os empenhos passíveis de inscrição em restos a pagar foram analisados de acordo com os dispositivos legais e regulamentares pertinentes, em especial com a Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); o art. 36 da Lei n.º 4.320/1964; o art. 76, *caput*, do Decreto-Lei n.º 200/1967; os arts. 35, 67 e 68 do Decreto n.º 93.872/1986 e os Manuais SIAFI publicados pelo Tesouro Nacional códigos 02.03.17 (Restos a Pagar) e 02.03.18 (Encerramento do Exercício).

O monitoramento das despesas a serem inscritas como Restos a Pagar não Processados é efetuado por intermédio de demonstrativos contendo os valores inscritos, cancelados e a pagar por empenho, credor, grupo da despesa, segregados por exercício financeiro.

Assim, os demonstrativos são encaminhados e analisados por cada área temática e os gestores se pronunciam sobre a necessidade de inscrição, manutenção ou cancelamento das respectivas despesas empenhadas.

Dessa forma, a solicitação para registro, manutenção ou cancelamento da despesa inerente aos restos a pagar não processados de exercícios anteriores é efetuada com base na legislação vigente, bem como na solicitação dos gestores, em vista de regularizações para o pagamento das respectivas despesas.

Pode-se observar que, dos valores inscritos no exercício de 2015, correspondendo a R\$ 17.202.957,07, houve a execução de pagamentos, na monta de R\$ 13.847.544,54 (80,50%), e cancelamentos, que totalizaram R\$ 27.556,13 (0,16%), restando saldo a executar de R\$ 3.327.856,40 (19,34%) dos valores de exercícios anteriores, conforme quadro a seguir.

30 Restos a pagar processados

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	17.202.957,07	13.847.544,54	27.556,13	3.327.856,40
2013	25.809.593,80	20.480.382,11	245.677,24	5.083.534,45
Varição entre exercícios	66,65%	67,61%	11,22%	65,46%

Fonte: SIAFI

Do quadro acima, verifica-se ainda, que o montante da despesa inscrita em restos a pagar no exercício de 2014 foi menor que em 2013, em percentual correspondente a 33,35%, apesar do orçamento da unidade ser maior.

Trata-se de esforço planejado com as unidades técnicas do TRT6, visando reduzir o volume de créditos postergados para execução em exercício subsequente.

Ressalte-se que, durante os exercícios financeiros, foram encaminhadas as comunicações às diversas unidades deste órgão responsáveis pela execução de despesas, solicitando-lhes a verificação de todos os empenhos sob sua responsabilidade e que poderiam ser inscritos em restos a pagar, além do criterioso exame da necessidade de sua permanência ao final do exercício, ressalvadas as despesas inerentes aos contratos executados no mês de dezembro, além daquelas oriundas de autorizações orçamentárias promovidas no último bimestre do ano.

Do montante inscrito a ser executado no exercício de 2016, R\$ 862.902,52 referiam-se a despesas com pessoal e encargos (GND 1); R\$ 7.739.859,21, a outras despesas correntes (GND 3), e R\$8.600.195,34, a investimentos (GND 4).

3.6 Informações sobre a execução das despesas

3.6.1 Programação das despesas

31 Programação de despesas

UO: TRT6			Código UO: 15.107		UGO: 080006	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			537.297.553,00		86.723.017,00	
CRÉDITOS	Suplementares		70.062.432,00		12.688.673,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados				1.480.633,00	
Outras Operações						
Dotação final 2015 (A)			607.359.985,00		97.931.057,00	
Dotação final 2014(B)			540.322.268,00		87.434.320,00	
Variação (A/B-1)*100			12,41		12,01	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			4.363.367,00			
CRÉDITOS	Suplementares		1.377.633,00			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos	1.454.456,00			
		Reabertos				
	Créditos Cancelados		3.572.727,00			
Outras Operações						
Dotação final 2015 (A)			3.622.729,00			
Dotação final 2014(B)			10.107.498,00			
Variação (A/B-1)*100			(64,16)			

Fonte: Tesouro Gerencial 2015

3.6.1.1 Análise crítica da programação das despesas

O planejamento orçamentário do TRT6 foi elaborado em observância às informações técnicas prestadas pelas diversas unidades participantes do sistema de gestão orçamentária e à legislação aplicável à matéria, tendo como base as demandas apresentadas para o cumprimento da missão institucional, de modo a modernizar a prestação dos serviços públicos à sociedade, resultando na satisfação dos cidadãos jurisdicionados.

Dessa forma, a partir do mês de março de 2014, efetuou-se o levantamento das necessidades orçamentárias das unidades deste Regional, para compor as demandas por informações que subsidiaram a elaboração da Proposta Orçamentária Prévia para o exercício de 2015.

No mês de julho, as informações foram atualizadas para adequação da proposta orçamentária prévia aos limites referenciais estabelecidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O calendário das atividades de preparação do ciclo orçamentário deste Tribunal, bem como o estabelecimento da metodologia, foi submetido à Administração desta Corte para construção do plano de trabalho orçamentário relativo ao exercício de 2015.

Dentro dessa perspectiva, foram encaminhadas aos colaboradores das diversas áreas do TRT6 as tabelas para levantamento, em grandeza estimada de valores, as necessidades de créditos orçamentários ideais para a manutenção e o aperfeiçoamento dos serviços disponibilizados à sociedade, de forma a permitir a aderência das informações aos elementos fundamentais estabelecidos no planejamento estratégico institucional.

Frise-se, por oportuno, que os debates sobre a alocação dos recursos foram contextualizados dentro de cada área temática, na linha de dotação proposta pela unidade orçamentária.

Dentro dessa metodologia, a Lei Orçamentária Anual consignou dotação a esta UPC, originada de fontes do Tesouro e próprias, no montante de R\$ 708.913.771,00, assim distribuído: R\$ 607.359.985,00, em despesas com pessoal e encargos sociais; R\$ 97.931.057,00, em outras despesas correntes; e R\$ 3.622.729,00, em investimentos, conforme a seguinte tabela.

32 Dotações orçamentárias

Item de Informação	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL
DOTAÇÃO INICIAL	537.297.553,00	86.723.017,00	4.363.367,00	628.383.937,00
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	70.062.432,00	12.688.673,00	1.377.633,00	84.128.738,00
DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	0,00	0,00	1.454.456,00	1.454.456,00
DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	0,00	-1.480.633,00	-3.572.727,00	-5.053.360,00
DOTAÇÃO ATUALIZADA 2015	607.359.985,00	97.931.057,00	3.622.729,00	708.913.771,00

Fonte: SIAFI

Durante o exercício, diante das demandas apresentadas nas despesas com pessoal e encargos sociais, houve necessidade de serem promovidas alterações orçamentárias aos valores inicialmente autorizados na LOA 2015, especialmente por créditos suplementares. Para pessoal e encargos sociais, no GND 1, foram concedidos créditos suplementares, nos montantes de R\$ 41.578.788,00, R\$ 6.071.007,00 e R\$ 22.412.637,00, para as despesas com pessoal ativo da União, obrigação patronal e inativo/pensionista, respectivamente, para o pagamento da folha normal e dos passivos reconhecidos pelo TRT6, conforme o seguinte quadro demonstrativo.

33 Autorizações para despesas com pessoal e encargos sociais – 2015

Autorizações	Ação 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	Ação 09HB - PSSS	Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões
Ato CSJT nº 156 de 29/06/2015	18.263.305,00		
Ato CSJT nº 318 de 26/11/2015	10.099.789,00		
Ato CSJT nº 349 de 14/12/2015	13.099.602,00		
Ato CSJT nº 357 de 29/12/2015	116.092,00		
Ato CSJT nº 156 de 29/06/2015		4.683.011,00	
Ato CSJT nº 349 de 14/12/2015		1.387.996,00	
Ato CSJT nº 156 de 29/06/2015			8.522.263,00
Ato CSJT nº 318 de 26/11/2015			7.244.838,00
Ato CSJT nº 349 de 14/12/2015			5.732.447,00
Ato CSJT nº 361 de 18/12/2015			806.945,00
Ato CSJT nº 357 de 29/12/2015			106.144,00
TOTAL	41.578.788,00	6.071.007,00	22.412.637,00
TOTAL GERAL	70.062.432,00		

Fonte: SIAFI

Após o trânsito em julgado da Ação Ordinária n.º 2007.34.00.041467-0, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho deu cumprimento ao acórdão, consoante critérios constantes do Ofício Circular CSJT.GP.SG n.º 9/2014, orientando este Regional a realizar a incorporação aos vencimentos do percentual de 13,23% para os associados da Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho – ANAJUSTRA, com efeitos financeiros a partir de janeiro de 2015.

Os créditos suplementares para pessoal e encargos sociais, totalizados em R\$ 70.062.432,00, representaram um acréscimo de 13,04% no total dos créditos inicialmente autorizados para 2015, sendo fundamentais para a execução orçamentária do exercício em referência.

O orçamento do TRT6 – no GND 3: Outras Despesas Correntes – foi incrementado com aportes adicionais no valor total de R\$ 12.688.673,00, conforme o conjunto de ações relacionadas no quadro a seguir, evidenciando o acréscimo de 14,63% em relação ao montante inicialmente programado.

34 Alterações Orçamentárias – 2015 – Créditos Suplementares (GND-3)

34 Alterações Orçamentárias – 2015 – Créditos Suplementares (GND-3)			
Código da ação	Ação Orçamentária	Fonte	Outras despesas correntes
2010	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis	0100	34.865,00
		0127	6.772,00
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis Empregados	0100	2.577.299,00
		0127	187.848,00
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	0100	600.000,00
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	0100	5.109.256,00
		0127	1.345.633,00
		0181	1.978.000,00
		0381	849.000,00
TOTAL			12.688.673,00

Fonte: SIAFI

A Portaria Conjunta n.º 1, de 18 de março de 2015, reajustou os valores mensais dos benefícios Assistência Pré-escolar e Auxílio Alimentação para R\$ 632,00 e R\$ 799,00, respectivamente, ambos com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2015.

De acordo com o Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN n.º 6/2015, de 23 de março de 2015, houve autorização para quitação do saldo remanescente do passivo devido a magistrados, a título de auxílio alimentação, no valor de R\$ 2.551.365,00.

A grande realização de perícias para auxiliar na busca pela verdade processual ocasionou o aumento da despesa na ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, repercutindo na necessidade de mais recursos para atender a crescente demanda para pagamento de honorários periciais. Assim, houve suplementação de crédito, no valor de R\$ 600.000,00, consoante Ato CSJT n.º 338, de 3/12/2015.

O plano de aquisições de material permanente recebeu suplementação orçamentária, no valor de R\$ 1.345.633,00, por meio do Ato CSJT.GP.SG n.º 336, de 3 de dezembro de 2015. O referido aporte orçamentário destinou-se à aquisição de mobiliário para instalação no novo prédio do Fórum Trabalhista do Recife.

Durante o exercício em questão, também foram cancelados créditos, na ordem de R\$ 1.480.633,00, na ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, no valor de R\$ 1.345.633,00, por ajuste na publicação equivocada do crédito, e ainda, na ação Comunicação e Divulgação Institucional, no importe de R\$ 135.000,00, para atender outro objeto de despesa da ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, conforme o seguinte quadro.

35 Alterações Orçamentárias – 2015 – Dotações Canceladas/Remanejadas – (GND-3)

Código da ação	Ação Orçamentária	Fonte	Outras despesas correntes
2549	Comunicação e Divulgação Institucional	0100	(135.000,00)
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	0127	(1.345.633,00)
Total			(1.480.633,00)

Fonte: SIAFI

Comparativamente aos valores orçados no exercício anterior, houve um incremento, nesse grupo de despesa, de R\$ 10.496.737,00, representando um acréscimo, em termos percentuais, de 12,01%.

Para as despesas com investimentos, no GND 4, foi consignado inicialmente na LOA o valor de R\$ 4.363.367,00, nas ações Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (R\$3.245.096,00) e Construção do Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (R\$ 1.118.271,00).

Houve alterações orçamentárias para o GND 4 decorrentes de créditos suplementares, no montante de R\$ 1.377.633,00, e de créditos extraordinários abertos, no valor de R\$ 1.454.456,00, além de R\$ 3.532.727,00, que foram cancelados/remanejados, conforme ações/projetos no quadro a seguir.

36 Alterações Orçamentárias – 2015 – Dotações Canceladas/Remanejadas – (GND-4)

Código da ação	Ação / Projeto	Fonte	Investimentos
11A7	Construção de Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	0100	(1.491.028,00)
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	0181	(2.081.699,00)
Total			(3.572.727,00)

Fonte: SIAFI

A ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho e o projeto de Construção do Edifício Sede do TRT6 foram contemplados com o montante de R\$ 1.081.699,00 e R\$372.357,00, respectivamente, por meio de crédito extraordinário autorizado pela Medida Provisória n.º 667, de 2 de janeiro de 2015, que teve o prazo de vigência encerrado em 1º de junho de 2015, de acordo com o Ato Declaratório da Mesa do Congresso Nacional n.º 22/2015, conforme a ação/projeto constante da tabela a seguir.

37 Alterações Orçamentárias – 2015 – Crédito Extraordinário

Código da ação	Ação Orçamentária	Fonte	Investimentos
11A7	Construção de Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	0100	372.757,00
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	0181	1.081.699,00
Total			1.454.456,00

Fonte: SIAFI

Comparativamente aos valores orçados no exercício anterior, houve uma redução, no grupo de despesa de investimentos, de R\$ 6.484.769,00, representando, em termos percentuais, 64,16%.

3.6.2 Movimentação de créditos interna e externa

38 Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	080017	080006	15126.02.122.0571.1P66			470.071,22
Recebidos	080017	080006	15126.02.122.0571.151Y			124.514,00
Recebidos	080001	080006	15101.02.128.0571.20G2			157.126,44
Recebidos	080001	080006	15101.02.126.0571.2C73			1.543.883,39
Recebidos	201002	080006	71103.28.846.0901.0625	1.166.891,25		
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	080001	080006	15101.02.128.0571.20G2	7.196,40		
Recebidos	080001	080006	15101.02.126.0571.2C73	2.427.197,95		
Recebidos	080017	080006	15126.02.122.0571.1P66	190.793,27		
Recebidos	080017	080006	15126.02.122.0571.151Y	86.538,00		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: Tesouro Gerencial 2015

O TRT6 recebeu provisões do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, totalizadas em R\$ 6.174.211,92, para execução das ações orçamentárias de Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho, Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico, Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação e Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, conforme detalhamento a seguir.

39 Ações Orçamentárias – Descentralizadas (Provisões)

Ações Orçamentárias - Descentralizadas (Provisões)	Descentralização Recebida (R\$)	Descentralização Liquidada (R\$)
Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	660.864,49	84.456,83
Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico	211.052,00	153.360,00
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	3.971.081,34	3.063.303,10
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	164.322,84	101.828,84
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor	1.166.891,25	1.166.891,25
TOTAL	6.174.211,92	4.569.840,02

Fonte: Tesouro Gerencial 2015

Os referidos créditos foram descentralizados como parte da estratégia nacional de modernizar a estrutura física e de tecnologia da informação, formação de magistrados e manutenção de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho.

O recebimento desses créditos foi essencial para assegurar a execução de importantes atividades e projetos que não poderiam ser efetivados apenas com os créditos consignados na Lei Orçamentária Anual.

A ação Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho tem a finalidade de mobiliar, equipar, reformar, adaptar, ampliar, padronizar e modernizar as instalações prediais da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, adquirindo mobiliário, equipamentos, reformas, adaptação, padronização, ampliação e modernização de imóveis.

A dotação descentralizada na ação Modernização de Instalações Físicas na Justiça do Trabalho teve por objetivos o projeto de modernização de instalações físicas dos prédios, sendo assegurada a aquisição de mobiliário para diversas VTs da capital e do interior do Estado de Pernambuco, além dos serviços de recuperação do muro de arrimo, drenagem e pavimentação do estacionamento do Fórum Trabalhista de Olinda, bem como reforma no Edifício Sede para instalação da sala de convivência dos terceirizados, e ainda, aquisição e instalação de equipamentos de segurança e contra incêndio e pânico nos Fóruns Trabalhistas de Olinda e Paulista.

A ação Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação visa assegurar à Justiça do Trabalho a implantação e o desempenho de todos os sistemas nacionais, com ênfase no Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, e custeio das despesas de Tecnologia da Informação e das Comunicações indispensáveis à manutenção dos Sistemas Nacionais da Justiça do Trabalho, assegurando, assim, qualidade e celeridade na prestação jurisdicional trabalhista.

A ação confere agilidade nos procedimentos e decisões judiciais e interação entre os demais órgãos do Poder Judiciário, ampliar a cobertura e o acesso dos cidadãos à prestação jurisdicional e dar transparência aos atos, às decisões e às informações de interesse da sociedade, relacionados ao Poder Judiciário, por meio do uso de Tecnologia da Informação e Comunicação.

A ação materializa-se com o desenvolvimento, a implantação e a consolidação de infraestrutura, processos e soluções de gestão da informação jurisdicional com a aplicação de TIC; promoção de interligação entre os órgãos do Poder Judiciário e a integração de bases de dados; capacitação em soluções de gestão da informação e governança de TIC voltadas ao projeto E-Jus; garantia de disponibilidade e de segurança dos sistemas e informações; provimento de meios de uso exclusivo da Justiça do Trabalho para viabilizar a transparência dos atos, decisões e informações de interesse da sociedade.

Na ação Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico, houve recebimento dos recursos orçamentários destinados à contratação de Solução de Monitoramento de Aplicação para o PJe-JT, visando proporcionar melhorias no sistema e otimizar a segurança dos dados.

O TRT6 recebeu, na ação Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, descentralização para atender despesas relativas ao pagamento de diárias e instrutoria para o programa de capacitação visando à formação de magistrados e servidores.

A ação Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados objetiva proporcionar aos juízes e desembargadores – por meio do oferecimento de cursos de formação inicial e continuada, qualificação de instrutores, intercâmbio e estudos com o fito de elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de cursos de aprimoramento da magistratura, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre ordenamento jurídico, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de jurisprudências e doutrinas – a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade de forma célere, efetiva, transparente e objetiva.

40 Provisões Recebidas na Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação

1. Acompanhamento da Programação da Despesa Autorizada

OFÍCIOS CIRCULARES CSJT.SETIC.CGGOV N.º 15/2015 e N.º 21/2015

Implantação da Nova Rede Corporativa de Dados e Voz da Justiça do Trabalho - Rede JT

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenho	
		Número	Valor
3.3.90.39	1.272.469,62	914	1.272.469,62
Total	1.272.469,62	-	1.272.469,62

Contratos de Serviços e de Suporte Técnico de Banco de Dados Oracle - Ação 2C73

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenho	
		Número	Valor
3.3.90.39	181.608,72	934	181.608,72
Total	181.608,72	-	181.608,72

OFÍCIO CIRCULAR CSJT.SETIC.CGGOV N.º 28/2015 - Ação 2C73

Contratação de Atualização de Segurança da Informação (SOFTWARE MÓDULO RISK MANAGER)

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenho	
		Número	Valor
3.3.90.35	44.800,00	1607	44.800,00
3.3.90.39	11.472,24	1416	11.472,24
4.4.90.39	4.500,00	1417	4.500,00
Total	69.716,66	-	60.772,24

OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GP.SG.SETIC.CGGOV N.º 40/2015 - Ação 2C73

Descentralização de recursos orçamentários destinados à aquisição de microcomputadores

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenho	
		Número	Valor
4.4.90.52	1.770.153,00	1166	1.770.153,00

OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GP.SG.SETIC.CGGOV N.º 50/2015 - Ação 2C73

Descentralização de recursos orçamentários destinados à aquisição de microcomputadores

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenho	
		Número	Valor
4.4.90.52	652.544,95	1701	652.544,95

2015NC000216

Recursos para custear aquisições de subscrições para servidores de aplicação ao Java para o sistema PJe/JT, incluindo suporte técnico e atualização de versão

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenho	
		Número	Valor
3.3.90.39	32.514,92	1692	32.514,92

OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GP.SG.SETIC.CGGOV N.º 73/2015 - Ação 2C73			
Recursos para custear a contratação de serviço de suporte ao banco de dados POSTGRESQL			
Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenho	
		Número	Valor
3.3.90.39	944,54	1921	944,54

2015NC000287			
Recursos para custear a contratação de serviços especializados de suporte ao sistema operacional Linux			
Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenho	
		Número	Valor
3.3.90.39	73,35	1954	73,35

1. Resumo da execução orçamentária por natureza da despesa

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenho (valor)
3.3.90.35	44.800,00	44.800,00
3.3.90.39	1.499.083,39	1.499.083,39
4.4.90.39	4.500,00	4.500,00
4.4.90.52	2.422.697,95	2.422.697,95
Total	3.971.081,34	3.971.081,34

Fonte: Tesouro Gerencial 2015

41 Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	080006	533014	15107.02.122.0571.4256			2.527.155,12
Recebidos	201002	080006	71103.28.846.0901.0005	2.002.378,00		393.426,00
Recebidos	193034	080006	44201.28.846.0901.0005	132.412,00		
Recebidos	113802	080006	53204.28.846.0901.0005	74.181,00		
Recebidos	193034	080006	44201.28.846.0901.00G5	7.630,00		
Recebidos	113802	080006	53204.28.846.0901.00G5	5.739,00		
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: Tesouro Gerencial 2015

As transferências líquidas efetuadas, no montante de R\$ 2.527.155,12, visaram ressarcir à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste as despesas efetuadas com o rateio das despesas orçamentárias comuns (água, energia elétrica, manutenção predial, limpeza, ascensoristas e outras), correspondentes a área ocupada por este Tribunal no Edifício Sudene.

Por sua vez, as descentralizações externas de crédito recebidas, no montante de R\$ 3.769.288,25, foram destinadas ao atendimento das sentenças transitadas em julgado de precatórios e RPVs, que foram executadas, resumidamente, da seguinte forma:

42 Descentralizações Externas de Crédito Recebidas para Cumprimento de Sentenças Judiciais

Cumprimento de Sentenças Judiciais	Descentralização Recebida (R\$)	Descentralização Executada (R\$)	Execução (%)
Precatórios	2.602.397,00	2.566.879,98	98,63
RPV	1.166.891,25	1.166.891,25	100,00
TOTAL	3.769.288,25	3.733.771,23	99,05

Fonte: Tesouro Gerencial 2015

3.6.3 Realização da despesa

3.6.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários – Total

43 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: TRT 6ª Região	Código UO: 15.107		UGO: 080006	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	27.982.577,39	28.250.124,74	27.981.785,47	28.209.900,14
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	637.909,99	-	637.909,99
d) Pregão	27.982.577,39	27.612.214,75	27.981.785,47	27.571.990,15
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	9.093.123,69	8.825.480,08	9.093.123,69	8.825.480,08
h) Dispensa	5.491.948,78	5.422.908,56	5.491.948,78	5.422.908,56
i) Inexigibilidade	3.601.264,91	3.402.571,52	3.601.264,91	3.402.571,52
3. Regime de Execução Especial	5.602,30	12.871,61	5.602,30	12.871,61
j) Suprimento de Fundos	5.602,30	12.871,61	5.602,30	12.871,61
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	650.276.701,12	574.887.665,74	650.276.701,12	574.887.665,74
k) Pagamento em Folha	648.988.891,86	573.422.737,32	648.988.891,86	573.422.737,32
l) Diárias	1.287.809,26	1.464.928,42	1.287.809,26	1.464.928,42
5. Outros	4.564.767,59	6.887.718,03	4.564.767,59	6.887.718,03
6. Total (1+2+3+4+5)	691.922.772,09	618.863.860,20	691.921.980,17	618.823.635,60

Fonte: SIAFI Gerencial/ Tesouro Gerencial 2014/2015

Nota 1: O item "Diárias" refere-se às despesas com diárias do exercício, despesas de exercícios anteriores (diárias) e diárias a colaborador eventual;

Nota 2: O item "Outros" corresponde às despesas com ressarcimento e indenização, assistência a pessoas carentes (perícia), ajuda de custo, obrigações tributárias e contributivas dos créditos originários, extraído na modalidade "não se aplica";

Nota 3: Na modalidade "Pregão", os valores mais expressivos correspondem às despesas com aos serviços de auxiliar de portaria/vigilância armada, limpeza e conservação, manutenção predial, assistência médica e hospitalar (Unimed) e de material permanente (aquisição de mobiliário).

3.6.3.2 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários – Valores executados diretamente pela UPC

O subitem em questão não se aplica à realidade do TRT6.

3.6.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários – Total

44 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total

5. inversões financeiras								
	TRT 6ª Região		Código UO: 15.107			UGO: 080006		
1º elemento de despesa	0,00	0,00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	373.850.314,77	336.848.999,19	373.850.314,77	336.848.999,19	0,00	0,00	373.850.314,77	336.848.999,19
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	70.103.099,53	62.773.681,10	69.786.871,6	62.633.010,99	316.227,93	140.670,11	69.786.871,60	62.633.010,99
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	43.618.977,35	38.239.697,74	43.075.754,74	37.525.192,42	543.222,01	714.505,32	43.075.754,74	37.525.192,42
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
39 - outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	37.669.137,83	37.180.244,34	32.903.199,95	32.150.374,47	4.765.937,88	5.029.869,87	32.902.408,03	32.150.374,47
46 - auxílio-alimentação	19.413.782,00	18.239.722,26	19.381.262,53	18.235.141,27	32.519,47	4.580,99	19.381.262,53	18.235.141,27
93 - indenizações e restituições	10.385.092,04	9.342.802,87	9605.030,59	9.138.602,12	780.061,45	204.200,75	9.605.030,59	9.138.602,12
demais elementos do grupo	24.185.800,05	19.709.969,04	22.711.328,79	17.919.543,17	1.474.471,26	1.790.425,87	22.711.328,79	17.919.543,17
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
52 - equipamentos e material permanente	2.492.890,69	4.796.918,69	422.695,55	1.374.531,06	2.070.195,14	3.422.387,63	422.695,55	1.334.306,46
39 - outros serviços de terceiros- pessoa jurídica	962.847,30	602.803,28	956.322,90	537.213,28	6.524,40	65.590,00	956.322,90	537.213,28
51 - obras e instalações	153.893,60	565.466,22	55.185,00	49.089,35	98.708,60	516.376,87	55.185,00	49.089,35
demais elementos do grupo	0,00	1.122,46	0,00	0,00	0,00	1.122,46	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial/ Tesouro Gerencial 2014/2015

3.6.3.4 Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários – Valores executados diretamente pela UPC

O subitem em questão não se aplica à realidade do TRT6.

3.6.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de movimentação

45 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.164.403,81	2.424.873,31	3.164.403,81	2.424.873,31
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	247.218,98	-	247.218,98
d) Pregão	3.164.403,81	2.177.654,33	3.164.403,81	2.177.654,33
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	143.912,52	2.392.506,63	143.912,52	2.392.506,63
h) Dispensa	-	-	-	-
i) Inexigibilidade	143.912,52	2.392.506,63	143.912,52	2.392.506,63
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	57.609,40	142.927,24	57.609,40	142.927,24
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	57.609,40	142.927,24	57.609,40	142.927,24
5. Outros	3.770.794,27	5.420.766,62	3.770.794,27	5.420.766,62
6. Total (1+2+3+4+5)	7.136.720,00	10.381.073,80	7.136.720,00	10.381.073,80

Fonte: SIAFI Gerencial/ Tesouro Gerencial 2014/2015

Nota 1: Despesas referentes a créditos de movimentação recebidos através de Provisões e Destaques;

Nota 2: O item “Outros” refere-se à descentralização para atender à precatórios, obrigações de pequeno valor e treinamento (Ação de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Nacional).

3.6.3.6 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação

46 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
91- sentenças judiciais	3.342.212,25	5.369.821,21	3.342.212,25	5.369.821,21	0,00	0,00	0,00	5.369.821,21
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
39 - outros serviços de terceiros - pj	2.152.162,61	1.587.256,20	1.497.620,93	960.253,05	654.541,68	627.003,15	1.497.620,93	960.253,05
14 - diárias - pessoal civil	57.609,40	142.927,24	57.609,40	142.927,24		0,00	57.609,40	142.927,24
35 - serviços de consultoria	44.800,00	83.778,58	0,00	0,00	44.800,00	83.778,58	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	432.582,02	226.705,82	428.582,02	142.927,24	4.000,00	0,00	428.582,02	66.203,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
52 - equipamentos e material permanente	2.422.697,95	2.468.689,56	1.770.153,00	1.194.249,72	652.544,95	1.274.439,84	1.770.153,00	1.194.249,72
51 - obras e instalações	190.793,27	5.222.100,37	0,00	2.470.162,58	190.793,27	2.751.937,79	0,00	2.470.162,58
39 - outros serviços de terceiros - pj	98.234,40	745.797,75	40.542,40	177.457,00	57.692,00	568.340,75	40.542,40	177.457,00
demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial/ Tesouro Gerencial 2014/2015

3.6.3.7 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários e de Movimentação – Despesas por Modalidade de Contratação

47 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários e de Movimentação – Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	31.146.981,20	30.674.998,05	31.146.189,28	30.634.773,45
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	885.128,97	-	885.128,97
d) Pregão	31.146.981,20	29.789.869,08	31.146.189,28	29.749.644,48
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	9.237.036,21	11.217.986,71	9.237.036,21	11.217.986,71
h) Dispensa	5.491.948,78	5.422.908,56	5.491.948,78	5.422.908,56
i) Inexigibilidade	3.745.177,43	5.795.078,15	3.745.177,43	5.795.078,15

3. Regime de Execução Especial	5.602,30	12.871,61	5.602,30	12.871,61
j) Suprimento de Fundos	5.602,30	12.871,61	5.602,30	12.871,61
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	650.334.310,52	575.030.592,98	650.334.310,52	575.030.592,98
k) Pagamento em Folha	648.988.891,86	573.422.737,32	648.988.891,86	573.422.737,32
l) Diárias	1.345.418,66	1.607.855,66	1.345.418,66	1.607.855,66
5. Outros	8.335.561,86	12.308.484,65	8.335.561,86	12.308.484,65
6. Total (1+2+3+4+5)	699.059.492,09	629.244.934,00	699.058.700,17	629.204.709,40

Fonte: SIAFI Gerencial/ Tesouro Gerencial 2014/2015

3.6.3.8 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários e de Movimentação – Despesas Correntes

48 Quadro Resumo – Total Geral Créditos Originários e de Movimentação – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	373.850.314,77	336.848.999,19	373.850.314,77	336.848.999,19	0,00	0,00	373.850.314,77	336.848.999,19
01 - APOSENT. RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR. MILITAR	119.787.593,15	102.459.889,97	119.749.500,60	102.452.162,88	38.092,55	7.727,09	119.749.500,60	102.452.162,88
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	70.103.099,53	62.773.681,10	69.786.871,60	62.633.010,99	316.227,93	140.670,11	69.786.871,60	62.633.010,99
Demais elementos do grupo	43.618.977,55	38.239.697,74	43.075.754,74	37.525.192,42	543.222,81	714.505,32	43.075.754,74	37.525.192,42
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	3.342.212,25	5.369.821,21	3.342.212,25	5.369.821,21	0,00	0,00		5.369.821,21
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3. Outras Despesas Correntes								
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	39.821.300,44	38.767.500,54	34.400.820,88	33.110.627,52	5.420.479,56	5.656.873,02	34.400.028,96	33.110.627,52
46 - AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	19.413.782,00	18.239.722,26	19.381.262,53	18.235.141,27	32.519,47	4.580,99	19.381.262,53	18.235.141,27
93 - INDENIZACOES E RESTITUIÇÕES	10.385.092,04	9.342.802,87	9605.030,59	9.138.602,12	780.061,45	204.200,75	9.605.030,59	9.138.602,12
46 - AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	19.413.782,00	18.239.722,26	19.381.262,53	18.235.141,27	32.519,47	4.580,99	19.381.262,53	18.235.141,27
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	57.609,40	142.927,24	57.609,40	142.927,24	0,00	0,00	57.609,40	142.927,24
35 - SERVICOS DE CONSULTORIA	44.800,00	83.778,58	0,00	0,00	44.800,00	83.778,58	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	24.618.382,07	19.936.674,86	23.139.910,81	18.062.470,41	1.478.471,26	1.790.425,87	23.139.910,81	17.985.746,17
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.915.588,64	7.265.608,25	2.192.848,55	2.568.780,78	2.722.740,09	4.696.827,47	2.192.848,55	2.528.556,18
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	1.061.081,70	1.348.601,03	996.865,30	714.670,28	64.216,40	633.930,75	996.865,30	714.670,28
51 - OBRAS E INSTALACOES	344.686,87	5.787.566,59	55.185,00	2.519.251,93	289.501,87	3.268.314,66	55.185,00	2.519.251,93
Demais elementos do grupo	0,00	1.122,46	0,00	0,00	0,00	1.122,46	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

grupo								
-------	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: SIAFI 2015

3.6.3.9 Análise crítica da realização da despesa

As despesas do TRT6, apresentadas por modalidade de contratação e indicadas no tópico realização da despesa, foram executadas em quatro grupos: modalidade de licitação, contratações diretas, pagamento de pessoal e outros.

As despesas com licitações e contratações diretas, ocorreram sob a égide da Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 8.666/1993) e da Lei n.º 10.520/2002.

O exame do quadro relativo às despesas por modalidade de contratação – créditos originários – despesas liquidadas (exceto RAP) e pagas nos exercícios de 2014 e 2015, evidencia que foi utilizada a modalidade pregão e concorrência nas licitações, em atendimento ao disposto no Decreto n.º 5.504/2005 e na Lei n.º 8.666/1993.

Nessa modalidade de pregão, destacam-se, em razão do valor, as despesas com contratação de limpeza e conservação, auxiliar de portaria, manutenção predial e assistência médica.

Na contratação direta por dispensa da licitação, destacam-se a execução das despesas com os serviços de fornecimento de energia elétrica, Unimed (inciso V da Lei de Licitações e Contratos Administrativos), locações, serviços de digitalização efetuados por deficientes físicos, contratação de empresa para realização de concurso público.

Nas contratações por inexigibilidade em 2014 e 2015, destacam-se a execução das despesas com a contratação de serviços postais com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, contratação de serviço de água e esgoto prestado pela Companhia Pernambucana de Água e Esgoto, publicações no DOU e diversos cursos.

As despesas com suprimento de fundos foram realizadas, em sua totalidade, mediante CPGF, nas modalidades saque e fatura.

Os dados da coluna Pagamento em Folha incluíram as despesas liquidadas com: pessoal ativo, inativos e pensões; obrigações patronais; auxílio-creche; auxílio-alimentação; auxílio-transporte; auxílio-saúde; indenização de transporte a oficiais de justiça; auxílios natalidade e funeral; despesas com estagiários; instrutoria interna ministrada por servidor e bolsa de pós-graduação.

As despesas computadas na coluna “Outros” incluíram as despesas liquidadas/pagas com ressarcimento e indenização, assistência jurídica a pessoas carentes (honorários periciais), ajuda de custo e obrigações tributárias e contributivas.

As despesas mais significativas extraídas do quadro “Despesa por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total”, foram as relativas a pessoal ativo, aposentadorias e obrigações patronais, referentes ao GND 1 – Pessoal e Encargos.

As despesas do grupo Outras Despesas Correntes constituem gastos com a manutenção da gestão administrativa, em que a maior parcela foi utilizada com *Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*, seguidos de despesas com *Auxílio-Alimentação* e de despesas com *Indenizações e Restituições* para o pagamento de indenização de transporte aos oficiais de justiça. O item *Demais Elementos do Grupo* é composto das despesas com Assistência Pré-Escolar, Auxílio-Saúde, Auxílio-

Transporte, material de consumo, passagens aéreas, serviços de terceiros – pessoa física, diárias e obrigações tributárias e contributivas.

As despesas mais significativas com serviços de terceiros – pessoa jurídica (elemento de despesa 33.90.39) foram relativas a serviços de auxiliar de portaria, vigilância, limpeza, manutenção predial, manutenção de máquinas e equipamentos, serviços médicos e hospitalares, serviços de reformas em edifícios, locações, serviços de energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações, serviços postais, publicidade e comunicação de dados.

Quanto às despesas de capital, somente foram realizadas despesas com investimentos – GND 4, nas quais se destacaram pelo montante empenhado, as despesas com equipamentos e material permanente outros serviços de terceiros – pessoa jurídica (44.90.39 – *softwares*), obras e instalações e demais elementos do grupo.

Nessa modalidade, foram aplicadas as provisões recebidas do CSJT, tendo utilização mais expressiva na execução das despesas com aquisição de mobiliários, estações de trabalho – microcomputador *desktop*.

As despesas mais significativas extraídas do Quadro “Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação” decorreram de descentralização para o pagamento de precatórios e sentenças de pequeno valor – sentenças judiciais.

3.7 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Neste tópico, são apresentadas informações relativas aos suprimentos de fundos e cartões de pagamento do governo federal, emitidos em nome do TRT6 e utilizados pelos supridos, referentes aos exercícios de 2014 e 2015, devidamente homologados pela Ordenadoria da Despesa – OD, cumprindo esclarecer que este órgão não utiliza suprimento de fundos via contas bancária tipo B.

Ressalte-se que os dados apresentados foram extraídos de 10 (dez) Ordens de Serviço emitidas pela OD sob os números 01, 02, 03, 04, 05, 06, 06-A, 07, 08 e 09 de 2015, do terminal de autoatendimento de setor público do Banco do Brasil e dos processos de concessão e comprovação das despesas realizadas, protocolizados sob os seguintes números: 941, 3081, 3181, 3185, 4564, 5755, 6992, 8310, 9537, 10.472 e 12.353, referentes ao ano de 2014; e 4281, 5369, 5634, 7344, 8908, 9171, 9380, 9870, 11.068 e 12.728, concernentes ao exercício de 2015.

3.7.1 Concessão de suprimento de fundos

49 Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	080006	TRT6	-	-	10	6.525,00	1.425,00 ³
2014	080006	TRT6	-	-	12	12.872,11	51.466,00 ⁴

Fonte: Ordenadoria da Despesa

Nota 1: Valores em R\$ 1,00;

Nota 2: O TRT6 não utiliza suprimento de fundos via Conta tipo “B”;

Nota 3: Valor do maior limite individual concedido no exercício de 2015;

Nota 4: Para o exercício de 2014, restou projetado o valor do maior limite individual concedido acumuladamente até aquele ano, sem que houvesse sido ultrapassado o limite estabelecido pelas normas que regem a concessão de suprimento de fundos.

3.7.2 Utilização de suprimento de fundos

50 Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	080006	TRT6	-	-	-	-	5.602,30	5.602,30
2014	080006	TRT6	-	-	-	-	12.872,11	12.872,11

Fonte: Ordenadoria da Despesa

Nota 1: Valores em R\$ 1,00;

Nota 2: O TRT6 não utiliza suprimento de fundos via Conta tipo “B”.

3.7.3 Classificação dos gastos com suprimento de fundos

51 Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de 2015

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
080006	TRT6	3390.30 MATERIAL DE CONSUMO	3390.30.96 PAGAMENTO ANTECIPADO	5.602,30

Fonte: Ordenadoria da Despesa

Nota: Valor em R\$ 1,00.

3.7.4 Análise crítica sobre a gestão dos recursos

A gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos neste Regional, unicamente sob a utilização de cartões de pagamento do governo federal, durante o exercício em referência, obedeceu à regulamentação disciplinada pelos artigos 68, da Lei nº 4.320/1964, 45 a 46, do Decreto nº 93.872/1986 c/c os Decretos nº 5.355/2005, nº 5.635/2005 e nº 6.370/2008, e, ainda, pela Resolução nº 49 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo ATO TRT-GP nº 164/2009, havendo a opção pelo uso da medida excepcional “saque”, somente após a análise e verificação das solicitações de despesas para aquisições e serviços que, *in casu*, não poderiam subordinar-se ao processo normal de execução.

As análises documentais dos pagamentos efetuados foram devidamente efetuadas pela Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria de Orçamento e Finanças – CC/SOF e acatadas pela Ordenadoria da Despesa do TRT6, resultando quando necessário, na realização de diligências junto aos responsáveis, sem que houvesse a ocorrência de impugnações e resultando na homologação de todas as prestações de contas apresentadas pelos supridos, excetuando-se uma concessão de suprimento de fundos em que houve a sua revogação por conta de pedido de cancelamento.

4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região estabeleceu, em seu Planejamento Estratégico para o período 2015-2020, 12 (doze) indicadores considerados estratégicos, com o objetivo de monitorar o desempenho de sua gestão, alinhados com o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho.

O TRT6 monitora mensalmente os indicadores definidos em seu Plano Estratégico, como também os indicadores nacionais. Esses indicadores são alimentados no SIGEST, disponibilizado e acompanhado pelo CSJT.

No Planejamento Estratégico do TRT6, destacam-se os indicadores Índice de Processos Julgados – IPJ e Índice de Execução – IE, relacionados com a prestação jurisdicional.

A seguir, apresentam-se os resultados dos indicadores IPJ – relacionado ao tema estratégico Eficiência Operacional, que tem como objetivo “*Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional*” –, como também do IE – relacionado ao tema estratégico Acesso à Justiça e Efetividade, que tem como objetivo “*Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho*” –, ambos alinhados às diretrizes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com a finalidade de garantir uma prestação jurisdicional eficaz.

52 Índice de Processos Julgados - IPJ

Tema Estratégico	Eficiência Operacional	
Objetivo Estratégico	Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional	
INDICADOR	ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS	
Tipo de Indicador	Eficácia	
O que mede	A razão entre o número de processos julgados e o número de processos de conhecimento distribuídos	
Quem mede	Núcleo de Estatística e Pesquisa	
Quando medir	Mensalmente	
Onde medir	Varas do Trabalho	
Por que medir	Para garantir uma prestação jurisdicional eficaz	
Como medir	(Número de processos de conhecimento julgados/Número de processos de conhecimento distribuídos)*100	
Situação atual	Em 2015, foi alcançado o índice de 91,71% de processos julgados sobre o número de processos distribuídos, na fase de conhecimento do 1º Grau	
Fórmula	Número	Resultado (%)
$\frac{\text{N.º de processos de conhecimento julgados}}{\text{N.º de processos de conhecimento distribuídos}}$	99.556 108.554	91,71

Fonte: Núcleo de Estatística e Pesquisa/CGE

Utilidade

O IPJ representa, em termos percentuais, a relação entre o número de processos de conhecimento julgados e o número de casos novos ajuizados no mesmo período. Visa demonstrar o percentual de atendimento das novas demandas, indicando quanto se deve avançar no número de soluções para atender a 100% das novas demandas.

Pela análise dos dados registrados em 2015, tem-se que a taxa de atendimento de 91,71% superou o índice alcançado em 2014 (91,01), indicando um grau relativo de soluções, considerando-se que houve um crescimento da ordem de 11,0% sobre o número de casos novos ingressados, em relação ao ano anterior, quando foram informadas 97.857 demandas, contra 108.554, nesse último período.

Mensurabilidade

A mensurabilidade desse indicador dá-se de forma simplificada, construindo-se a relação percentual entre o número total de soluções registradas, no ano de referência, e o número de casos novos ajuizados, no mesmo período.

53 Índice de Processos Julgados – IPJ no 2º Grau

Tema Estratégico	Eficiência Operacional	
Objetivo Estratégico	Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional	
INDICADOR	ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS – 2º GRAU	
Tipo de Indicador	Eficácia	
O que mede	A razão entre o número de processos julgados e o número de processos distribuídos (Ações Originárias e Recursais)	
Quem mede	Núcleo de Estatística e Pesquisa	
Quando medir	Mensalmente	
Onde medir	TRT6	
Por que medir	Para garantir uma prestação jurisdicional eficaz	
Como medir	$(\text{Número de recursos julgados} / \text{Número de recursos distribuídos}) \times 100$	
Situação atual	Em 2015, foi alcançado o índice de 103,34% de processos julgados sobre o número de processos distribuídos no 2º Grau de jurisdição	
Fórmula		Resultado (%)
$\frac{\text{N.º de processos de conhecimento julgados}}{\text{N.º de processos de conhecimento distribuídos}}$		$\frac{20.791}{20.117} = 103,34\%$

Fonte: Núcleo de Estatística e Pesquisa/CGE

Utilidade

O IPJ representa, em termos percentuais, a medida entre o número de ações recursais e originárias julgadas, no 2º Grau, dividido pelo número de casos novos distribuídos no mesmo período.

O índice registrado demonstra o percentual de atendimento das novas demandas, indicando a parcela, em termos relativos, que foi atendida. No caso específico, o número de soluções foi superior ao número de casos novos distribuídos, significando que o grau de julgamento alcançou parte dos processos que restaram pendentes de solução no ano anterior.

Pela análise dos dados registrados em 2015, tem-se que a taxa de atendimento de 103,34% indica o alcance da meta estabelecida, que é julgar quantidade maior ou igual ao número de distribuídos no ano.

Esse indicador representa a produtividade registrada na instância, pois relaciona o número de soluções obtidas sobre os casos novos recebidos, no mesmo período.

Mensurabilidade

A mensurabilidade desse indicador dá-se de forma simplificada, construindo-se a relação percentual entre o número total de soluções registradas, no ano de referência, e o número de casos novos ajuizados, no mesmo período.

54 Índice de Execução – IE

34 Índice de Execução - IE			
Tema Estratégico	Acesso à Justiça e Efetividade		
Objetivo Estratégico	Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho		
INDICADOR	ÍNDICE DE EXECUÇÃO		
Tipo de Indicador	Efetividade		
O que mede	Mede a relação entre o número total de execuções baixadas por execuções iniciadas no período		
Quem mede	Núcleo de Estatística e Pesquisa		
Quando medir	Mensalmente		
Onde medir	Varas do Trabalho		
Por que medir	Aumentar a efetividade nos resultados da prestação jurisdicional		
Como medir	IE = (Execuções baixadas/Execuções iniciadas)*100		
Situação atual	Em 2015, foi alcançado o índice de 155,85% de execuções baixadas sobre o número de novos casos iniciados no 1º Grau de jurisdição		
Fórmula		Número	Resultado (%)
$\frac{\text{Execuções baixadas}}{\text{Execuções iniciadas}}$		$\frac{48.912}{31.385}$	155,85

Fonte: Núcleo de Estatística e Pesquisa/CGE

Utilidade

O índice de execução representa, em termos percentuais, a medida entre o número de processos baixados (encerrados), no ano de referência, dividido pelo número de novas execuções iniciadas no mesmo período. O indicador objetiva demonstrar o percentual de execuções extintas, indicando quanto se deve avançar para atender a 100% das novas execuções iniciadas.

Pela análise dos dados registrados em 2015, tem-se que a taxa de baixa das execuções alcançou 155,85%, superando em 55,85% o número de execuções iniciadas. O alcance de um índice acima de 100% pode ser explicado pelo grande número de baixas das execuções de processos físicos, acervo de processos antigos, registrando-se a baixa de 41.762 unidades físicas, correspondendo a 85,38% do total, contra apenas 14,62% de eletrônicos, isto é, 7.150 unidades.

Com a implantação do processo judicial eletrônico, em 100% das unidades judiciárias do Regional, concluída em janeiro de 2015, o acervo de processos físicos vem diminuindo gradualmente, registrando-se, neste ano, o início de 22.936 execuções eletrônicas e apenas 8.449 de processos físicos. Em sentido contrário, foram registradas baixas superiores no acervo do legado.

Mensurabilidade

A mensurabilidade desse indicador dá-se pela formulação construída entre a divisão do número de execuções baixadas e o número de novos casos de execução iniciados, no mesmo período.

CAPÍTULO III

GOVERNANÇA

1 Descrição das estruturas de governança

1.1 Unidade de auditoria interna ou de controle interno

A unidade de controle interno do TRT6, denominada de Secretaria de Auditoria e Controle Interno – SACI, vincula-se à Presidência deste órgão e está regulamentada mediante o ATO TRT-GP n.º 193/2014.

Dentre as competências da SACI, podem ser destacadas:

- acompanhar e avaliar a execução orçamentária e os programas de gestão;
- verificar a observância e a comprovação da legalidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, especialmente quanto à eficiência e à eficácia das ações administrativas relativas à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal;
- elaborar e submeter previamente à Presidência do TRT6 o Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, o Plano Anual de Auditoria – PAA, o Plano Anual de Fiscalização e a Proposta de Inspeção Administrativa, nos termos da Resolução CNJ n.º 171, de 1º de março de 2013;
- preparar o relatório de auditoria de gestão relativo ao processo de contas ordinárias;
- expedir o certificado de auditoria e o parecer do órgão de controle interno com base no relatório de auditoria de gestão;
- emitir parecer acerca da exatidão e da legalidade dos atos de admissão de pessoal, bem como dos atos de concessão de aposentadoria e de pensão expedidos pelo TRT6;
- realizar avaliações de sistemas de controles internos.

Após reestruturação, a SACI passou a ser composta pela Seção de Controle de Licitações e Contratos; Seção de Controle Contábil, Orçamentário, Financeiro e Patrimonial; Seção de Controle de Despesa com Pessoal e Seção de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação dos Atos de Gestão.

A atuação da SACI tem por base o PALP, que norteia a elaboração dos planos anuais de auditoria por um período de quatro anos, além de outras atividades permanentes especificadas em normativos diversos.

Convém destacar que o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria tem sido pautado nos ditames da Resolução CNJ n.º 171/2013, que dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização das unidades jurisdicionais vinculadas àquele Conselho. As constatações e eventuais recomendações resultantes desses trabalhos são encaminhadas por meio de relatórios às unidades auditadas e à Presidência deste Tribunal.

As providências para atendimento de tais recomendações são monitoradas e/ou acompanhadas pela Seção de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação dos Atos de Gestão, ao passo que os respectivos relatórios de acompanhamento são remetidos à Presidência.

1.2 Comitês de apoio à governança (gestão de tecnologia da informação)

No âmbito do CSJT – a quem compete a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho –, a estrutura de governança para as atividades de tecnologia da informação é regulamentada pelo ATO CSJT n.º 133, de 18 de agosto de 2009, que define o Modelo de Gestão do Portfólio de Tecnologia das Informações e das Comunicações da Justiça do Trabalho.

O modelo estabelecido pela norma em referência conta com os seguintes elementos:

- Coordenação Estratégica: exercida pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho – CGTIC-JT;
- Coordenação Executiva: exercida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT;
- Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação: formado pelos Diretores de Tecnologia da Informação da Justiça do Trabalho;
- Comitês Técnicos Temáticos: vinculados à Coordenação Executiva e integrados por servidores da Justiça do Trabalho;
- Comitês Gestores de Sistemas ou Serviços: integrados por representantes dos usuários internos e externos dos sistemas ou serviços nacionais de TI. Entre os comitês de sistemas, destaca-se o Comitê Gestor Nacional do PJe-JT, principal sistema finalístico da Justiça do Trabalho;
- Grupos de Trabalho: de caráter temporário e constituídos para atender a demanda específica. Eles são vinculados à Coordenação Executiva do modelo;
- Gerentes de Projeto;
- Equipes de Projeto;
- Projetos Nacionais.

A estrutura de governança de TI no TRT6 é formada internamente pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI, pelo Comitê Gestor Regional do Sistema de Processo Eletrônico PJe-JT – CGRPJe e pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação – CGSI.

1.2.1 Base normativa, atribuições e forma de atuação dos comitês relacionados às atividades de governança de TI no TRT6

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

Base normativa

O artigo 12 da Resolução n.º 90/2009 do CNJ determina que os tribunais brasileiros constituam comitê ou comissão multidisciplinar responsável por orientar as ações e investimentos em TI, observando o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação.

No subitem 9.1.1 do Acórdão n.º 1603/2008, o TCU recomenda a promoção de ações com o objetivo de disseminar, implantar e aperfeiçoar o planejamento estratégico institucional, planejamento estratégico de TI e comitê diretivo de TI, propiciando a alocação dos recursos públicos conforme as necessidades e prioridades da organização.

O TRT6, mediante o ATO TRT-GP n.º 169/2013, criou o CGTI, estabelecendo diretrizes para o seu funcionamento.

Atribuições

- propor diretrizes e normas para aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação deste Tribunal;
- participar da elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e de suas revisões, em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do TRT6;
- propor a priorização de iniciativas e projetos na formulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- acompanhar a efetividade do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- propor, sempre que julgar necessário, alterações no PETI e no PDTI;
- assessorar a Presidência do Tribunal em matérias correlatas à governança de TI.

Forma de Atuação

- realização de reuniões uma vez a cada dois meses, no mínimo;
- consignação, em ata, de suas deliberações e encaminhamento à Presidência do TRT6 para apreciação;
- composição: titulares da Diretoria-Geral, da Secretaria-Geral da Presidência, da Coordenadoria de Gestão Estratégica, da Secretaria de Tecnologia da Informação e os juízes designados como auxiliares da Presidência e da Corregedoria Regional.

Em 2015, o CGTI reuniu-se sete vezes, tendo tomado importantes decisões para definição dos novos planos diretor e estratégico de tecnologia da informação do TRT6. Ainda deliberou sobre a priorização de projetos e de novas demandas de TI, para apreciação pela Presidência desta Corte, e acompanhou o orçamento e o andamento dos principais projetos de tecnologia da informação.

Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico

Base Normativa

- Resolução n.º CSJT n.º 136, de 25 de abril de 2014, a qual estabelece, por meio do artigo 39, que a administração do PJe-JT compete ao Comitê Gestor Nacional da Justiça do Trabalho e aos Comitês Gestores Regionais;
- ATO TRT-GP n.º 119/2015, que atualizou as atribuições, a competência e a forma de atuação do Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, no âmbito do TRT6, face às alterações promovidas pela Resolução CSJT n.º 136/2014;
- Portaria TRT-GP n.º 22/2015, que designou novos membros para o CGRPJe.

Atribuições

- administrar a estrutura, a implementação e o funcionamento do sistema, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Comitê Gestor Nacional da Justiça do Trabalho;
- avaliar as necessidades de manutenção corretiva e evolutiva do sistema e encaminhá-las ao Comitê Gestor Nacional;
- organizar a estrutura de atendimento às demandas de seus usuários internos e externos;
- determinar a realização de auditorias no sistema, especialmente no que diz respeito à integridade das suas informações e segurança;
- garantir a integridade do sistema, no que diz respeito a sua taxonomia e classes processuais;
- propor ao Comitê Gestor Nacional alterações visando ao aprimoramento do sistema;
- observar as normas expedidas pelos Conselho Nacional de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Comitê Gestor Nacional da Justiça do Trabalho;
- divulgar as ações de atualização do PJe-JT no sítio do respectivo Tribunal Regional do Trabalho;
- propor medidas com vistas a melhorar a qualidade, eficiência e eficácia do sistema, aprimorando a execução e corrigindo eventuais falhas; e
- avaliar demandas dos usuários e, se for o caso, encaminhá-las ao Comitê Gestor Nacional da Justiça do Trabalho.

Forma de Atuação

- realização de reuniões com os seus membros, cuja composição foi estabelecida pela Portaria TRT-GP n.º 22/2015.

Comitê Gestor de Segurança da Informação

Base Normativa

- Resolução n.º 90/2009 do CNJ, que estabelece que cada Tribunal deve elaborar e aplicar a Política de Segurança da Informação por meio de um Comitê Gestor;
- ATO TRT-GP n.º 314/2013, que regulamenta a composição e o funcionamento do Comitê Gestor de Segurança da Informação no âmbito do TRT6.

Atribuições

De acordo com o ATO TRT-GP n.º 314/2013, são atribuições do CGSI:

- elaborar propostas de normas e políticas de uso dos recursos de informação;
- rever periodicamente a política de segurança e normas a ela relacionadas, sugerindo possíveis alterações;
- estabelecer diretrizes e definições estratégicas para a elaboração do Plano Diretor de Segurança da Informação;

- dirimir dúvidas acerca da aplicação das normas de segurança da informação deste Tribunal, submetendo à deliberação da Presidência as situações não contempladas pela política e estrutura normativa vigentes;
- propor e acompanhar planos de ação para aplicação desta política, assim como campanhas de conscientização dos usuários;
- receber as comunicações de descumprimento das normas referentes à Política de Segurança da Informação deste Tribunal, instruindo-as com os elementos necessários à sua análise e apresentando parecer à autoridade competente;
- solicitar, sempre que necessário, a realização de auditorias à área de segurança da informação, referentes ao uso dos recursos de tecnologia da informação no âmbito do Tribunal;
- avaliar relatórios e resultados de auditorias apresentados pela área de Segurança da Informação;
- apresentar à Administração os resultados da Política de Segurança da Informação;
- estabelecer o Sistema de Gestão da Continuidade do Negócio – SGCN do Tribunal: i) elaborar e manter o Programa de Gestão da Continuidade de Negócio; ii) garantir a aderência do escopo do SGCN às diretrizes estratégicas do Tribunal e a requisitos externos, promovendo, quando necessário, as devidas adequações; e iii) aprovar as estratégias de continuidade e os planos de continuidade do negócio propostos pela área de Segurança da Informação; e
- patrocinar ações de comunicação promoção da cultura de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal.

Forma de Atuação

- realização de reuniões ordinariamente duas vezes por ano, no mínimo, e de forma extraordinária, quando se fizer necessário;
- consignação, em ata, de suas deliberações e encaminhamento à Presidência do TRT6 para apreciação;
- faculdade de convidar para participar das reuniões, sem direito a voto, representantes de outras unidades, órgãos, entidades públicas ou organizações da sociedade civil, a fim de colaborar na execução dos trabalhos a serem realizados;
- coordenação: Juiz Auxiliar da Presidência, que poderá ser substituído pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional;
- composição: titulares da Diretoria-Geral, da Secretaria-Geral da Presidência, da Coordenadoria de Gestão Estratégica, da Secretaria de Tecnologia da Informação, da Divisão de Segurança, Transporte e Telefonia, da Seção de Segurança da Informação e os juízes designados como auxiliares da Presidência e da Corregedoria Regional.

1.3 Comitês de apoio à governança (gestão política e orçamentária)

Em atendimento às Resoluções n.º 194/2014 e n.º 195/2014 do CNJ, este Tribunal publicou o Ato TRT GP n.º 279/2014, que instituiu o Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau no âmbito deste órgão, bem como o Ato TRT GP n.º 124/2015, que criou o Comitê Orçamentário de Segundo Grau.

Os referenciados comitês têm como finalidade promover, no TRT6, a implementação e a gestão da política de priorização do primeiro grau (Resolução CNJ n.º 194/2014) e de auxiliar na

distribuição de orçamento nos graus de jurisdição (Resolução CNJ n.º 195/2014), a contar do orçamento para o exercício de 2015, com atribuições conferidas pelos respectivos normativos do Conselho Nacional de Justiça.

Outrossim, para auxiliar no processo de acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos tribunais trabalhistas, foram constituídas pelo CSJT ações para obtenção de solução de tecnologia da informação, decidindo-se, no âmbito de todos os regionais, pela utilização do SIGEO – Sistema de Gestão Orçamentária, desenvolvido pelo TRT da 20ª Região.

Essa ferramenta tecnológica está em fase de implantação nesta UPC e subsidiará no processo de atendimento das demandas necessárias ao adequado cumprimento das atribuições regulamentadas pelas indigitadas resoluções.

1.4 Sistema de correição

A Corregedoria Regional trata-se de um órgão do TRT6 composto pelo Desembargador Corregedor Regional, por 01 (um) Juiz Auxiliar – consoante autorização Plenária com suporte na Resolução n.º 72/2009 do CNJ – e pela Secretaria.

As seguintes divisões integram a Corregedoria Regional: Assessoria Jurídica, Movimentação de Juízes, Produtividade de Juízes e Vitaliciamento de Juízes.

O seu quadro funcional é formado por servidores da própria Secretaria da Corregedoria Regional e daqueles oriundos do Gabinete do Desembargador eleito para ocupar o cargo de Corregedor Regional por um período de dois anos.

Nos termos regimentais, compete ao Corregedor Regional:

- realizar correições ordinárias, extraordinárias ou inspeções, nas unidades vinculadas à Corregedoria Regional;
- apreciar reclamações contra atos atentatórios da boa ordem processual, quando inexistir recurso específico, seja por meio de correições parciais ou de pedidos de providências;
- expedir provimentos e demais medidas de caráter normativo, a fim de contribuir para a eficiência e o aprimoramento dos serviços prestados pela Justiça do Trabalho;
- levar ao conhecimento do TRT6 as faltas cometidas pelos magistrados de primeira instância, ou as que lhes forem atribuídas, e representar ao Presidente do Tribunal contra os servidores sob sua jurisdição que descumprirem provimento, ato, decisão, recomendação ou despacho correicional, para instauração de processo disciplinar;
- deliberar sobre os requerimentos de férias, licenças médicas e abonos de faltas formulados por Juízes do Trabalho de 1º grau e opinar sobre os demais requerimentos de afastamento voluntário desses magistrados;
- acompanhar o desempenho dos magistrados de 1º grau, publicando, mensalmente, a produtividade dos Juízes Titulares e Substitutos, no Diário Oficial do Estado/Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- deliberar quanto às designações dos Juízes Substitutos para funcionarem nas diversas Varas do Trabalho da Região, observando o zoneamento fixado pelo TRT6 e as normas que regem a movimentação de magistrados;

- acompanhar o estágio probatório dos Juízes Substitutos, submetendo ao Tribunal Pleno parecer final sobre o seu vitaliciamento;
- comparecer, quando houver convocação, às reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores Regionais.

Ao Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional incumbe, por delegação do Corregedor Regional, dentre outras atribuições, auxiliar nas atividades de pesquisa, emissão de pareceres e revisão de expedientes e normas da competência da Corregedoria Regional. Além disso, pode atuar na condição de coordenador em comissões – para examinar e atualizar provimentos e recomendações, por exemplo –, acompanhar o trabalho dos Juízes Substitutos, orientando-os na solução de problemas, atender, por determinação do Corregedor Regional, autoridades, advogados, partes, servidores etc.

A principal base normativa que rege as atividades do sistema de correição exercidas pela Corregedoria Regional repousa na CLT (Decreto-lei n.º 5.452/1943), com suas diversas modificações, e correspondente jurisprudência.

Ademais, em um patamar menos elevado, a Corregedoria Regional do TRT6 norteia-se levando em consideração as normas oriundas do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional da Justiça do Trabalho.

No âmbito normativo local, observam-se o Regimento Interno do TRT6 e as diversas normas expedidas pelo Plenário (Resoluções Administrativas), pela Presidência (Atos) e pela própria Corregedoria Regional (Provimentos, Recomendações e Ofícios Circulares).

Oportuno registrar que, especificamente em relação às correições ordinárias realizadas nas unidades judiciárias, servem como principais bases normativas a Consolidação de Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho – disponível na página eletrônica do TST – e a Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional (Provimento TRT-CRT n.º 2/2013 – disponível na página eletrônica desta Corte). Por fim, no tocante aos processos que tramitam de forma eletrônica, observam-se, igualmente, os preceitos constantes da Resolução n.º 94/2012, com as alterações posteriores, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

1.5 Comissão Permanente de Sindicância

O TRT6 mantém uma Comissão Permanente de Sindicância – a designação do colegiado atualmente em atividade ocorreu por meio da Portaria TRT-GP n.º 19/2015, de 20 de fevereiro de 2015 –, a qual é acionada pela Presidência deste órgão, na hipótese de denúncias acerca de supostas irregularidades no serviço público, em observância ao disposto no art. 143 da Lei n.º 8.112/1990.

Convém realçar, outrossim, que a forma de atuação da CPS limita-se aos casos em que couberem, em tese, as penalidades de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias. No âmbito deste Regional, em face de circunstâncias em que o suposto ilícito administrativo motive a aplicação de sanção mais gravosa, o procedimento de apuração é conduzido por uma comissão de Processo Administrativo Disciplinar – PAD, especialmente designada para cada caso.

2 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

2.1 Atividades de correição executadas no âmbito do TRT6

A Corregedoria Regional busca pautar seu trabalho elegendo como objetivo fundamental propiciar aos magistrados de primeiro grau e aos servidores lotados nas Varas do Trabalho, Termos Judiciários (Postos Avançados da Justiça do Trabalho – PAJTs), Distribuições dos Feitos e de Mandados e Seção de Hasta Pública do Recife a orientação e o auxílio necessários à entrega de prestação jurisdicional mais célere e justa. Objetiva, de igual maneira, o contínuo aperfeiçoamento e a padronização dos serviços afetos às unidades sob seu controle, fundamentais ao regular funcionamento da jurisdição trabalhista.

No ano de 2015, durante o período de 2 de março a 9 de outubro, em cumprimento ao inciso XI do artigo 682 da CLT, foram correicionadas todas as Varas do Trabalho instaladas no interior do Estado de Pernambuco e na Região Metropolitana do Recife, além dos 2 (dois) PAJTs (Termos Judiciários) instalados nos municípios de Floresta e Sertânia – o PAJT de Surubim foi extinto em 20 de julho de 2015 por meio da Resolução Administrativa TRT n.º 13/2015 –, afora as unidades administrativas vinculadas à Corregedoria Regional: Distribuições dos Feitos do Recife, Cabo de Santos Agostinho, Ipojuca, Paulista, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Barreiros, Petrolina e Caruaru, totalizando 68 locais vistoriados. Na capital, apenas houve correição nas 1ª a 10ª VTs, em decorrência de circunstâncias que compeliram a transferência provisória de todas as unidades judiciárias e administrativas de 1ª instância do Recife instaladas no Fórum José Barbosa de Araújo (Edifício da Sudene) para o Fórum Trabalhista de Jaboatão dos Guararapes. Assim, as correições ordinárias que seriam realizadas nas 11ª a 23ª VTs da capital, bem como na Distribuição de Mandados Judiciais do Recife e na Seção de Hastas Públicas do Recife, foram adiadas para realização no decurso do primeiro semestre de 2016, quando estarão funcionando em novo prédio.

Não obstante, oportuno registrar que, em todas as visitas correicionais, o Corregedor Regional esteve presente, acompanhando os trabalhos, inclusive recebendo em audiências advogados, partes e servidores.

2.2 Principais eventos apurados pela Corregedoria Regional

Por ocasião das correições ordinárias realizadas em 2014, foram examinados os procedimentos adotados pelas unidades judiciárias de 1ª instância, relativamente ao cumprimento das determinações dos magistrados, além da correta observância dos prazos e dos demais aspectos atinentes à prestação jurisdicional, tudo em obediência às regras e orientações constantes da Consolidação das Leis do Trabalho; das normas internas deste Regional (como o Provimento CRT n.º 02/2013, que consolida e institui normas de serviço para as Secretarias das VTs e PAJTs, Distribuição dos Feitos, Protocolos e Núcleo de Distribuição de Mandados Judiciais do Recife); da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho; e de outras recomendações e outros preceitos legais à época vigentes.

Em regra, foram observados como principais eventos capazes de impactar no desempenho das unidades sujeitas à correição os seguintes elementos/ocorrências:

- atraso na prolação de sentenças de mérito e de incidentes processuais;
- alongamento das pautas de audiências em processos sumaríssimos, iniciais do rito ordinário e de instrução;
- sentenças nem sempre prolatadas de forma líquida, inclusive em processos do rito sumaríssimo;
- descumprimento do prazo de 10 (dias) para liquidação das sentenças, previsto no Provimento CRT-TRT n.º 02/2013 da Corregedoria Regional;
- não observância da liberação *ex officio* de valores depositados que se mostrem indubitavelmente inferiores àqueles encontrados após liquidação de julgado;

- quantidade de processos reduzida, ou inexistente, de processos de execução na pauta de audiências para tentativa de conciliação.

2.3 Providências adotadas pela Corregedoria Regional

Às unidades jurisdicionadas nas quais, porventura, foram observados quaisquer dos eventos acima elencados, foram dirigidas as recomendações pertinentes, constantes das atas de correição entregues ao final dos trabalhos correicionais, quais sejam:

- Proferir, prioritariamente e no menor espaço de tempo possível, as sentenças em atraso, devendo sempre atentar ao prescrito na Recomendação n.º 1/CGJT, de 9 de julho de 2013, haja vista o rígido controle exercido pela Corregedoria Regional a evitar que decisões ultrapassem a tolerância admitida pela citada norma;
- Reduzir o prazo para realização das audiências sob o rito sumaríssimo, inaugurais sob o rito ordinário e de instrução, estabelecendo como meta o patamar de 15 (quinze) dias, conforme determina o inciso III do art. 852-B da CLT, e, no tocante aos processos de rito ordinário na fase de conhecimento, “o prazo médio de duração do processo – fase de conhecimento – de até 200 (duzentos) dias, atentando-se ao limite legal para publicação de sentença” – Resolução Administrativa TRT n.º 03/2015;
- Prolatar sentenças líquidas, principalmente as relativas aos processos que tramitam sob o rito sumaríssimo;
- Observar o prazo de 10 (dias) para liquidação das sentenças, previsto no Provimento CRT-TRT n.º 02/2013 da Corregedoria Regional, e, na hipótese desse tempo ser insuficiente, proceder conforme estabelecido na mencionada norma interna;
- Promover a imediata liberação do depósito recursal, nos casos em que, após a liquidação da sentença, seja apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do referido depósito (vide parte final do §1º do art. 899 da CLT e Consolidação de Provimentos da CGJT, artigos 18, V, alínea ‘e’ e 77, I);
- Incluir mais processos de execução na pauta de audiências para tentativa de conciliação, consoante disposto no art. 66, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho: “promover a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição”.

2.4 Disseminação de boas práticas pela Corregedoria Regional

Seguindo diretriz do Desembargador Corregedor Regional, por ocasião da realização das correições ordinárias no ano de 2015, foram colhidas junto aos diretores de secretaria das Varas do Trabalho, as boas práticas locais, com o objetivo de propagá-las entre as demais unidades judiciárias de 1º grau deste Tribunal.

O resultado mostrou-se positivo, obtendo-se um retorno favorável de vários gestores, o que, certamente, reflete o desempenho da instituição. Tal coletânea, aliás, serviu de material de instrução para a Escola Judicial do TRT6, que a acolheu para utilizar em módulos de aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

A título de ilustração, convém relacionar algumas boas práticas, entre as diversas ameadadas:

- Tratativas prévias de conciliação realizadas pelo diretores de secretaria das VTs, mesmo antes de audiência inicial, com as partes dos processos constantes da pauta de audiências;
- A sentença de embargos de declaração, quando há modificação dos cálculos, só pode ser publicada com as respectivas planilhas;
- Controle de prazos e atividades por meio da agenda Google, inclusive utilizando-se de dispositivos móveis, como celular. Esse sistema permite, em qualquer lugar, a verificação dos processos que necessitam ser impulsionados;
- A triagem inicial no PJe-JT é realizada de maneira mais abrangente, inclusive a pesquisa no INFOJUD, deixando o processo pronto e certificado para a primeira audiência, tudo para evitar a perda do horário de pauta;
- As declarações do imposto de renda (INFOJUD) não são impressas, podendo ser consultadas pelos advogados na sala do diretor de Secretaria da Vara do Trabalho, em arquivo digitalizado;
- Uso das ferramentas Google Maps e Facebook para auxiliar no deferimento ou indeferimento de contradita de testemunhas na audiência;
- Utilização do programa de cálculos JURISCALC, desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e recomendado pelo CNJ, para fins de liquidação de sentenças.

2.5 Sistemática de apuração de ilícitos administrativos e providências adotadas pela CPS

Nada obstante a omissão normativa quanto ao rito a ser adotado nos processos de sindicância, a Comissão Permanente de Sindicância procura observar o disciplinamento contido no regime jurídico dos servidores públicos civis da União acerca do PAD (artigos 143 a 166).

Uma vez determinada a apuração dos fatos pela autoridade máxima do TRT6, a CPS providencia a publicação da portaria instauradora da sindicância; notifica o acusado/sindicado, franqueando-lhe vista dos autos na repartição, bem como a participação nas audiências; colaciona aos autos provas documentais que reputar necessárias ao esclarecimento dos fatos; colhe prova testemunhal, comunicando a convocação das testemunhas às respectivas chefias; e promove o interrogatório do sindicado.

Em sendo apurada a inocência do servidor sindicado, a CPS elabora relatório com parecer nesse sentido.

De outra banda, caso existam elementos que indiquem a prática de ilícito administrativo, a Comissão lavra Termo de Indiciamento e intima o servidor para apresentar defesa em 10 (dez) dias (§ 1º do art. 161 da Lei n.º 8.112/1990). Acaso o servidor não apresente defesa, o Colegiado declara a revelia por termo e solicita à Presidência a nomeação de defensor dativo.

Após a apresentação da defesa pelo sindicado ou pelo defensor dativo, a instrução pode ser reaberta, para esclarecimento de aspectos aventados na peça.

Na sequência, é elaborado relatório com as conclusões da Comissão, no qual são considerados, inclusive, os antecedentes funcionais do acusado.

Em seu relatório, a CPS pode sugerir o arquivamento do processo, a aplicação de

penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, ou a instauração de PAD.

Finalmente, em conformidade com a norma inserta no art. 166 da Lei n.º 8.112/1990, a CPS encerra os trabalhos de apuração, encaminhando o processo de sindicância à Presidência desta Corte, para julgamento.

No que diz respeito à condução de PADs, conforme já reportado no subitem 1.5 deste Capítulo III, os feitos dessa natureza são processados perante comissões pontualmente designadas para cada ocorrência.

3 Gestão de riscos e controles internos

A alta administração do TRT6 considera importante o desenvolvimento de um ambiente institucional voltado para: i) criar mecanismos gerais de controle interno visando ao alcance das metas e dos objetivos formalizados no planejamento estratégico institucional; ii) garantir, com segurança, a confiabilidade das informações produzidas; e iii) evitar retrabalhos, fraudes, perdas e mau uso dos recursos humanos, materiais e financeiros.

Nessa esteira, esta UPC planejou, para o exercício de 2016, a realização de capacitação de pessoal para implantar metodologia de gerenciamento de riscos para atividades de controle (Projeto Estratégico n.º 12).

Acrescente-se que, ao longo deste relatório de gestão, são prestadas informações acerca da gestão de riscos relacionados a pessoal, bens imóveis sob a responsabilidade do TRT6, sistemas de informações, pagamento de precatórios etc.

Ainda cumpre mencionar que o projeto estratégico n.º 13 (Promover Política de Gestão de Pessoas) contribuirá para melhoria do índice de governança deste Tribunal, em consonância com o disposto no Acórdão n.º 3023/2013–Plenário do Tribunal de Contas da União. Tal projeto prevê, entre as entregas, a elaboração do código de ética e, para tanto, a Presidência instituiu, por meio do Ato TRT-GP n.º 340/2015, a comissão responsável pela confecção de minuta do código de ética, cujo cronograma estabelece o prazo de entrega até 30/03/2016.

A comissão realizou análise dos códigos de outros Tribunais, inclusive TST e TCU e, após várias reuniões de trabalho de construção da proposta, adequada à realidade do TRT6, finalizou a minuta que se encontra em análise pela Secretaria de Gestão de Pessoas, unidade gestora do Projeto Estratégico n.º 13.

Nada obstante a inexistência de documentos formais acerca da padronização de procedimentos e instruções operacionais, impende esclarecer que o mapeamento de processos de trabalho está em andamento, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Gestão Estratégica, com vistas à racionalização de tarefas.

Reconhece-se que o TRT6 ainda necessita de melhorias nos seus procedimentos internos, a fim de impedir a ocorrência de fraudes e desvios. Todavia, caso identificada a existência de fraudes e desvios, a administração desta Corte costuma determinar a instauração de sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.

Por fim, importa citar a existência de norma interna regulamentando as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade desta UPC, circunstância que minimiza os riscos de fraudes e perdas.

CAPÍTULO IV

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

1 Canais de acesso do cidadão

No âmbito do TRT6, a Ouvidoria funciona como canal de acesso do cidadão à instituição para apresentar críticas, denúncias, sugestões e elogios acerca qualidade dos serviços colocados à sua disposição, visando ao aprimoramento das atividades jurisdicionais.

Criada por meio da RA n.º 6/2001 – alterada pela RA n.º 1/2003 e pela RA n.º 8/2003 – e regulamentada mediante o ATO TRT-GP n.º 217/2005, a Ouvidoria também é responsável pelo Juízo de Conciliação na Execução contra a Fazenda Pública (RA n.º 14/2007, pela Conciliação na 2ª Instância (ATO TRT-GP n.º 672/2009), pela Coordenação do Núcleo Permanente de Soluções Consensuais de Conflitos (Portaria TRT-GP n.º 175/2012) e pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão, relativamente aos pedidos de acesso à informação, de que trata o inciso I do artigo 9º da Lei n.º 12.527/2011 (ATO TRT-GP n.º 260/2012), cabendo à autoridade máxima deste órgão a apreciação do recurso previsto no artigo 15 da referida lei.

Entre outras atribuições, compete à Ouvidoria:

- receber consultas, diligenciar e prestar esclarecimentos aos cidadãos sobre ato praticado ou de responsabilidade de órgão integrante do TRT6, excepcionados os casos em que a lei expressamente assegurar o dever de sigilo;
- receber reclamações ou denúncias que lhe forem dirigidas, encaminhando-as, quando a ocorrência extrapolar a sua competência, à Presidência ou à Corregedoria deste Regional, conforme o caso;
- sugerir medidas de aperfeiçoamento da prestação dos serviços jurisdicionais;
- garantir aos manifestantes a ciência das providências adotadas e dos resultados obtidos a partir da sua intervenção, observando o caráter de descrição e de fidedignidade;
- organizar e manter atualizado o arquivo de documentação das denúncias, queixas, reclamações, sugestões e elogios;
- acompanhar, nas diversas unidades do TRT6, os expedientes encaminhados a partir das manifestações recebidas;
- prestar o serviço de atendimento ao cidadão, em observância ao disposto no inciso I do artigo 9º da Lei n.º 12.527/2011, nos termos do Ato TRT-GP- n.º 260/2012.

Impende destacar que, por intermédio do ATO TRT-GP n.º 217/2005, a Presidência deste Tribunal estabeleceu a obrigatoriedade de identificação do manifestante – em obediência ao artigo 5º, inciso IV, da atual Carta Política, que veda o anonimato – e que a Ouvidoria não será instrumento de consulta sobre direitos trabalhistas, previdenciários ou afins.

O cidadão interessado poderá contatar a Ouvidoria mediante os seguintes meios:

- **Pessoalmente:** Na sobreloja do prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, situado no Cais do Apolo, 739, no bairro do Recife, Recife (PE), no horário de expediente;
- **Teleouvidoria:** por meio do telefone 0800-722-4477 (serviço gratuito) e das linhas fixas (81) 3225-3210, (81) 3225-3211, 981) 3225-3212, no horário de expediente;
- **Internet:** por meio de **formulário eletrônico**, disponível no endereço eletrônico http://www1.trt6.gov.br/ouvidoria/dsp_exibe_cadastro_www.php, bem como do **correio eletrônico** ouvidoria@trt6.jus.br.

No tocante às manifestações recebidas durante o ano de 2015, a Ouvidoria registrou 1930 (mil, novecentos e trinta) formulários de atendimento, consoante demonstrado a seguir.

55 Canais de acesso à Ouvidoria

MEIOS DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE
Rede mundial de computadores	1787
Pessoal	103
Telefone	40
TOTAL	1930

Fonte: Sistema Eletrônico da Ouvidoria do TRT6 – Relatórios e Estatísticas

Nota: Dados registrados até 31/12/2015.

De acordo com a Ouvidoria, 92,59% (noventa e dois vírgula cinquenta e nove por cento) dos registros foram efetuados pela internet, circunstância que revela a preferência do cidadão pela rede mundial de computadores, para fins de apresentação de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e elogios.

Na sequência, consta o registro de dados gerenciais e estatísticos sobre os tipos e o quantitativo de manifestações recebidas pela Ouvidoria do TRT6, bem como acerca do atendimento e encaminhamento das demandas apresentadas em 2015, analisando os resultados observados, inclusive frente às informações contabilizadas em exercícios anteriores (2010-2014).

56 Tipos de manifestações recebidas pela Ouvidoria

TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE
Atraso na prolação de sentenças	182
Críticas	9
Demora no andamento de processos judiciais ¹	215
Elogios/Agradecimentos ²	12
Informações diversas	70
Informações sobre processos judiciais ¹	965
Problemas de informática	63
Reclamações sobre atendimento	10
Sugestões	2
Outros	402
TOTAL	1930 ³

Fonte: Sistema Eletrônico da Ouvidoria do TRT6 – Relatórios e Estatísticas

Nota 1: Às manifestações relativas a processos judiciais são anexadas as correspondentes consultas processuais;

Nota 2: Os elogios recebidos por intermédio da Ouvidoria são encaminhados às respectivas unidades destinatárias e dirigidos aos magistrados a quem estão subordinadas;

Nota 3: De modo geral, os expedientes são respondidos satisfatória e tempestivamente.

57 Comparativo de dados registrados em exercícios anteriores

TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014
Atraso na prolação de sentenças	54	82	77	108	92
Críticas	22	11	16	13	23
Demora no andamento de processos judiciais	311	407	424	490	478
Elogios/Agradecimentos	19	20	11	16	9
Informações diversas	140	147	170	153	150
Informações sobre processos judiciais	377	467	473	517	496
Problemas de informática	16	78	30	56	40
Reclamações sobre atendimento	5	12	8	11	10
Sugestões	13	10	0	5	4
Outros	399	385	406	456	369
TOTAL	1356	1619	1615	1825	1671

Fonte: Sistema eletrônico da Ouvidoria do TRT6 – Relatórios e Estatísticas.

Importa esclarecer que, além das manifestações relacionadas nos quadros acima, aquelas apresentadas de forma verbal são atendidas e solucionadas de imediato, desde que não dependam de ulteriores providências.

2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão do TRT6 foi elaborada e instituída por meio do ATO TRT-GP N.º 408/2015, de 18 de setembro de 2015, e o seu conteúdo disponibilizado em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores (<http://www.trt6.jus.br/portal/>).

O documento tem por finalidade facilitar o acesso do cidadão à Justiça do Trabalho em Pernambuco, possibilitando-lhe conhecer melhor a identidade organizacional, os serviços prestados e os requisitos necessários para ingressar com ações trabalhistas neste Regional.

3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O TRT6 definiu, no planejamento estratégico com vigência de 2015 a 2020, objetivos e um conjunto de iniciativas estratégicas para serem realizados, cujo foco principal é o resultado e a efetividade da prestação jurisdicional, ou seja, o impacto que o desempenho institucional tem na sociedade.

Nesse sentido, cumpre destacar os seguintes objetivos estratégicos:

1. Buscar a efetividade da prestação jurisdicional e o cumprimento das decisões, assegurando ainda o acesso à Justiça do Trabalho;
2. Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na governança institucional;
3. Intensificar a interação e a comunicação com o público interno e externo.

Para medição do alcance desses objetivos, foi definida a realização neste Tribunal de pesquisa de satisfação dos cidadãos usuários, programada para o segundo semestre de 2015. Todavia, no aludido semestre, por força do Ato Conjunto n.º 5/2015, editado pela Presidência e pela Corregedoria Regional, houve a desativação do Fórum Trabalhista Advogado José Barbosa de Araújo, nas dependências do Edifício Sudene, ensejando a transferência provisória das 23 Varas do Trabalho do Recife para o Fórum Trabalhista de Jaboatão dos Guararapes, localizado na RMR, até a conclusão da reforma do prédio situado no bairro da Imbiribeira, em Recife (PE).

Considerando que o Fórum Trabalhista de Jaboatão dos Guararapes é composto de apenas cinco Varas do Trabalho, o remanejamento das 23 VTs da capital e alguns setores de apoio ocasionou, por óbvio, várias mudanças, tais como compartilhamento das áreas já ocupadas; redução da jornada de trabalho, de modo a acomodar os servidores em dois turnos; adoção de teletrabalho para até 50% dos servidores; remanejamento provisório de servidores para a Central de Execuções do Recife; além de incentivos, por parte da Administração do TRT6, quanto ao gozo de licença eleitoral e de férias ao longo do segundo semestre de 2015.

Diante das circunstâncias acima expostas, a Administração entendeu que, por tratar-se de uma conjuntura atípica, não seria oportuno e conveniente aferir o grau de satisfação dos cidadãos-usuários com os serviços prestados por esta UPC durante o exercício de 2015.

4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação do TRT6

Este item objetiva informar o caminho de acesso, no portal da UPC na internet, às informações referentes à sua atuação, consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão.

No endereço eletrônico <http://www.trt6.jus.br/portal/>, no *link* transparência, este órgão já publica informações relativas a **Atos de Provimento e Vacância; Auditoria e Controle Interno; Relatório de Atividades; Carros Oficiais** – em consonância com a Resolução n.º 83/2009 do CNJ e a Resolução n.º 85/2011 do CSJT; **Contas Públicas; Gestão Orçamentária e Financeira, Quadros de Pessoal e respectivas Estruturas Remuneratórias** – em observância ao disposto na Resolução n.º 102/2009 do CNJ; e **Proposta Orçamentária da Lei Orçamentária Anual, com seus correspondentes Quadros de Detalhamento da Despesa, por Graus de Jurisdição** – em conformidade com a Resolução n.º 195/2014 do CNJ.

Convém salientar que, em atendimento à exigência contida no artigo 15 da Decisão Normativa TCU n.º 134/2013, o TRT6, após a conclusão e a entrega especificada no Anexo I dessa norma – considerando a prorrogação da data-limite que tratou o artigo 1º da DN TCU n.º 143/2015 –, também disponibilizou, no ano de 2015, no *link* transparência, o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014. Do mesmo modo, divulgará, em até 30 (trinta) dias, contados da análise e publicação pela Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado de Pernambuco, os relatórios de gestão e todos os documentos e informações de interesse coletivo ou geral relacionados às contas do exercício de 2015 e seguintes.

5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Conforme informações da Coordenadoria de Planejamento Físico – CPLAN do TRT6, todos os projetos arquitetônicos, tanto para novas construções como para reformas e/ou ampliações, em imóveis próprios ou locados por este órgão, inclusive para suas instalações provisórias, observam os preceitos de desenho universal, bem como os dispositivos da Lei n.º 10.098/2000, o Decreto n.º 5.296/2004 e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em especial a NBR-9050:2004, que trata da acessibilidade.

Todas essas ações visam à promoção do amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida às dependências das unidades deste Regional, especialmente no tocante a: construção de rampas; sanitários acessíveis para público e servidores, separados por gênero, com instalações adaptadas para pessoas com deficiência física; instalações de elevadores; reserva de vagas em estacionamento; instalação de piso tátil direcional e de alerta, como também circulações e

portas em todas as dependências, com dimensões adequadas à utilização por pessoas em cadeiras de rodas.

Outrossim, a CPLAN observa, para todas as unidades deste Regional, a utilização de mobiliário ergonômico, traçando um leiaute para os ambientes que permita a livre circulação e a sua utilização por pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, sejam servidores ou o público em geral.

Dessa forma, a referida coordenadoria apresenta um panorama completo com as metas de acessibilidade atingidas por este Tribunal até o momento.

Trata-se de dois mapas, constantes dos Anexos III e IV deste relatório de gestão. O primeiro apresenta os índices de adesão ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, do qual se destaca aqui o subitem 5.3.6 (Nos Projetos de Acessibilidade), ao passo que o segundo mostra o percentual de alcance das metas de acessibilidade individualmente em cada unidade deste Regional e por item de verificação, a exemplo de instalações sanitárias, sinalização sonora/visual, vagas de estacionamento reservadas etc.

CAPÍTULO V

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O TRT6 observa os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial na NBC T 16.9 (depreciação, amortização e exaustão) e NBC T 16.10 (avaliação e mensuração de ativos e passivos).

A metodologia utilizada para realizar a mensuração de ativos e passivos no âmbito desta UPC é aquela definida pela NBC T 16.10, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137, de 21 de novembro de 2008, mormente no que se refere aos seguintes critérios e procedimentos.

1.1 Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial.

São computados nesse item os saldos na conta de limite de saque com vinculação de pagamento e os depósitos e cauções vinculados a garantias contratuais.

1.2 Créditos e dívidas

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial.

Nesse sentido, esta UPC tem efetuado registros de créditos a receber por Cessão de Pessoal – CP, de adiantamento de contribuições futuras – FUNPRESP JUD - LP, bem como de assinaturas e anuidades a apropriar – VPD pagas antecipadamente.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o processo de convergência às normas internacionais trouxe mudanças significativas na definição de provisões. Assim, provisões deixam de referir-se a ajustes dos valores contábeis dos ativos e passam a aludir apenas a passivos de prazo ou valor incertos. Entre as provisões do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, que foram constituídas no âmbito desta UPC, cumpre mencionar as provisões para riscos trabalhistas, referentes às retenções contratuais das provisões dos encargos trabalhistas, dispostas na Resolução CNJ n.º 98/2009 e alterações.

Os demais passivos derivados de apropriações por competência, como, por exemplo, férias a pagar e décimo terceiro salário, estão sendo registrados de acordo com o MCASP, ou seja, o reconhecimento mensal já vem sendo realizado.

1.3 Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou no valor de produção ou de construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Nos casos de verificação de obsolescência, deterioração física parcial, bem como outros fatores similares, utiliza-se o valor de mercado.

1.4 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os elementos do ativo imobilizado com vida útil econômica limitada ficam sujeitos à depreciação durante esse período, com a consequente dedução do valor nos itens patrimoniais relacionados.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros deve ser reconhecido como despesa do período em que seja incorrido.

As transferências de bens foram realizadas pelo seu valor líquido contábil.

Para o cumprimento dos procedimentos relativos à avaliação patrimonial de bens do ativo imobilizado, foi instituída, no âmbito do TRT6, a Comissão de Avaliação de Bens Permanentes, por intermédio da Portaria TRT-GP n.º 113/2015, com vistas à adoção dos procedimentos de reavaliação e/ou redução a valor recuperável, bem como de depreciação e amortização dos bens adquiridos, incorporados ou colocados em utilização, consoante o disposto na Macrofunção 02.03.30 – Manual SIAFI.

O TRT6 tem observado os métodos de mensuração de bens móveis, com vistas à atualização dos valores antes do desfazimento de bens, como nos casos de doação.

A comissão promoveu, no exercício de 2015, relativamente aos bens móveis anteriores ao exercício de 2010, ajustes da base monetária (redução ao valor recuperável) dos bens doados por este órgão, totalizados em R\$ 1.198.741,27.

Em conformidade com o estabelecido na NBC T 16.9 (depreciação, amortização e exaustão), esta UPC vem promovendo o registro da depreciação desde o exercício de 2010, de acordo com o disposto na Macrofunção SIAFI 02.03.30. O cálculo da depreciação de bens móveis é efetuado pelo sistema informatizado de controle patrimonial da Coordenadoria de Material e Logística deste Tribunal, fazendo uso do método das quotas constantes ou método linear. As tabelas de vida útil e valor residual utilizadas foram às definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional na indigitada Macrofunção, aplicadas sobre os bens distribuídos a partir de 2010, das seguintes contas contábeis:

58 Contas contábeis

CONTAS CONTÁBEIS	DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL (em anos)	VALOR RESIDUAL
12.311.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
12.311.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
12.311.01.03	EQUIPAMENTOS/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	15	20%
12.311.01.05	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%
12.311.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
12.311.01.07	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
12.311.01.08	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
12.311.01.09	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10%
12.311.01.12	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
12.311.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
12.311.01.25	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
12.311.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
12.311.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
12.311.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10%
12.311.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
12.311.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	0%
12.311.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%
12.311.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	15	10%
12.311.05.03	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%
12.311.09.00	ARMAMENTOS	20	15%
12.311.99.09	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%

Fonte: Coordenadoria de Material e Logística/SA

Dessa forma, a unidade de patrimônio gerou as informações da depreciação mensal por meio informatizado, as quais foram encaminhadas mensalmente à área contábil, por conta patrimonial, para o respectivo registro no SIAFI.

Do exercício de 2010 até o final de 2015, o registro da depreciação acumulada de bens móveis totalizou R\$ 13.860.974,46, deduzidos os valores de reversões pelo desfazimento de bens permanentes.

Quanto à depreciação de bens imóveis, houve registro de depreciação acumulada, efetuado pela CCONT/STN com base nos valores dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet, totalizando, até 2015, R\$ 61.482,06.

O impacto financeiro sobre o resultado do exercício, em relação à variação patrimonial diminutiva decorrente das depreciações de bens móveis (R\$ 4.993.527,36) e de bens imóveis (R\$ 17.457,26), perfaz o montante de R\$ 5.010.984,62.

1.5 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto deve ser reconhecido como despesa do período em que seja incorrido.

No que se refere ao registro da amortização de licença dos *softwares*, o procedimento ainda não foi iniciado no âmbito deste Regional.

1.6 Ajustes de exercícios anteriores

Os impactos financeiros no patrimônio líquido decorrentes de ajustes de exercícios anteriores, totalizados em R\$ 525.040,97, foram decorrentes dos seguintes registros:

- créditos a receber, no valor de R\$ 569.646,17, e de correção monetária, no valor de R\$ 45.380,58, referentes ao aporte inicial efetivado pelo TST, em 2013, no que coube a este Tribunal, a título de adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-JUD, relativa ao período de novembro de 2013 a dezembro de 2014, gerando impacto positivo, no patrimônio líquido, no importe de R\$ 615.026,75;
- reavaliação de bens doados, adquiridos antes do exercício de 2010, gerando impacto positivo, no patrimônio líquido, no montante de R\$ 2.354,99;
- redução ao valor recuperável de bens doados, adquiridos antes do exercício de 2010, gerando impacto negativo, no patrimônio líquido, no montante de R\$ 1.198.741,27;
- atualização da depreciação acumulada, efetuada pela CCONT/SOF, dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet, gerando impacto positivo, no patrimônio líquido, no montante de R\$ 56.318,56.

2 Sistemática de apuração de custos no âmbito do TRT6

O Ato CSJT.GP.SG n.º 398, de 29 de outubro de 2013, criou o Grupo de Trabalho de Custos – GT Custos para realizar estudos técnicos com o objetivo de modelar, desenvolver e implantar o Sistema de Custos da Justiça do Trabalho. O GT Custos tem como membros dois servidores do CSJT, três servidores da Divisão de Contabilidade do TST e mais três servidores de TRTs, (1ª, 2ª e 8ª Regiões).

O ato de criação do GT Custos estabeleceu o prazo de um ano para a realização dos trabalhos, que foi prorrogado por mais um ano, até 29 de outubro de 2015.

Ao longo dos anos de 2014 e 2015, foram realizadas diversas reuniões entre os integrantes do GT Custos, com servidores de diferentes unidades do TRT6 e de outros órgãos, com vistas à concepção do Sistema de Custos para a Justiça do Trabalho.

O GT Custos foi incumbido de implantar o projeto piloto do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho – SIC-JT, no TST, o qual será disseminado nos demais tribunais trabalhistas, seguindo cronograma que está definido no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, a ser cumprido até o ano de 2020.

No Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, disponível em <http://www.csjt.jus.br/plano-estrategico-da-justica-do-trabalho-2015-2020>, está inserido o objetivo estratégico Aperfeiçoar a Gestão de Custos – que se refere à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Busca-se o estabelecimento de uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos.

O sistema de custos desenvolvido como piloto no TST, e que será base para o desenvolvimento nos demais tribunais trabalhistas, tem como premissas básicas, entre outras:

- foco no custo do processo julgado;
- segregação dos custos entre as três instâncias da JT (TST, TRTs e VTs);
- departamentalização (centros de custos específicos, agrupando as unidades administrativas das áreas meio e fim);
- método do custeio direto (especificamente sobre pessoal, depreciação e consumo de material);
- segregação dos custos indiretos, sem rateio, em centros de custos específicos;
- agregação de valor ao processo decisório.

Quanto à implantação do projeto-piloto do TST, foi elaborada a modelagem do sistema, em que os custos diretos devem ser alocados em centros de custos que identifiquem unidades administrativas. As diversas unidades administrativas foram aglutinadas em 32 centros de custos, que, por sua vez, foram aglutinados em quatro agregadores: Judicantes, Apoio Judiciário, Apoio Administrativo e Autônomos. A esses centros de custos são alocados os custos diretos de pessoal, incluindo benefícios pagos em folha, consumo de bens de estoque e depreciações de bens móveis, já apurados, mensalmente, desde julho de 2014, a partir dos sistemas estruturantes do TST (Sistemas de Folha de Pagamento, de Cadastro de Informações Funcionais, de Material e Patrimônio e de Almoxarifado).

Com a colaboração da área de tecnologia da informação do TST, chegou-se, em dezembro de 2014, à consolidação de um subsistema baseado na ferramenta *Business Objects*, elaborado a partir dos dados de sistemas estruturantes (Folha de Pagamento, Sistema de Patrimônio e Sistema de Almoxarifado), que os armazena em um banco de dados (*data warehouse*), permitindo a geração de informações dos custos diretos, por unidades administrativas, conforme centros de custos definidos na modelagem do sistema.

O tratamento para apuração e alocação dos custos diretos aos correspondentes centros de custos está sendo realizado com base no modelo conceitual estabelecido pela CCONT/STN, e de acordo com o banco de dados de cada sistema estruturante:

- **Folha de Pagamento** => os custos de pessoal estão sendo apurados com base nas rubricas da folha de pagamento de pessoal ativo, excluindo-se aquelas referentes a adiantamentos, pessoal cedido e exercícios anteriores, e são alocados observando-se a lotação de pessoal nas unidades administrativas, no mês de referência;

- **Sistema de Patrimônio** => os custos são alocados, pela apuração da depreciação dos bens móveis sob responsabilidade de cada unidade administrava, no mês de referência;
- **Sistema de Almoxarifado** => os custos são apurados e alocados pela soma dos valores das requisições de bens e do consumo imediato efetuados em cada unidade administrativa, no mês de referência.

Os relatórios emitidos com dados dos custos diretos das unidades administrativas do TST foram homologados no início de 2015, mediante a verificação da fidedignidade das suas informações, confrontando-as com as oriundas dos respectivos sistemas estruturantes e com as informações do SIAFI Operacional.

Com relação aos custos indiretos, serão apurados em 25 centros de custos, consolidados em dois agregadores, quais sejam: “Custos Gerais” e “Pessoal – Outros” (custos de pessoal não alocáveis diretamente). A apuração desses dados dar-se-á a partir de consultas ao SIAFI e ao sistema de folha de pagamento. Até o momento, não foram estabelecidos os critérios no TST para apuração desses dados.

O grupo de trabalho estudou a possibilidade de registro dos custos indiretos no SIAFI, com uso da aba “Centro de Custos”, constante dos documentos emitidos do subsistema Contas a Pagar e a Receber – CPR. Tal possibilidade ainda não foi posta em prática, porquanto provocará impactos significativos nos processos operacionais de liquidação de pagamento da despesa, além de estar pendente de autorização por parte da Administração do TST.

Com vistas a dar continuidade à implantação do Sistema de Custos no âmbito da Justiça do Trabalho, o GT Custos propôs, em seu relatório final, apresentado em setembro de 2015, várias demandas à Administração do CSJT, conforme resumo a seguir:

- homologação da primeira fase do sistema de custos desenvolvido no TST (custos diretos por unidade administrativa);
- avaliação e decisão quanto à implementação da segunda etapa do sistema de custos do TST, que envolve a codificação dos centros de custos e a inserção nos sistemas do Governo Federal (SIAFI e SIC);
- criação de comitê técnico de custos, composto por representantes de cada tribunal trabalhista, com a finalidade de coordenar a continuidade do projeto de implantação do sistema de custos em toda a Justiça do Trabalho;
- desenvolvimento de solução de TI padronizada e compatível com o SIC, para toda a Justiça do Trabalho;
- criação de estrutura administrativa para a operacionalização do sistema e para o gerenciamento de custos, no TST, no CSJT e em cada Tribunal Regional do Trabalho, envolvendo, basicamente, alocação de pessoal, espaço físico e recursos tecnológicos e materiais.

O relatório do GT Custos submetido à Administração do CSJT encontra-se em fase de análise e homologação. Até o momento, não há estrutura formalizada responsável pela apuração e pelo gerenciamento de custos no âmbito da Justiça do Trabalho.

Desse modo, os dados gerados no sistema piloto ainda não estão sendo analisados, gerenciados ou divulgados. Por conseguinte, ainda não é possível observar o impacto dessas informações na atuação desta UPC ou no processo de tomada de decisão.

Os documentos relacionados ao trabalho desenvolvido pelo GT Custos – a exemplo de participação em seminários e congressos, atas de reuniões e demais relatórios – estão inseridos no processo administrativo TST.502091/2013-4.

3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei n.º 4.320/1964 e notas explicativas

Em 2015, houve um grande avanço no processo da convergência à Contabilidade Aplicada ao Setor Público aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, com a consolidação das contas públicas nos três níveis de governo, por intermédio da utilização do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, impactando sobremaneira as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP.

Nesse contexto, as demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes saídas de informações geradas pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público, promovendo transparência dos resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial do setor público.

As DCASP são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei n.º 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar n.º 101/2000, aplicadas a esta UPC, as quais são:

- Balanço Financeiro – BF;
- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

Convém mencionar que, no Anexo V deste relatório de gestão, constam as referenciadas demonstrações contábeis, que retratam a situação financeira, patrimonial e orçamentária do TRT6.

Salienta-se que as informações contidas nas notas explicativas procuram ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

3.1 Composição dos principais itens das demonstrações

3.1.1 Balanço Financeiro

O BF demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, consoante disposto no art. 103 da Lei n.º 4.320/1964.

Sob a ótica da NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, alterada pela Resolução CFC n.º 1.268/2009, o Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. A principal mudança para este exercício é que os ingressos e os dispêndios passam a ser demonstrados por destinação de recursos.

As receitas e as despesas orçamentárias foram analisadas detalhadamente na parte específica deste relatório de gestão e nas notas explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais.

Nota 1 – Transferências Financeiras Recebidas

Destacam-se, neste item, o subrepasso recebido do CSJT, no valor de R\$ 704.681.149,78, e as transferências recebidas para pagamento de RAP, no valor de R\$ 522.964,31.

Nota 2 – Recebimentos Extraorçamentários

Os itens desse grupo correspondem, principalmente, aos restos a pagar inscritos no exercício e ao controle das receitas recebidas. Dentre os saldos dos ingressos extraorçamentários, destacam-se os seguintes:

- Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados – RPNP, na condição de *A Liquidar*, no valor de R\$ 10.896.338,90, e, na condição de *Em Liquidação*, no valor de R\$ 833.994,49, totalizados em R\$ 11.730.333,39, equivalendo a 31,68% do total do item. São os valores representados pelos saldos credores dos empenhos não liquidados, referentes ao exercício de 2014, mas registrados como RAP/Recebimentos Extraorçamentários, nos termos dos artigos 36 e 103 da Lei n.º 4.320/1964, e, ainda, conforme o artigo 42 da Lei Complementar n.º 101/2000;
- Controle das arrecadações de receitas (fonte própria e fonte Tesouro) por intermédio de GRU, no montante de R\$ 25.341.777,13, perfazendo, em termos percentuais, 68,45% do total desse item.

Nota 3 – Despesas Orçamentárias

A composição financeira das Despesas Ordinárias refere-se ao somatório das despesas empenhadas (R\$ 540.597.476,24), do crédito a liquidar inscrito em RPNP (R\$ 6.772.467,94), e do crédito em liquidação inscrito em RPNP (R\$ 619.531,36), executadas na fonte de recurso 0100- fonte tesouro. As Despesas Vinculadas, totalizadas no montante de R\$ 163.375.044,87, referem-se às despesas empenhadas segregadas em 2 itens: a) item de seguridade social (exceto RGPS): compõem as despesas empenhadas, no montante de R\$ 132.224.079,00, nas fontes de recursos 0169 – contribuição patronal para o plano de seguridade social do servidor e 0156 – contribuição para o plano de seguridade social do servidor; b) o item outros recursos vinculados a órgãos e programas aludem às despesas empenhadas, no valor de R\$ 31.150.965,87, nas fontes de recursos 0127-custas e emolumentos – Poder Judiciário, 0150-recursos não-financeiros diretamente arrecadados, 0181-recursos de convênios e 0381-recursos de convênios de exercícios anteriores.

Nota 4 – Despesas Extraorçamentárias

Os dispêndios extraorçamentários compreendem, majoritariamente, os saldos das obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no ano corrente. Entre as obrigações de maior relevância, destaca-se o item Pagamento dos Restos a Pagar não Processados, no montante de R\$ 15.056.030,52, perfazendo, em termos percentuais, 99,29% do total deste item. O detalhamento dos restos a pagar pagos em 2015 encontra-se disposto na Nota 3 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário.

Nota 5 – Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício Seguinte

Compreendem o saldo financeiro disponível ao final do exercício, que se constituirá em antecipação de sub-repasses financeiros no exercício seguinte, bem como o saldo de depósitos na Caixa Econômica Federal referente a cauções contratuais.

3.1.2 Balanço Patrimonial

O BP evidencia a situação patrimonial em 31 de dezembro de 2015. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos, segregados em circulante e não circulante, no final do período, com base nos seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos potenciais.

Nota 1 – Ativo Circulante – Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa contemplam o somatório dos valores em caixa e bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para as quais não haja restrições para uso imediato. Na tabela a seguir, pode-se visualizar a sua composição.

59 Ativo Circulante – Detalhamento por conta contábil do Caixa e Equivalentes de Caixa

Conta Contábil	Bancos Conta Movimento	Caixa e Equivalentes de Caixa - Em Moeda Nacional	Caixa e Equivalentes de Caixa - Em Moeda Nacional - Intra-Siafi	Caixa e Equivalentes de Caixa - Em Moeda Nacional - Total	Caixa e Equivalentes de Caixa - Total Geral
= demais contas -					
111111903 Caixa Econômica Federal	113.499,51	113.499,51	-	113.499,51	113.499,51
= limite de saque com vinculação de pagamento - OFSS	-	-	17.172.540,82	17.172.540,82	17.172.540,82

Fonte: Tesouro Gerencial – Exercício de 2015

Computados neste item os saldos na conta de limite de saque com vinculação de pagamento, no montante de R\$ 17.172.540,82, e os depósitos e as cauções vinculados a garantias contratuais, atualizados, no valor de R\$ 113.499,51.

Nota 2 – Ativo Circulante – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A totalidade deste item refere-se aos créditos a receber por cessão de pessoal, de servidor deste órgão cedido a órgão estadual, totalizados no final do exercício de 2015 em R\$ 43.248,92.

Nota 3 – Ativo Circulante – Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou no valor de produção ou de construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Nos casos de verificação de obsolescência, deterioração física parcial, bem como outros fatores similares, utiliza-se o valor de mercado. A tabela a seguir evidencia a composição dos estoques de material de consumo em 31/12/2015.

60 Ativo Circulante – Detalhamento por conta contábil dos Estoques em 31/12/2015

Conta Contábil	Conta Corrente	Descrição conta	Saldo Atual (R\$)
115610100 = MATERIAIS DE CONSUMO	07	gêneros de alimentação	8.227,53
	16	material de expediente	357.832,91
	17	material de processamento de dados	860.767,85
	19	material de acondicionamento e embalagem	14.319,87
	21	material de copa e cozinha	27.761,24
	22	material de limpeza e produtos de higienização	65.971,07
	26	material elétrico e eletrônico	1.193,28
	41	material para utilização em gráfica	8.856,50
	44	material de sinalização visual e outros	42.358,39
	50	bandeiras, flamulas e insígnias	3.432,03

Fonte: Tesouro Gerencial – Exercício de 2015

Os estoques apresentaram um saldo de R\$ 1.390.720,67 em 2015, tendo um acréscimo de 11,11% em relação ao ano de 2014.

Nota 4 – Ativo Circulante – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

O total deste item refere-se a assinaturas de periódicos e anuidades a apropriar, no valor de R\$ 13.582,39.

Nota 5 – Ativo Não Circulante – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Em 2015, o TRT6 iniciou o registro, no valor de R\$ 674.199,33, referente aporte efetivado pelo TST, em 2013, no valor total de R\$ 12.745.750,00, a título de adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-JUD.

O valor transferido pelo TST foi atualizado pelo índice IPCA e distribuído aos tribunais utilizando-se como critério os percentuais previstos na LRF para despesa de pessoal de cada órgão, nos mesmos termos fixados no protocolo de compromisso firmado entre o STF e a FUNPRESP-JUD para repartição entre os órgãos do Poder Judiciário Federal, conforme conteúdo disponibilizado por intermédio da Mensagem CFIN/CSJT n.º 40/2015.

Considerando a natureza do adiantamento efetuado, há a necessidade de registro do valor na contabilidade, como créditos a receber, e este somente será baixado na medida em que ocorrer o alcance do ponto de equilíbrio pela FUNPRESP-JUD, fato que será consubstanciado quando o montante inicial das receitas administrativas superar o montante das despesas administrativas no mesmo ano calendário, o qual será informado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Do valor registrado em 2015, R\$ 615.026,75 (91,22%) referem-se a ajustes de exercícios anteriores, sendo R\$ 569.646,17, relativos ao registro do aporte inicial de 2013 e R\$ 45.380,58, ao registro da correção monetária incidente sobre o aporte ao FUNPRESP-JUD efetivado

pelo TST, relativamente ao período de novembro de 2013 a dezembro de 2014, conforme Mensagem CFIN/CSJT n.º 40/2015.

Nota 6 – Ativo Não Circulante – Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que lhe transfiram os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada e da redução ao valor recuperável de bens móveis, conforme comparativo a seguir.

61 Ativo Não Circulante – Comparativo do Imobilizado

Descrição	2015	AV%	2014	AV%	AH%
IMOBILIZADO	87.011.152,88	100,00%	77.022.157,51	100,00%	12,97%
Bens Móveis	39.004.811,46	44,83%	39.506.133,11	51,29%	-1,27%
Bens Móveis	54.064.527,19	138,61%	49.172.970,03	124,47%	9,95%
(-) Depreciação acumulada Bens Móveis	-13.860.974,46	-35,54%	-9.666.836,92	-24,47%	43,39%
(-) Redução ao Valor Recuperável Bens Móveis	-1.198.741,27	-3,07%	0,00	0,00%	-
Bens Imóveis	48.006.341,42	55,17%	37.516.024,40	48,71%	27,96%
Bens Imóveis	48.067.823,48	100,13%	37.616.367,76	100,27%	27,78%
(-) Depreciação Acumulada Bens Imóveis	-61.482,06	-0,13%	-100.343,36	-0,27%	-38,73%

Fonte: Balanço Patrimonial de 2015

Nota: AV – Análise Vertical e AH – Análise Horizontal (2015/2014)

Nota 7 – Ativo Não Circulante – Bens Móveis

Compreende o valor das aquisições ou incorporações de bens corpóreos, que tenham existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social e que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

Em 2015, os bens móveis do TRT6 totalizaram o valor de R\$ 39.004.811,46, equivalentes a 44,83% do total de bens deste órgão, já deduzidos os valores da Depreciação Acumulada Bens Móveis (R\$ -13.860.974,46) e do ajuste na base monetária desses bens (R\$ -1.198.741,27), consoante detalhamento nas duas tabelas seguintes (Ativo Não Circulante – Saldo dos Bens Móveis em 31/12/2015 por Conta Contábil e Ativo Não Circulante – Saldo da Depreciação Acumulada em 31/12/2015 por Conta Contábil). No confronto com o exercício anterior, verifica-se um decréscimo equivalente a 1,27%. Destaca-se, ainda, que houve baixa de bens em 2015, por doação, no valor de R\$ 8.960.770,69.

62 Ativo Não Circulante – Saldo dos Bens Móveis em 31/12/2015 por Conta Contábil

Conta Contábil de Bens Móveis		Saldo Atual (R\$)
123110101	aparelhos de medição e orientação	41.524,30
123110102	aparelhos e equipamentos de comunicação	214.239,20
123110103	equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	193.404,01
123110105	equipamentos de proteção, segurança e socorro	569.430,85
123110106	máquinas e equipamentos industriais	870,56
123110107	máquinas e equipamentos energéticos	2.106.137,95
123110108	máquinas e equipamentos gráficos	224.533,87
123110109	máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	35.030,26
123110112	equipamentos, peças e acessórios para automóveis	16.009,06
123110121	equipamentos hidráulicos e elétricos	80.743,92
123110125	máquinas, utensílios e equipamentos diversos	210.980,55
123110201	equipamentos de processamento de dados	21.326.346,09
123110301	aparelhos e utensílios domésticos	3.764.238,15
123110302	máquinas e utensílios de escritório	55.808,95
123110303	mobiliário em geral	17.715.881,66
123110402	coleções e materiais bibliográficos	58.338,67
123110405	equipamentos para áudio, vídeo e foto	1.320.120,69
123110406	obras de arte e peças para exposição	8.239,90
123110501	veículos em geral	41.421,48
123110503	veículos de tração mecânica	3.628.321,93
123110801	estoque interno	0,00
123110900	armamentos	28.992,00
123119909	peças não incorporáveis a imóveis	2.176.002,36
123119910	material de uso duradouro	234.837,77
123119999	outros bens móveis	13.073,01
TOTAL		54.064.527,19

Fonte: Tesouro Gerencial – Exercício de 2015

No exercício de 2010, para fins de evidenciar o patrimônio da União de forma mais fidedigna, a STN emitiu a Macrofunção “02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações”, em que traz definições e procedimentos contábeis para o ajuste ao valor correto dos bens do imobilizado.

Foi demandado aos gestores que iniciassem o procedimento de depreciação pelos bens móveis adquiridos, incorporados ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, uma vez que

esses apresentam um valor inicial confiável, não necessitando serem submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável. Após o encerramento dessa primeira etapa, o administrador deveria passar a aplicar a depreciação aos bens adquiridos em outros exercícios, após realizar o ajuste dos valores.

Dessa forma, em 2010, foram iniciados os processos de reavaliação, redução a valor recuperável e depreciação, de acordo com os prazos e os respectivos grupos de bens constantes na indigitada Macrofunção.

Do exercício de 2010 até o final de 2015, o registro da depreciação acumulada de bens móveis totalizou R\$ 13.860.974,46, deduzidos os valores de reversões pelo desfazimento de bens permanentes.

63 Ativo Não Circulante – Saldo da Depreciação Acumulada em 31/12/2015 por Conta Contábil

Conta Contábil Bens Móveis Depreciada		Depreciação Acumulada até dezembro de 2015
123110101	aparelhos de medição e orientação	(5.011,22)
123110102	aparelhos e equipamentos de comunicação	(37.509,61)
123110103	equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	(10.936,82)
123110105	equipamentos de proteção, segurança e socorro	(50.737,78)
123110106	máquinas e equipamentos industriais	(166,53)
123110107	máquinas e equipamentos energéticos	(268.572,27)
123110108	máquinas e equipamentos gráficos	(2.532,70)
123110109	máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	(5.888,68)
123110112	equipamentos, peças e acessórios para automóveis	(1.265,45)
123110121	equipamentos hidráulicos e elétricos	(14.204,10)
123110125	máquinas, utensílios e equipamentos diversos	(17.071,24)
123110201	equipamentos de processamento de dados	(8.979.271,91)
123110301	aparelhos e utensílios domésticos	(592.709,10)
123110302	máquinas e utensílios de escritório	(3.964,71)
123110303	mobiliário em geral	(2.726.802,71)
123110402	coleções e materiais bibliográficos	(8.770,14)
123110405	equipamentos para áudio, vídeo e foto	(165.968,99)
123110501	veículos em geral	(7.533,14)
123110503	veículos de tração mecânica	(652.443,78)
123110900	armamentos	(2.608,27)
123119909	peças não incorporáveis a imóveis	(307.005,31)
TOTAL		(13.860.974,46)

Fonte: Tesouro Gerencial – Exercício de 2015

Em 2015, houve o registro, à conta de ajustes de exercícios anteriores, da reavaliação de bens doados, adquiridos antes do exercício de 2010, gerando impacto positivo no Patrimônio Líquido, no montante de R\$ 2.354,99. Houve também a contabilização do ajuste da base monetária (Redução ao

valor Recuperável) de bens doados, adquiridos antes do exercício de 2010, gerando impacto negativo no Patrimônio Líquido, no montante de (R\$ 1.198.741,27), consoante detalhado na seguinte tabela.

64 Ativo Não Circulante – Saldo da Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado em 31/12/2015 por Conta Contábil

Conta Contábil Referenciada		Saldo em 31/12/2015
123110101	aparelhos de medição e orientação	(1.862,50)
123110103	equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	(3.071,03)
123110105	equipamentos de proteção, segurança e socorro	(3.144,69)
123110107	máquinas e equipamentos energéticos	(59.581,84)
123110108	máquinas e equipamentos gráficos	(175,50)
123110109	máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	(5.619,22)
123110121	equipamentos hidráulicos e elétricos	(4.951,71)
123110125	máquinas, utensílios e equipamentos diversos	(15.707,12)
123110201	equipamentos de processamento de dados	(1.317,39)
123110301	aparelhos e utensílios domésticos	(629.607,52)
123110302	máquinas e utensílios de escritório	(5.036,53)
123110303	mobiliário em geral	(419.626,75)
123110405	equipamentos para áudio, vídeo e foto	(8.367,55)
123110406	obras de arte e peças para exposição	(122,40)
123110501	veículos em geral	(584,10)
123119909	peças não incorporáveis a imóveis	(39.965,42)
TOTAL		(1.198.741,27)

Fonte: SIAFI – Exercício de 2015

Nota 8 – Ativo Não Circulante – Bens Imóveis

Os imóveis de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União – SPIUnet, sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPU/MPOG. Esse sistema está integrado com o SIAFI. Assim, quando da inclusão, exclusão ou alteração de valores no SPIUnet, o sistema gera automaticamente um documento no SIAFI, o qual faz os ajustes necessários nas contas contábeis que registram os saldos dos bens.

Este item compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente. A composição dos bens imóveis do TRT6 encontra-se disposta na seguinte tabela:

65 Ativo Não Circulante – Comparativo dos Bens Imóveis

Conta Contábil		Saldo em 2015	Saldo em 2014	AH%
123210101	IMÓVEIS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS	1.736.582,56	0,00	100,00%
123210102	EDIFÍCIOS	16.622.716,02	9.530.433,59	74,42%
123210103	TERRENOS/GLEBAS	122.212,00	1.316.926,75	-90,72%
123210104	ARMAZÉNS/GALPÕES	669.395,74	669.395,74	0,00%
123210114	MUSEUS/PALÁCIOS	1.337.950,27	0,00	100,00%
123210122	ESTACIONAMENTOS E GARAGENS	1.299.029,91	1.299.029,91	0,00%
123210124	SALAS	9.750.326,70	10.674.189,82	-8,66%
123210202	EDIFÍCIOS (bens não registrados no SPIUnet)	16.474.425,28	0,00	100,00%
123210601	OBRAS EM ANDAMENTO	0,00	4.616.446,05	-100,00%
123210605	ESTUDOS E PROJETOS	55.185,00	0,00	100,00%
123210700	INSTALAÇÕES	0,00	2.781.599,94	-100,00%
123219905	BENS IMÓVEIS A CLASSIFICAR/A REGISTRAR	0,00	6.728.345,96	-100,00%
TOTAL		48.067.823,48	37.616.367,76	27,78%

Fonte: Fonte: SIAFI – Exercícios de 2015 e 2014

Nota: AH – Análise Horizontal (2015/2014)

Os bens imóveis contribuíram com 55,17% para a formação do Ativo Imobilizado. Em comparação ao exercício anterior, verifica-se um acréscimo de 27,78% decorrente, principalmente, da variação positiva da conta “Edifícios”.

Quanto à depreciação de bens imóveis, houve registro de depreciação acumulada, efetuado pela CCONT/STN com base nos valores dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet, totalizado até 2015 em R\$ 61.482,06, conforme detalhamento da tabela a seguir:

66 Ativo Não Circulante – Saldo da Depreciação Acumulada em 31/12/2015 por Conta Contábil

BENS IMÓVEIS - DEPRECIAÇÃO		Conta Corrente	Depreciação Acumulada até dezembro de 2015
123210101	= IMÓVEIS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS	123210101	(173,66)
123210102	= EDIFÍCIOS	123210102	(46.458,34)
123210104	= ARMAZÉNS/GALPÕES	123210104	(12.692,95)
123210114	= MUSEUS/PALÁCIOS	123210114	(1.410,46)
123210124	= SALAS	123210124	(746,65)
TOTAL DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA BENS IMOVEIS			(61.482,06)

Fonte: Tesouro Gerencial – Exercício de 2015

Nota 9 – Ativo Não Circulante – Intangível

Os Bens Intangíveis compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Na linha de apresentação no Balanço Patrimonial, o intangível é composto 100% pelo item *Softwares*, totalizado, em 2015, em R\$ 3.965.430,41. Ainda não foi iniciado, no âmbito desta UPC, o cálculo de amortização desse item.

Nota 10 – Passivo Circulante

A contabilização dos passivos no âmbito deste Regional obedece ao contido na Macrofunção 02.11.40 – Reconhecimento de Passivos, bem como, no que se refere aos passivos de pessoal, à Resolução CSJT n.º 137/2014.

Esse item compreende as obrigações a curto prazo, totalizadas, em 2015, em R\$ 8.495.279,94, apresentando um acréscimo de 59,30% em relação ao ano anterior. Cabe destaque para os seguintes subtítulos: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, no valor de R\$ 6.941.965,08; fornecedores e contas a pagar de curto prazo, no valor de R\$ 214.463,13; e demais obrigações a curto prazo, no valor de R\$ 1.338.851,73.

Nota 11 – Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Compreendem as obrigações a salários e remunerações, bem como benefícios os quais o servidor tenha direito, aposentadorias, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, com vencimento até o término do exercício seguinte, inclusive o registro de precatórios a pagar.

As *Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo* apresentaram um acréscimo de 52,19%, variando de R\$ 4.561.306,43, em 2014, para R\$ 6.941.965,08, em 2015.

O pessoal a pagar contribuiu com 8,06% e os encargos sociais a pagar, com 4,63% para a formação das Obrigações a Curto Prazo. Por outro lado, o passivo de precatórios de pessoal contribuiu com 33,69% do total do grupo e as Obrigações Trabalhistas a pagar, com 53,62% do total do grupo. As obrigações com pessoal a pagar não contemplam os restos a pagar não processados, por representarem apenas obrigações orçamentárias.

Destaca-se a contabilização de R\$ 3.722.303,03, referentes aos passivos de pessoal a pagar dos servidores deste Tribunal por insuficiência de créditos/recursos, registrados na conta contábil 21.111.04.00 – obrigações trabalhistas a pagar por código de inscrição genérica, padronizado no âmbito da Justiça do Trabalho, consoante Mensagem CFIN/CSJT n.º 53/2015, visando à consolidação e à comparação dos dados. Na tabela a seguir, são demonstrados os itens que compõem o saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar.

67 Passivo Circulante – Saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar em 31/12/2015

Descrição	Saldo Atual (R\$)	%
PESSOAL A PAGAR	559.366,69	8,06%
PRECATÓRIOS DE PESSOAL	2.338.646,28	33,69%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	3.722.303,03	53,62%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	321.649,08	4,63%
TOTAL	6.941.965,08	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial – Exercício de 2015

Nota 12 – Passivo Circulante – Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, com vencimento no curto prazo.

A conta contábil *Contas a Pagar Credores Nacionais* totalizou, em 2015, o valor de R\$ 214.463,13.

Nota 13 – Passivo Circulante – Demais Obrigações a Curto Prazo

O grupo Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu um acréscimo de 73,55% em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 771.462,45, em 2014, para R\$ 1.338.851,73, em 2015, sendo formado pelo itens detalhados na seguinte tabela:

68 Passivo Circulante – Demais Obrigações a Curto Prazo – Saldo das Demais Obrigações em 31/12/2015	
Descrição	Saldo Atual (R\$)
DEPÓSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	38.858,96
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E COMPENSAÇÕES	60.164,67
SUB-REPASSE RECEBIDO DIFERIDO	1.239.828,10
TOTAL	1.338.851,73

Fonte: SIAFI 2015

Nota 14 – Passivo Não Circulante

A contabilização dos passivos no âmbito deste Regional obedece ao contido na Macrofunção 02.11.40 – Reconhecimento de Passivos, bem como, no que se refere aos passivos de pessoal, à Resolução CSJT n.º 137/2014.

Compreende as obrigações a longo prazo totalizadas, no ano de 2015, em R\$ 19.935.139,92, compostas dos seguintes itens: obrigações trabalhistas a pagar, no valor de R\$ 19.821.640,41, e depósitos e cauções recebidas em garantias contratuais, no valor de R\$ 113.499,51.

Nota 15 – Passivo Não Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistência a Pagar de Longo Prazo

No exercício de 2015, houve a contabilização de R\$ 19.935.139,92, referentes aos passivos de pessoal a pagar dos servidores deste Tribunal por insuficiência de créditos/recursos, registrados na conta contábil 22.111.04.00 – obrigações trabalhistas a pagar por código de inscrição genérica, padronizado no âmbito da Justiça do Trabalho, consoante Mensagem CFIN/CSJT n.º 53/2015, visando à consolidação e comparação dos dados.

Nota 16 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido – PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da União, ou seja, representa a diferença entre o Ativo (Circulante e Não Circulante) e o Passivo (Circulante e Não Circulante). A tabela a seguir apresenta a estrutura atual do Patrimônio Líquido.

69 Patrimônio Líquido – Comparativo da Composição do Patrimônio Líquido em 31/12/2014 e 31/12/2015

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2014	
	31/12/2015 (a)	31/12/2015 (b)	(a) - (b)	(a) / (b) %
Resultado do Exercício	(13.628.931,34)	-	(13.628.931,34)	-
Resultados de Exercícios Anteriores	96.107.927,38	96.107.927,38	-	100,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	(525.040,97)	-	(525.040,97)	-
TOTAL	81.953.955,07	96.107.927,38	(14.153.972,31)	

Fonte: Balanço Patrimonial 2015

O item Resultado do Exercício representa o resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. No processo de encerramento, o resultado apurado no período é transferido para o item Resultado do Exercício do Patrimônio Líquido. O Resultado do Exercício totalizou, em 2015, o valor de (R\$ 13.628.931,34).

Os impactos no PL decorrentes de ajustes de exercícios anteriores, totalizados em (R\$ 525.040,97), foram decorrentes dos seguintes registros:

- créditos a receber, no valor de R\$ 569.646,17, e de correção monetária, no importe de R\$ 45.380,58, referentes ao aporte inicial efetivado pelo TST, em 2013, no que coube a este Tribunal, a título de adiantamento de contribuições futuras para a FUNPRESP-JUD, relativa ao período de novembro de 2013 a dezembro de 2014, gerando impacto positivo, no PL, de R\$ 615.026,75;
- reavaliação de bens doados, adquiridos antes do exercício de 2010, gerando impacto positivo, no Patrimônio Líquido, no montante de R\$ 2.354,99;
- redução ao valor recuperável de bens doados, adquiridos antes do exercício de 2010, gerando impacto negativo, no Patrimônio Líquido, no montante de (R\$ 1.198.741,27);
- atualização da depreciação acumulada, efetuada pela CCONT/SOF, dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet, gerando impacto positivo, no Patrimônio Líquido, no valor de R\$ 56.318,56.

3.1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O Resultado Patrimonial de 2015 foi de (R\$ 13.628.931,34), evidenciado pela diferença negativa entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. Os valores registrados nas VPA e VPD são encerrados ao final do exercício, representando o resultado patrimonial levado para a conta de Patrimônio Líquido (Resultado do Exercício) do Balanço Patrimonial.

A seguir, são elencadas as principais alterações patrimoniais que impactaram o resultado.

Nota 1 – Impactos Positivos no Patrimônio

Dentre as variações patrimoniais que aumentaram o patrimônio, destacam-se:

- arrecadação de taxas (custas emolumentos), decorrente da prestação de serviços judiciais, no valor de R\$ 16.175.087,42;

- arrecadação de receitas decorrentes da cessão direito real de uso da área pública e de cessão do direito de operacionalização de folha de pagamento, no montante de R\$ 2.487.962,92;
- sub-repasse recebido, no valor de R\$ 704.681.149,78;
- transferências recebidas para pagamento de restos a pagar, no valor de R\$ 522.964,31;
- receita de convênios com instituições financeiras decorrentes da remuneração de depósitos judiciais, no valor de R\$ 6.000.000,00;
- transferência de bens imóveis realizada pela SPU, no valor de R\$ 1.736.582,56;
- reavaliação de bens imóveis no SPIUnet, no valor de R\$ 7.131.147,93;
- registro incorreto, no SPIUnet, de incorporação patrimonial (doação), no valor de R\$ 1.040.103,21, onde deveria ter sido efetuado um registro de reavaliação. Não efetuada a regularização no SPIUnet, porquanto esse sistema não permite ajuste/cancelamento de registro;
- ajustes de lançamento em duplicidade de passivos, bem como registro da baixa pelo pagamento, totalizados em R\$ 2.409.878,07;
- reversão de provisões de sentenças de pequeno valor, no importe de R\$ 167.293,89;
- recebimento de multas, indenizações e restituições, no total de R\$ 557.611,94.

Nota 2 – Impactos Negativos no Patrimônio

Dentre as variações patrimoniais que diminuíram o patrimônio, destacam-se:

- despesas de funcionamento do Tribunal, tais como: Pessoal e Encargos (R\$ 489.216.599,47); Benefícios Previdenciários e Assistenciais (R\$ 155.191.953,48); despesas com serviços de terceiros e material de consumo (R\$ 53.888.791,08);
- repasse concedido à Sudene, visando ao ressarcimento de despesas orçamentárias comuns, referentes à área ocupada pelas Varas do Trabalho do Recife, no valor de R\$ 2.527.155,12;
- devolução de recursos referentes ao cancelamento de restos a pagar, no valor de R\$ 144.961,11;
- transferências para o Tesouro (UG 170.500), por intermédio de rotina NSSALDO, das Receitas Arrecadadas por GRU Fonte Tesouro, no montante de R\$ 16.733.268,91;
- registro da baixa por doação de bens permanentes, classificados como inservíveis /antieconômicos, no valor total de R\$ 1.851.779,11;
- registro da reavaliação de bens imóveis, efetuados por esta UPC, no valor de R\$ 1.108.952,39, conforme laudo da área técnica;
- incorporação de passivos decorrentes do reconhecimento de passivo sem suporte orçamentário de pessoal e registro de precatório a pagar no exercício seguinte, totalizados em R\$ 31.582.232,10;
- valores diferidos, na monta de R\$ 1.239.828,10;
- registro incorreto de desincorporação de ativos (baixa de imóvel), efetuado no SPIUnet, no valor de R\$ 67.264,92;
- pagamento de despesas tributárias, no valor de R\$ 795.177,10;
- pagamento de despesas com indenizações e restituições, no valor de R\$ 129.438,95.

3.1.4 Balanço Orçamentário

O BO demonstrará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme disposto no art. 102 da Lei n.º 4.320/1964. Pelo contido na NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, alterada pela Resolução CFC n.º 1.268/2009, o Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. Por conseguinte, o BO é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Adicionalmente ao Balanço Orçamentário, no modelo válido a partir do exercício de 2015, são incluídos dois anexos demonstrativos de execução de restos a pagar, um relativo aos restos a pagar não processados, outro relativo aos restos a pagar processados, com o mesmo detalhamento das despesas orçamentárias do balanço, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos restos a pagar.

O quadro principal demonstra as receitas orçamentárias detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Nota 1 – Receitas Orçamentárias

Os campos da coluna *Previsão Inicial* (subtotal de receitas + subtotal com refinanciamento) são demonstrados com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo, uma vez que não há previsão de receitas na Lei Orçamentária Anual de 2015 para a UG 080006 – Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

A coluna *Previsão Atualizada*, totalizada no montante de R\$ 2.303.456,00, equivalente à linha *Detalhamento dos Ajustes na Previsão Atualizada*, reflete a parcela da re-estimativa da receita utilizada para a abertura de créditos adicionais no exercício de 2015, sendo: a) R\$ 849.000,00 decorrentes de superávit financeiro, arrecadado na fonte 0181151070 – receita de convênios; e b) R\$ 1.454.456,00 decorrentes de créditos adicionais abertos por excesso de arrecadação, sendo R\$ 372.757,00 da fonte 0100 – fonte tesouro e R\$1.081.699,00 da fonte 0181151070 – receitas de convênios.

A coluna *Receitas Realizadas*, totalizada no montante de R\$ 2.303.456,00, reflete as receitas arrecadadas no exercício de 2015 que custearam a abertura de créditos adicionais.

A coluna *Saldo*, totalizada no montante de R\$ 711.364.520,41, é representada pela diferença entre a coluna das *Receitas Realizadas* (R\$ 711.364.520,41) e a coluna da *Previsão Atualizada* (R\$ -).

A coluna *Déficit* do Balanço Orçamentário, no montante de R\$ 711.364.520,41, é representada pela diferença a menor entre a receita realizada e a despesa empenhada, a qual é adicionada à coluna das receitas realizadas para igualar a execução da receita orçamentária com a execução da despesa orçamentária. A apresentação de um resultado negativo não significa necessariamente que houve despesa executada sem receita correspondente, mas o fato que outros fatores influenciaram o resultado deve ser observado. O déficit apontado no comparativo das receitas e

despesas executadas é justificado pela ausência de apresentação das receitas, no Balanço Orçamentário (não consolidado) dos órgãos não titulares da arrecadação de receitas do Tesouro.

Nota 2 – Despesas Orçamentárias

A execução da despesa orçamentária foi analisada detalhadamente no item que trata da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – OFSS no corpo deste relatório. Não obstante, são detalhados a seguir os itens que compõem a Despesa Orçamentária no Balanço Orçamentário, a qual passou a ser demonstrada, a partir do exercício em referência, por empenho, liquidação e pagamento.

A coluna *Dotação Inicial*, totalizada em R\$ 628.383.937,00, identifica o valor dos créditos iniciais previstos na Lei n.º 13.115/2015 – Lei Orçamentária Anual para esta UPC, correspondentes às despesas correntes, GND 1 e GND 3, no total de R\$ 624.020.570,00 e despesas de capital, GND 4, no valor de R\$ 4.363.367,00. Do total das Despesas Correntes, R\$ 537.297.553,00 referem-se a despesas de Pessoal e Encargos Sociais (86%) e R\$ 86.723.017,00, a despesas com Outras Despesas Correntes (14%).

A coluna *Dotação Atualizada*, totalizada em R\$ 708.913.771,00, representa o valor da *Dotação Inicial* de R\$ 628.383.937,00 mais os créditos adicionais de R\$ 80.529.834,00, sendo R\$ 70.062.432,00 para Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 11.208.040,00 para outras despesas correntes. Houve, também, no total, redução na dotação de investimentos totalizada em (R\$ 740.638,00).

A coluna *Despesas Empenhadas*, totalizada em R\$ 711.364.520,41, refere-se aos valores empenhados no exercício de 2015, no total de R\$ 699.633.395,10, acrescidos dos créditos inscritos em Restos a Pagar Não Processados, totalizado em R\$ 11.730.333,39, e dos créditos inscritos em Restos a Pagar Processados, no valor de R\$ 791,92.

A coluna *Despesas Liquidadas*, totalizada em R\$ 699.634.187,02, refere-se aos valores empenhados e liquidados no exercício de 2015, sendo R\$ 609.804.653,96 de Pessoal e Encargos Sociais; R\$ 86.583.842,29 de Outras Despesas Correntes, e R\$ 3.244.898,85 de Investimentos, acrescidos dos créditos inscritos em Restos a Pagar Processados, no valor de R\$ 791,92.

A coluna *Despesas Pagas*, totalizada em R\$ 699.633.395,10, refere-se aos valores empenhados, liquidados e pagos no exercício de 2015, sendo R\$ 609.804.653,96 de Pessoal e Encargos Sociais; R\$ 86.583.842,29 de Outras Despesas Correntes, e R\$ 3.244.898,85 de Investimentos. A diferença do total da coluna *Despesas Pagas* e *Despesas Liquidadas* são os créditos inscritos em Restos a Pagar Processados, no valor de R\$ 791,92.

A coluna *Saldo da Dotação*, totalizada em (R\$2.450.749,41), corresponde à diferença entre a dotação atualizada, no montante de R\$ 708.913.771,00, e as despesas empenhadas, no valor de R\$ 711.364.520,41.

Nota 3 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

No quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução.

A coluna *Inscritos em Exercícios Anteriores* do Demonstrativo de Execução dos RAPNP contempla os valores dos Restos a Pagar Não Processados Reinscritos, totalizados em R\$ 5.291.903,43.

A coluna *Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior*, totalizada em R\$ 17.202.957,07, registrou a inscrição de RAP no final do exercício de 2014, referente às seguintes ações: *Benefícios Assistenciais Decorrentes de Auxílio-Funeral e Natalidade*, no valor de R\$ 42.740,18; *Pagamento de Aposentadorias e Pensões*, no valor de R\$ 39.700,85; *Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência*, no valor de R\$ 651.211,65; *Construção do Edifício Sede da Vara do Trabalho em Olinda-PE*, no valor de R\$ 27.191,91; *Construção do Edifício Sede do Fórum Trabalhista em Paulista-PE*, no valor de R\$ 181.500,00; *Implantação de Varas da Justiça do Trabalho*, no valor de R\$ 776.648,88; *Reforma e Ampliação de Imóvel para Abrigar o Centro de Informática*, no valor de R\$ 339.939,80; *Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho*, no valor de R\$ 1.764.182,21; *Assistência Médica e Odontológica*, no valor de R\$ 914.945,95; *Assistência Pré-Escolar*, no valor de R\$ 23.365,53; *Auxílio-Transporte*, no valor de R\$ 6.402,77; *Auxílio-Alimentação*, no valor de R\$ 46.543,01; *Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados*, no valor de R\$ 65.062,98; *Pagamento de Pessoal Ativo da União*, no valor de R\$ 171.990,02; *Comunicação e Divulgação Institucional*, no valor de R\$ 315.310,91; *Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação*, no valor de R\$ 2.699.606,04; *Assistência Jurídica a Pessoas Carentes*, no valor de R\$ 201.906,54; e *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho*, no montante de R\$ 8.934.707,84.

A coluna *Liquidados* compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição, e ainda não pagos, totalizando R\$ 15.079.875,66, referentes às seguintes ações: *Benefícios Assistenciais Decorrentes de Auxílio-Funeral e Natalidade*, no valor de R\$ 3.258,00; *Pagamento de Aposentadorias e Pensões*, no valor de R\$ 448.472,77; *Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência*, no valor de R\$ 20.887,20; *Construção do Edifício Sede da Vara do Trabalho em Olinda-PE*, no valor de R\$ 27.191,91; *Construção do Edifício Sede do Fórum Trabalhista em Paulista-PE*, no valor de R\$ 306.634,29; *Implantação de Varas da Justiça do Trabalho*, no valor de R\$ 863.218,85; *Reforma e Ampliação de Imóvel para Abrigar o Centro de Informática*, no valor de R\$ 337.385,88; *Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho*, no valor de R\$ 842.481,13; *Assistência Médica e Odontológica*, no valor de R\$ 849.012,82; *Auxílio-Alimentação*, no valor de R\$ 1.904,39; *Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados*, no valor de R\$ 65.062,98; *Pagamento de Pessoal Ativo da União*, no valor de R\$ 321.758,77; *Comunicação e Divulgação Institucional*, no valor de R\$ 266.400,97; *Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação*, no valor de R\$ 2.503.576,34; *Assistência Jurídica a Pessoas Carentes*, no valor de R\$ 200.203,62; e *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho*, no montante de R\$ 8.022.425,74.

A coluna *Pagos* compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos, totalizando, em 2015, o montante de R\$ 15.056.030,52. A diferença entre os valores constantes da coluna *Liquidados* e os valores da coluna *Pagos* perfaz o montante de restos a pagar liquidados e não pagos, totalizados em R\$ 23.845,14, originados das seguintes ações: *Reforma e Ampliação de Imóvel para Abrigar o Centro de Informática*, no valor de R\$ 5.710,56; *Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho*, no valor de R\$ 2.896,88; e *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho*, no montante de R\$ 15.237,70.

A coluna *Cancelados* compreende o cancelamento de restos a pagar não processados pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal. No exercício de 2015, foi cancelado o montante de R\$ 3.910.146,81, sendo R\$ 3.196.202,70 de Pessoal e Encargos Sociais; R\$ 697.588,26 de Outras Despesas Correntes e R\$ 16.355,85 de Investimentos.

A coluna *Saldo* compreende o somatório das colunas *Inscritos em Exercícios Anteriores* e *Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior* deduzida dos RAPNP pagos e dos cancelados.

Nota 4 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

No quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados, são informados os restos a pagar inscritos processados e os na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior. Do valor inscrito em 2014 (R\$ 82.552,40) foram pagos R\$ 68.330,50, correspondendo, em termos percentuais, a 82,77%, restando saldo a pagar de R\$ 14.221,90.

3.1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Tem por finalidade apresentar as informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o “caixa” em um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades. Permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

A DFC deve ser elaborada pelo método direto, de modo a evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- das operações;
- dos investimentos; e
- dos financiamentos.

Nota 1 – Fluxo de Caixa das Atividades das Operações

Compreende os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação pública. Este item apresenta o confronto entre os ingressos e os desembolsos, totalizado em R\$ 7.395.970,07.

No item *Ingressos*, destacam-se o Subrepasse recebido, no valor de R\$ 704.681.149,78, da UG Setorial para fazer face às despesas deste Tribunal; as transferências recebidas para pagamento de restos a pagar, no valor de R\$ 522.964,31, bem como o total da arrecadação das receitas fonte própria e de receitas fonte tesouro, no valor total de R\$ 25.228.277,62.

Os *Desembolsos* das operações correspondem às despesas orçamentárias pagas, demonstrando-se os desembolsos de pessoal e outras despesas correntes por função, no valor de (R\$ 633.176.474,12), inclusos os restos a pagar pagos; as transferências intragovernamentais concedidas, no valor de (R\$ 70.653.384,69), bem como Outros Desembolsos das Operações, no valor de (R\$ 19.443.284,28).

Nota 2 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Os desembolsos de investimento correspondem à despesa orçamentária paga com investimentos, no montante de (R\$ 10.927.897,31), inclusos o pagamento de restos a pagar, os recursos relacionados à aquisição de ativo não-circulante (R\$ 9.295.978,80) e outros desembolsos de investimentos (R\$ 1.631.918,51).

Nota 3 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

O valor deste item (R\$ 3.531.927,24) corresponde à diferença entre os saldos final, no valor de R\$ 17.286.040,33, e inicial, no valor de R\$ 20.817.967,57, de Caixa e Equivalentes de Caixa. Os saldos inicial e final de Caixa e Equivalentes de Caixa são iguais aos saldos do Balanço Patrimonial.

CAPÍTULO VI

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

1 Gestão de pessoas

As informações sobre a gestão de pessoas do TRT6 contemplam as seguintes perspectivas:

- composição da força de trabalho;
- distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas;
- relação entre servidores efetivos e temporários;
- conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da UPC, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim;
- qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria e idade, aspectos reputados relevantes por esta UPC;
- política de capacitação e treinamento de pessoal;
- indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas;
- despesas associadas à manutenção de pessoal;
- ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada;
- principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade e as providências adotadas para mitigá-los;
- contratação de pessoal de apoio e de estagiários.

1.1 Estrutura de pessoal do TRT6

Este tópico objetiva informar sobre a estrutura de pessoal deste órgão, quantificando-a e qualificando-a, para fins de avaliação da sua suficiência para o cumprimento da missão institucional, e abrange a composição e a distribuição da força de trabalho; informações sobre servidores efetivos e temporários; as conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito deste órgão; a qualificação da força de trabalho; a política de capacitação e treinamento de pessoal; e os indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.

1.1.1 Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição do TRT6

As informações constantes dos quadros a seguir retratam a posição de 31/12/2015.

70 Força de trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1913	2037	116	77
1.1. Membros de poder e agentes políticos	159	155	13	7
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1754	1882	103	70
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1754	1575	74	56
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	não há	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	123	24	9
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	184	5	5
2. Servidores com Contratos Temporários	não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	não há	4	1	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	1913	2041	117	81

Fonte: Seção de Atendimento a Magistrados e Núcleo de Gerenciamento do Cadastro e Movimentação de Pessoal/CAP

71 Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	555	1327
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	555	1327
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	489	1086
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	34	89
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	32	152
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	557	1329

Fonte: Núcleo de Gerenciamento do Cadastro e Movimentação de Pessoal/CAP

72 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	163	163	51	47
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	163	163	51	47
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	163	152	45	38
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	não há	não há	não há
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	não há	7	5	5
1.2.4. Sem vínculo	não há	3	1	4
1.2.5. Aposentados	não há	1	0	0
2. Funções gratificadas	1143	1128	449	443
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1143	893	373	367
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	não há	não há	não há
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	não há	235	76	76
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	1306	1291	500	490

Fonte: Núcleo de Gerenciamento do Cadastro e Movimentação de Pessoal/Coordenadoria de Administração de Pessoal

1.1.2 Relação entre servidores efetivos e temporários

Considerando que o TRT6 não possui, em seu quadro de pessoal ativo, servidores com contratos temporários – assim entendidos aqueles em regime de contrato temporário com a Administração Pública, tomando-se como referência os termos da Lei n.º 8.745/1993, com as modificações da Lei n.º 9.849/1999 e da Lei n.º 10.667/1990 –, de acordo com o informado nos quadros “Força de trabalho” e “Distribuição da lotação efetiva”, apresentados no subitem 1.1.1 deste Capítulo VI, resta prejudicada a análise comparativa entre o quantitativo de servidores efetivos e temporários.

1.1.3 Análise crítica sobre a situação da força de trabalho do TRT6

Da análise do quadro que trata da força de trabalho do TRT6, observa-se que a criação de cargos de provimento efetivo por meio da Lei n.º 12.476, de setembro de 2011, e da Lei n.º 12.721, de setembro de 2012, bem como a realização do concurso público no exercício de 2012, permitiu o provimento dos novos cargos e de outros existentes no quadro de pessoal.

Entretanto, isso não tem sido suficiente para adequar a lotação das unidades aos parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, razão pela qual o TRT6 solicitou ao CSJT a ampliação do quadro de pessoal, por meio das propostas de anteprojeto de lei autuados no Conselho Superior da Justiça do Trabalho sob os números CSJT-AL-27407-68.2014.5.90.0000, que trata da criação de Varas do Trabalho e cargos efetivos na área fim (judiciária), e CSJT-AL-27408-53.2014.5.90.0000, que dispõe acerca da criação de cargos efetivos na área meio (administrativa).

Essa necessidade também é justificada pelo aumento da movimentação processual associada à exigência de aumento da produtividade, em face do estabelecimento de metas pelo Conselho Nacional da Justiça e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. A inadequação do quadro de pessoal para atender à demanda certamente contribui para elevar os índices de absenteísmo por doença, porquanto, presume-se que as pessoas (magistrados e servidores) têm exercido sua capacidade potencial máxima.

Nesse panorama, pode-se ainda observar que os cargos de livre provimento (cargos em comissão) são ocupados, na quase totalidade, pelos servidores do quadro próprio da carreira judiciária, sendo apenas 4 (quatro) ocupados por servidores sem vínculo com a Administração Pública, demonstrando que o TRT6 adota postura de privilegiar o servidor do quadro, possibilitando o crescimento profissional.

No que pertine ao quantitativo de requisitados nos últimos 3 (três) anos, é possível constatar que o quantitativo tem-se mantido, sendo 178 em 2013, 183 em 2014 e 184 ao final de 2015, representando menos de 10% (dez por cento) da força de trabalho.

No intuito de adequar o quadro de pessoal do TRT6 às demandas decorrentes do novo cenário, especialmente em virtude das metas traçadas pelo CNJ e pelo CSJT, foi encaminhada pelo Regional solicitação de ampliação desse quadro, conforme descrito a seguir.

Em novembro de 2014, duas novas propostas de anteprojeto de lei foram apresentadas ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho para a criação de Varas do Trabalho e de cargos efetivos para as áreas judiciária e administrativa.

A primeira propõe a criação de 12 (doze) novas Varas do Trabalho, sendo 8 (oito) no Recife, 1 (uma) em Carpina, 1 (uma) em Jaboatão dos Guararapes, 1(uma) em Serra Talhada e 1 (uma) em Vitória de Santo Antão, observando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho na Resolução n.º 63/2010 e pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução n.º 184/2013, Tal proposta está tramitando na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público sob o número PL n.º 1834/2015.

A segunda sugere a criação de 128 (cento e vinte e oito) cargos efetivos para este Regional destinados às diversas carreiras especializadas da área administrativa, visando adequar o quadro de pessoal do TRT6 ao disposto na Resolução n.º 63/2010 do CSJT, a qual estabelece que *“nos Tribunais Regionais do Trabalho, o quantitativo de servidores vinculados às unidades de apoio administrativo corresponderá a no máximo 30% do total de servidores, incluídos efetivos, removidos, cedidos e ocupantes de cargos em comissão sem vínculo com a Administração Pública”* (art. 14, caput). Essa proposta – que busca a criação de cargos de servidores nas áreas administrativa e de apoio especializado, exceto de tecnologia da informação – foi convertida no PL n.º 2.641/2015 e encontra-se em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

1.1.4 Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim

Anualmente, a Secretaria de Gestão de Pessoas do TRT6 realiza estudo para avaliar a distribuição de pessoal.

Com base nos dados apresentados pelo Núcleo de Estatística e Pesquisa – que elabora planilha contendo informações acerca da movimentação processual deste Regional nos últimos três exercícios –, a SGEF tem reavaliado a lotação das Secretarias das Varas do Trabalho, nos termos da Resolução CSJT n.º 63/2010, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

A estrutura administrativa das Secretarias das Varas do Trabalho, relativamente à lotação, fica estabelecida conforme o disposto nos Anexos III e IV dessa resolução, com base na movimentação processual de cada unidade judiciária.

1.1.5 Qualificação da força de trabalho do TRT6 por nível de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria e idade

73 Quantidade de servidores do TRT6 por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2015

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	10	15	195	967	646	50	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	102	35	14	4
1.2. Servidores de Carreira	-	-	10	15	195	865	611	36	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	9	65	80	32	1	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	3	1	1	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	9	65	77	31	1	1
3. Totais (1+2)	-	-	10	24	260	1047	678	51	10
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

Da análise do quadro denominado “Quantidade de servidores do TRT6 por nível de escolaridade”, verifica-se que 1786 pessoas possuem nível superior ou mais, correspondendo a aproximadamente 86% da força de trabalho à disposição deste órgão, circunstância que demonstra o alto grau de escolaridade da maioria de seus servidores.

Ademais, importa destacar a ampliação do quadro de pessoal por meio de lei e realização de concurso público, como mencionado em linhas transatas (subitem 1.1.3 deste Capítulo VI), fato que, em regra, favorece pessoas mais novas e recém formadas. Doutra parte, 160 pessoas já preenchem os requisitos para aposentadoria.

Tais dados impactam na necessidade de investimento em desenvolvimento dos servidores mais novos e em medidas de saúde que, embora sejam para todo o quadro de pessoal, o contingente de pessoas acima de 60 anos pode apresentar necessidade de maior atenção, bem como política de preparação para aposentadoria.

1.1.6 Política de capacitação e treinamento de pessoal

A capacitação no TRT6 dá-se de forma presencial e a distância, ocorrendo anualmente com base no Plano de Capacitação Anual, elaborado previamente com ênfase nas necessidades levantadas, nas lacunas de competências obtidas através das avaliações de competências, bem como nas demandas provenientes dos projetos contemplados no planejamento estratégico institucional.

Dentre as capacitações estratégicas no ano de 2015, convém destacar:

- o Programa de Desenvolvimento e Formação de Servidores do 1º grau – PDFS, que teve por objeto desenvolver competências técnicas e comportamentais nos servidores lotados na 1ª instância (gestão da mudança; o papel do servidor no

contexto atual; noções de informática; Windows Excel; ferramentas do Google e atualização da língua portuguesa com ênfase na produção textual);

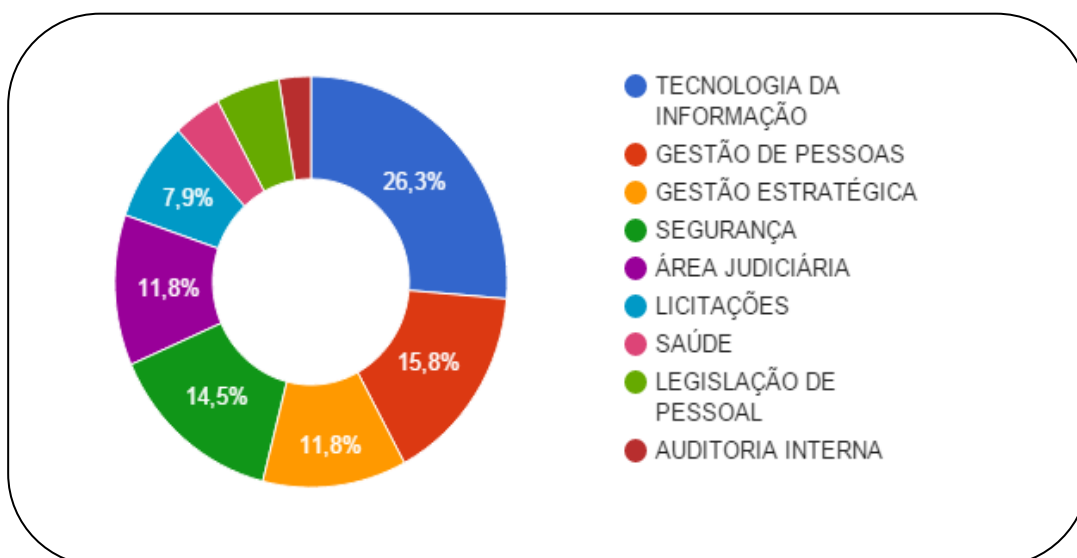
- a pós-graduação em Direito Processual do Trabalho (duas turmas fechadas, destinada a 50 servidores da área fim por turma);
- o Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG, que se trata de uma das mais importantes ações do Projeto de Implantação da Gestão de Pessoas por Competências, que visa desenvolver nos ocupantes de cargos e de funções gerenciais as competências necessárias para liderar melhor a equipe, motivar e potencializar as qualidades dos liderados, dirimir conflitos e exercer o papel de líder educador (composição do PDG: Workshop Líder Educador, Gestão de Conflitos em EaD);
- O desenvolvimento de competências técnicas dos servidores lotados nas áreas de auditoria e controle interno, licitações e contratos, orçamento e finanças;
- O desenvolvimento de competências técnicas dos servidores lotados na área de tecnologia da informação, tais como: Curso de Introdução ao Modelo Nacional de Interoperabilidade; Curso de McAfee Web Gateway; Curso de Teste de Software; Curso Tivoli Storage Manager v7 – implementador e administrador – básico; Curso Vsphere Install, Configure and Manage; Formação de Multiplicadores de Negócio do SIGEN; Fundamentos de Cobit 5 para a Governança de TI; Plantão Judiciário no PJe para servidores da STI; Treinamento para SIGEN de servidores para atuarem na equipe de sustentação remota do sistema PJe-JT; Treinamento Pentaho Boot Camp; Oficina de Gerenciamento de Projetos; Treinamento VMware Vrealize Operations Manager: Install, Configure, Manage [v6.0] [273106]; Workshop de Planejamento Estratégico de TI e de Comunicação;
- Os cursos na área de governança institucional, com o objetivo de preparar o Tribunal para a implantação dos projetos estratégicos 2015-2020 (composição dos eventos sobre governança: Curso de COBIT para a Governança de Tecnologia da Informação, Curso de Governança nas Organizações do Setor Público);
- o curso de extensão em Medição, Fiscalização e Controle de Obras, com duração de 80 horas/aula, para os servidores das áreas de planejamento físico e fiscalização de obras, arquitetos e engenheiros;
- o curso de Bombeiro Profissional Civil, com duração de 210 horas/aula, cujo objetivo foi capacitar os servidores da área de segurança na prevenção e no combate a incêndios, na prestação de primeiros socorros e no atendimento pré-hospitalar, na verificação de equipamentos de segurança, na orientação em plano de abandono, no auxílio ao corpo de bombeiros militar, quando necessário, priorizando sempre a vida das pessoas e o patrimônio em uma planta pré-definida;
- a formação de novos servidores, que teve por fito capacitá-los em conhecimentos técnicos relevantes para o dia a dia de trabalho, bem como em temas comportamentais, tais como Ética no Serviço Público, Excelência no Atendimento, Processo Judicial Eletrônico Básico e Direito Processual do Trabalho.

74 Quantitativo de capacitações por área

Diversos	52
Tecnologia da Informação	20
Gestão de Pessoas	12
Gestão Estratégica	9
Segurança	11
Área Judiciária	9
Licitações	6
Saúde	3
Legislação de Pessoal	4
Auditoria Interna	2

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

75 Percentual de capacitações por área

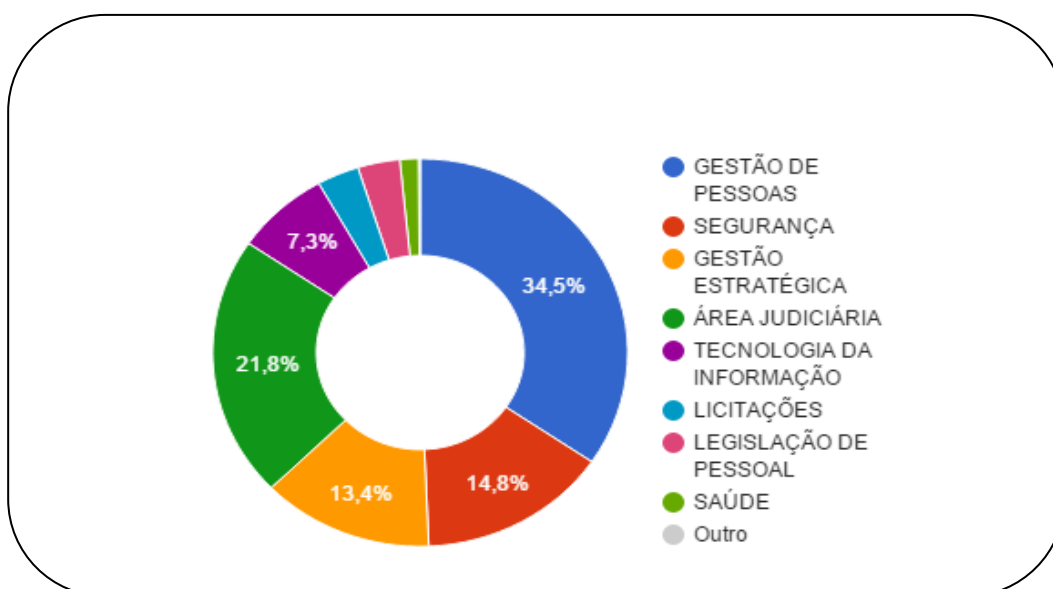


76 Quantitativo de servidores capacitados por área (sem repetição)

Diversos	349
Gestão de Pessoas	263
Segurança	113
Gestão Estratégica	102
Área Judiciária	166
Tecnologia da Informação	56
Licitações	25
Legislação de Pessoal	25
Saúde	11
Auditoria Interna	1

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

77 Percentual de servidores capacitados por área



78 Informações gerais

Total de servidores capacitados (sem repetição)	732
Total de servidores capacitados (com repetição)	1492
Total de treinamentos realizados	128
Total de horas dos treinamentos realizados por servidor	41.920,5h
Média anual de horas de treinamento/total de servidores ativos	20h58min

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

79 Distribuição por área (Diversos)

DIVERSOS	
Total de servidores treinados (com repetição)	496
Total de servidores treinados (sem repetição)	349
Total de cursos realizados	52
Percentual de servidores treinados em Diversos /Total de servidores capacitados (com repetição)	33,24%
Total de horas dos treinamentos	6456,5 h
Média Anual de horas de capacitação/servidor capacitado (sem repetição)	18,5 h

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

80 Distribuição por área (Tecnologia da Informação)

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
Total de servidores treinados (com repetição)	88
Total de servidores treinados (sem repetição)	56
Total de cursos realizados	20
Percentual de servidores treinados em TI/Total de servidores capacitados (com repetição)	5,9%
Total de horas dos treinamentos	1547 h
Média Anual de horas de capacitação/servidor capacitado (sem repetição)	27,8 h

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

81 Distribuição por área (Gestão de Pessoas)

GESTÃO DE PESSOAS	
Total de servidores treinados (com repetição)	331
Total de servidores treinados (sem repetição)	263
Total de cursos realizados	12
Percentual de servidores treinados em Gestão de Pessoas/Total de servidores capacitados (com repetição)	22,18%
Total de horas dos treinamentos	7259 h
Média Anual de horas de capacitação/servidor capacitado (sem repetição)	27,58 h

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

82 Distribuição por área (Gestão Estratégica)

GESTÃO ESTRATÉGICA	
Total de servidores treinados (com repetição)	138
Total de servidores treinados (sem repetição)	102
Total de cursos realizados	9
Percentual de servidores treinados em Gestão Estratégica/Total de servidores capacitados (com repetição)	9,25%
Total de horas dos treinamentos	102 h
Média Anual de horas de capacitação/servidor capacitado (sem repetição)	6,88 h

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

83 Distribuição por área (Segurança)

SEGURANÇA	
Total de servidores treinados (com repetição)	164
Total de servidores treinados (sem repetição)	113
Total de cursos realizados	11
Percentual de servidores treinados em Segurança/Total de servidores capacitados (com repetição)	10,99%
Total de horas dos treinamentos	4984 h
Média Anual de horas de capacitação/servidor capacitado (sem repetição)	44,11 h

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

84 Distribuição por área (Saúde)

SAÚDE	
Total de servidores treinados (com repetição)	12
Total de servidores treinados (sem repetição)	11
Total de cursos realizados	3
Percentual de servidores treinados em Saúde/Total de servidores capacitados (com repetição)	0,80%
Total de horas dos treinamentos	254 h
Média Anual de horas de capacitação/servidor capacitado (sem repetição)	23,09 h

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

85 Distribuição por área (Licitações)

LICITAÇÕES	
Total de servidores treinados (com repetição)	33
Total de servidores treinados (sem repetição)	25
Total de cursos realizados	6
Percentual de servidores treinados em Licitações/Total de servidores capacitados (com repetição)	2,21%
Total de horas dos treinamentos	504 h
Média Anual de horas de capacitação/servidor capacitado (sem repetição)	20,16 h

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

86 Distribuição por área (Área Judiciária)

ÁREA JUDICIÁRIA	
Total de servidores treinados (com repetição)	198
Total de servidores treinados (sem repetição)	166
Total de cursos realizados	9
Percentual de servidores treinados na Área Judiciária/Total de servidores capacitados (com repetição)	3,27%
Total de horas dos treinamentos realizados	19533 h
Média Anual de horas de capacitação/servidor capacitado (sem repetição)	117,67 h

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

87 Distribuição por área (Legislação de Pessoal)

LEGISLAÇÃO DE PESSOAL	
Total de servidores treinados (com repetição)	30
Total de servidores treinados (sem repetição)	25
Total de cursos realizados	4
Percentual de servidores treinados em Legislação de Pessoal/Total de servidores capacitados (com repetição)	2,01%
Total de horas dos treinamentos	620 h
Média Anual de horas de capacitação/servidor capacitado (sem repetição)	24,8 h

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

88 Distribuição por área (Auditoria Interna)

AUDITORIA INTERNA	
Total de servidores treinados (com repetição)	2
Total de servidores treinados (sem repetição)	1
Total de cursos realizados	2
Percentual de servidores treinados em Auditoria Interna/Total de servidores capacitados (com repetição)	0,03%
Total de horas dos treinamentos realizados por servidor	54 h
Média Anual de horas de capacitação/servidor capacitado (sem repetição)	54 h

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas

1.1.7 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

O TRT6, com o objetivo de gerir as políticas, os métodos e as práticas adotadas no gerenciamento de pessoas, bem como potencializar o capital humano e a adequada distribuição da força de trabalho, verificou a necessidade de adoção de uma ferramenta administrativa de gestão por resultados. Por meio da Resolução Administrativa nº. 25/2014, de 16 de dezembro de 2014, o Tribunal Pleno aprovou, no planejamento estratégico institucional para o período 2015-2020, o iGovPessoas, indicador criado pelo TCU, que possibilita às organizações avaliar sua capacidade de governar as pessoas.

89 Indicador IGovPessoas

Objetivo Estratégico	Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida					
INDICADOR	IGovPessoas					
Tipo de Indicador	Gestão de Pessoas					
O que mede	A maturidade institucional na gestão de pessoas, segundo modelo de avaliação do TCU					
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Quando medir	Anualmente					
Onde medir	TRT6					
Por que medir	Aperfeiçoar a gestão de pessoas					
Como medir	Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do IGovPessoas					
Situação atual	Inicial (Fonte: Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas – TCU 2013)					
META 10	Atingir a faixa de aprimorado até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Inicial	Inicial	Inicial	Intermediário	Intermediário	Aprimorado

Fonte: CGE

Nota: Indicador n.º 10 do Planejamento Estratégico do TRT6 2015-2010.

Em relação ao Núcleo de Saúde, no Planejamento Estratégico do TRT6, consta o objetivo “*Promover Política de Qualidade de Vida*”, alinhado aos objetivos estratégicos da instituição, quais sejam:

- Promover a cidadania, estimulando a responsabilidade socioambiental na governança institucional;
- Estabelecer política de gestão de pessoas, focada no desenvolvimento de competências e na qualidade de vida; e
- Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial.

Como estratégia de comunicação da unidade com o público-alvo do Núcleo de Saúde (magistrados, servidores e dependentes), há o projeto para a criação do Portal da Saúde, com notícias sobre as atividades desenvolvidas, dicas e orientações em saúde, acesso a formulários, legislação, informação sobre serviços e espaço para comunicação direta com as seções da unidade (Seção de Odontologia, Seção de Saúde Mental, Seção de Serviço Social, Seção de Saúde Ocupacional, Seção de Enfermagem).

O Núcleo de Saúde planeja o cumprimento da missão da Secretaria de Gestão de Pessoas conforme o calendário do Planejamento Estratégico do TRT6. Além disso, há outras normas reguladoras das atividades, tais como o Ato TRT GP n.º 367/2013, o qual trata da realização dos Exames Médicos Periódicos e demais programas inseridos no Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO.

A seguir, são apresentados os indicadores de monitoramento de alcance dos resultados, informados ao Conselho Nacional de Justiça, conforme o Anexo da Resolução CNJ n.º 207/2015:

- Indicador 1 – Índice de absenteísmo – doença – Magistrados - 2,58%;
- Indicador 2 – Índice de absenteísmo – doença – Servidores - 1,51%;
- Indicador 3 – Índice de Realização de Exame Periódico de Saúde – EPS – Magistrados - 42,86%;
- Indicador 4 – Índice de Realização de Exame Periódico de Saúde – EPS – Servidores - 39,54%;

- Gestão do absenteísmo por doença – Magistrados:

Patologias Predominantes:

1. CID 10: J01 – 08 ocorrências;
2. CID 10: M54 – 08 ocorrências;
3. CID 10: H10 – 07 ocorrências;
4. CID 10: B34 – 11 ocorrências;
5. CID 10: F41 – 04 ocorrências.

- Gestão do absenteísmo por doença – Servidores:

Patologias Predominantes:

1. CID 10: B34 – 126 ocorrências;
2. CID 10: M54 – 96 ocorrências;
3. CID 10: H10 – 76 ocorrências;
4. CID 10: A09 – 75 ocorrências;
5. CID 10: A90 – 64 ocorrências.

- Gestão dos Exames Periódicos – Magistrados:

1. CID 10: I10 – Hipertensão essencial (primária);
2. CID 10: E78 – Distúrbios do metabolismo de lipoproteínas e outras lipidemias;
3. CID 10: E66 – Obesidade;
4. CID 10: Z72 – Problemas relacionados com o estilo de vida;
5. CID 10: M25 – Outros transtornos articulares não classificados em outra parte.

- Gestão dos Exames Periódicos – Servidores:

1. CID 10: I10 – Hipertensão essencial (primária);
2. CID 10: E78 – Distúrbios do metabolismo de lipoproteínas e outras lipidemias;
3. CID 10: E66 – Obesidade;
4. CID 10: Z72 – Problemas relacionados com o estilo de vida;
5. CID 10: M25 – Outros transtornos articulares não classificados em outra parte.

Como demonstração dos resultados relevantes relacionados à operação da unidade e vinculados ao cumprimento dos seus objetivos, ações e metas estabelecidas no planejamento organizacional, cumpre destacar o seguinte:

- **Campanha de Controle de Hipertensão Sistêmica (HAS) e Diabetes Melitus (DM) promovida pela Unimed em parceria com o TRT6:** Sob a coordenação da Seção de Enfermagem, os agentes de segurança do FAJBA e do Edifício Sede portadores de doenças crônicas participaram ativamente das atividades da Campanha de Prevenção do DM e da HAS sendo atendidos em consultas de enfermagem e de nutrição e palestras educativas realizadas pela equipe de saúde da Unimed (Nutricionista, Cardiologista e Enfermeira) para promover a

melhoria da qualidade de vida e reduzir os riscos de adoecimento crônico desses servidores;

- **Planejamento e criação do Portal da Saúde**, em que haverá, inclusive, um *link* para marcação de consultas odontológicas *online* (projeto em andamento);
- **Campanhas de Aplicação de Flúor**: A campanha já existe há mais de 10 anos. Foram atendidas crianças e adolescentes, com realização de procedimentos clínicos entre profilaxias, aplicações tópicas de flúor, orientações sobre cuidados e escovações, condicionamentos e sinalização e encaminhamento de lesões de cárie para tratamento;
- **Curso de Coaching em Saúde**: Objetiva proporcionar excelência na realização das metas e objetivos e trazer resultados diferenciados nas vidas das pessoas;
- **II Corrida e Caminhada em Homenagem ao Dia Internacional da Mulher**: Trata-se de um evento em homenagem e um ato comemorativo pelo Dia Internacional da Mulher a todas as magistradas e servidoras que compõem o TRT6, bem como de um instrumento para estimular a prática de exercícios físicos e a vivência de bons hábitos de vida, visando à prevenção das doenças entre magistrados e servidores. Total de participantes no local da corrida: 220 (magistrados, servidores, dependentes e público externo);
- **3ª campanha de vacinação contra o HPV**: A 3ª campanha teve como objetivos principais disseminar informações sobre as formas de prevenção dessas enfermidades, bem assim oferecer, com desconto de cerca de 40%, a Vacina Quadrivalente para evitar o contágio pelo HPV dos tipos 6, 11, 16 e 18, sendo estes dois últimos tipos relacionados a 70% dos casos de câncer do colo do útero e os dois primeiros pelas verrugas genitais;
- **Projetos 2016 para Equipe de Saúde Mental**: Realização de pesquisa sobre o impacto do PJe na saúde mental de magistrados e servidores; ampliação do programa de saúde mental nas Varas do Trabalho do interior do Estado de Pernambuco;
- **Programa de Preparação para Aposentadoria**: realizado com servidores e magistrados que se aproximam da aposentadoria. Objetiva orientar os participantes para o planejamento social e financeiro nessa nova fase da vida;
- **Consultas médicas aos desembargadores, juízes, servidores e dependentes**: ao longo do exercício de 2015, foram realizados 5.595 atendimentos individuais ao público-alvo do Núcleo de Saúde;
- **Juntas Médicas e Perícias Oficiais**: Compostas para a realização do atendimento de demandas administrativas (163 realizadas em 2015), essas juntas ocorrem nas seguintes situações: posse de candidatos nomeados para provimento em cargos da magistratura e em cargos efetivos e comissionados, integrantes do quadro de pessoal deste Tribunal; licença para tratamento da própria saúde; caracterização de acidente em serviço ou doença profissional; licença por motivo de doença em pessoa da família; licença à gestante; aposentadoria por invalidez; afastamento de servidora gestante que exerça atividades insalubres, perigosas ou penosas; readaptação funcional de servidor; reversão por cessação dos motivos que ensejaram a aposentadoria por invalidez; remoção por motivo de saúde; mudança de local de trabalho ou de atividade por motivo de saúde; avaliação da capacidade laborativa; emissão de laudo pericial, expedido por junta oficial em saúde, para instrução de incidente de sanidade mental em processo administrativo disciplinar; isenção de Imposto de Renda na Fonte para inativos e pensionistas acometidos por doença especificada em lei; comprovação de deficiência de magistrado, servidor, dependente ou pessoa designada; pedido de reconsideração ou recurso contra decisão administrativa que envolva matéria de

saúde; integralização de proventos para inativos e pensionistas acometidos de doença especificada em lei; verificação de idade mental para concessão de assistência pré-escolar;

- **Semana da Saúde:** A atividade era realizada em parceria com representantes do IBGE, da Sudene, da CODEVASF, do Ministério da Saúde, do Ministério da Integração Nacional e do MPOG para planejamento e organização da Semana da Saúde;
- **Programa de Combate a LER/DORT:** Em 2015, as atividades do PCMSO foram alteradas em decorrência da mudança na estrutura física da primeira instância. As avaliações de posto de trabalho foram realizadas dentro dos exames periódicos e isoladamente, ou seja, com a visita do profissional de fisioterapia;
- **Ampliação do Programa de Fisioterapia no Trabalho:** Durante o ano de 2015, a presença de quatro estagiários possibilitou ao Núcleo de Saúde manter a regularidade do programa nas unidades judiciárias localizadas nos edifícios Sudene (1ª instância da capital) e Sede (2ª instância);
- **Blitz da Postura:** Iniciada no ano de 2015, consistindo em visitas de estagiários de fisioterapia a postos de trabalho de servidores e magistrados, com vistas à correção de postura durante as atividades laborais.

Os quadros a seguir apresentam a relação de processos autuados por servidor (número total de processos autuados, no ano, dividido pelo número de servidores de cada Vara do Trabalho (fases de conhecimento e execução) ou Gabinete de Desembargador Federal do Trabalho, dois importantes indicadores para a área de recursos humanos, que serviram para mensurar a carga de trabalho dos magistrados e servidores durante o ano de 2015.

90 Relação de processos autuados por servidor em cada Vara do Trabalho (fase de conhecimento)

Varas do Trabalho	Total de servidores (a)	Total de Processos Recebidos em 2015 (b)	Proporção (b/a)
1ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	1.728	123,4285714
2ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	1.632	125,5384615
3ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	1.662	127,8461538
4ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	1.674	119,5714286
5ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	1.656	118,2857143
6ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	1.639	126,0769231
7ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	1.674	128,7692308
8ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	15	1.629	108,6
9ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	12	1.634	136,1666667
10ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	1.678	129,0769231
11ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	12	1.650	137,5
12ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	1.624	116
13ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	1.675	128,8461538
14ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	1.645	117,5
15ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	1.661	118,6428571
16ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	1.618	124,4615385
17ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	1.660	118,5714286
18ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	1.651	117,9285714
19ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	1.627	125,1538462
20ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	1.644	126,4615385
21ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	1.683	129,4615385
22ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	12	1.628	135,6666667
23ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	1.622	124,7692308
VARA DO TRABALHO DE ARARIPINA	11	1.432	130,1818182
1ª VARA DO TRABALHO DE BARREIROS	10	1.232	123,2
2ª VARA DO TRABALHO DE BARREIROS	8	1.227	153,375
VARA DO TRABALHO DE BELO JARDIM	7	850	121,4285714
1ª VARA DO TRABALHO DO CABO	11	1.784	162,1818182
2ª VARA DO TRABALHO DO CABO	11	1.777	161,5454545
VARA DO TRABALHO DO CARPINA	13	1.748	134,4615385
1ª VARA DO TRABALHO DE CARUARU	12	1.450	120,8333333
2ª VARA DO TRABALHO DE CARUARU	11	1.434	130,3636364
3ª VARA DO TRABALHO DE CARUARU	11	1.440	130,9090909
VARA DO TRABALHO DE CATENDE	11	1.298	118
VARA DO TRABALHO DE ESCADA	10	1.064	106,4
VARA DO TRABALHO DE GARANHUNS	11	1.891	171,9090909
1ª VARA DO TRABALHO DE GOIANA	11	439	39,90909091
2ª VARA DO TRABALHO DE GOIANA (10)	6	1.322	220,3333333
3ª VARA DO TRABALHO DE GOIANA (12)	6	1.133	188,8333333
1ª VARA DO TRABALHO DE IGARASSU	11	1.593	144,8181818
2ª VARA DO TRABALHO DE IGARASSU (6)	10	1.581	158,1
1ª VARA DO TRABALHO DE IPOJUCA	10	1.500	150
2ª VARA DO TRABALHO DE IPOJUCA	11	1.532	139,2727273
3ª VARA DO TRABALHO DE IPOJUCA (4)	13	1.500	115,3846154
1ª VARA DO TRABALHO DO JABOATÃO	13	1.800	138,4615385
2ª VARA DO TRABALHO DO JABOATÃO	14	1.801	128,6428571
3ª VARA DO TRABALHO DO JABOATÃO	12	1.826	152,1666667
4ª VARA DO TRABALHO DO JABOATÃO	13	1.819	139,9230769

5ª VARA DO TRABALHO DO JABOATÃO (5)	10	1.837	183,7
VARA DO TRABALHO DE LIMOEIRO * (1)	4+3	1.292	184,5714286
1ª VARA DO TRABALHO DE NAZARÉ MATA	13	1.217	93,61538462
2ª VARA DO TRABALHO DE NAZARÉ MATA (11)	6	2.116	352,6666667
1ª VARA DO TRABALHO DE OLINDA	11	1.926	175,0909091
2ª VARA DO TRABALHO DE OLINDA	11	1.920	174,5454545
3ª VARA DO TRABALHO DE OLINDA	12	1.938	161,5
1ª VARA DO TRABALHO DE PALMARES	13	970	74,61538462
2ª VARA DO TRABALHO DE PALMARES (8)	7	953	136,1428571
1ª VARA DO TRABALHO DO PAULISTA	12	1.633	136,0833333
2ª VARA DO TRABALHO DO PAULISTA	11	1.610	146,3636364
VARA DO TRABALHO DE PESQUEIRA	7	1.149	164,1428571
1ª VARA DO TRABALHO DE PETROLINA	11	1.166	106
2ª VARA DO TRABALHO DE PETROLINA	10	1.127	112,7
3ª VARA DO TRABALHO DE PETROLINA (9)	7	1.099	157
1ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO	12	1.045	87,08333333
2ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO (7)	8	1.023	127,875
VARA DO TRABALHO DE SALGUEIRO * (3)	19	2.896	152,4210526
VARA DO TRABALHO DE SÃO LOURENÇO MATA	14	1.784	127,4285714
VARA DO TRABALHO DE SERRA TALHADA * (2)	21	3.177	151,2857143
VARA DO TRABALHO DE TIMBAÚBA	10	1.334	133,4
VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	13	2.020	155,3846154

Fonte: Núcleo de Estatística e Pesquisa/CGE – Boletins estatísticos mensais dos órgãos e Sistema e-Gestão

Observações:

(1) Incorporou o Posto Avançado de Surubim

(2) Incorporou o Posto Avançado de Sertânia

(3) Incorporou o Posto Avançado de Floresta

(4) Instalada em abril de 2012

(5) Instalada em abril de 2012

(6) Instalada em setembro de 2012, na modalidade totalmente eletrônica

(7) Instalada em novembro de 2012, na modalidade totalmente eletrônica

(8) Instalada em janeiro de 2013, na modalidade totalmente eletrônica

(9) Instalada em Janeiro de 2013, na modalidade totalmente eletrônica

(10) Instalada em Dezembro de 2014, na modalidade totalmente eletrônica

(11) Instalada em Janeiro de 2015, na modalidade totalmente eletrônica

(12) Instalada em Janeiro de 2015, na modalidade totalmente eletrônica

* Os dados dos Postos Avançados de Surubim, Sertânia e Floresta estão adicionados aos das Varas do Trabalho de Limoeiro, Serra Talhada e Salgueiro, sedes das respectivas jurisdições, tendo em vista que, a partir de 2015, os dados do e-Gestão passaram a consolidar o total de processos recebidos nos Postos e nas Varas na mesma unidade judiciária.

Dentre as Varas do Trabalho relacionadas, convém aduzir que, em relação às Varas do Trabalho de Nazaré da Mata, comparativamente a 2014, a 1ª Vara apresenta uma redução significativa na proporção de processos por servidor. Entretanto, cumpre ressaltar que a 2ª VT, instalada em janeiro de 2015, apresentou uma alta proporção no número de processos por servidor, tendo em vista a distribuição diferenciada desta última.

O mesmo aconteceu em relação às Varas do Trabalho de Goiana. As 2ª e 3ª Varas, instaladas em dezembro de 2014 e janeiro de 2015, respectivamente, também apresentaram uma altíssima proporção de processos por servidor, ao contrário da 1ª VT, cuja proporção de processo por servidor caiu bastante, se comparada ao ano de 2015, em razão da distribuição de processos diferenciada.

Por sua vez, observamos que a Vara do Trabalho de Carpina também apresenta uma alta proporção de processos por servidor. Entretanto, a Administração do TRT6 considera que a citada unidade judiciária também apresenta um elevado índice de conciliação, resultando uma diminuição na fase de execução para os servidores.

As 2^{as} Varas do Trabalho de Igarassu, Palmares, Petrolina e Ribeirão apresentaram um elevado número de processos distribuídos por servidor no exercício de 2015, apesar de terem sido instaladas no final de 2012 e no início de 2013, e, em razão disso, tiveram distribuição diferenciada. Ressalte-se que as unidades judiciárias citadas foram instaladas totalmente eletrônicas, com um número reduzido de servidores, e, de acordo com a Resolução n.º 63/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a base para definição da lotação é a média dos últimos três anos. Além disso, a não aprovação dos anteprojetos de lei de criação de cargos tem dificultado a complementação do quadro de lotação.

No que diz respeito à Vara do Trabalho de Serra Talhada, mesmo com a recomposição do quadro de servidores, que, até 2014, estava desfalcado, em razão de desligamentos de servidores naquele exercício, a proporção de processos por servidor manteve-se alta. O mesmo ocorreu em relação à Vara do Trabalho de Salgueiro. Essas duas unidades possuem uma alta rotatividade de servidores, apesar de a lotação ser constantemente recomposta.

Outro indicador importante é o que diz respeito ao número de processos, na fase de execução, em estoque nas Varas do Trabalho, por servidor ativo lotado nas respectivas unidades, conforme segue:

91 Número de processos, na fase de execução, em estoque nas Varas do Trabalho, por servidor ativo lotado nas correspondentes unidades judiciárias

Varas do Trabalho	Total de servidores (a)	Total de Processos Recebidos em 2015 (b)	Proporção (b/a)
1ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	630	45
2ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	754	58
3ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	527	40,53846154
4ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	834	59,57142857
5ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	602	43
6ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	835	64,23076923
7ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	740	56,92307692
8ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	15	480	32
9ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	12	581	48,41666667
10ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	546	42
11ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	12	783	65,25
12ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	891	63,64285714
13ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	644	49,53846154
14ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	629	44,92857143
15ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	792	56,57142857
16ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	436	33,53846154
17ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	582	41,57142857
18ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	14	868	62
19ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	528	40,61538462
20ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	612	47,07692308
21ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	652	50,15384615
22ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	12	806	67,16666667
23ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE	13	579	44,53846154
VARA DO TRABALHO DE ARARIPINA	11	313	28,45454545
1ª VARA DO TRABALHO DE BARREIROS	10	696	69,6
2ª VARA DO TRABALHO DE BARREIROS	8	719	89,875
VARA DO TRABALHO DE BELO JARDIM	7	155	22,14285714
1ª VARA DO TRABALHO DO CABO	11	705	64,09090909
2ª VARA DO TRABALHO DO CABO	11	505	45,90909091
VARA DO TRABALHO DO CARPINA	13	332	25,53846154
1ª VARA DO TRABALHO DE CARUARU	12	588	49
2ª VARA DO TRABALHO DE CARUARU	11	768	69,81818182
3ª VARA DO TRABALHO DE CARUARU	11	934	84,90909091
VARA DO TRABALHO DE CATENDE	11	1.494	135,8181818
VARA DO TRABALHO DE ESCADA	10	352	35,2
VARA DO TRABALHO DE GARANHUNS	11	661	60,09090909
1ª VARA DO TRABALHO DE GOIANA	11	390	35,45454545
2ª VARA DO TRABALHO DE GOIANA (10)	6	92	15,33333333
3ª VARA DO TRABALHO DE GOIANA (12)	6	115	19,16666667
1ª VARA DO TRABALHO DE IGARASSU	11	1.001	91
2ª VARA DO TRABALHO DE IGARASSU (6)	10	270	27
1ª VARA DO TRABALHO DE IPOJUCA	10	322	32,2
2ª VARA DO TRABALHO DE IPOJUCA	11	383	34,81818182
3ª VARA DO TRABALHO DE IPOJUCA (4)	13	404	31,07692308
1ª VARA DO TRABALHO DO JABOATÃO	13	600	46,15384615
2ª VARA DO TRABALHO DO JABOATÃO	14	881	62,92857143
3ª VARA DO TRABALHO DO JABOATÃO	12	610	50,83333333

4ª VARA DO TRABALHO DO JABOATÃO	13	798	61,38461538
5ª VARA DO TRABALHO DO JABOATÃO (5)	10	431	43,1
VARA DO TRABALHO DE LIMOEIRO * (1)	4+3	450	64,28571429
1ª VARA DO TRABALHO DE NAZARÉ MATA	13	557	42,84615385
2ª VARA DO TRABALHO DE NAZARÉ MATA (11)	6	100	16,66666667
1ª VARA DO TRABALHO DE OLINDA	11	724	65,81818182
2ª VARA DO TRABALHO DE OLINDA	11	464	42,18181818
3ª VARA DO TRABALHO DE OLINDA	12	558	46,5
1ª VARA DO TRABALHO DE PALMARES	13	1704	131,0769231
2ª VARA DO TRABALHO DE PALMARES (8)	7	1079	154,1428571
1ª VARA DO TRABALHO DO PAULISTA	12	1.348	112,3333333
2ª VARA DO TRABALHO DO PAULISTA	11	860	78,18181818
VARA DO TRABALHO DE PESQUEIRA	7	285	40,71428571
1ª VARA DO TRABALHO DE PETROLINA	11	692	62,90909091
2ª VARA DO TRABALHO DE PETROLINA	10	575	57,5
3ª VARA DO TRABALHO DE PETROLINA (9)	7	578	82,57142857
1ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO	12	999	83,25
2ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO (7)	8	621	77,625
VARA DO TRABALHO DE SALGUEIRO * (3)	19	1.017	53,52631579
VARA DO TRABALHO DE SÃO LOURENÇO MATA	14	838	59,85714286
VARA DO TRABALHO DE SERRA TALHADA * (2)	21	823	39,19047619
VARA DO TRABALHO DE TIMBAÚBA	10	234	23,4
VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	13	670	51,53846154

Fonte: Núcleo de Estatística e Pesquisa/CGE – Boletins estatísticos mensais dos órgãos e Sistema e-Gestão

Observações 1:

(1) Incorporou o Posto Avançado de Surubim

(2) Incorporou o Posto Avançado de Sertânia

(3) Incorporou o Posto Avançado de Floresta

(4) Instalada em abril de 2012

(5) Instalada em abril de 2012

(6) Instalada em setembro de 2012, na modalidade totalmente eletrônica

(7) Instalada em novembro de 2012, na modalidade totalmente eletrônica

(8) Instalada em janeiro de 2013, na modalidade totalmente eletrônica

(9) Instalada em Janeiro de 2013, na modalidade totalmente eletrônica

(10) Instalada em Dezembro de 2014, na modalidade totalmente eletrônica

(11) Instalada em Janeiro de 2015, na modalidade totalmente eletrônica

(12) Instalada em Janeiro de 2015, na modalidade totalmente eletrônica

* Os dados dos Postos Avançados de Surubim, Sertânia e Floresta estão adicionados aos das Varas do Trabalho de Limoeiro, Serra Talhada e Salgueiro, sedes das respectivas jurisdições, tendo em vista que, a partir de 2015, os dados do e-Gestão passaram a consolidar o total de processos recebidos nos Postos e nas Varas na mesma unidade judiciária.

No tocante à segunda instância, o TRT6 conta com 19 (dezenove) Gabinetes de Desembargador do Trabalho, sendo que, no momento, 3 (três) cargos encontram-se vagos. Registre-se que, como o relatório de produtividade do 2º grau é apresentado por magistrado, para o cálculo por Gabinete, foram considerados 16 (dezesesseis) Desembargadores com distribuição.

Nesses termos, de acordo com o e-Gestão, 1.544 processos (por distribuição e recursos internos) foram recebidos, em média, por Gabinete. Em contrapartida, cada Gabinete solucionou, em média, 1.530 processos (em sessão ou mediante decisões monocráticas).

A relação de processos autuados por servidor, em cada Gabinete de Desembargador do Trabalho, também representa importante indicador gerencial que permite mensurar a carga de trabalho dos Gabinetes. Assim, considerando que havia, em média, 10,7 servidores por Gabinete, conclui-se que cada servidor recebeu, em média, 121,49 processos.

Importante, ainda, observar que os desembargadores Ivanildo da Cunha Andrade, Pedro Paulo Pereira Nóbrega e Virgínia Malta Canavarro exerceram os cargos de Presidente, Vice-Presidente

e Corregedor Regional no biênio 2013/2015, até 04/02/2015. Posteriormente, os desembargadores Gisane Barbosa de Araújo, Virgínia Malta Canavarro e Ivan de Souza Valença Alves assumiram os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Regional para o biênio 2015/2017, em 05/02/2015.

Os Gabinetes anteriormente ocupados pelos desembargadores Acácio Júlio Kezen Caldeira, Dinah Figueiredo Bernardo e Pedro Paulo Pereira Nóbrega encontram-se vagos em razão de suas aposentadorias publicadas em 1º/04/2015, os dois primeiros, e 13/01/2016, o último, sendo que este se afastou do cargo em 31/10/2015, em virtude de haver completado a idade limite para o serviço público.

A seguir, tem-se a quantidade percentual, em 31/12/2015, de funções comissionadas e dos cargos em comissão ocupados por servidores integrantes das Carreiras Judiciárias da União, de acordo com os §§ 1º e 7º do art. 5º da Lei n.º 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

92 Quantidade de cargos em comissão e funções comissionadas ocupados por servidores integrantes das carreiras judiciárias da União

CJ/FC	QUANTIDADE	Percentual (%)
	Servidores da carreira judiciária	
CJ-04	2	66,67%
CJ-03	122	96,06%
CJ-02	9	100,00%
CJ-01	22	88,00%
FC-06	17	94,44%
FC-05	403	95,72%
FC-04	247	80,46%
FC-03	114	85,07%
FC-02	180	71,43%
FC-01	5	45,45%

TOTAL	CARGOS EM COMISSÃO	Percentual (%)
	Servidores da carreira judiciária	
163	155	95,09%

TOTAL	FUNÇÕES COMISSIONADAS	Percentual (%)
	Servidores da carreira judiciária	
1.143	966	84,51%

Fonte: Coordenadoria de Administração de Pessoal

1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

93 Despesas com pessoal nos exercícios de 2014 e 2015

Tipologia/Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	76.048.866,12	-	6.365.378,61	2.732.832,58	2.102.810,16	3.064.804,43	282.471,08	3.037.572,44	8.655.342,22	102.290.077,64
	2014	73.656.154,76	-	6.400.603,04	2.191.747,02	3.837.200,91	2.950.378,49	756.363,93	4.683.852,86	1.320.061,78	95.796.362,79
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	309.127.818,05	26.067.156,48	30.857.101,33	7.432.784,09	19.967.370,55	14.721.058,07	2.825.028,66	675.449,47	16.099.000,74	427.772.767,44
	2014	278.007.799,44	26.815.962,42	28.839.252,74	7.842.322,87	19.285.294,32	12.898.233,96	1.985.180,72	1.039.462,53	127.987,68	376.841.496,68
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	70.301,63	3.858.176,60	459.436,95	135.869,55	2.066.525,54	744.369,45	6.000,00	19.819,89	814.725,82	8.175.225,43
	2014	-	2.983.801,94	502.118,21	156.703,20	2.247.784,03	757.984,38	8.319,20	22.717,03	-	6.679.427,99
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	210.162,29	1.177.246,01	121.807,04	15.649,76	63.531,25	58.238,17	31.270,54	-	58.283,36	1.736.188,42
	2014	2.319.364,25	2.355.023,88	400.751,28	23.558,14	76.796,40	117.375,04	-	-	-	5.292.868,99
Servidores Cedidos com Ônus											
Exercícios	2015	13.665.384,18	1.600.601,06	1.413.845,03	454.643,65	1.453.917,80	457.852,41	26.700,00	37.936,58	614.593,49	19.725.474,20
	2014	17.490.000,22	63.843,50	1.582.529,41	630.122,29	1.320.533,59	362.114,20	12.224,09	86.353,90	-	21.547.721,20
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenadoria de Pagamento de Pessoal

1.2.1 Análise crítica sobre as despesas com pessoal

As despesas com pessoal, especialmente no tocante aos servidores de carreira vinculados ao TRT6, nos exercícios de 2014 e 2015, aumentaram em comparação com os vencimentos, as gratificações, as indenizações, os benefícios assistenciais e previdenciários etc., tendo em vista o ingresso de novos servidores.

Observa-se, também, que houve elevação dos custos em relação aos servidores sem vínculo com este Tribunal (requisitados a outros órgãos), aos vencimentos e vantagens e retribuições, decorrentes do aumento no número de requisitados de 2014 para 2015, considerando que, a partir de setembro de 2015, o TRT6 assumiu o pagamento da remuneração do cargo efetivo do servidor devido pelo órgão de origem, em razão do que dispõe o artigo 4º da Resolução CSJT n.º 143/2014.

Por outro lado, verifica-se, quanto aos servidores sem vínculo com a Administração Pública, uma sensível redução nas despesas, considerando que o quantitativo de ocupantes de cargos em comissão sem vínculo com a Administração Pública praticamente ter-se mantido.

1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

1.3.1 Ações adotadas para identificar eventuais irregularidades na acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e na terceirização de cargos

O TRT6, por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas, adota como mecanismo de controle – com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos – a exigência, por ocasião da posse ou da aposentadoria, de documento do servidor declarando se acumula ou não cargo, emprego ou função pública, com fundamento no artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, combinado com os artigos 6º e 7º, parágrafo 1º, da Lei n.º 8.027, de 12/04/1990, artigos 118 a 120, da Lei n.º 8.112/1990, bem como na decisão plenária do Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário n.º 163204-6 (DJU de 31/03/1995) e na Súmula TCU n.º 246/2002. Tal sistemática de controle subsiste, considerando que as alternativas propostas ainda não foram implantadas.

Quanto às providências tomadas pelo TRT6 para identificar eventual terceirização irregular de cargos, cumpre informar a inexistência de contratação de servidores para ocupar cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos deste órgão.

1.3.2 Medidas adotadas para tratar as irregularidades identificadas

Em face das conclusões do Acórdão n.º 1.338/2011-TCU-Plenário, a Secretaria de Auditoria e Controle Interno, de ordem, encaminhou à Secretaria de Gestão de Pessoas a relação de pessoal ativo e inativo, com ingresso neste Regional até o exercício de 2010 e outro(s) vínculo(s), conforme resultado da consulta realizada na Relação Anual de Informações Sociais, ano base 2011, buscando diligenciar junto aos relacionados, para que se pronunciasses acerca dos vínculos encontrados, inclusive quanto à compatibilidade de horários prevista nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Carta Magna.

Constaram dessa relação, 19 servidores ativos e dois juízes classistas de primeira instância.

Após as diligências realizadas pela Coordenadoria de Administração de Pessoal, vinculada à SGEP, restou evidenciado que a situação de 12 servidores, mesmo com a documentação

apresentada pelos interessados, deverá ser apurada detalhadamente por meio da instauração de processo administrativo disciplinar, enquanto que a situação de sete servidores ficou devidamente esclarecida, ante a documentação apresentada.

Com relação aos juízes classistas inativos de primeiro grau, ficou comprovada a não acumulação ilegal de cargos públicos, em razão da documentação apresentada.

Ao final da análise dos casos relatados, em consonância com as propostas da Secretaria de Gestão de Pessoas, a Presidência do TRT6 determinou a adoção das seguintes providências, tanto para os casos investigados, quanto para os fins de controle da acumulação de cargos no âmbito deste Regional:

a) constituição de comissão específica necessária à conclusão dos trabalhos preliminares já realizados, objetivando a apuração do ocorrido em relação aos servidores envolvidos, composta na forma do art. 133 da Lei n.º 8.112/1990;

b) instituição de mecanismos de controle na acumulação de cargos, na forma proposta pela SGP, onde foram apresentadas várias formas (alternativas) de atuação nesse sentido.

Nessa esteira, mediante o ATO TRT n.º 315/2015, o TRT6 instituiu o Sistema de Controle de Acumulação de Cargos, Funções e Aposentadorias composto por duas comissões, quais sejam a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, Funções e Aposentadorias – CPAC, responsável pelo exame dos casos concretos, e a Comissão Permanente de Sistematização – CPSI, a quem compete o estabelecimento de mecanismos para prevenir, coibir e identificar acumulações ilícitas.

Após diversas reuniões, a CPSI, como primeira providência, deliberou sobre a elaboração de formulários para cadastramento bienal de servidores ativos e inativos, cujos modelos foram aprovados pela Presidência do TRT6, com vistas à obtenção de informações sobre eventuais casos de acumulação de cargos, para o controle da regularidade dessas situações.

O primeiro cadastramento ocorreu em outubro de 2015 e teve como público-alvo os servidores ativos, ao passo que o segundo, dirigido aos servidores inativos, foi designado para o mês de março do ano de 2016.

À CPAC foram encaminhados os expedientes em tramitação relativos a possíveis irregularidades, isto é, acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

1.3.3 Riscos identificados na gestão de pessoas e as providências adotadas para mitigá-los

A alta rotatividade do quadro de pessoal do TRT6 – principalmente dos servidores de nível médio –, decorrente de vacância de cargos proveniente de aposentadorias, posse em outro cargo não acumulável, exonerações e falecimentos, bem como as movimentações de servidores entre tribunais ou no âmbito interno, em especial entre as unidades localizadas no interior do Estado de Pernambuco – tem impactado na prestação jurisdicional, considerando que demandam dedicação e tempo da equipe responsável pelos treinamentos de novos servidores, sem falar dos custos na operacionalização de novos concursos públicos, bem como na capacitação e na adaptação dessas pessoas a instituição.

Como uma das providências adotadas por este Regional para diminuir a alta rotatividade de pessoal, cumpre mencionar a elaboração do projeto de gestão por competências, que

possibilitará avaliar as competências individuais, fazendo com que as pessoas percebam que a sua relação com a organização agrega-lhes valor. Todavia, não se pode olvidar que outras variáveis, a exemplo de remuneração e benefícios, impactam na rotatividade de pessoal no setor público.

Cumpra esclarecer que, nos subitens 1.3.1 e 1.3.2 deste Capítulo VI, constam as principais medidas utilizadas por este órgão para mitigar outros riscos identificados na gestão de pessoas.

1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Este tópico tem por finalidade informar sobre a contratação de pessoal de apoio administrativo (subitem 1.4.1) e também acerca da política de contratação de estagiários (subitem 1.4.2).

1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

O quadro a seguir contém informações sobre a terceirização regular de mão de obra, que diz respeito às contratações de pessoas para realizar trabalhos fora da relação das atividades-fim do TRT6, tais como contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva.

94 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos do TRT6
Unidade Contratante
Nome: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

UG/Gestão: 110245/00001

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação ¹
			Início	Fim		
2010	Auxiliar de portaria	09.863.853/0001-21	29/12/2010	28/03/2016	Fundamental	P
2010	Ascensoristas	00.323.090/0001-51	17/12/2010	16/12/2016	Fundamental	P
2011	Garçom	70.244.082/0001-03	29/09/2011	28/09/2016	Fundamental	P
2011	Estocagem e distribuição de materiais	70.244.082/0001-03	10/10/2011	09/04/2016	Fundamental	P
2011	Copeiragem	70.244.082/0001-03	08/11/2011	07/11/2016	Fundamental	P
2012	Limpeza e conservação	00.323.090/0001-51	23/11/2012	22/11/2016	Fundamental	P
2012	Manutenção predial (áreas 5, 6 e 7)	11.949.783/0001-70	24/09/2012	23/09/2016	Fundamental, Médio e Superior	P
2013	Vigilância armada	11.572.781/0001-05	29/05/2013	28/11/2015	Fundamental	E
2013	Digitalização eletrônica de documentos	11.254.166/0001-50	19/08/2013	18/08/2016	Médio	P
2013	Manutenção predial (área 1)	11.949.783/0001-70	30/12/2013	29/12/16	Fundamental, Médio e Superior	P
2013	Motoristas	08.584.379/0001-38	18/11/2013	17/11/2016	Fundamental	P
2014	Mensageiros	06.234.467/0001-82	27/01/2014	26/01/2015	Fundamental	E
2014	Manutenção predial (área 2)	09.181.545/0001-16	25/03/2014	24/03/2016	Fundamental, Médio e Superior	P
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação ¹
			Início	Fim		
2014	Manutenção predial (área 3)	09.181.545/0001-16	07/03/2014	24/03/2016	Fundamental, Médio e Superior	P
2014	Serviços de assessoria em comunicação social	05.407.537/0001-94	14/05/2014	13/05/2015	Superior	
2014	Serviço de telefonista	08.584.379/0001-38	27/07/2014	26/07/2016	Médio	P
2015	Mensageiros	00.323.090/0001-51	22/05/2015	21/05/2016	Fundamental	A
2015	Serviço de atendimento aos usuários de TI	19.877.300/0001-81	25/05/2015	24/11/2016	Médio e Superior	A
2015	Serviço de digitalização de documentos	11.254.166/0001-50	23/10/2015	22/10/2016	Médio	A
2015	Vigilância armada	42.035.097/0002-07	06/11/2015	05/11/2016	Médio	A

Fonte: Núcleo de Contratos/Coordenadoria de Licitações e Contratos

Nota 1: Situação do contrato: (A) Ativo, (P) Prorrogado e (E) Encerrado;

Nota 2: Quantitativo de colaboradores: 1ª INSTÂNCIA: 355 / 2ª INSTÂNCIA: 123 / ÁREA ADMINISTRATIVA: 22 / TOTAL: 500

1.4.2 Contratação de estagiários

95 Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes		
1. Nível superior	2013	2014	2015
1.1 Área Fim	146	147	157
1.2 Área Meio	26	50	40
2. Total de despesas no exercício (em R\$ 1,00)	1.449.917,54	1.868.976,09	1.863.949,97

Fonte: Seção de Extensão e Qualificação de Pessoal/Núcleo Desenvolvimento de Pessoal/SGEP

O programa de estágio remunerado para estudantes de nível superior no âmbito do TRT6 é regulamentado pelo Ato TRT-GP n.º 73, de 16 de fevereiro de 2012, o qual estabelece que a contratação de estagiários está condicionada à aprovação prévia em concurso de provas de conhecimento específico, exceto no caso das Varas do Trabalho do interior do Estado de Pernambuco, em que conta apenas com uma unidade de ensino, a escolha ocorre mediante a análise de histórico escolar.

O quadro de estagiários contempla as áreas de Arquitetura, Contabilidade, Direito, Engenharia, Fisioterapia, História, Informática, Jornalismo e Pedagogia, sendo contratado, no mínimo, por um ano, podendo ser prorrogado de acordo com o resultado da Avaliação de Desempenho semestral.

No tocante aos estudantes da área meio, verifica-se que eles encontram-se desenvolvendo, de forma integral, atividades relacionadas à sua área de formação. Quanto aos estudantes do curso de Direito, que atuam nas Varas do Trabalho, embora sejam destinados à área fim, também desenvolvem atividades de cunho administrativo, constatadas por meio das avaliações realizadas pelos estudantes ao término do estágio.

Assim, considerando que o estágio tem por objetivo colaborar com o aprendizado de estudantes e, por essa razão, devem vivenciar atividades relacionadas com a sua área de formação, observando os conteúdos ministrados no curso em que se encontram vinculados, a Seção de Extensão e Qualificação de Pessoal vem envidando esforços, perante a Administração deste órgão, no sentido de recrutar menor aprendiz para o desenvolvimento de atividades vinculadas à área administrativa executadas nas Varas do Trabalho. No entanto, embora o TRT6 tenha instituído o aludido programa, por meio do Ato TRT-GP n.º 287/2015, a falta de recursos financeiros inviabilizou a criação de vagas suficientes para atender as VTs no âmbito deste Regional.

Por fim, cumpre salientar que os valores gastos com estagiários nos anos de 2014 e 2015 ficaram muito próximos, uma vez que o quantitativo total de estagiários manteve-se igual, havendo, tão somente, o deslocamento de 10 (dez) vagas da área meio para a área fim.

2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

2.1 Gestão da frota de veículos

Inicialmente, importa esclarecer que o TRT6 não utiliza veículos automotores locados junto a terceiros, uma vez que possui frota própria, a qual, no momento, atende as suas necessidades.

2.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A frota de veículos automotores do TRT6 tem a sua regulamentação regida pela Resolução Administrativa TRT n.º 2/2012, em conformidade com a Resolução n.º 83/2009 do CNJ, e pela Resolução n.º 68/2010 do CSJT.

Os veículos oficiais pertencentes à frota deste Regional são classificados, para fins de utilização, em:

- veículos de representação;
- veículos de transporte institucional;
- veículos de serviços.

Os veículos de representação compreendem automóveis de cor preferencialmente escura, placas de cor preta, contendo o brasão da República Federativa do Brasil, a legenda e a designação do cargo, conforme modelo contido na Resolução CONTRAN n.º 32/1998.

Os veículos de transporte institucional compreendem automóveis de cor preferencialmente escura, placas de cor preta, contendo o brasão da República Federativa do Brasil, a legenda e o número de ordem, conforme modelo contido na Resolução CONTRAN n.º 32/1998, de uso exclusivo ou compartilhado pelos desembargadores deste Regional, no cumprimento de suas atividades funcionais.

Os veículos de serviços compreendem automóveis dos tipos: passeio, utilitário, de carga, de emergência e motocicletas, de placas brancas, com número de ordem definido pelo DETRAN, destinados ao apoio de atividades externas, no interesse da Administração.

2.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades do TRT6

A maior parte das empresas necessita do transporte veicular no apoio as suas atividades cotidianas, assim como os órgãos públicos, que não fogem à regra.

Constata-se que muitas das atividades desenvolvidas no TRT6 dependem dos serviços das seções de Transportes e de Manutenção de Veículos, que prestam apoio às diversas unidades do órgão e desempenham, entre outras atividades, a:

- condução de magistrados;
- entrega de materiais de expediente nas Varas do Trabalho localizadas no Recife e no interior do Estado de Pernambuco;
- distribuição de documentos por meio de malotes;
- distribuição de mobiliário nas Varas do Trabalho da capital e do interior;
- condução de servidores e terceirizados para realização de manutenção física e/ou manutenção nas áreas de informática, elétrica, hidráulica, entre outras, nas Varas do Trabalho do Recife e do interior do estado;
- condução dos demais servidores para soluções de problemas administrativos de interesse do Tribunal.

Dessa forma, evidencia-se a importância da frota do Tribunal no contexto da funcionalidade de diversos setores desta Justiça Especializada em Pernambuco.

2.1.3 Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade do TRT6, discriminados por grupos, segundo a sua classificação, e a totalização por grupo e geral

Em 31 de dezembro de 2015, o quantitativo de veículos do TRT6 totalizava 87 (oitenta e sete) unidades, consoante demonstrado no quadro abaixo:

96 Quantidade de veículos próprios

Classificação dos Veículos	Quantidade
Veículos de representação	03
Veículos de transporte institucional	16
Veículos de serviços ¹	68
Total	87

Fonte: Planilhas de Controle da Seção de Gerenciamento de Frota/DSTT

Nota 1: Incluídas as motocicletas no cômputo no quantitativo de veículos de serviços;

Nota 2: A planilha com o quantitativo de veículos oficiais encontra-se à disposição do público no [link](#) Transparência da página eletrônica deste órgão na rede mundial de computadores.

2.1.4 Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a sua classificação

97 Média anual de quilometragem dos veículos próprios

Classificação dos Veículos	Média Anual (em km)
Veículos de representação	120.588
Veículos de transporte institucional	171.865
Veículos de serviços ¹	400.122

Fonte: Planilhas da ECOFROTAS/FITCARD/Seção de Manutenção de Veículos/Seção de Transportes/DSTT

Nota 1: As motocicletas são consideradas veículos de serviços;

Nota: No cálculo da média, foram considerados apenas os veículos que tiveram efetivo deslocamento durante o exercício de 2015.

2.1.5 Idade média da frota, por grupo de veículos

O quadro a seguir demonstra a idade média da frota em 31/12/2015, destacando que, comparativamente aos exercícios anteriores, houve grande redução da idade média da frota de veículos devido ao processo de renovação da frota, que foi concluído no exercício de 2014.

98 Idade média da frota de veículos próprios

Classificação dos Veículos	Idade média (em anos)
Veículos de representação	2
Veículos de transporte institucional	2
Veículos de serviços ¹	5,12

Fonte: Planilhas de Controle da Seção de Manutenção de Veículos/DSTT

Nota: As motocicletas são consideradas veículos de serviços.

2.1.6 Despesas associadas à manutenção da frota de veículos próprios

Despesas associadas à manutenção da frota de veículos próprios

Classificação dos Veículos	Combustíveis	Manutenção	Seguro	Licenciamento	Total
Veículos de representação	13.829,44	6.043,00	1.200,00	546,09	21.618,53
Veículos de transporte institucional	101.253,02	32.252,60	6.400,00	2.912,48	142.818,10
Veículos de serviços ¹	158.528,66	270.151,88	20.400,00	17.329,16	466.409,70
Total	273.611,12	308.447,48	28.000,00	20.787,73	630.846,33

Fonte: Planilhas de Controle e Manutenção de Frota da Seção de Manutenção de Veículos/DSTT/ECOFROTAS e FITCARD

Nota 1: As motocicletas são consideradas veículos de serviços;

Nota 2: Valores em R\$ (reais).

2.1.7 Plano de substituição da frota de veículos próprios

Não houve necessidade de substituir a frota no exercício de 2015, haja vista que, em 2013, ocorreu uma renovação significativa dos veículos, conforme se verifica no subitem 2.1.5 deste Capítulo VI, que trata da idade média dos veículos utilizados por este Regional.

Contudo, impende frisar que o gestor, em observância ao princípio da economicidade da frota, sempre acompanha os custos de manutenção das viaturas, com o fito de identificar algum veículo com manutenção onerosa, que enseje a sua substituição.

2.1.8 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

O TRT6 realizou pesquisa de preços perante algumas empresas especializadas em locação de veículos na RMR. Entretanto, foi utilizada como referência a empresa Movida Rent a Car, a fim de estimar o montante da despesa em um período de cinco anos.

Houve, então, a estimativa de um quantitativo de veículos, distribuído em cinco modelos distintos, considerando dois cenários, que serviram de parâmetro comparativo para um período de cinco anos.

No primeiro cenário, relativo à aquisição de veículos, foram considerados os gastos com compra, manutenções periódicas, seguro e licenciamento, ao passo que, no segundo, alusivo à locação de veículos, entraram na conta apenas as despesas mensais referentes à contratação dos serviços, com acréscimo, a partir do 2º semestre de 2015, de um percentual de ajuste de 6% (seis por cento), conforme cotação da locadora.

99 Cenário 1: Aquisição de veículos

Modelo	Volkswagen Gol 1.6	Volkswagen Spacefox	Toyota Corolla	Fiat Strada	Nissan Frontier	Total
Preço unitário (aquisição de veículo)	39.600,00	47.900,00	65.000,00	43.200,00	91.900,00	287.600,00
Quantidade	4	4	5	3	4	20
Total (compra de veículos)	158.400,00	191.600,00	325.000,00	129.600,00	367.600,00	1.172.200,00
Licenciamento (5 anos)	19.800,00	23.950,00	40.625,00	16.200,00	45.950,00	146.525,00
Seguro (5 anos)	8.456,00	10.192,00	13.090,00	8.022,00	30.576,00	70.336,00
Manutenção (5 anos)	24.000,00	24.000,00	35.000,00	17.700,00	46.400,00	147.100,00
Total de Gastos	210.656,00	249.742,00	413.715,00	171.522,00	490.526,00	1.536.161,00

Fonte: Planilha da Seção de Manutenção de Veículos/DSTT/ Pesquisa de preços de locações de veículos

Nota 1: Foram considerados os preços dos veículos ofertados pelos concessionários no ano de 2015;

Nota 2: Os preços dos seguros tiveram como base os valores contratados atualmente pelo TRT6, com índice de ajuste de 10% (dez por cento) a partir do exercício de 2015;

Nota 3: No valor do licenciamento, levou-se em conta o percentual anual de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) incidente sobre os preços dos veículos, que era o utilizado no Estado de Pernambuco até o exercício de 2015;

Nota 4: Na apuração dos gastos com manutenção dos modelos Gol e Spacefox, foram considerados os preços das revisões apresentados na página oficial da montadora Volkswagen na internet e também na concessionária;

Nota 5: Para o modelo Corolla, houve consulta dos preços das revisões junto ao revendedor autorizado Toyota em Recife com base na rodagem anual de até 20.000 km;

Nota 6: Para o modelo Strada, no que diz respeito ao item manutenção, foram considerados os preços das revisões apresentados no site oficial da montadora Fiat;

Nota 7: No tocante às despesas com a manutenção do modelo Frontier, houve realização de pesquisa no sítio oficial do fabricante Nissan do Brasil, sendo acrescido ao valor proposto pela montadora um percentual de 30%, para compor o preço concernente a 1 (uma) hora de mão de obra, e de 45%, para compor o preço referente a 2 (duas) horas de serviço;

Nota 8: No valor acumulado da manutenção, no período de 2014 a 2018, foi aplicado um percentual de 30% para corrigir algum fator, componente dos custos, que, porventura, não tenha sido computado nos cálculos;

Nota 9: Valores em R\$ (reais).

100 Cenário 2: Locação de veículos

Modelo	Volkswagen Gol 1.6	Volkswagen Spacefox	Toyota Corolla	Fiat Strada	Nissan Frontier	Total
Quantidade	4	4	5	3	4	20
2014	144.000,00	172.800,00	270.000,00	172.800,00	378.000,00	1.139.614,00
2015	152.640,00	183.168,00	286.200,00	183.168,00	400.680,00	1.207.871,00
2016	161.798,40	194.158,08	303.372,00	194.158,08	424.720,80	1.280.223,36
2017	171.506,30	205.807,56	321.574,32	205.807,56	450.204,05	1.356.916,80
2018	181.796,68	218.156,02	340.868,78	218.156,02	477.216,29	1.438.211,79
Total	811.741,39	974.089,66	1.522.015,10	974.089,66	2.130.821,14	6.412.756,95

Fonte: Planilha da Seção de Manutenção de Veículos/DSTT

Nota 1: A partir do 2º semestre do exercício de 2015, foi considerado um ajuste percentual de 6% (seis por cento) para os valores das locações;

Nota 2: Valores em R\$ (reais);

Nota 3: Considerado um período de cinco anos, de 2014 a 2018.

101 Aquisição versus Locação

Exercício	Aquisição	Locação
2014	1.172.200,00	1.139.614,00
2015	72.792,20	1.207.871,00
2016	77.159,73	1.280.223,36
2017	81.789,32	1.356.916,80
2018	86.696,67	1.438.211,79
Total	1.490.637,92	6.412.756,95

Fonte: Planilha da Seção de Manutenção de Veículos /DSTT

Nota: Valores em R\$ (reais);

Nesse panorama, conclui-se que não há vantagem na locação de veículos, haja vista que o gasto é bem superior ao de aquisição.

Ainda que sejam levados em consideração os gastos com a manutenção da frota, licenciamento e seguro, resta evidenciado o benefício econômico da compra de veículos.

Ademais, ao final do período considerado (2014-2018), os veículos adquiridos ainda terão valor residual, circunstância que possibilitará ao TRT6 negociá-los na hipótese de optar pela realização de novas aquisições, ao contrário dos veículos locados, que não poderão ser integrados a sua frota.

2.1.9 Estrutura de controles de que o TRT6 dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

O TRT6 contratou, desde meados de 2011, a ECOFROTAS, para prestar os serviços de gerenciamento da frota, e, a partir de novembro de 2015, a FITCARD, mediante a utilização de cartões individuais para veículos e condutores, possibilitando o controle, via *web*, de todas as transações realizadas, tanto de abastecimento como de manutenção veicular, por meio do sistema de controle de frota, que, entre outras facilidades destacadas a seguir, otimiza a operacionalização para os usuários.

2.1.9.1 Sistema de abastecimento

Consiste em um sistema para controlar, via *web*, em tempo real, o abastecimento da frota, o desempenho dos veículos e os seus condutores, por meio de cartão da empresa contratada para gerenciar a frota, aceito nos principais postos de combustíveis de todo o território nacional, tendo como principais vantagens:

- Praticidade – a maior rede credenciada de postos de combustíveis do Brasil;

- Transparência – a padronização e o detalhamento das informações possibilitam maior transparência ao processo financeiro e operacional;
- Eficiência – todos os abastecimentos e serviços utilizados na rede de postos são pagos para apenas um fornecedor;
- Controle – todas as tentativas de compra protegidas pelos parâmetros estabelecidos são registradas no sistema, informando quem, quando e onde se tentou efetuar a compra, além do motivo pelo qual a transação foi protegida.

2.1.9.2 Sistema de manutenção

Consiste em um sistema para controlar, via *web*, em tempo real, a manutenção da frota, mediante pagamento eletrônico, aceito por uma grande quantidade de oficinas credenciadas, concessionários e distribuidores de peças do Brasil (Good Card), tendo como principais vantagens:

- Transparência – o cadastro padronizado de grupo de peças, peças e mão de obra possibilita o comparativo entre orçamentos de todo o Brasil, em R\$/hora e número de horas, via sistema, facilitando a auditoria eletrônica do processo em segundos;
- Controle – o sistema avisa quando uma peça ou mão de obra ainda estiver em garantia, evitando custos desnecessários (definição do valor máximo por ordem de serviço a ser aprovado e número de aprovadores por cada nível hierárquico dos gestores);
- Praticidade – elimina o retrabalho de digitação de dados, integrando os sistemas SAP, Microsiga, Datasul, Sistemas Próprios etc.;
- Eficiência – melhor aproveitamento da frota por meio da redução do tempo de manutenção.

2.1.9.3 Relatórios inteligentes

Trata-se de relatórios gerenciais que possibilitam ao gestor da frota de veículos compilar, em tempo hábil, as informações necessárias para tomada de decisões, com respaldo nos registros constantes da base de dados, contendo toda a movimentação, tanto de abastecimentos como de manutenções realizadas (histórico do veículo).

Com isso, a Seção de Manutenção de Veículos controla online, em tempo real, as despesas com abastecimento e manutenção, bem como o desempenho de veículos e condutores da frota do TRT6, por intermédio de um sistema que permite o monitoramento de tudo que ocorre com a frota.

As informações geradas pelo sistema ficam disponíveis para consulta online e *download* de relatórios que evidenciam o desempenho, o comportamento e o custo operacional da frota.

Diariamente, é realizada uma correção estatística da quilometragem percorrida e da quantidade de combustível utilizada, garantindo aos indicadores alta precisão e confiabilidade.

O uso desse sistema de manutenção e abastecimento possibilitou o controle total das despesas dos veículos.

Desse modo, o gestor possui:

- controle maior sobre a frota;

- o acompanhamento detalhado de todo o processo;
- maior disponibilidade da frota;
- base de dados para comparar preços de mercado, gerando, assim, mais economia nas manutenções de veículos e no consumo de combustível.

2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

No exercício de 2015, o TRT6 não realizou processo de doação de veículos. Entretanto, cumpre registrar que a política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso adotada por este Regional rege-se pelo Decreto n.º 99.658/1990, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Os imóveis da União sob responsabilidade do TRT6 são administrados e geridos por este órgão em parceria com as diretorias das unidades administrativas e judiciárias instaladas em cada imóvel.

A Coordenadoria de Engenharia de Manutenção – CEMA, em cuja estrutura encontra-se a Seção de Administração Predial, centraliza as atividades de controle e gestão de todos os imóveis, pertencentes ou não a este Regional, promovendo a manutenção contínua do patrimônio imobiliário confiado a esta Corte.

A Coordenadoria de Planejamento Físico – CPLAN coparticipa dos atos de gestão desse patrimônio, nos casos de construção de novos imóveis, reformas e ampliações.

Desde logo, impende esclarecer que o TRT6 não tem, sob a sua responsabilidade, imóveis funcionais de propriedade da União.

O quadro a seguir, denominado “Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade deste Regional no final do exercício de 2015, contemplando a localização geográfica desses bens no Estado de Pernambuco, Brasil.

102 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DO TRT6
		EXERCÍCIO 2015
BRASIL	PERNAMBUCO	38
	ARARIPINA	1
	BARREIROS	1
	BELO JARDIM	1
	CABO DE SANTO AGOSTINHO	1
	CARPINA	1
	CARUARU	1
	CATENDE	1
	ESCADA	1
	FLORESTA	1
	GARANHUNS	1
	GOIANA	1
	IGARASSU	1
	IPOJUCA	1
	JABOATÃO DOS GUARARAPES	1
	LIMOEIRO	1
	NAZARÉ DA MATA	1
	OLINDA	1
	PALMARES	1
	PAULISTA	1
	PESQUEIRA	1
	PETROLINA	2
	RECIFE	7
	RIBEIRÃO	1
	SALGUEIRO	1
	SÃO LOURENÇO DA MATA	1
	SERRA TALHADA	1
	SERTÂNIA	1
	SURUBIM	1
	TIMBAÚBA	1
	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	2

Fonte: CEMA e SA

Nota: O TRT6 não utiliza imóveis de propriedade da União no exterior.

Convém esclarecer que parte dos imóveis do TRT6 encontrava-se pendente de regularização, a fim de gerar informações de melhor qualidade no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

Dessa forma, durante o exercício passado, a Secretaria Administrativa deste órgão, à qual são subordinadas a CEMA e a CPLAN, empreendeu um esforço concentrado na tentativa de regularizar todos os imóveis com alguma pendência.

Em assim sendo, no ano de 2015, foram regularizados, com a respectiva atualização no SPIUnet, os imóveis dos seguintes RIPs:

- 232700105.500-5 – Barreiros;
- 235700310.500-1 – Cabo de Santo Agostinho;
- 240300007.500-1 – Escada;
- 241900038.500-7 – Garanhuns;
- 243500010.500-6 – Igarassu;

- 245700016.500-0 – Jaboatão dos Guararapes;
- 253100795.500-9 – Recife;
- 253100803.500-0 – Recife;
- 253101010.500-2 – Recife;
- 253500298.500-0 – Ribeirão;
- 257300003.500-7 – São Lourenço da Mata;
- 258100003.500-8 – Sertânia;
- 260500007.500-0 – Timbaúba; e
- 262700081.500-5 – Vitória de Santo Antão

De acordo com informações prestadas pela CEMA e pela CPLAN, foram aplicados, em 2015, R\$ 3.091.756,90 (três milhões, noventa e um mil, setecentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos) com a manutenção de todos os imóveis sob responsabilidade do TRT6, enquanto que foram investidos R\$ 441.709,60 (quatrocentos e quarenta e um mil, setecentos e nove reais e sessenta centavos) com reformas. Contudo, não houve acréscimos de áreas no exercício em referência.

Quanto às informações relevantes detalhadas sobre os imóveis de responsabilidade do TRT6, importa mencionar que a Secretaria Administrativa solicitará à Secretaria de Tecnologia da Informação a inclusão de *link* no sítio deste órgão na internet.

Por fim, cumpre frisar que o TRT6 mantém alguns controles para mitigar os riscos relacionados à gestão dos imóveis de propriedade da União sob a sua responsabilidade, a exemplo de realização de vistorias nas edificações e entornos; execução de manutenções regulares e reformas; contratação de agentes de portaria e de vigilância armada para proteção e guarda do patrimônio imobiliário; e manutenção de sistema de proteção de incêndio.

2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Os seguintes quadros, intitulados “Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas”, visam à caracterização da cessão de espaço físico a terceiros em imóveis da União que estejam na responsabilidade do TRT6.

103 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	2457 00026.500-4
	Endereço	Estrada da Batalha, 1200, Prazeres, Jaboatão dos Guararapes (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.791.484/0007-02
	Nome ou Razão Social	OAB - SUBSECCIONAL JABOATÃO DOS GUARARAPES E MORENO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade associativa profissional
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 10242/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Sala da OAB
	Prazo da Cessão	09/11/2019
	Caracterização do espaço cedido	21,70 m² do prédio onde funciona o Fórum Trabalhista de Jaboatão dos Guararapes
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: SA

104 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	2457 00026.500-4
	Endereço	Praça Ministro João Gonçalves de Souza, s/n.º, Engenho do Meio, Recife (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.791.484/0007-02
	Nome ou Razão Social	OAB - SECCIONAL PERNAMBUCO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade associativa profissional
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 17620/2011
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Sala da OAB
	Prazo da Cessão	09/02/2017 ¹
	Caracterização do espaço cedido	Área de 21,78 m² do 6º andar do Edifício Sudene, onde funcionava o Fórum Trabalhista do Recife ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: SA

Nota 1: Perdeu a vigência pela rescisão da cessão de uso a partir de 05/08/2015 (publicação no DOU em 04/11/2015).

Nota 2: Por meio do Ato Conjunto GP/CRT TRT n.º 5/2015, de 05/08/2015, o TRT6 desocupou o Edifício Sudene e promoveu a transferência provisória do Fórum Trabalhista Advogado José Barbosa de Araújo, onde funcionavam as 23 Varas do Trabalho do Recife e setores de apoio, para Jaboatão dos Guararapes.

105 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	2531.00479.500-0
	Endereço	Cais do Apolo, 739, 3º andar, bairro do Recife, Recife (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.791.484/0007-02
	Nome ou Razão Social	OAB - SECCIONAL PERNAMBUCO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade associativa profissional
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 7182/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Sala da OAB
	Prazo da Cessão	08/07/2020
	Caracterização do espaço cedido	Área de 32,06 m² do Edifício Sede do TRT6
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: SA

106 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	2491 00047.500-9
	Endereço	Rodovia PE-15, km 4,8, s/n.º , Cidade Tabajara, Olinda
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.971.484/0001-09
	Nome ou Razão Social	OAB - SECCIONAL PERNAMBUCO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade associativa profissional
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 11855/2010
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Sala da OAB
	Prazo da Cessão	03/10/2020
	Caracterização do espaço cedido	Área de 16,42 m² no prédio onde funciona o Fórum Trabalhista de Olinda
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: SA

107 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	457.00024.500-3
	Endereço	Rua Arão Lins de Andrade, 182, Piedade, Jaboatão dos Guararapes (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.431.327/0001-34
	Nome ou Razão Social	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Órgão do Poder Judiciário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 18495/2010, que vigeu até 09/12/2015, sendo substituído pelo Termo de Cessão Protocolo n.º 11428/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento dos Juizados Especiais da Comarca de Jaboatão dos Guararapes (PE)
	Prazo da Cessão	13/12/2020
	Caracterização do espaço cedido	Imóvel situado na Rua Arão Lins de Andrade, nº 182, Piedade, Jaboatão dos Guararapes (PE)
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título gratuito
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se aplica

Fonte: SA

108 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	2457 00026.500-4
	Endereço	Praça Ministro João Gonçalves de Souza, s/n.º, Engenho do Meio, Recife (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.791.484/0007-02
	Nome ou Razão Social	ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS TRABALHISTAS DE PERNAMBUCO – AATP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Entidade associativa profissional
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 12531/2010
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Sala da AATP
	Prazo da Cessão	29/06/2016 ¹
	Caracterização do espaço cedido	Área de 24,12 m², localizada no 6º andar da Ala Sul do Edifício Sudene, onde funcionava o Fórum Advogado José Barbosa de Araújo ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título oneroso
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	433110100 – VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	São utilizados pelo próprio TRT6, no seu orçamento
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O condomínio do Edifício Sudene realizava um rateio, em que cabia à AATP arcar com as despesas na proporção da área que ocupava

Fonte: SA

Nota 1: Perdeu a vigência pela rescisão da cessão de uso a partir de 05/08/2015 (publicação no DOU em 03/12/2015).

Nota 2: Por meio do Ato Conjunto GP/CRT TRT n.º 5/2015, de 05/08/2015, o TRT6 desocupou o Edifício Sudene e promoveu a transferência provisória do FAJBA, onde funcionavam as 23 Varas do Trabalho do Recife e setores de apoio, para Jaboatão dos Guararapes.

109 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização dos Imóveis Objeto de Cessão	RIPs	2531.00882.500-1 e 2531.00479.500-0
	Endereços	1) Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife, Recife (PE); e 2) Praça Ministro João Gonçalves de Souza, s/n.º, Engenho do Meio, Recife (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.566.224/0001-90
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 17822/2005
	Finalidade do Uso dos Espaços Cedidos	Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	30/08/2017
	Caracterização dos espaços cedidos	Três áreas, sendo uma de 124,79 m², no Edifício Sede do TRT6, e as outras duas de 336 m² e 20 m², no Edifício Sudene ¹
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título oneroso
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	433110100 – VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	São utilizados pelo próprio TRT6, no seu orçamento
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados aos Imóveis	No espaço cedido no Edifício Sede do TRT6, o registro das despesas corre independente das do prédio. No Edifício Sudene, o condomínio efetuava um rateio, em que cabia à CAIXA arcar com as despesas na proporção das áreas ocupadas

Fonte: SA

Nota 1: O Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cessão suprimiu as áreas de 336 m², no 8º andar, e 20 m², no 10º andar, no Edifício Sudene, a partir de 1º de dezembro de 2015, de modo que restou apenas a área ocupada no Edifício Sede do TRT6.

110 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização dos Imóveis Objeto de Cessão	RIPs	2531.00884.500-2 e 2531.00479.500-0
	Endereços	1) Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife, Recife (PE); e 2) Praça Ministro João Gonçalves de Souza, s/n.º, Engenho do Meio, Recife (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 4050/2006
	Finalidade do Uso dos Espaços Cedidos	Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	29/08/2017
	Caracterização dos espaços cedidos	Duas áreas, sendo uma de 75 m², no Edifício Sede do TRT6, e outra de 253,44 m, no Edifício Sudene ¹
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título oneroso
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	433110100 – VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	São utilizados pelo próprio TRT6, no seu orçamento
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados aos Imóveis	No PAB localizado no Edifício Sede do TRT6, o registro das despesas corre independente das do prédio. No Edifício Sudene, o condomínio efetuava um rateio, em que cabia ao Banco do Brasil arcar com as despesas na proporção da área ocupada

Fonte: SA

Nota 1: Houve a celebração de termo de rescisão da cessão de uso da área do Edifício Sudene, com efeitos a partir de 05/08/2015 (publicação no DOU em 19/11/2015).

111 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização dos Imóveis Objeto de Cessão	RIPs	2531.00884.500-2 e 2531.00479.500-0
	Endereços	1) Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife, Recife (PE); e 2) Praça Ministro João Gonçalves de Souza, s/n.º, Engenho do Meio, Recife (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.791.484/0007-02
	Nome ou Razão Social	BANCO BRADESCO S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Protocolo n.º 3667/2013
	Finalidade do Uso dos Espaços Cedidos	Posto de Atendimento Bancário – PAB
	Prazo da Cessão	09/11/2019
	Caracterização dos espaços cedidos	Duas áreas, sendo uma de 184,20 m², no Edifício Sede do TRT6, e outra de 141,88 m², no Edifício Sudene
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título oneroso
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	433110100 – VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	São utilizados pelo próprio TRT6, no seu orçamento
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados aos Imóveis	No PAB localizado no Edifício Sede do TRT6, o registro das despesas corre independente das do prédio. No Edifício Sudene, o condomínio efetuava um rateio, em que cabia ao Bradesco arcar com as despesas na proporção da área ocupada

Fonte: SA

Nota 1: O Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cessão suprimiu a área de 141,88 m² no Edifício Sudene, a partir de 21/08/2015, de modo que restou apenas a área ocupada no Edifício Sede do TRT6.

112 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	2531.00884.500-2
	Endereço	Cais do Apolo, 739, 3º andar, bairro do Recife, Recife (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	06.091.295/0001-35
	Nome ou Razão Social	M. A. SOUZA ROCHA - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante e lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão de Uso oriundo do Processo Administrativo n.º 81/2013 (Pregão Eletrônico n.º 58/2013)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Refeições, tipo <i>self-service</i> , por quilograma, lanchonete e tele-entrega
	Prazo da Cessão	12 meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 meses, a contar de 18/12/2013
	Caracterização do espaço cedido	Duas áreas aproximadas de 136,58 m² e 57,08 m², localizadas no prédio anexo ao Edifício Sede do TRT6
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título oneroso
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	433110100 – VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	São utilizados pelo próprio TRT6, no seu orçamento
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A cessionária tem suas despesas próprias cobradas diretamente, com exceção do consumo de água, onde a empresa efetua um ressarcimento mensal ao TRT6

Fonte: SA

113 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	2531.00479.500-0
	Endereço	Praça Ministro João Gonçalves de Souza, s/n.º, Engenho do Meio, Recife (PE)
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.098.356/0001-72
	Nome ou Razão Social	RECANTO DA GULA LTDA. - EPP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante e lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão de Uso oriundo do Processo Administrativo n.º 82/2013 (Pregão Eletrônico n.º 59/2013)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Refeições, tipo <i>self-service</i> , por quilograma, lanchonete e tele-entrega
	Prazo da Cessão	12 meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 meses. Encerramento em 21/11/2015
	Caracterização do espaço cedido	Área aproximada de 1.372,65 m², localizada no Edifício Sudene
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A título oneroso
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	433110100 – VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E SERVIÇOS
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	São utilizados pelo próprio TRT6, no seu orçamento
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O condômino do Edifício SUDENE efetuava um rateio, em que cabia ao Recanto da Gula arcar com as despesas na proporção da área ocupada

Fonte: SA

2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O quadro a seguir, denominado “Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros”, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pelo TRT6 no final do exercício de 2015, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Estado de Pernambuco, Brasil.

114 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pelo TRT6
		Exercício 2015
BRASIL	UF: PERNAMBUCO	15
	Município: Recife	2
	Município: Caruaru	1
	Município: Jaboatão dos Guararapes	1
	Município: Ipojuca	2
	Município: Igarassu	1
	Município: Palmares	1
	Município: Petrolina	1
	Município: Ribeirão	1
	Município: Vitória de Santo Antão	3
	Município: Nazaré da Mata	1
	Município: Goiana	1
Total		15

Fonte: CEMA e SA

Na sequência, consta tabela com os valores gastos com cada imóvel locado ao longo do exercício em referência.

115 Despesas com a locação de imóveis no ano de 2015

PROCESSO DE LOCAÇÃO	DESTINAÇÃO	VALOR GASTO (R\$)
052/2008	3ª Vara do Trabalho de Caruaru	95.111,03
088/2005	2ª Vara do Trabalho de Ipojuca	71.997,94
196/2011 ¹	3ª Vara do Trabalho de Ipojuca	79.324,56
249/2015 ¹	3ª Vara do Trabalho de Ipojuca	3.500,00
111/2011 ²	Arquivo-Geral – Vitória de Santo Antão	36.769,05
120/2013	Arquivo-Geral – Vitória de Santo Antão	71.573,52
111/2015 ²	Arquivo-Geral – Vitória de Santo Antão	64.000,00
056/2012	2ª Vara do Trabalho de Ribeirão	45.699,96
104/2012	3ª Vara do Trabalho de Petrolina	133.516,84
049/2014	2ª e 3ª Varas do Trabalho de Goiana	103.250,35
126/2013 ³	2ª Vara do Trabalho de Nazaré da Mata	5.231,99
052/2010	Seção de Transportes – Recife	130.594,32
001/2012	Fórum Trabalhista de Igarassu	237.300,45
095/2012	2ª Vara do Trabalho de Palmares	81.066,88
145/2013	Fórum Trabalhista de Jaboatão dos Guararapes	1.507.672,29
093/2015 ⁴	Fórum Advogado José Barbosa de Araújo – Recife	0,00
TOTAL		2.666.609,18

Fonte: SA

Nota 1: O contrato do Processo n.º 196/2011, referente ao aluguel do prédio onde estava instalada a 3ª VT de Ipojuca, foi rescindido em 01/07/2015, devido a uma interdição do imóvel pela defesa civil municipal, em decorrência de risco de desmoronamento da encosta do morro sobre a construção. Após a execução das obras na encosta pelo proprietário, e a consequente liberação pela defesa civil, o TRT6 voltou a ocupar o imóvel em 21/12/2015, por meio do contrato de locação celebrado nos autos do Processo n.º 249/2015;

Nota 2: O contrato do Processo n.º 111/2011, relativo à locação de dois galpões geminados para funcionamento do Arquivo-Geral do TRT6 localizado no município de Vitória de Santo Antão, foi rescindido em 1º/10/2015, devido à mudança do Arquivo-Geral para dois novos galpões na mesma cidade, mediante a celebração, em 31/08/2015, do contrato de aluguel no Processo n.º 111/2015;

Nota 3: O contrato de locação firmado nos autos do Processo n.º 126/2013, alusivo ao imóvel onde funcionava o Fórum Trabalhista de Nazaré da Mata, vigeu até 31/01/2015, devido à mudança do Fórum para instalações próprias, no mesmo município;

Nota 4: O contrato de aluguel concernente ao Processo n.º 93/2015, apesar de ter sido assinado em 04/08/2015, não gerou pagamentos no exercício de 2015, porquanto a entrega das chaves ocorreu apenas em 23/02/2016.

Cumpra esclarecer que a manutenção de todos os imóveis locados está a cargo deste Tribunal. Da mesma forma, quaisquer benfeitorias, a exemplo de transformações e reformas, são executadas por este Regional, com a anuência dos locadores e sem dedução nos valores do aluguel. A exceção ocorreu com o imóvel da 2ª VT de Ribeirão, que, em 2015, teve uma dedução total de R\$ 4.379,08, referentes a despesas com adequações do imóvel sob a responsabilidade do locador, mas que o TRT6 executou, com posterior abatimento no valor do aluguel.

Ainda é importante ponderar que a locação de imóveis afigura-se uma opção mais rápida para permitir a instalação de unidades deste Tribunal, especialmente no interior do Estado de Pernambuco, dentro do projeto de interiorização da Justiça do Trabalho. Algumas vezes, o tipo do imóvel locado e sua localização tornam-se fatores primordiais que decidem pela opção de sua locação.

Acrescente-se que, com o fito de reduzir a quantidade de contratos de locação, o TRT6 vem, aos poucos, construindo novas unidades, como aconteceu com a ampliação do Fórum Trabalhista de Nazaré da Mata para instalação da 2ª Vara, que funcionava em casa alugada. Contudo, a disponibilidade orçamentária tem sido sempre insuficiente para levar a cabo novos projetos.

3. Gestão da tecnologia da informação

3.1 Principais sistemas de informações

Este tópico contempla os três sistemas que mais contribuem para a realização da missão e objetivos institucionais, isto é, que estão relacionados ao macroprocesso finalístico do TRT6 abordado no item 3 do Capítulo I deste relatório de gestão.

116 Processo Judicial Eletrônico

Sistema	Processo Judicial Eletrônico – PJe/JT
Objetivo	Suportar a tramitação, a prática de atos processuais e a representação do processo judicial trabalhista por meio eletrônico.
Principais Funcionalidades	O sistema possui funcionalidades para ajuizamento, distribuição, processamento, produção, registro e publicidade dos atos processuais necessários para o julgamento de ações trabalhistas de forma eletrônica no primeiro e segundo graus. Utiliza tecnologia de certificação digital para acesso e assinatura de documentos e conta com recursos de interoperabilidade para integração com sistemas de outros órgãos, tais como o Ministério Público do Trabalho, a Receita Federal e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, bem como de sistemas auxiliares para consultas processuais, cálculo trabalhista, gestão de informações etc.
Responsáveis	Comitê Gestor Regional do PJe/JT, que conta com representantes da área de negócio e área técnica.
Criticidade	Muito Alta
Manutenção	A sustentação do sistema é coordenada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com analistas e técnicos de TI da própria Justiça do Trabalho.
Outras informações	Em 2015, foram contratados serviços de suporte e subscrições para os <i>softwares</i> que compõem a infraestrutura do Processo Judicial Eletrônico: - Serviço de suporte a banco de dados; - Aquisição de subscrições e serviço de suporte para os servidores de aplicação; - Serviço de suporte ao sistema operacional.

Fonte: STI

Nota: O sistema PJe é objeto de abordagem específica no subitem 3.3 deste Capítulo VI.

117 Sistema de Automação Judiciária de 1º Grau – SIAJ

Sistema	Sistema de Automação Judiciária de 1º Grau - SIAJ
Objetivo	Automatizar rotinas para melhor controle e eficiência dos atos processuais necessários para o julgamento dos processos físicos de primeiro grau.
Principais Funcionalidades	O sistema possui funcionalidades diversas para registro, controle e automação de atos processuais para maior eficiência no julgamento de processos físicos de primeiro grau. Possui módulos de consulta processual, relatórios gerenciais e audiência.
Responsáveis	Corregedoria Regional e Coordenadoria de Sistemas da Secretaria de Tecnologia da Informação.
Criticidade	Alta
Manutenção	Não são mais realizadas manutenções neste sistema, visto que os processos físicos estão sendo solucionados ou cadastrados no sistema PJe/JT.
Outras informações	Foi desenvolvido o sistema de apoio SISCLE para acelerar o cadastro dos processos físicos no PJe e favorecer a desativação mais rápida dos sistemas de automação de processos físicos.

Fonte: STI

118 Sistema de Automação Judiciária de 2º Grau – SIAJ2

Sistema	Sistema de Automação Judiciária de 2º Grau – SIAJ2
Objetivo	Automatizar rotinas para melhor controle e eficiência dos atos processuais necessários para o julgamento dos processos físicos de segundo grau.
Principais Funcionalidades	O sistema possui funcionalidades diversas para registro, controle e automação de atos processuais para maior eficiência no julgamento de processos físicos de segundo grau. Possui módulos de consulta, relatórios gerenciais e julgamento nas sessões das Turmas e do Tribunal Pleno.
Responsáveis	Presidência e Coordenadoria de Sistemas da Secretaria de Tecnologia da Informação.
Criticidade	Alta
Manutenção	Não são mais realizadas manutenções neste sistema, visto que os processos físicos estão sendo solucionados ou cadastrados no sistema PJe/JT.
Outras informações.	Foi desenvolvido o sistema de apoio SISCLE para acelerar o cadastro dos processos físicos no PJe e favorecer a desativação mais rápida dos sistemas de automação de processos físicos.

Fonte: STI

3.1.1 Avaliação de riscos relacionados à continuidade e à disponibilidade dos principais sistemas de informações e as medidas adotadas para mitigar eventuais riscos

O TRT6 adotou algumas medidas para mitigar os riscos relacionados à continuidade e à disponibilidade de sistemas de informações, a exemplo da contratação de serviços de atualização e operação assistida da ferramenta de gestão de riscos; da capacitação de servidores da equipe de Tecnologia da Informação na ferramenta; e da construção, ainda em andamento, de um plano de tratamento de riscos, inicialmente para um serviço específico.

Além da gestão de riscos do serviço foco da ação, o processo de elaboração do plano de tratamento de riscos em questão vem sendo conduzido visando servir de base para o tratamento de riscos dos demais serviços de TI, fazendo uso da ferramenta contratada.

Em termos de orientação estratégica, há, no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação 2015-2020, o objetivo estratégico “Fortalecer a Segurança dos Serviços Essenciais de TI”, que tem como meta o mapeamento dos riscos associados aos serviços essenciais de Tecnologia da Informação.

Com base em estudos preliminares, soluções de TI foram identificadas como potenciais ferramentas de mitigação ou eliminação de riscos associados aos sistemas administrativos e judiciários.

Para que o PJe, principal sistema desta UPC, atingisse índices de disponibilidade satisfatórios e compatíveis com a sua criticidade, várias ações foram realizadas, entre as quais cumpre relacionar as seguintes:

- implantação de *datacenter* seguro, em que os recursos computacionais pudessem estar resguardados;
- aperfeiçoamento do sistema de alimentação energética para o *datacenter*, com a utilização de grupos geradores redundantes;
- contratação de *links* redundantes de acesso dedicado à internet de forma a garantir uma maior disponibilidade da aplicação aos usuários externos;
- contratação de ferramenta de monitoramento de aplicação com o objetivo de identificar possíveis falhas no sistema PJe e tornar mais célere a resolução dos problemas;
- contratação de suporte especializado para o *software* gerenciador de banco de dados do PJe, possibilitando o acesso a profissionais capacitados e reduzindo o tempo de resolução de incidentes;
- contratação de suporte especializado para o sistema operacional utilizado nos servidores do sistema PJe, possibilitando a atualização dos sistemas operacionais, segundo recomendações de segurança;
- manutenção de bases de dados replicadas em locais geograficamente distintos, garantindo a integridade dos dados e a continuidade dos serviços mesmo diante da ocorrência de catástrofes.

3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação

3.2.1 Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

O PETI deste Regional para o período 2015-2020, formalizado por meio do Ato TRT n.º 531/2015– disponível para consulta no portal do TRT6 na internet, no *link* “Normas Internas” (<http://www.trt6.jus.br/portal/institucional/normas-internas>) –, é constituído por 10 (dez) seções:

1. Introdução;
2. Metodologia;
3. Elaboração do PETI;
4. Mapa Estratégico de TI;
5. Identidade Organizacional;
6. Análise do Ambiente da STI do TRT6;
7. Objetivos, Indicadores e Metas;
8. Alinhamento aos Objetivos Estratégicos do TRT6;
9. Alinhamento aos Objetivos Estratégicos de TI da Justiça do Trabalho;
10. Plano de Riscos.

A elaboração do PETI 2015-2020 teve início com a formação da Equipe de Elaboração do PETI-PDTI e foi realizada por meio de um processo participativo, com o envolvimento dos servidores que integram a Secretaria de Tecnologia da Informação deste órgão.

Em consonância com o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o TRT6 elegeu o BSC como metodologia para construção do PETI. Foram identificados 11 (onze) objetivos estratégicos de TI, os quais foram agrupados em três perspectivas: Resultado, Processos Internos e Recursos.

O processo de criação do PETI foi norteado pelas diretrizes da Presidência do TRT6 e o alinhamento com os planos estratégicos do Judiciário (Resolução CNJ n.º 198//2014), PETIC-JT para

o período de 2015 a 2020 (Resolução CSJT n.º 158/ 2015), o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT n.º 145/2014), o Plano Estratégico do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT n.º 146/2014) e o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região para o período de 2015–2020 (Resolução TRT n.º 25/2014). Além desses planos, foram considerados o Modelo de Gestão do Portfólio de TIC da Justiça do Trabalho (Ato n.º 133/2009) e a Política de Padronização e Atualização da Infraestrutura Tecnológica, que suporta o Sistema PJe-JT (Ato CSJT.GP.SG n.º 342/2014).

A construção da missão, visão, atributos de valor e a análise do ambiente da STI contaram com a participação de todos os servidores da unidade, o que foi viabilizado por meio de palestras, reuniões e o preenchimento de questionários eletrônicos, resultando numa proposta de identidade organizacional e matriz de SWOT *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças).

A minuta do plano foi apreciada pelo Comitê Gestor de TI em reuniões, nas quais o documento inicial recebeu aprimoramentos, sendo, por fim, submetido à aprovação da Presidência deste Regional.

A identidade visual do documento buscou manter similaridade com o PEI do TRT6, tanto no esquema de cores associadas às perspectivas como na forma de descrição dos indicadores.

Para cada objetivo estratégico existe, pelo menos, um indicador de desempenho, totalizando 22 indicadores, conforme apresentado a seguir:

119 PETI 2015-2020 – Perspectiva Resultado, Objetivos e Indicadores de Desempenho

Perspectiva: RESULTADO	
Objetivo 1	Primar pela satisfação do usuário de TI
Promover ações que visem à melhoria da qualidade e da percepção dos usuários internos e externos em relação aos serviços, sistemas e equipamentos fornecidos pela área de TI. O alcance desse objetivo será monitorado por dois indicadores.	
Índice de Satisfação de Usuários Externos – ISUE	
Índice de Satisfação de Usuários Internos – ISUI	
Objetivo 2	Aprimorar a gestão e governança de TI
Fazer uso de um conjunto de práticas e processos estruturados com o propósito de garantir melhor controle, minimizar os riscos, ampliar o desempenho e alinhar as ações de TI com os interesses institucionais do Tribunal e da sociedade, em consonância com as determinações dos órgãos de controle interno (CNJ e CSJT) e o órgão de controle externo (TCU). Busca garantir confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais do TRT6.	
Índice de Governança de TI – iGovTI	

Fonte: STI

120 PETI 2015-2020 – Perspectiva Processos Internos, Objetivos e Indicadores de Desempenho

Perspectiva: PROCESSOS INTERNOS	
Objetivo 3	Intensificar a comunicação com os públicos externos e internos da STI
Divulgar as informações acerca de diretrizes, políticas, processos, ações, serviços, projetos e programas aprovados pela Presidência do TRT6, em canal próprio de comunicação da área de TI, respeitados critérios de sigilo da informação.	
Índice de Divulgação das Deliberações de TI – IDDTI	
Objetivo 4	Promover a cultura organizacional em segurança da informação de TI
Promover ações de comunicação e capacitação em segurança da informação visando reduzir os incidentes com magistrados e servidores relacionados à segurança da informação de TI.	
Índice de Divulgação em Segurança da Informação – IDSI	
Objetivo 5	Fortalecer a segurança dos serviços essenciais de TI
Mapear os riscos associados aos serviços essenciais de TI de maneira a garantir maior efetividade da prestação jurisdicional e buscar a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Tribunal à sociedade.	
Índice de Serviços Essenciais de TI com Riscos Mapeados – ISETIRM	
Objetivo 6	Consolidar a gestão de serviços de TI
Consolidar a gestão dos serviços de TI em conformidade com as determinações dos órgãos de controle, garantindo o gerenciamento de serviços de TI com qualidade. O alcance desse objetivo será monitorado por dois indicadores.	
Índice de Capacidade dos Processos de Serviços de TI – ICPSTI	
Índice de Solução dos Incidentes – ISI	
Objetivo 7	Prover sistemas de informação para as atividades judiciais e administrativas
Desenvolver, manter e implantar sistemas de informação que atendam às necessidades dos usuários do TRT6, identificando oportunidades de aprimoramento dos processos de desenvolvimento de <i>software</i> .	
Índice de Satisfação com os Projetos de Software – ISPS	
Objetivo 8	Fomentar a gestão de projetos, programas e portfólio
Identificar o nível de precisão com que as ações do PDTI estão sendo planejadas ao longo do período 2015–2020, visando evitar a descontinuidade de atividades e eventual desperdício de recursos. O alcance desse objetivo será monitorado por três indicadores.	
Índice de Precisão do Planejamento do Portfólio do PDTI – IPPP	
Índice de Execução do PDTI – IEPDTI	
Índice de Capacidade em Gestão Projetos de TI - ICGP	

Fonte: STI

121 PETI 2015-2020 – Perspectiva Recursos, Objetivos e Indicadores de Desempenho

Perspectiva: RECURSOS	
Objetivo 9	Garantir estruturas funcionais adequadas e quadro de pessoal com as competências necessárias para execução da estratégia
Manter as estruturas funcionais da STI consonantes com os normativos emanados pelos órgãos de controle e realizar ações de capacitação. Essas ações, que englobam conteúdos técnico e gerencial, visam contribuir para a motivação dos servidores e potencializar as competências do capital humano da STI do TRT6. O alcance desse objetivo será monitorado por três indicadores.	
Índice de Capacitação Técnica – ICT	
Índice de Capacitação Gerencial – ICG	
Índice de Conformidade à Estrutura Mínima de TIC – ICEM	
Objetivo 10	Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais
Garantir a infraestrutura de TI adequada para atender aos requisitos de disponibilidade e segurança necessários ao pleno funcionamento dos sistemas administrativos e judiciais em uso no TRT6. O alcance desse objetivo será monitorado por três indicadores.	
Índice de Indisponibilidade Programada do PJe-JT – IIPPJE	
Índice de Indisponibilidade Não Programada do PJe-JT – IINPPJE	
Índice de Conformidade à Infraestrutura Mínima de TI – ICIM	
Objetivo 11	Aperfeiçoar a gestão orçamentária de TI
Buscar a excelência na gestão de recursos orçamentários, utilizando-os de forma sustentável. O alcance desse objetivo será monitorado por quatro indicadores.	
Índice de Liquidação Orçamentária – ILO	
Índice de Empenho Orçamentário – IEO	
Índice de Eficiência na Execução Orçamentária – IEEO	
Índice de Ações Orçamentárias Efetivadas – IAOE	

Fonte: STI

Convém esclarecer que o Mapa Estratégico de TI, o Alinhamento do PETI aos Objetivos Estratégicos do TRT6 e o Alinhamento do PETI aos Objetivos Estratégicos de TI da Justiça do Trabalho constam dos Anexos VI, VII e VIII deste relatório de gestão, respectivamente.

3.2.2 Plano Diretor de Tecnologia da Informação

O PDTI do TRT6 para o biênio 2015-2016, formalizado por meio do Ato TRT n.º 532/2015 – disponível para consulta no portal do TRT6 na internet, no link “Normas Internas” (<http://www.trt6.jus.br/portal/institucional/normas-internas>) –, é constituído por 10 (dez) seções e 06 (seis) anexos:

1. Introdução;
 2. Documentos de Referência;
 3. Mapa Estratégico de TI;
 4. Objetivos Estratégicos de TI;
 5. Plano de Iniciativas de TI;
 6. Fatores Críticos de Sucesso;
 7. Plano de Riscos;
 8. Orçamento;
 9. Estrutura Organizacional da STI;
 10. Levantamento de Necessidades de Capacitação;
- Anexo I – Lista de Siglas;
Anexo II – Sistemas de Informações em Uso no TRT6;

Anexo III – Equipamentos Servidores de Rede;
Anexo IV – Parque de Microinformática;
Anexo V – Atendimentos aos Chamados Técnicos;
Anexo VI – Contratações.

A elaboração do PDTI 2015-2016 teve início com a formação da Equipe de Elaboração do PETI-PDTI, que foi realizada por meio de um processo participativo, com o envolvimento dos servidores que integram a Secretaria de Tecnologia da Informação do TRT6.

O PDTI foi construído com base nas diretrizes do Planejamento Estratégico do TRT6 2015-2020, do PETI 2015-2020, das decisões da Presidência desta Corte, analisadas previamente pelo Comitê Gestor de TI – CGTI acerca das solicitações de sistemas e soluções de TI, bem como pela identificação de necessidades estruturantes que têm o propósito de assegurar o funcionamento adequado da STI.

As demandas de TI serão avaliadas em dois momentos distintos. No primeiro, as solicitações serão pontuadas de acordo com critérios iniciais, tais como atendimento a determinação legal, alinhamento estratégico, impacto nas áreas demandantes, patrocínio e riscos para a realização da missão institucional. Tal pontuação servirá de base para subsidiar a decisão pela realização ou não do Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Após a realização do ETP, a demanda será novamente apresentada ao CGTI, que apreciará o pedido à luz de informações técnicas mais detalhadas.

Por tratar-se de um comitê consultivo, o parecer do CGTI é encaminhando à Presidência, que autoriza, prioriza ou veta a realização das iniciativas.

Esse processo é realizado de forma contínua ao longo da vigência do plano. As eventuais mudanças ensejarão a publicação de uma nova versão do PDTI na intranet.

Para cada objetivo estratégico foram elencadas as iniciativas que visam ao seu alcance, totalizando 58 iniciativas, sendo que 33 delas já foram priorizadas pela Administração do TRT6 e as demais 25 serão analisadas ao longo da vigência do PDTI, conforme detalhado a seguir:

122 PDTI 2015-2016 – Perspectiva Resultado, Objetivos e Iniciativas

Perspectiva: RESULTADO	
Objetivo 1	Primar pela satisfação do usuário de TI
OE1- I01 Consolidar a operação da Central de Serviços de TI	
OEI - I02 Implantar a gestão de nível de serviço de TI	
OE1 - I03 Implantar o processo de monitoramento do nível de satisfação dos usuários	
Objetivo 2	Aprimorar a gestão e governança de TI
OE2 - I01 Definir e implantar o processo de monitoramento do PETI e do PDTI	
OE2 - I02 Elaborar a minuta da política de Governança de TI	
OE2 - I03 Elaborar minuta do PDTI 2017 – 2018	

Fonte: STI

123 PDTI 2015-2016 – Perspectiva Processos Internos, Objetivos e Iniciativas

Perspectiva: PROCESSOS INTERNOS	
Objetivo 3	Intensificar a comunicação com os públicos externos e internos da STI
OE3 - I01 Aprimorar o portal da STI	
OE3 - I02 Elaborar o plano de comunicação da STI destinado aos públicos interno e externo	
Objetivo 4	Promover a cultura organizacional em segurança da informação de TI
OE4 - I01 Elaborar e executar o projeto de Sensibilização e Conscientização em Segurança da Informação	
Objetivo 5	Fortalecer a segurança dos serviços essenciais de TI
OE5 - I01 Estabelecer e iniciar o Sistema de Gestão de Segurança da Informação	
OE5 - I02 Estabelecer e iniciar o Sistema de Gestão de Riscos de TI	
Objetivo 6	Consolidar a gestão de serviços de TI
OE6 - I01 Definir e implantar o modelo de gestão da qualidade e capacidade dos processos de TI	
OE6 - I02 Consolidar a gestão de serviços de TI, por meio do aprimoramento dos processos e ferramenta integrada de gestão de TI	
Objetivo 7	Prover sistemas de informação para as atividades judiciais e administrativas
OE7 - I01 Implantar o Sistema PROAD – Processo Administrativo Eletrônico	
OE7 - I02 Implantar o Sistema SGRH/SIGEP – Sistema Integrado de Gestão de Pessoas	
OE7 - I03 Revisar as fórmulas de extração de dados do sistema SIAJ1 (1º grau) para o sistema e-Gestão	
OE7 - I04 Desenvolver o SGFM – Sistema de Gestão Funcional de Magistrados	
OE7 - I05 Desenvolver Sistema para Controle das Execuções Reunidas	
Iniciativas para priorização futura:	
Desenvolver sistema para facilitar a publicação de informações no Portal da Transparência	
Desenvolver mecanismos para interoperabilidade entre o sistema de RH e sistema de gestão de segurança e saúde ocupacionais	
Adaptar o extrator de dados do e-Gestão para possibilitar o uso do pré-validador pelos usuários das Varas do Trabalho	
Evoluir o sistema PROGECOM e adaptá-lo para funcionamento com o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas – SIGEP	
Adquirir ou desenvolver sistema para mapeamento e diagnóstico do clima organizacional e ações de melhoria	
Desenvolver sistema para gerenciamento do programa de produtividade e desempenho, estabelecimento de metas e mensuração de desempenho operacional	
Modernizar o Portal Internet do Tribunal Regional da 6ª Região	
Desenvolver novo portal para o Núcleo de Saúde assegurando a uniformidade na identidade visual com os portais da intranet e o novo portal da internet da instituição	
Desenvolver novo portal para a Escola Judicial assegurando a uniformidade na identidade visual com os portais da intranet e o novo portal da internet da instituição	
Desenvolver solução para o Núcleo de Pesquisa Patrimonial em cumprimento ao Artigo 3º da Resolução TRT n.º 2/2015	
Prover solução para gestão e avaliação dos indicadores dos processos de trabalho otimizados	
Adaptar ou desenvolver sistema de painel de pautas de audiência para contemplar informações dos processos físicos e eletrônicos	
Implantar o sistema nacional SICOND – Sistema de Consulta de Dados Operacionais que contemplará as demandas relativas pelo Sistema de Correição Virtual	
Identificar solução para o desenvolvimento de conteúdos educacionais	
Identificar solução para gerenciamento dos documentos visando a garantir a preservação da memória processual trabalhista	
Prover solução para a Semana de Conciliação	
Prover solução para disponibilizar ao público as informações relativas a ordens bancárias, GRU, DARF e GPS, expedidos pela SOF	

Implantar o sistema e-Jus2 de apoio às sessões de julgamento de processos eletrônicos do PJe-JT	
Implantar o MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade no Sistema PJe-JT	
Implantar o PJeCalc	
Objetivo 8	Fomentar a gestão de projetos, programas e portfólio
OE8 - I01 Definir e implantar o modelo de gestão de portfólio e priorização de demandas de TI	
OE8 - I02 Aprimorar o funcionamento do Escritório de Gestão de Projetos de TI	
Iniciativa para priorização futura:	
Adquirir e implantar solução integrada de gestão de portfólio e projetos	

Fonte: STI

124 PDTI 2015-2016 – Perspectiva Recursos, Objetivos e Iniciativas

Perspectiva: RECURSOS	
Objetivo 9	Garantir estruturas funcionais adequadas e quadro de pessoal com as competências necessárias para execução da estratégia
OE9 - I01 Executar e monitorar o Plano de Capacitação da STI	
Objetivo 10	Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais
OE10 - I01 Implantar solução de telefonia fixa	
OE10 - I02 Implantar solução de contingência da rede de comunicação de dados	
OE10 - I03 Implantar solução de monitoramento da infraestrutura e serviços de TIC	
OE10 - I04 Atualizar e manter a solução de processamento de dados	
OE10 - I05 Atualizar e manter os ativos da rede corporativa de dados	
OE10 - I06 Atualizar os <i>softwares</i> aplicativos utilizados pelas diversas áreas de apoio ou de negócio	
OE10 - I07 Apoiar a SGEPI para implantação de solução automatizada de controle de frequência	
OE10 - I08 Atualizar e manter os ativos dos <i>datacenters</i>	
OE10 - I09 Atualizar o parque de microinformática	
OE10 - I10 Ativar a infraestrutura de TI no novo local de funcionamento do Fórum José Barbosa de Araújo, no bairro da Imbiribeira	
OE10 - I11 Transferir a infraestrutura do PJe-JT para o novo <i>datacenter</i>	
Iniciativas para priorização futura:	
Aperfeiçoar o controle patrimonial dos ativos de TI	
Atualizar o sistema operacional dos servidores controladores de domínio	
Atualizar o sistema operacional dos servidores que suportam o serviço WSUS – <i>Windows Server Update Services</i>	
Aprimorar as ferramentas de suporte ao teletrabalho	
Objetivo 11	Aperfeiçoar a gestão orçamentária de TI
OE11 - I01 Aprimorar o processo de gestão orçamentária de TI	

Fonte: STI

Os fatores críticos para o sucesso das iniciativas de TI identificados pelos servidores abordam a importância da boa comunicação interna, consolidação de boas práticas de governança de tecnologia da informação, apoio da alta gestão da instituição e disponibilidade de recursos humanos, orçamentários e financeiros.

O plano de riscos contém a relação de possíveis eventos que podem impactar o alcance dos objetivos estratégicos e metas de TI, os quais serão alcançados por meio da realização das iniciativas previstas no PDTI. Para cada risco tem-se a descrição do impacto, estratégia de tratamento do risco, descrição de ações preventivas e/ou de contingência e o responsável pelo tratamento do risco.

A seção que trata sobre o orçamento apresenta as despesas de TI por ação orçamentária para 2015, o orçamento por elemento de despesa para 2015 e a previsão orçamentária para 2016.

Na descrição da estrutura organizacional, o PDTI apresenta o organograma da STI, gráficos que mostram o vínculo dos servidores da STI com o TRT6, a formação acadêmica dos servidores e a ocupação das funções comissionadas.

Na última seção, tem-se o levantamento das necessidades de capacitação, no qual estão relacionadas ações previstas em plano anterior e não executadas, e aquelas que são fruto de novas necessidades da instituição. Para cada ação de treinamento tem-se a quantidade de vagas desejadas, a prioridade do curso e a identificação da unidade solicitante.

3.3 Processo Judicial Eletrônico (PJe)

Em complemento às informações apresentadas sobre o Processo Judicial Eletrônico nos subitens 3.1 e 3.1.1 deste Capítulo VI, impende mencionar que esse sistema está em funcionamento em todas as unidades do TRT6 de primeiro e segundo grau com o objetivo de suportar a tramitação, a prática de atos processuais e a representação de todas as ações trabalhistas ajuizadas.

A administração do sistema cabe ao Comitê Gestor Nacional da Justiça do Trabalho e aos Comitês Gestores Regionais, compostos por usuários internos e externos, conforme diretrizes, composição e atribuições fixadas na Resolução n.º 136 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de 25 de abril de 2014.

Atualmente, aproximadamente 75% dos processos em tramitação na Justiça do Trabalho em Pernambuco são processos eletrônicos.

Os processos físicos que ainda não foram arquivados estão sendo finalizados ou cadastrados no sistema eletrônico. Para tanto, a Coordenadoria de Sistemas da STI desenvolveu um sistema informatizado para auxiliar as Varas do Trabalho no cadastro de processos físicos em fase de liquidação ou execução, mediante o uso da funcionalidade nomeada de CLE no sistema PJe. Esse sistema está contribuindo para a diminuição mais rápida da necessidade de espaços físicos nas unidades de primeiro grau para guarda dos autos, além de trazer todos os outros benefícios, como maior celeridade e segurança que o processo eletrônico proporciona.

A contratação de empresa especializada para operação da Central de Atendimento aos Usuários de TI, em face da necessidade de suprir o aumento na demanda trazida pelos usuários do serviço PJe, bem como de aumentar a eficiência e a eficácia na solução de incidentes e solicitações relacionadas aos serviços prestados pela STI, foi um importante projeto concluído em 2015.

A empresa contratada passou a realizar o primeiro atendimento, que abrange o registro, a triagem e a análise da solicitação para solução imediata ou encaminhamento a grupo solucionador específico, sendo também responsável pelo suporte técnico de microinformática, realizado de forma presencial ou remota para os usuários internos. Os usuários externos contam com uma área de atendimento no portal do PJe, em que são disponibilizados o telefone da Central Nacional de Atendimento, bem como um formulário para registro de incidentes e solicitações endereçadas à central de serviços deste órgão.

Dessa forma, os técnicos e os analistas de TI desta UPC podem dedicar-se à execução de tarefas operacionais mais complexas e melhor desempenhar as atividades de gestão, com vistas a aperfeiçoar o processo de atendimento.

3.3.1 Atualizações no sistema PJe

Durante o exercício de 2015, várias manutenções e atualizações no sistema PJe foram efetivadas pela Divisão de Infraestrutura da STI e pelas seções técnicas especializadas de apoio a esse sistema.

Tais atualizações trouxeram novas funcionalidades, sem perder o foco na estabilidade e na segurança do sistema. Também foram realizadas contratações de suporte à infraestrutura do PJe com o objetivo de diminuir os riscos associados ao uso da tecnologia da informação e de garantir a continuidade das atividades jurisdicionais.

3.4 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

A descrição das atividades do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI deste órgão, bem como a sua composição, a quantidade de reuniões ocorridas no exercício de 2015 e as principais decisões tomadas são apresentadas no subitem 1.2.1 do Capítulo III deste relatório de gestão.

3.5 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

O plano anual de capacitação dos servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação tem como objetivo principal a qualificação e a capacitação das equipes de TI em consonância com as responsabilidades e as atribuições de cada área, fornecendo as diretrizes que norteiam o processo de desenvolvimento profissional do pessoal dentro de suas áreas de atuação.

Em 2015, reavaliou-se a necessidade de continuidade na execução de alguns treinamentos priorizados em 2014 que não foram realizados, tendo sido acrescentados outros, em razão de novos projetos e da necessidade de diminuir a dependência tecnológica de empresas fornecedoras de soluções contratadas.

125 Resumo das capacitações em TI

RESUMO DAS CAPACITAÇÕES EM TI – EXERCÍCIO DE 2015	
Total de treinamentos executados em 2015	22
Total de servidores capacitados	62
Total de horas de capacitação	364
Custo dos treinamentos realizados	R\$ 110.850,24

Fonte: NDP e STI

126 Execução do Plano de Capacitação 2014-2015

EXECUÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO 2014-2015	
Total de treinamentos priorizados em 2014	32
Total de treinamentos executados (janeiro/2014 a novembro/2015)	39
Total de treinamentos realizados com base na priorização	22
Total de novos treinamentos acrescentados no plano de capacitação de 2014	17

Fonte: NDP e STI

127 Treinamentos realizados em 2015

TREINAMENTOS REALIZADOS EM 2015	
TREINAMENTO	PARTICIPANTES
CURSO DE FILTRO DE ACESSO WEB	2
CURSO NO SOFTWARE GERENCIAMENTO DE BACKUP	1
SEMINÁRIO CONTROLE EXTERNO EM AÇÃO PRESENTE E FUTURO DA FISCALIZAÇÃO DE TI	2
CURSO SOLUÇÃO DE VIRTUALIZAÇÃO – INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E GERÊNCIA	3
I SIMPÓSIO DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	1
CURSO DE COBIT - GOVERNANÇA	6
TESTE DE SOFTWARE	17
TREINAMENTO PLATÃO JUDICIÁRIO NO PJE PARA SERVIDORES DO STI	10
TREINAMENTO PLATÃO JUDICIÁRIO NO PJE PARA SERVIDORES DO STI	8
CURSO DE GOVERNANÇA EM ORGANIZAÇÕES DO SETOR PÚBLICO	3
OFICINA PRÁTICA DE ANÁLISE E MODELAGEM DE PROCESSOS COM BPMN E BIZAGI	4
TREINAMENTO PENTAHO BOOT CAMP	5
TREINAMENTO SOLUÇÃO DE VIRTUALIZAÇÃO: OPERAÇÃO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E GERÊNCIA	2
CURSO MULT. GESTORES REGIONAIS E PUBLICADORES	2
WORKSHOP DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TI DA JT	1
TREINAMENTO NO SIGEN – SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS	1
TREINAMENTO FERRAMENTA DE MONITORAMENTO	2
CURSO DE INTRODUÇÃO AO MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE	2
TREINAMENTO DE TI DE IMPLANTAÇÃO E INSTALAÇÃO DO SISTEMA SGRH	2
TREINAMENTO PARA AS ATIVIDADES DE TI DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA SGRH/SIGEP	1
TREINAMENTO PARA A FERRAMENTA DE GERENCIAMENTO DE RISCO	3
OFICINA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS	14

Fonte: NDP e STI

3.6 Descrição do quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

O quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de tecnologia da informação desta UPC é formado por 96 servidores, 26 terceirizados e três estagiários, conforme detalhado a seguir:

- servidores efetivos da carreira de TI do TRT6: 61;
- servidores efetivos de outras carreiras do TRT6: 17;
- servidores efetivos da carreira de TI de outros órgãos: 15 (14 são da Justiça do Trabalho);
- servidores efetivos de outras carreiras de outros órgãos: 2;
- servidor com cargo de livre provimento: 1;
- terceirizados: 26 (central de serviços e suporte técnico ao usuário);
- estagiários: 3.

3.7 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI

Os seguintes processos de gerenciamento de serviços de tecnologia da informação estão implementados no TRT6:

- Gestão de Catálogo de Serviços;
- Gestão de Incidentes;
- Cumprimento de Requisição;
- Gestão de Problemas;
- Gestão de Mudanças;
- Gestão de Liberações;
- Gestão de Nível de Serviços;
- Gestão de Configuração e Ativos de TI.

Para automação, utiliza-se solução integrada de *software* em tecnologia *WEB*, instalada em máquinas virtuais no *datacenter* desta UPC, em que funcionam os servidores de aplicação, banco de dados etc.

3.8 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no exercício de 2015

Este subitem descreve os projetos de TI desenvolvidos pelo TRT6 durante o exercício de 2015, destacando-se os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional e o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

128 Projeto: Implantar novo portal para a intranet

Projeto:	Implantar novo portal para a intranet
Objetivo:	Atualizar o portal Intranet com tecnologia e conceitos mais modernos de design, favorecendo a comunicação interna com maior efetividade pelo Núcleo de Comunicação Social
Categoria:	Software/Desenvolvimento interno
Origem:	Demanda oriunda do Plano Diretor de TI 2014–PDTI 2014
Custos:	Software desenvolvido por servidores da STI, sem contratações
Prazos:	Previsão: junho de 2014. Conclusão: janeiro de 2015
Alinhamento:	Aprimorar a governança de tecnologia da informação e comunicação (PEI); Prover sistemas de informação para as atividades judiciais e administrativas (PETI-TRT6)

Fonte: STI

129 Projeto: Sistema de Apoio ao Cadastro de Processos Legados no PJe – SISCLE

Projeto:	Sistema de Apoio ao Cadastro de Processos Legados no PJe – SISCLE
Objetivo:	Acelerar o cadastro dos processos físicos no PJe, a fim de diminuir a necessidade de espaços nas Varas do Trabalho para guarda dos volumes físicos e aumentar a celeridade e segurança do processo
Categoria:	Software/Desenvolvimento interno
Origem:	Presidência
Custos:	Software desenvolvido por servidores da STI, sem contratações
Prazos:	Previsão: 3 meses. Início: junho de 2015. Conclusão: setembro de 2015
Alinhamento:	Aprimorar a governança de tecnologia da informação e comunicação (PEI); Prover sistemas de informação para as atividades judiciais e administrativas (PETI-TRT6)

Fonte: STI

130 Projeto: Sistema Quer Conciliar

Projeto:	Sistema Quer Conciliar
Objetivo:	Melhorar a gestão das solicitações de conciliação, aperfeiçoando o controle do fluxo de marcação e registro das audiências de conciliação
Categoria:	Software/Desenvolvimento interno
Origem:	Núcleo Permanente de Soluções Consensuais de Conflito
Custos:	Software desenvolvido por servidores da STI, sem contratações
Prazos:	Previsão: 3 meses. Início: setembro de 2015. Conclusão: dezembro de 2015
Alinhamento:	Aprimorar a governança de tecnologia da informação e comunicação (PEI); Prover sistemas de informação para as atividades judiciais e administrativas (PETI-TRT6)

Fonte: STI

131 Projeto: Sistema de Controle de Processo para Uniformização de Jurisprudência – SISJURIS

Projeto:	Sistema de Controle de Processo para Uniformização de Jurisprudência – SISJURIS
Objetivo:	Prover ferramenta informatizada para um melhor gerenciamento dos processos em análise de uniformização de jurisprudência
Categoria:	Software/Desenvolvimento interno
Origem:	Vice-presidência
Custos:	Software desenvolvido por servidores da STI, sem contratações
Prazos:	Previsão: 3 meses. Início: abril de 2015. Conclusão: junho de 2015
Alinhamento:	Aprimorar a governança de tecnologia da informação e comunicação (PEI); Prover sistemas de informação para as atividades judiciais e administrativas (PETI-TRT6)

Fonte: STI

132 Projeto: Consulta Integrada de Acórdãos com o PJe

Projeto:	Consulta Integrada de Acórdãos com o PJe
Objetivo:	Permitir a consulta textual no portal Internet dos acórdãos de processos físicos e eletrônicos por mecanismo de busca mais eficiente
Categoria:	Software/Desenvolvimento interno
Origem:	Presidência
Custos:	Software desenvolvido por servidores da STI, sem contratações
Prazos:	Previsão: 3 meses. Início: abril de 2015. Conclusão: junho de 2015
Alinhamento:	Aprimorar a governança de tecnologia da informação e comunicação (PEI); Prover sistemas de informação para as atividades judiciais e administrativas (PETI-TRT6)

Fonte: STI

133 Projeto: Sistema de Gestão Funcional de Magistrados – SGFM

Projeto:	Sistema de Gestão Funcional de Magistrados – SGFM
Objetivo:	Informatizar a realização de concursos de remoção de magistrados, para dar maior transparência, confiabilidade e celeridade no processo
Categoria:	Software/Desenvolvimento interno
Origem:	Corregedoria Regional
Custos:	Software desenvolvido por servidores da STI, sem contratações
Prazos:	Previsão: 6 meses. Início: março de 2015. Conclusão: setembro de 2015 (1º módulo)
Alinhamento:	Aprimorar a governança de tecnologia da informação e comunicação (PEI); Prover sistemas de informação para as atividades judiciais e administrativas (PETI-TRT6)

Fonte: STI

134 Projeto: Sistema de Compartilhamento de Cursos entre Escolas Judiciais

Projeto:	Sistema de Compartilhamento de Cursos entre Escolas Judiciais
Objetivo:	Promover o compartilhamento de informações relativas a cursos e eventos realizados no âmbito das 24 Escolas Judiciais da Justiça do Trabalho
Categoria:	Software/Desenvolvimento interno
Origem:	Escola Judicial
Custos:	Software desenvolvido por servidores da STI, sem contratações
Prazos:	Previsão: 3 meses. Início: maio de 2015. Conclusão: junho de 2015
Alinhamento:	Aprimorar a governança de tecnologia da informação e comunicação (PEI); Prover sistemas de informação para as atividades judiciais e administrativas (PETI-TRT6)

Fonte: STI

135 Projeto: Atualização do software de gerenciamento de riscos

Projeto:	Atualização do software de gerenciamento de riscos
Objetivo:	Facilitar a implantação da gestão de riscos como parte integrante de um conjunto de práticas e processos estruturados, para garantir melhor controle, minimizar os riscos, ampliar o desempenho e alinhar as ações de TI com os interesses institucionais do Tribunal e da sociedade
Categoria:	Software/Contratação de interesse da Justiça do Trabalho
Origem:	STI/Presidência desta Corte/Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Custos:	Valor previsto no plano de contratação (rev. 1) para 2015: R\$ 84.300,00. Valor empenhado em 2015: R\$ 63.883,33
Prazos:	Previsão: contratação em 2015 e execução em 2015 e 2016 (no prazo)
Alinhamento:	Aprimorar a governança de tecnologia da informação e comunicação (PEI-TRT6) e Fortalecer a segurança dos serviços essenciais (PETI-TRT6)

Fonte: STI

136 Projeto: Aquisição de microcomputadores

Projeto:	Aquisição de microcomputadores
Objetivo:	Dotar os magistrados e os servidores de equipamento que possibilite elevada produtividade no uso de sistemas administrativos e judiciários, para auxílio no exercício de suas atribuições. Proporcionar aos usuários de computadores melhores condições de trabalho, por meio do fornecimento de equipamentos atualizados, ergonômicos e aderentes aos critérios sustentáveis, substituindo parte dos computadores sem garantia
Categoria:	Infraestrutura/Contratação de interesse da Justiça do Trabalho
Origem:	STI/ Presidência desta Corte/Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Custos:	Valor previsto no plano de contratação (rev. 1) para 2015: R\$ 3.521.100,00 (demanda para 1.100 computadores). Valor empenhado em 2015: R\$ 2.422.697,95 (adquiridos 738 equipamentos)
Prazos:	Previsão: contratação em 2015 e execução em 2015 e 2016 (no prazo)
Alinhamento:	Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC (PEI-JT); Garantir a infraestrutura e a governança de TIC que suporte o negócio (PETIC-JT); Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial (PEI-TRT6); Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais (PETI-TRT6)

Fonte: STI

137 Projeto: Aquisições de serviços de suporte e subscrições para os *softwares* que compõem a infraestrutura do PJe

Projeto:	Aquisições de serviços de suporte e subscrições para os <i>softwares</i> que compõem a infraestrutura do PJe
Objetivo:	Elevar os índices de disponibilidade e de outros requisitos de segurança da informação dos ambientes de produção do PJe a níveis de serviço adequados e compatíveis com a relevância do sistema
Categoria:	Serviços/Contratação de interesse da Justiça do Trabalho
Origem:	Comitê Gestor Nacional do PJe/JT
Custos:	Valor previsto no plano de contratação (rev. 1) para 2015: R\$ 665.000,00. Previsão para 2015, após contratações: R\$ 44.160,92. Utilizado em 2015: R\$ 33.532,81
Prazos:	Previsão: contratações em 2015 e execução em 2015 e 2016 (serviços em execução)
Alinhamento:	Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC (PEI-JT); Garantir a infraestrutura e a governança de TIC que suporte o negócio (PETIC-JT); Garantir a disponibilidade dos sistemas judiciais e administrativos (PETIC-JT); Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial (PEI-TRT6); Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais (PETI-TRT6)

Fonte: STI

138 Projeto: Contratação e implantação de solução de monitoramento do PJe-JT

Projeto:	Contratação e implantação de solução de monitoramento do PJe-JT
Objetivo:	Adquirir sistema de gerenciamento de desempenho e monitoramento de serviços para o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, de forma a permitir o acompanhamento do comportamento da aplicação e de componentes de sua infraestrutura, e a incrementar o nível de qualidade do sistema nos aspectos funcionais e não funcionais
Categoria:	<i>Software</i> /Contratação de interesse da Justiça do Trabalho
Origem:	Comitê Gestor Nacional do PJe/JT
Custos:	Valor previsto no plano de contratação (rev. 1) para 2015: R\$ 200.000,00. Previsão para 2015, após contratações: R\$ 239.898,00. Utilizado em 2015: R\$ 211.052,00
Prazos:	Previsão: contratação em 2015 e execução em 2015 e 2016 (solução contratada e em execução)
Alinhamento:	Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC (PEI-JT); Garantir a infraestrutura e a governança de TIC que suporte o negócio (PETIC-JT); Garantir a disponibilidade dos sistemas judiciais e administrativos (PETIC-JT); Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial (PEI-TRT6); Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais (PETI-TRT6)

Fonte: STI

139 Projeto: Implantar a Central de Serviços de TI

Projeto:	Implantar a Central de Serviços de TI
Objetivo:	Suprir o aumento na demanda trazida pelos usuários do serviço PJe, bem como aumentar a eficiência e a eficácia na solução de incidentes e solicitações relacionadas aos serviços prestados pela Secretaria de Tecnologia da Informação
Categoria:	Serviços/Contratação
Origem:	Demanda oriunda do Plano Diretor de TI 2014–PDTI 2014
Custos:	Valor inicialmente orçado na proposta orçamentária prévia para 2015: R\$ 1.800.000,00 (R\$ 150.000,00 por mês). Previsão revisada no plano de contratações em novembro de 2014: R\$ 1.000.000,00 (valor previsto para cerca de seis meses de contratação). Valor inicialmente empenhado em 2015 para seis meses de contratos: R\$ 664.999,02 (valor mensal do contrato de R\$ 110.833,17, verificado após a licitação). Valor final do empenho para as despesas em 2015: R\$ 437.825,33
Prazos:	Contratação prevista para dezembro de 2013 e implantação em junho de 2014. Contratação realizada em maio de 2015 e implantação em produção em agosto de 2015.
Alinhamento:	Garantir a qualidade e a agilidade da prestação jurisdicional (PEI-TRT6 2009-2014); Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional (PEI-TRT6 2015-2020); Buscar a excelência na prestação dos serviços de TI (PETI-TRT6 2013-2015); Primar pela satisfação do usuário de TI (PETI-TRT6 2015-2020)

Fonte: STI

140 Projeto: Adquirir licenciamento de *softwares* aplicativos utilizados pelas diversas áreas de apoio ou de negócio

Projeto:	Adquirir licenciamento de <i>softwares</i> aplicativos utilizados pelas diversas áreas de apoio ou de negócio
Objetivo:	Adquirir ou manter os <i>softwares</i> necessários ao desenvolvimento das atividades de diversos setores do Tribunal
Categoria:	<i>Software/Contratação</i>
Origem:	Demanda oriunda do Plano Diretor de TI 2014–PDTI 2014
Custos:	Valor previsto no plano de contratações (ver. 1): R\$ 947.027,00. Valores empenhados em 2015: R\$ 962.847,30
Prazos:	Contratações previstas e executadas em 2015
Alinhamento:	PEI-TRT6: Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial (PEI-TRT6 2010-2015); PETI-TRT6: Garantir a infraestrutura de TI necessária às atividades administrativas e jurisdicionais (PETI-TRT6 2013-2015)

Fonte: STI

3.9 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para o TRT6

Como medidas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI, esta UPC promoveu treinamentos para as seguintes soluções:

- Solução de filtro de conteúdo *web*;
- Solução de virtualização;
- Solução de *backup*;
- Solução de monitoramento;
- Solução de gerenciamento de riscos.

Nada obstante a operação da central de atendimento e suporte técnico de informática ser realizada por empresa contratada, a plataforma de *software* utilizada pertence a esta UPC, assim como a gestão da solução e a definição dos processos de atendimento.

4. Gestão ambiental e sustentabilidade

A política de sustentabilidade ambiental está em processo de elaboração no âmbito do TRT6, que ainda não participa da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.

Todavia, esta UPC já vem adotando algumas práticas previstas na Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho – PNRST (Ato Conjunto CSJT.TST.GP n.º 24/2014), uma vez que possui uma Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental (Ato TRT-GP n.º 39/2008) e um Setor de Gestão Socioambiental (Ato TRT-GP n.º 272/2015), bem como busca atender os critérios e as práticas de sustentabilidade quando da construção, reforma, e manutenção de suas edificações; da aquisição de bens; e da contratação de serviços (utilização do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho).

A partir de 2009, o TRT6 adotou a coleta seletiva solidária no Edifício Sede, atendendo aos critérios do Decreto n.º 5.940/2006, mas, devido aos problemas de infraestrutura para o armazenamento dos resíduos recicláveis descartados, tal prática foi suspensa em 2012.

No ano de 2014, houve processo licitatório para aquisição de lixeiras (200 litros) para acondicionamento de papel e, em 2015, foi providenciado pedido de aquisição de contêineres de 1.000 litros e de lixeiras para a separação do lixo orgânico.

Contudo, em virtude da falência da empresa signatária da ata de registro de preços, esses produtos não foram entregues. Ademais, houve redução de 29,41% no orçamento de custeio do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região para o exercício de 2016, promovido por meio da Lei Orçamentária Anual 2016, bem como do remanejamento de recursos estabelecido na Medida Provisória n.º 711, de 18/01/2016, este órgão deparou-se com a necessidade de adotar providências urgentes com vistas à diminuição de despesas ordinárias, prejudicando sobremaneira a retomada da coleta seletiva neste órgão.

Quanto à observância, nas contratações realizadas por este Regional, dos parâmetros estabelecidos no Decreto n.º 7.746/2012 ou norma equivalente, as informações são apresentadas no subitem 4.1 deste Capítulo VI.

Com relação ao Plano de Logística Sustentável – PLS do TRT6 – documento elaborado pelo Setor de Gestão Socioambiental e pela Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental, compreendendo o período de 2016 a 2018 –, foi entregue para apreciação da Presidente deste órgão no final de dezembro de 2015, e teve a sua aprovação formalizada por meio do ATO TRT-GP n.º 50, de 18 de fevereiro de 2016, o qual dispõe que as atividades de monitoramento, avaliação e revisão do PLS ficam sob a responsabilidade conjunta do Setor de Gestão Socioambiental e da Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental, registrando que esta exerce o papel de comissão gestora do PLS (art. 4º, parágrafo único).

O PLS do TRT6 foi confeccionado nos moldes da Resolução n.º 201/2015 do CNJ, que dispõe sobre a criação e as competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e a implantação do respectivo PLS. A referida resolução considera, entre outras normas, o Decreto n.º 7.746/2012 e adota, por conseguinte, a IN n.º 10/2012 da SLTI/MPOG.

O PLS visa despertar toda a força de trabalho deste Tribunal (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) para a importância de adoção de práticas sustentáveis, possuindo um plano de ações que serão instituídas no período de 2016 a 2018.

Considerando que a aprovação do PLS deu-se em janeiro de 2016, com ações a serem implementadas no triênio 2016-2018, ainda não há que se falar em resultados alcançados, os quais, tão logo aconteçam, serão divulgados no endereço eletrônico www.trt6.jus.br/portal/socioambiental, local em que está publicado e disponibilizado o plano em referência. Além disso, os resultados medidos pelos indicadores serão igualmente informados por meio de sistema próprio disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Afora isso, é importante destacar que a atual conjuntura social e político-econômica do país vem comprometer a execução inicial do PLS, haja vista, como dito alhures, o significativo corte orçamentário sofrido pela Justiça do Trabalho.

Em contrapartida, ao fazer uma análise crítica da atuação do TRT6 quanto à gestão ambiental e sustentabilidade, verifica-se que, neste momento de restrição orçamentária, a Administração tem-se voltado especialmente a uma das vertentes do tema, qual seja a redução na utilização dos recursos naturais e financeiros.

4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Na elaboração de projetos básicos ou termos de referência com vistas à aquisição de bens e à contratação de serviços, as unidades requisitantes do TRT6 utilizam o Guia de Contratações

Sustentáveis da Justiça do Trabalho, que estabelece critérios de sustentabilidade nas compras de bens e nas contratações de serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

O Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho foi aprovado pela Resolução CSJT n.º 103/2012, que está fundamentada, entre outros dispositivos legais, no Decreto n.º 7.746/2012, o qual, por sua vez, regulamenta o art. 3º da Lei n.º 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública.

Atualmente, aproximadamente 62% das aquisições de bens e contratações de serviços no âmbito deste Regional têm apresentado alguns dos critérios estabelecidos no guia. No entanto, observa-se que o mercado, de modo geral, ainda não dispõe de fornecedores ou prestadores de serviços que atendam boa parte dos requisitos.

CAPÍTULO VII

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2015, o TRT6 recebeu 03 (três) deliberações do Tribunal de Contas da União, do tipo determinação (DE), todas relacionadas à área de gestão de pessoas, sendo 02 (duas) atendidas plenamente e 01 (uma) de forma parcial, uma vez que, com relação a três servidores inativos, permaneceu pendência de cumprimento, consoante demonstrado no quadro a seguir:

141 Deliberação do TCU que permanece pendente de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-027.095/2010-0	1704/2015-Primeira Câmara	1.7.1.2	Ofício n.º 0261/2015-TCU/Secex-PE	07/04/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO/SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS/COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL/SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS				
Descrição da determinação/recomendação ¹				
Determina ao TRT da 6ª Região que providencie o envio imediato ao Tribunal de Contas, para apreciação e registro, das alterações dos percentuais de Gratificação Adicional por Tempo de Serviço nas concessões de aposentadoria dos servidores inativos Antônio Marcelino Filho, Célia Ramos da Nóbrega, Iracema Barbosa Aragão, Jarbas de Albuquerque Sales, José Freire Brito, Maria Lúcia de Souza Leão Antunes, Pedro Moysés de Araújo e Rita de Cássia de Araújo Lima e Silva.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas ²				
Os SISACs das aposentadorias de Jarbas de Albuquerque Sales, José Freire Brito e Pedro Moysés de Araújo já haviam sido enviados ao TCU desde 06/09/2012, 22/11/2012 e 07/11/2012, respectivamente; Os SISACs das aposentadorias de Maria Lúcia de Souza Leão Antunes e Rita de Cássia de Araújo Lima e Silva foram encaminhados ao TCU em 20/11/2015 e 19/11/2015, nessa ordem; Os SISACs das aposentadorias dos aposentados Antônio Marcelino Filho, Célia Ramos da Nóbrega e Iracema Barbosa Aragão foram encaminhados à Secretaria de Auditoria e Controle Interno do TRT6 em 11/12/2015, 16/11/2015 e 18/11/2015, respectivamente. Houve atendimento do solicitado pelo TCU, tempestivamente, das aposentadorias de Maria Lúcia de Souza Leão Antunes e Rita de Cássia de Araújo Lima e Silva. O fato de haver muita complexidade e formalidade para alteração dos atos de aposentadoria impediu que os SISACs das aposentadorias dos aposentados Antônio Marcelino Filho, Célia Ramos da Nóbrega e Iracema Barbosa Aragão fossem enviadas ao TCU no exercício de 2015.				

Fonte: Seção de Gerenciamento de Aposentados e Pensionistas/CAP/SGEP

Nota 1: Classificação da deliberação: DE;

Nota 2: Determinação pendente apenas quanto aos interessados Antônio Marcelino Filho, Célia Ramos da Nóbrega e Iracema Barbosa Aragão.

Cumpra esclarecer que esta UPC não recebeu, durante o exercício de 2015, deliberações do TCU, do tipo RE.

No tocante as formas que o TRT6 dispõe para o efetivo acompanhamento das deliberações oriundas da Egrégia Corte de Contas, impende destacar que, assim que toma ciência formal da determinação ou recomendação por meio de ofício ou aviso, a unidade receptora, em geral a Presidência ou a Diretoria-Geral, encaminha a comunicação para a unidade responsável pelo cumprimento da deliberação e acompanha a observância do prazo fixado pelo TCU.

2. Tratamento de recomendações do OCI

Neste item, o TRT6 apresenta uma visão gerencial de como tratou as recomendações da unidade de auditoria e controle interno expedidas em relatórios de auditoria no exercício de 2015, apresentando os principais números e resultados relacionados.

Quanto às formas que o TRT6 dispõe para o efetivo monitoramento das recomendações provenientes da SACI, convém ressaltar que a própria unidade de auditoria e controle interno desta UPC acompanha a observância das deliberações por parte dos gestores das unidades auditadas, assim como dos prazos assinados.

2.1 Auditoria de avaliação da política de capacitação continuada baseada em competências

As recomendações constantes do Relatório de Auditoria RA-SACI-SCDP n.º 002/2015, que tratou da auditoria de avaliação da política de capacitação continuada baseada em competências, foram atendidas plenamente pela Secretaria de Gestão de Pessoas, após a elaboração de plano de ação pela unidade auditada.

2.2 Auditoria referente às concessões e às utilizações de suprimento de fundos

As recomendações constantes do Relatório de Auditoria RA-SACI-SCCOFP n.º 006/2015, que trata da auditoria referente a concessões e utilizações de suprimento de fundos, foram 100% atendidas pela Ordenadoria da Despesa, após a elaboração de plano de ação pela unidade auditada.

2.3 Auditoria relativa às concessões e aos pagamentos de diárias

As recomendações constantes do Relatório de Auditoria RA-SACI-SCCOFP n.º 004/2015, que trata da auditoria referente a concessões e pagamentos de diárias (exercício de 2014), foram efetivamente observadas pela Seção de Diárias e Passagens da Secretaria de Orçamento e Finanças, após a elaboração de plano de ação pela unidade auditada.

2.4 Auditoria de conformidade nos procedimentos licitatórios referentes ao Sistema de Registro de Preços

A Coordenadoria de Licitações e Contratos, unidade auditada, atendeu parcialmente as recomendações constantes do Relatório de Auditoria RA-SACI-SCLC n.º 001/2015, que trata da auditoria de conformidade nos procedimentos licitatórios referentes ao sistema de registro de preços, após a elaboração de plano de ação em 15/04/2015.

A unidade de auditoria e controle interno agendou acompanhamento complementar para março de 2016, para verificação das providências pendentes, cujo relatório encontra-se na fase de elaboração.

2.5 Auditoria de avaliação de controles internos no processo de recadastramento dos inativos e pensionistas

A Secretaria de Gestão de Pessoas cumpriu 40% das recomendações constantes do Relatório de Auditoria RA-SACI-SCDP n.º 005/2015, que tratou da auditoria de avaliação dos controles internos no processo de recadastramento dos inativos e pensionistas.

Quanto à verificação das providências pendentes, a unidade de auditoria e controle interno deste Regional realizou acompanhamento complementar em março de 2016, cujo relatório está em fase elaboração.

2.6 Auditoria referente aos bens móveis

A Coordenadoria de Material e Logística da Secretaria Administrativa observou 85,7% das recomendações constante do Relatório de Auditoria RA-SACI-SCDP n.º 003/2015, que tratou da auditoria de gestão de bens móveis – Exercício de 2014 e resultou na elaboração do plano de ação, remetido pela unidade auditada em 12/05/2015.

A unidade de auditoria e controle interno definiu a realização de acompanhamento complementar para janeiro de 2017, para verificação das providências pendentes.

3 Medidas administrativas adotadas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

142 Medidas administrativas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas ¹			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração ²	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
1	1	0	0	0	0	0	1	0

Fonte: SGEP

Nota 1: Não houve instauração, tendo em vista que o valor a ser ressarcido ao Erário ainda está em discussão (Protocolo TRT n.º 8.763/2009);

Nota 2: Processo de Tomada de Contas Especial instaurado por meio da Portaria TRT-GP n.º 72/2015, concernente ao Processo n.º 0807017-19.2014.4.05.8300. Foi determinado que a União suspendesse a cobrança dos valores recebidos pela interessada, a título de aposentadoria, no período de 26/02/2009 a 14/07/2010, até o julgamento final da demanda. Houve o sobrestamento da Tomada de Contas Especial. Comunicação ao TCU mediante o Ofício TRT-GP n.º 260/2015, de 25/05/2015.

No Capítulo III deste relatório, constam as estruturas de governança e os controles de que o TRT6 dispõe para apurar e minimizar a ocorrência de ilícitos administrativos, bem assim para exigir eventuais ressarcimentos ao Erário.

4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no artigo 5º da Lei 8.666/1993

O cronograma de pagamentos de obrigações contraídas em decorrência do fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços estabelecido nos instrumentos contratuais é rigorosamente observado pelo TRT6 no cumprimento do pagamento dos fornecedores, desde que os documentos fiscais sejam encaminhados à Seção Financeira da Secretaria de Orçamento e Finanças dentro do prazo estabelecido.

5 Gestão de precatórios

Neste item 5, constam informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de precatórios encaminhados à fazenda pública federal por este Órgão, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e ao próprio TRT6 a análise da sistemática prevista no artigo 100 da Constituição Federal de 1988.

5.1 Requisições e precatórios da Administração Direta e Indireta

O quadro intitulado “Requisições e Precatórios – Administração Direta” visa demonstrar a quantidade e os valores requisitados pelos juízes à desembargadora presidente do TRT6, bem como a quantidade e os valores dos precatórios expedidos pela referida presidente à Fazenda Pública Federal, que tem como devedor órgão da Administração Pública Direta, ao passo que o denominado “Requisições e Precatórios – Administração Indireta” contém a mesma estrutura do primeiro, sendo, porém, aplicado à Administração Pública Indireta. Os dois quadros são apresentados na próxima página.

143 Requisições e precatórios – Administração Direta

Pecatórios – Requisição				
Administração Direta				
Natureza	Requisições		Pecatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	03	1.885.745,10	03	1.903.582,06
Comum	01	253.058,46	01	374.014,88
Total	04	2.138.803,56	04	2.277.596,94
Pecatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldo a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	2.002.378,00	1.985.146,07	0,00	
Comum	393.426,00	0,00	391.558,98	
Total	2.395.804,00	1.985.146,07	391.558,98	

Fonte: Núcleo de Precatórios do TRT6

144 Requisições e precatórios – Administração Indireta

Pecatórios – Requisição				
Administração Indireta				
Natureza	Requisições		Pecatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	02	150.109,28	02	165.346,77
Comum	00	0,00	00	0,00
Total	02	150.109,28	02	165.346,77
Pecatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldo a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	207.248,00	115.994,39	74.180,54	
Comum	0,00	0,00	0,00	
Total	207.248,00	115.994,39	74.180,54	

Fonte: Núcleo de Precatórios do TRT6

5.2 Análise crítica sobre a gestão de precatórios sob responsabilidade do TRT6

Inicialmente, convém esclarecer que, para a montagem dos dois quadros contidos no subitem 5.1 deste Capítulo VII, foram utilizados dados extraídos de relatórios constantes do Sistema de Precatórios deste Regional, bem como das informações enviadas anualmente à Coordenadoria de Orçamento e Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para inclusão dos precatórios na proposta orçamentária.

Ressalte-se que a quantidade de requisições solicitadas e o encerramento das execuções no âmbito federal são regulares, porquanto os créditos são integralmente disponibilizados para pagamento dos precatórios, assegurando uma conformidade dos procedimentos com a legislação pertinente. Isso demonstra um controle racional e uma organização por parte dos responsáveis pelos precatórios.

Importante mencionar que as dificuldades encontradas no programa de precatórios para dar cumprimento ao que determina a Constituição Federal, na esfera federal, são consideradas mínimas, uma vez que não existe algo relevante que prejudique o andamento das requisições de precatórios neste Regional.

Ademais, observa-se que os riscos são ínfimos, pelo fato de o banco de dados ser interligado desde a expedição do precatório até o seu pagamento. Quando identificado algum risco, este é mensurado e classificado de modo a ser tratado como prioritário.

Por fim, impende registrar que a unidade de controle interno deste órgão fiscaliza, monitora e controla os trabalhos de gestão associados a precatórios, atuando na avaliação da qualidade, eficácia e eficiência, com proposição de melhorias nos procedimentos e rotinas, a fim de corrigir situações de riscos.

6 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

No exercício de 2014, o TRT6 promoveu levantamento dos contratos celebrados no âmbito da Sexta Região envolvendo serviços de Tecnologia da Informação – TI e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, passíveis de revisão, em face das determinações constantes do art. 7º da Lei n.º 12546/2011, do art. 2º do Decreto n.º 7828/2012 e do Acórdão TCU n.º 2859/2013–Plenário, que versa sobre empresas beneficiadas com a desoneração da folha de pagamento.

Após terem sido notificadas para pronunciamento acerca da determinação do Tribunal de Contas da União inserta no Acórdão n.º 2859/2013–Plenário, as empresas discordaram com a redução dos valores contratados, sob o argumento de que as principais atividades desenvolvidas não estavam incluídas no benefício da desoneração, ou, ainda, que haviam apresentado propostas que já contemplavam tal benefício, mesmo que em relação à parcela não relevante da contratação.

Nada obstante, a Administração deste Regional decidiu realizar estudo mais detalhado acerca de tais contratações, a fim de subsidiar parecer conclusivo sobre a viabilidade econômica de proceder à revisão determinada pela Egrégia Corte de Contas.

Nesse meio tempo, o Conselho Nacional de Justiça, por meio do Ofício Circular n.º 191/SG/2015, de 1º/06/2015, noticiou que o TCU conheceu do pedido de reexame, com efeito suspensivo, em relação aos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão n.º 2859/2013–Plenário, nos termos do despacho

do Relator, Ministro Raimundo Carreiro, exarado nos autos do Processo TC 013.515/2013-6, razão por que o TRT6 está aguardando o exame final da matéria pelo Tribunal de Contas da União.

7 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

As informações relativas às ações de publicidade e propaganda são apresentadas com base no quadro a seguir, intitulado “Despesas com publicidade”.

145 Despesas com publicidade			
Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	0571/2549	907.825,88	860.867,79
Legal	0571/4256	116.717,40	102.656,17
Mercadológica			
Utilidade pública			

Fonte: SIAFI 2015

Em complemento a esses dados, importa mencionar que a ação orçamentária denominada Comunicação e Divulgação Institucional tem a característica de viabilizar a realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral, informando a sociedade sobre as atividades desenvolvidas por este órgão público.

O TRT6 identificou a necessidade de comunicar à sociedade as suas ações, originando a publicação de coluna informativa, nas edições de domingo, simultaneamente nos jornais diários de grande circulação no estado, assim como a veiculação do programa Justiça Num Minuto, os quais cumpriram, no exercício de 2015, o seu objetivo de aproximar da sociedade o Poder Judiciário Trabalhista em Pernambuco.

Nesses espaços, além de eventos promovidos ou apoiados por esta UPC – a exemplo das campanhas das Semanas Nacionais e Regionais da Conciliação e da Execução –, houve a divulgação de decisões de magistrados com uso de um vocabulário de fácil entendimento, fazendo com que o cidadão comum pudesse compreender a linguagem jurídica e conhecer direitos trabalhistas.

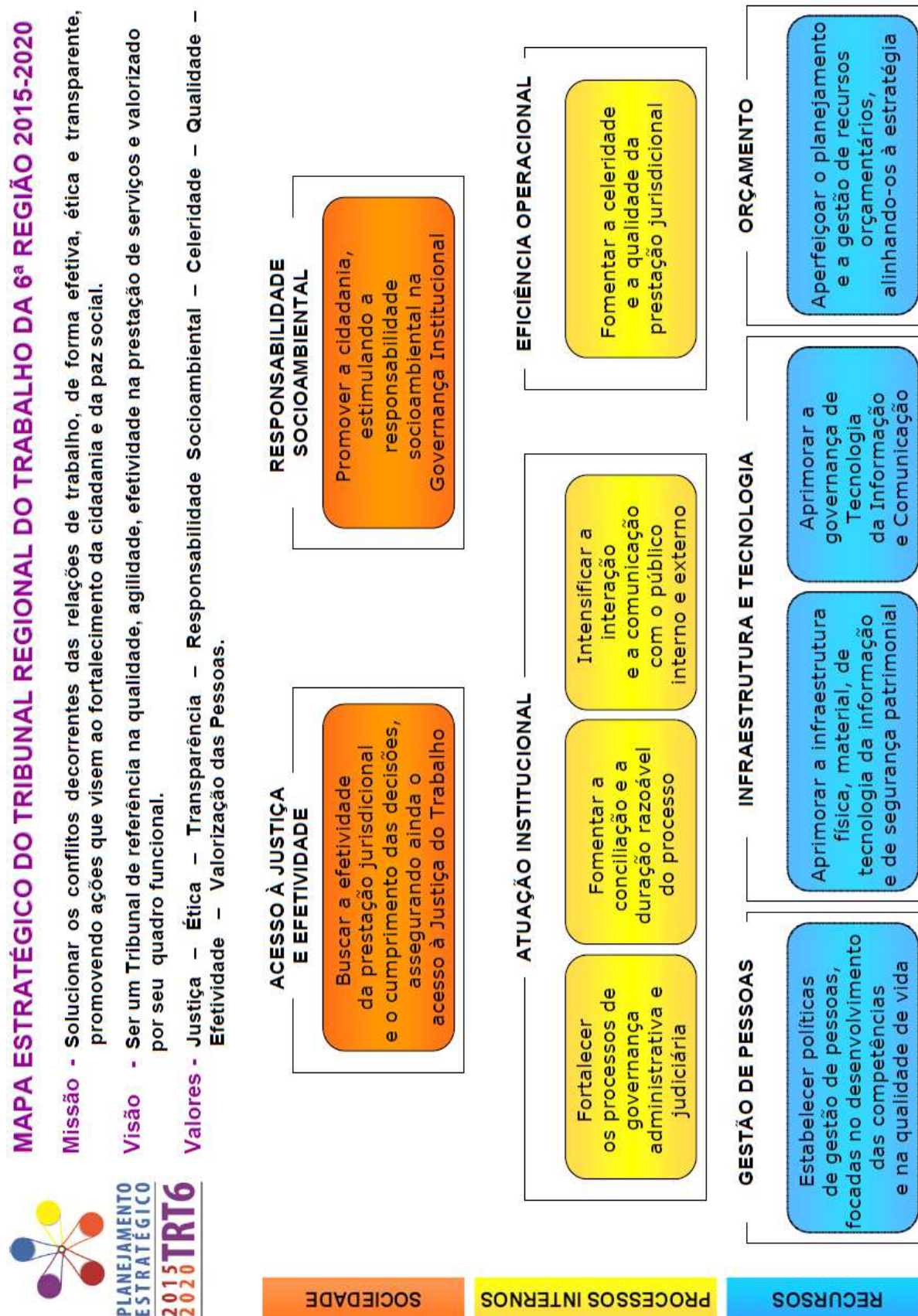
Considerando a readequação das ações realizadas pelo Núcleo de Comunicação Social deste Regional, no 4º Período de Solicitações de Alterações Orçamentárias, foi oferecido dessa ação o valor de R\$ 135.000,00 como fonte para abertura de crédito adicional para viabilizar outras demandas do TRT6 na Ação de Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

A meta para a ação corresponde à quantidade estimada de matérias veiculadas, no que se refere à divulgação das atividades institucionais desempenhadas por este Tribunal. A meta física prevista na LOA, de 190 matérias veiculadas, foi reprogramada no decorrer do exercício, obtendo-se ao final do ano, a meta realizada de 168 matérias veiculadas.

Para o alcance da meta definida para a ação foi consignado, na LOA para 2015, o importe de R\$ 1.600.000,00, havendo cancelamento no valor de R\$ 135.000,00, como afirmado alhures, perfazendo o montante disponibilizado de R\$ 1.465.000,00. Foram empenhados 97,13% da dotação autorizada, havendo a inscrição de restos a pagar não processados no valor de R\$180.034,45, representando 12,65% da dotação empenhada. Foram executados 84,48% dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e cancelados 2,24% do valor existente em 1º/01/2015, propiciando a veiculação de 36 matérias na mídia.



Anexo II - Mapa Estratégico do TRT6 2015-2020



Anexo III - Índices de adesão ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho

Item	5.3.6. NOS PROJETOS DE ACESSIBILIDADE	% ADOTADO	JUSTIFICATIVA
Conformidade com os requisitos da NBR 9050:2004:		92,86%	
a	Construção de rampas com inclinação adequada para acesso dos pedestres e plataforma de transporte vertical para passageiros com dificuldades de locomoção.	100,00%	
b	Adequação dos sanitários.	100,00%	
c	Reserva de vagas em estacionamento.	100,00%	
d	Reserva de espaços para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida nas salas de espera, nos auditórios, nas salas de audiência e de sessões.	100,00%	
e	Instalação de piso tátil direcional e de alerta.	100,00%	
f	Instalação de sinalização sonora e visual para pessoas com deficiência.	50,00%	EM FASE DE IMPLANTAÇÃO EM TODAS AS OBRAS
g	Adaptação de mobiliário, portas e corredores em todas as dependências e acessos.	100,00%	
ÍNDICE DE ADESAO DO GRUPO		92,86%	

Fonte: CPLAN/SA

Anexo IV - Metas de acessibilidade atingidas pelo TRT6

METAS DE ACESSIBILIDADE ATINGIDAS – UNIDADES JURISDICIONAIS DA 1ª INSTÂNCIA (VARAS DO TRABALHO E TERMOS JUDICIÁRIOS)									
UNIDADES JURISDICIONAIS (1ª INSTÂNCIA)	DESNÍ-VEIS (%)	GUAR-DA-CORPO/CORRI-MÃO (%)	INSTALA-ÇÕES SANITÁ-RIAS (%)	SINALI-ZAÇÃO TÁTIL (%)	SINALIZAÇÃO SONORA/VISUAL (%)	MOBILIÁRIO BALCÕES/GUI-CHÊS (%)	VAGAS DE ESTACIONA-MENTO (%)	TRAN-SPORTE VERTI-CAL (%)	META ATIN-GIDA (%)
1ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
2ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
3ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
4ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
5ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
6ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
7ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
8ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
9ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
10ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
11ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
12ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
13ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
14ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
15ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
16ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
17ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
18ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
19ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
20ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
21ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
22ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
23ª VT Recife	100	100	100	0	50	100	100	N/A	68,75
VT Araripina	100	90	93	0	0	80	0	N/A	51,86
1ª VT Barreiros	67	80	87	20	0	90	90	0	54,25
2ª VT Barreiros	67	80	87	20	0	90	90	0	54,25

VT Belo Jardim	50	80	93	N/A	0	80	0	0	43,29
1ª VT Cabo de Santo Agostinho	100	100	0	N/A	0	100	80	0	63,33
2ª VT Cabo de Santo Agostinho	27	N/A	0	N/A	0	80	80	0	31,17
VT Carpina	100	90	93	80	0	70	100	N/A	76,14
1ª VT Caruaru	100	90	100	90	0	90	100	100	83,75
2ª VT Caruaru	100	90	100	90	0	90	100	100	83,75
3ª VT Caruaru	60	90	93	80	0	80	70	0	59,13
VT Catende	67	80	100	90	0	100	100	0	67,13
VT Escada	60	80	93	90	0	60	0	0	47,88
Termo Floresta (Antiga VT)	100	N/A	93	N/A	0	80	0	N/A	54,60
VT Garanhuns	100	90	93	100	0	80	100	N/A	80,43
VT Goiana	100	90	100	100	0	80	100	N/A	81,43
1ª VT Igarassu	100	N/A	87	90	0	100	100	N/A	79,50
2ª VT Igarassu	100	N/A	87	90	0	100	100	N/A	79,50
1ª VT Ipojuca	100	N/A	93	100	0	80	100	N/A	78,83
2ª VT Ipojuca	100	90	87	100	0	80	N/A	N/A	76,17
3ª VT Ipojuca	100	N/A	93	N/A	0	60	N/A	N/A	63,25
1ª VT Jaboatão dos Guararapes	100	70	93	N/A	0	100	100	100	80,43
2ª VT Jaboatão dos Guararapes	100	70	93	N/A	0	100	100	100	80,43
3ª VT Jaboatão dos Guararapes	100	70	93	N/A	0	100	100	100	80,43
4ª VT Jaboatão dos Guararapes	100	70	93	N/A	0	100	100	100	80,43
5ª VT Jaboatão dos Guararapes	100	70	93	N/A	0	100	100	100	80,43
VT Limoeiro	60	90	87	90	0	70	N/A	0	56,71
VT Nazaré da Mata	53	70	87	40	0	80	0	0	41,25
1ª VT Olinda	100	80	93	100	0	80	100	100	81,63
2ª VT Olinda	100	80	93	100	0	80	100	100	81,63
3ª VT Olinda	100	80	93	100	0	80	100	100	81,63
1ª VT Palmares	100	90	100	100	0	70	0	N/A	65,71
2ª VT Palmares	100	N/A	87	N/A	0	80	N/A	N/A	66,75
1A VT Paulista	67	90	0	0	0	60	N/A	0	31,00
2A VT Paulista	67	90	0	0	0	60	N/A	0	31,00
VT Pesqueira	90	100	87	0	0	80	100	N/A	65,29
1ª VT Petrolina	100	90	87	100	0	80	N/A	N/A	76,17

2ª VT Petrolina	100	90	87	100	0	80	N/A	N/A	76,17
3ª VT Petrolina	100	90	87	100	0	100	100	N/A	82,43
1ª VT Ribeirão	100	40	87	0	0	80	N/A	N/A	51,17
2ª VT Ribeirão	47	90	73	0	0	90	70	0	46,25
VT Salgueiro	100	90	87	90	0	70	N/A	N/A	72,83
VT São Lourenço da Mata	100	100	100	90	0	100	0	N/A	70,00
VT Serra Talhada	67	90	87	100	0	80	N/A	N/A	70,67
Termo Sertânia (Antiga VT)	100	90	93	100	0	70	N/A	N/A	75,50
Termo Surubim (Antiga VT)	100	90	93	100	0	80	0	N/A	66,14
VT Timbaúba	100	90	93	0	0	70	100	N/A	64,71
VT Vitória de Santo Antão	100	90	87	0	0	80	0	N/A	51,00
METAS DE ACESSIBILIDADE ATINGIDAS – UNIDADES JURIDICIONAIS DA 2ª INSTÂNCIA E ADMINISTRATIVAS									
UNIDADES	DESNÍ-VEIS (%)	GUAR-DA-CORPO/CORRI-MÃO (%)	INSTALA-ÇÕES SANITÁ-RIAS (%)	SINALI-ZAÇÃO TÁTIL (%)	SINALIZAÇÃO SONORA/VISUAL (%)	MOBILIÁRIO BALCÕES/GUI-CHÊS (%)	VAGAS DE ESTACIONA-MENTO (%)	TRANSPORTE VERTI-CAL (%)	META ATIN-GIDA (%)
Edifício Sede e Anexos	40	40	10	0	0	60	100	80	41,25
Memorial da Justiça do Trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Escola Judicial do TRT6	100	100	80	60	0	100	100	0	67,50
Secretaria de Tecnologia da Informação (prédio de Afogados)	100	100	100	100	50	100	100	100	93,75
Coordenadoria de Material e Logística	60	0	0	0	0	0	0	100	20,00
Galpão da Seção de Transportes	80	N/A	0	0	0	0	0	N/A	13,33

Fonte: CPLAN/SA

Anexo V – Demonstrativos Contábeis

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMIÇÃO
22/02/2016

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	711.364.520,41	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	547.989.475,54	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	163.375.044,87	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	132.224.079,00	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	31.150.965,87	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	705.376.963,37	-	Transferências Financeiras Concedidas	19.405.385,14	-
Resultantes da Execução Orçamentária	704.681.149,78	-	Resultantes da Execução Orçamentária	2.527.155,12	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasso Recebido	-	-	Repasso Concedido	2.527.155,12	-
Sub-repasso Recebido	704.681.149,78	-	Sub-repasso Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	695.813,59	-	Independentes da Execução Orçamentária	16.878.230,02	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	522.964,31	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	144.961,11	-
Demais Transferências Recebidas	85.251,43	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	87.597,85	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	16.733.268,91	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	37.023.275,10	-	Despesas Extraorçamentárias	15.162.260,16	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	791,92	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	68.330,50	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	11.730.333,39	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	15.056.030,52	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-49.627,34	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	37.899,14	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	25.341.777,13	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
CANCELAMENTO DE OBRIGAÇÕES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	CANCELAMENTO DE DIREITOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	25.228.277,62	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	113.499,51	-			
Saldo do Exercício Anterior	20.817.967,57	-	Saldo para o Exercício Seguinte	17.286.040,33	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.817.967,57	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.286.040,33	-
TOTAL	763.218.206,04	-	TOTAL	763.218.206,04	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 28/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	18.733.592,31	22.083.904,39	PASSIVO CIRCULANTE	8.495.279,94	5.332.768,88
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.286.040,33	20.817.967,57	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	6.941.965,08	4.561.306,43
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	214.463,13	-
Cientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.338.851,73	771.462,45
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	43.248,92	14.300,60			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	1.390.720,67	1.251.636,22			
VPDs Pagas Antecipadamente	13.582,39	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	91.650.782,62	79.356.791,87	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	19.935.139,92	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	674.199,33	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	19.821.640,41	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	674.199,33	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	113.499,51	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	28.430.419,86	5.332.768,88
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	87.011.152,88	77.022.157,51			
Bens Móveis	39.004.811,46	39.506.133,11			
Bens Móveis	54.064.527,19	49.172.970,03			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-13.860.974,46	-9.666.836,92			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-1.198.741,27	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80008 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 26/02/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	48.006.341,42	37.516.024,40			
Bens Imóveis	48.067.823,48	37.516.367,76			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-61.482,06	-100.343,36			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	3.965.430,41	2.334.634,36			
Softwares	3.965.430,41	2.334.634,36			
Softwares	3.965.430,41	2.334.634,36			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	110.384.374,93	101.440.696,26	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	110.384.374,93	101.440.696,26

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	17.286.040,33	24.393.559,76	PASSIVO FINANCEIRO	16.627.357,99	44.558.416,31
ATIVO PERMANENTE	93.098.334,60	77.047.136,50	PASSIVO PERMANENTE	26.204.238,80	-17.332.170,50
SALDO PATRIMONIAL	-	-	SALDO PATRIMONIAL	67.552.778,14	74.214.450,45

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.777.483,97	1.591.353,25	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	11.392.573,04	10.924.604,55
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.777.483,97	1.591.353,25	Execução dos Atos Potenciais Passivos	11.392.573,04	10.924.604,55
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.777.483,97	1.591.353,25	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	11.392.573,04	10.924.604,55
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.777.483,97	1.591.353,25	TOTAL	11.392.573,04	10.924.604,55



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 28/02/2016	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-3.090.266,08
Recursos Vinculados	3.748.948,42
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.748.948,42
TOTAL	658.682,34



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	743.166.919,23	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.175.087,42	-
Impostos	-	-
Taxas	16.175.087,42	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.487.962,92	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.487.962,92	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	66.787,92	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	7.615,34	-
Variações Monetárias e Cambiais	59.172,58	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	713.113.545,93	-
Transferências Intragovernamentais	705.376.963,37	-
Transferências Intergovernamentais	6.000.000,00	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.736.582,56	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10.586.629,21	-
Reavaliação de Ativos	7.131.147,93	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.057.603,21	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.409.878,07	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	724.905,83	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	167.293,89	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	557.611,94	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	756.795.850,57	-
Pessoal e Encargos	489.216.599,47	-
Remuneração a Pessoal	377.530.121,05	-
Encargos Patronais	70.003.289,65	-
Benefícios a Pessoal	39.134.027,31	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.549.161,46	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	155.191.953,48	-
Aposentadorias e Reformas	120.063.178,98	-
Pensões	34.926.793,69	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	201.980,81	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	53.888.791,08	-
Uso de Material de Consumo	2.204.968,45	-
Serviços	46.672.838,01	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.010.984,62	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	68,11	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	68,11	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	21.257.164,25	-
Transferências Intragovernamentais	19.405.385,14	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.851.779,11	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	36.316.658,13	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.108.952,39	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.155,33	-
Incorporação de Passivos	35.139.285,49	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80008 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	67.264,92	-
Tributárias	795.177,10	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	50.940,96	-
Contribuições	744.236,14	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	129.438,95	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	129.438,95	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-13.628.931,34	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80008 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO	EMISSION 22/02/2016	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiame.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	711.364.520,41	711.364.520,41
TOTAL	-	-	711.364.520,41	711.364.520,41
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	2.303.456,00	2.303.456,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	849.000,00	849.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	1.454.456,00	1.454.456,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	624.020.570,00	705.291.042,00	705.043.163,20	696.389.288,17	696.388.496,25	247.878,80
Pessoal e Encargos Sociais	537.297.553,00	607.359.985,00	610.702.197,25	609.804.653,96	609.804.653,96	-3.342.212,25
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	86.723.017,00	97.931.057,00	94.340.965,95	86.584.634,21	86.583.842,29	3.590.091,05
DESPESAS DE CAPITAL	4.363.367,00	3.622.729,00	6.321.357,21	3.244.898,85	3.244.898,85	-2.698.628,21
Investimentos	4.363.367,00	3.622.729,00	6.321.357,21	3.244.898,85	3.244.898,85	-2.698.628,21
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	628.383.937,00	708.913.771,00	711.364.520,41	699.634.187,02	699.633.395,10	-2.450.749,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	628.383.937,00	708.913.771,00	711.364.520,41	699.634.187,02	699.633.395,10	-2.450.749,41
TOTAL	628.383.937,00	708.913.771,00	711.364.520,41	699.634.187,02	699.633.395,10	-2.450.749,41

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.951.161,06	8.602.761,73	7.450.112,70	7.441.362,56	3.893.790,96	2.218.769,27
Pessoal e Encargos Sociais	4.033.458,53	862.902,52	791.118,74	791.118,74	3.196.202,70	909.039,61
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	917.702,53	7.739.859,21	6.658.993,96	6.650.243,82	697.588,26	1.309.729,66
DESPESAS DE CAPITAL	340.742,37	8.600.195,34	7.629.762,96	7.614.667,96	16.355,85	1.309.913,90
Investimentos	340.742,37	8.600.195,34	7.629.762,96	7.614.667,96	16.355,85	1.309.913,90
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.291.903,43	17.202.957,07	15.079.875,66	15.056.030,52	3.910.146,81	3.528.683,17

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2016	PÁGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	82.552,40	68.330,50	-	14.221,90
Investimentos	-	82.552,40	68.330,50	-	14.221,90
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	82.552,40	68.330,50	-	14.221,90



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	7.395.370,07	-
INGRESSOS	730.669.113,16	-
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	730.669.113,16	-
Ingressos Extraorçamentários	-49.627,34	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	705.376.963,37	-
Arrecadação de Outra Unidade	25.228.277,62	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	113.499,51	-
DESEMBOLSOS	-723.273.143,09	-
Pessoal e Demais Despesas	-633.176.474,12	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-473.842.900,98	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-155.599.801,91	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-3.733.771,23	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-70.653.384,69	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-70.653.384,69	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-19.443.284,28	-
Dispêndios Extraorçamentários	-37.899,14	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-19.405.385,14	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-10.527.857,31	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2016	PÁGINA 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-10.927.897,31	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-8.295.578,80	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.631.318,51	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-3.531.927,24	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	20.817.967,57	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	17.286.040,33	-

Anexo VI – Mapa Estratégico de Tecnologia da Informação do TRT6 2015-2020



Anexo VII – Alinhamento do PETI aos Objetivos Estratégicos do TRT6

Objetivos Estratégicos do PEI 2015-2020	Objetivos Estratégicos do PETI 2015-2020
Fomentar a celeridade e a qualidade da prestação jurisdicional	OE1 - Primar pela satisfação do usuário de TI
Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	OE2 - Aprimorar a gestão e governança de TI
	OE3 - Intensificar a comunicação com os públicos externos e internos da STI
	OE4 - Promover a cultura organizacional em segurança da informação de TI
	OE5 - Fortalecer a segurança dos serviços essenciais de TI
	OE6 - Consolidar a gestão de serviços de TI
	OE7 - Prover sistemas de informação para as atividades judiciais e administrativas
	OE8 - Fomentar a gestão de projetos, programas e portfólio
Estabelecer políticas de gestão de pessoas, focadas no desenvolvimento das competências e na qualidade de vida	OE9 - Garantir estruturas funcionais adequadas e quadro de pessoal com as competências necessárias para execução da estratégia
Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e de segurança patrimonial	OE10 - Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais
Aperfeiçoar o planejamento e a gestão de recursos orçamentários, alinhando-os à estratégia	OE11 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária de TI

Fonte: STI

Anexo VIII – Alinhamento do PETI aos Objetivos Estratégicos de TI da Justiça do Trabalho

Objetivos Estratégicos do PETIC- JT 2015-2020	Objetivos Estratégicos do PETI 2015-2020
Primar pela satisfação do usuário de TIC	OE1 - Primar pela satisfação do usuário de TI
Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	OE2 - Aprimorar a gestão e governança de TI
	OE3 - Intensificar a comunicação com os públicos externos e internos da STI
	OE4 - Promover a cultura organizacional em segurança da informação de TI
	OE5 - Fortalecer a segurança dos serviços essenciais de TI
	OE6 - Consolidar a gestão de serviços de TI
	OE7 - Prover sistemas de informação para as atividades judiciais e administrativas
	OE8 - Fomentar a gestão de projetos, programas e portfólio
Garantir o gerenciamento de serviços de TIC com qualidade	OE6 - Consolidar a gestão de serviços de TI
Aprimorar a gestão de riscos de TIC	OE5 - Fortalecer a segurança dos serviços essenciais de TI
Desenvolver competências técnicas e gerenciais com foco na estratégia	OE9 - Garantir estruturas funcionais adequadas e quadro de pessoal com as competências necessárias para execução da estratégia
Garantir a adequação dos quadros de pessoal de TIC para a execução da estratégia	
Garantir a disponibilidade dos sistemas judiciais e administrativos	OE10 – Garantir a infraestrutura de TI necessária para a disponibilidade dos sistemas administrativos e judiciais
Garantir a infraestrutura de TIC que suporte o negócio	
Buscar a excelência na gestão orçamentária e de custos	OE11 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária de TI

Fonte: STI